Da Palafita ao Conjunto Habitacional: o que muda na vida dos realocados?

São Paulo

2020

ARIADNE PAULO SILVA

Da Palafita ao Conjunto Habitacional: o que muda na vida dos realocados?

Versão Revisada

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/FAU) da Universidade de São Paulo (USP) para obtenção do grau de Doutora em Ciências.

Área de Concentração: Habitat.

Orientadora: Profª. Dra. Nilce Cristina Aravecchia Botas

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO À VERSÃO ORIGINAL, SOB RESPONSABILIDADE DA AUTORA E ANUÊNCIA DA ORIENTADORA.

A versão original, em formato digital, ficará arquivada na Biblioteca da Faculdade. São Paulo, 14 de agosto de 2020

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Silva, Ariadne Paulo

Da Palafita ao Conjunto Habitacional: o que muda na vida dos realocados? / Ariadne Paulo Silva; orientadora Nilce Cristina Aravecchia Botas. - São Paulo, 2020.
232 f.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Habitat.

1. Conjunto Habitacional de Realocação. 2. Políticas Públicas Habitacionais. 3. Antropologia Urbana. 4. Cultura da Pobreza. I. Botas, Nilce Cristina Aravecchia, orient.
II. Título.

Nome: SILVA, Ariadne Paulo

Título: Da Palafita ao Conjunto Habitacional: o que muda na vida dos realocados?

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/FAU) da Universidade de São Paulo (USP) para obtenção do grau de Doutora em Ciências.

Aprovado em 6 de julho de 2020

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Profa. Dra. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Profa. Dra. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

*Dedico esse trabalho à minha filha
Amanda, que me acompanhou em muitas
das visitas que fiz ao conjunto Via
Mangue III, e como ela aprendeu a ser
sensível ao outro nessa jornada. E a todas
as mulheres fortes desse mundo.*

Agradecimentos

Eu fui forjada de um material que existe em poucas pessoas nessa terra, e aos poucos estou descobrindo o quanto é admirável a liga de que sou feita. Eu, que admirava pessoas ímpares desse mundo, mas nunca pensei ser uma delas. Deus me forjou de uma determinação e de uma resiliência que me surpreendem, e a cada dia eu descubro um pouco mais quem eu sou e qual o meu destino nesse pequeno planeta. Por isso, o meu primeiro agradecimento é a Ele. Agradeço a Deus pelo caminho louco e tortuoso que Ele me deu, e porque no fim Ele sempre me dá o melhor.

Agradeço aos meus pais: ao pai que me deu de presente o mundo, e um sentido de retidão e luta que faz parte da pessoa que sou hoje, e nunca me coibiu dos meus sonhos; e à mãe que me ensinou a nunca depender de ninguém para nada.

Agradeço a minha filha Amanda, que foi o presente mais bonito que ganhei na minha vida e deu um sentido maravilhoso a essa existência. Ao meu companheiro de jornada dessa terra, Fred, que me fez ver o meu potencial, e me ajudou a tirar a “minha Ferrari da garagem” e ganhar as estradas. Agradeço ainda ao primo João José, que me deu apoio para continuar essa jornada.

Amigos, nunca tive muitos; mas os que tenho são fiéis e leais. Agradeço aos que de todas as formas me ajudaram. À minha amiga Kainara, com quem sempre compartilhei todas as minhas ideias, minhas descobertas de pesquisa, e as minhas angústias de doutoranda. Aos amigos que me ajudaram a poder continuar o curso de doutorado. São eles: Rennan, que é amigo da minha filha e meu filho de coração; Peres e Solange, Lília e Djalma, Paulo e Liginha, Rejane e Ademar, Robson Calazans, Fabio, Celinha, Gustavo e Anne, Iberê, Barbara Miranda, Alexandre, Madalena, Benjamin, Ana Lúcia, Fatima, Barbara Kreuzig, Ana Amélia. À Fernanda Estelita, que reacendeu a minha chama de amor pela minha profissão. Agradeço também aos poucos amigos que fiz em São Paulo, e que me ajudaram a superar a solidão da distância de casa, e nas horas de sufoco. Agradeço a Robson Alves de Amorim, a Gustavo Marques, a Rodrigo Minoru, a Gabriel Polli e a Lu (Luciene Santos), meu anjo aos 90 minutos da partida.

Aos alunos e bolsistas tenho que agradecer também. Esses que se tornaram meus amigos, que creram em mim quando nem eu mesma mais acreditava. Que me ligavam para pedir conselhos sobre seus estudos e suas escolhas, que ainda me ligam apenas para saber como eu estou.

Agradeço a todos que moram no conjunto habitacional Via Mangue III, pois sem eles nada teria saído do papel. Agradeço a simpatia, o bom dia dos moradores do conjunto quando eu chegava lá e me recebiam como um sorriso. Agradeço especialmente a Messias e a Rafael, que me ajudaram a criar confiabilidade junto aos demais moradores do conjunto. Agradeço a Rafael por ter contado a sua história de vida, e por ter me ensinado que o amor rompe barreiras sociais e financeiras. Ele, que se apaixonou pela moça da comunidade, foi morar com ela na palafita e hoje tem uma linda família.

Por último, e não menos importante, agradeço aos professores. A Maria Ângela Souza e a Fernando Diniz que, além de verem meu potencial, me incentivaram a sair da minha *alma mater*, a UFPE, e alçar voos mais longos. A Fernando, não só pelo incentivo em sair da UFPE e ir para a USP, como também pela oportunidade que me deu ao me convidar para participar da pesquisa do professor Jeremy Wells, professor na *University of Maryland* – hoje meu amigo e incentivador. À professora Ângela que, além do incentivo, ouviu meus choros por estar longe de casa. Agradeço ao professor Fred Nieto, da Columbia College, meu amigo, que fez com tanto esmero a tradução do abstract e de outros trabalhos meus.

Na Universidade de São Paulo agradeço primeiramente a Nilce, que acreditou em mim e puxou muito minhas orelhas. Agradeço ao João Whitaker, ao Caio Santo Amore, pessoas simples que sempre conversaram comigo de igual para igual. Ao professor João Meyer, pela oportunidade de fazer parte da sua pesquisa sobre o mercado imobiliário em Paraisópolis.

Agradeço à CAPES pelo apoio a esse trabalho. Obrigada a todos vocês!

A Antropologia, fiel às suas origens clássicas, tem muito a dizer sobre as sociedades tribais, se interessa pelas camponesas e hesita diante das urbanas. Só agora os estudiosos começam a ter coragem de reconhecer que é possível estranhar o que está ao nosso lado e que o desconhecido é uma presença nos nossos cotidianos (cf. Da Matta, 1978). Há sempre espaço suficiente para criticarmos o que nos é familiar apenas na aparência (cf. Velho, 1978b) sem prejuízo para o método antropológico. Só quem quiser se aventurar por estes labirintos vai contar com poucos fios condutores. As Ariadnes ainda são escassas.

(FERREIRA, Carlos Nelson. Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo? 1980).¹

¹ Carlos Nelson foi um dos arquitetos brasileiros que se aventuraram pelo campo da antropologia para estudar os problemas da cidade, principalmente aqueles referentes aos assentamentos de baixa renda. O trecho citado se encontra *in*: VELHO, Gilberto. *O desafio da cidade: Novas perspectivas da Antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: ed. Campus, 1980.

SILVA, Ariadne P. **Da Palafita ao Conjunto Habitacional: o que muda na vida dos realocados?** 2020. 232 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - PPGAU/FAUUSP, Universidade de São Paulo.

Este trabalho de doutoramento destinou-se a compreender o que muda na vida dos realocados para os conjuntos de interesse social, visto que, na atualidade, a política de habitação nacional opta pela mudança desses moradores dos seus locais originais. Todavia, os conjuntos habitacionais de interesse social, construídos nas últimas décadas, tendem a manter os realocados próximos aos seus assentamentos de origem. Para a pesquisa de campo foi escolhida a cidade de Recife, por seu histórico de lutas sociais em favor ao direito à moradia e à terra para os pobres urbanos. Já o objeto de estudo empírico foi a Via Mangue – corredor viário expresso localizado na zona sul da cidade, construído por ocasião da Copa do Mundo de 2014 – e seus conjuntos de habitação de interesse social de realocação. O conjunto Via Mangue III foi escolhido para realização da pesquisa de campo. Para análise do fenômeno da realocação somou os dados obtidos em campo, a uma seleção de autores da antropologia e do planejamento urbano, de forma que se obtivesse um entendimento o mais próximo da realidade da mudança de vida dos realocados para os conjuntos. O resultado alcançado nesse trabalho demonstrou que, embora tenha havido avanços nas políticas públicas de habitação brasileiras, tais ações ainda estão muito distantes de se adequarem às necessidades, aos anseios e aos modos de vida do pobre urbano, pois esse tem um modo peculiar de viver na metrópole, composto por códigos, moral e cultura diferenciados.

Palavras-chave: Conjunto habitacional, realocação, políticas públicas habitacionais, cultura da pobreza, antropologia urbana.

SILVA, Ariadne P. **From Palafitas to Public Housing Units: what are the changes in the life of those relocated?** 2020. 232 p. Doctoral dissertation - Post Graduate Program in Architecture and Urbanism, at the College of Architecture and Urbanism- PPGAU/FAUUSP, University of São Paulo.

The purpose of this doctoral dissertation was to understand the changes in the life of relocated residents living in the public low-income housing in view of the fact that national policies opt for moving dwellers away from their original locations. However, public housing of social interest in the last decade tends to keep relocations near their settlements or even in the same place where low-income settlements existed before. The field research place was the city of Recife because of its historical social struggles in favor of urban land and housing for the poorest. The objective of the empirical study of low-income relocations was in the *Via Mangue* and its housing units; this is an expressway located in the southern area of the city, built appropriately during the 2014 World Soccer Cup. The unit selected for the field research was *Via Mangue III*. To analyze the relocation events, along with the field data obtained, urban planning and anthropological authors were selected as a theoretical base in order to get a closer understanding of real-life changes in those families relocated to the housing units. The outcome of this work showed that although there have been improvements in Brazilian housing public policies, these actions are very distant from the adequate needs, wishes and lifestyles of the urban poor who have a peculiar way of living in a metropolis comprised of codes, moral and cultural differences.

Keywords: Low Income Housing, relocation, public housing policies, culture of poverty, urban anthropology.

Lista de ilustrações

Figuras e Fotografias

- Foto 1- Barra da Tijuca, década de 1970 p.53
- Foto 2- Mocambos do Recife na década de 1930 p.67
- Foto 3- Mocambos no bairro de Santo Amaro, no centro expandido do Recife. p.67
- Foto 4 - Vista área do Bairro do Pina nos anos de 1940, Av. Herculano Bandeira e Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Ao fundo, área de mangue que seria ocupada por favelas a partir de 1960. p.84
- Foto 5 - Avenida Boa Viagem recém-inaugurada. p.85
- Foto 6 - Vista área da Avenida Boa Viagem nos anos de 1930. p.85
- Foto 7 - Vista área do bairro de Boa Viagem na década de 1960. Em primeiro plano o edifício Holiday, do arquiteto Acácio Gil Borsoi. Ao fundo, a faixa de terra compreendida pela área de mangue. p.86
- Foto 8 - Avenida Boa Viagem em 2012. p.90
- Foto 9 - Avenida Boa Viagem nos anos de 1950. p.91
- Foto 10 - Pina (Comunidade do Bode). p.92
- Foto 11 - Shopping Center Riomar, parte do complexo da Via Mangue, e ao fundo os Habitacionais Via Mangue I e II. p.94
- Foto 12 - Fábrica da Bacardi, futuro local do Shopping Center Riomar. Ao fundo, terrenos dos conjuntos Via Mangue I e II e Parque dos Manguezais. p.96
- Foto 13 e 14- Projeto do corredor viário expresso Via Mangue, alça da Ponte Paulo Guerra (ponte já existente) ligando à Via Mangue. p.100
- Foto 15 - Trajeto da via expressa nos bairros do Pina e Boa Viagem. p.100
- Foto 16 - Detalhe do sistema de viadutos, na parcela terminal da Via Mangue, que distribuem o fluxo de veículos da via para os bairros de Boa Viagem, Piedade e Imbiribeira. p.101
- Foto 17 - Projeto do corredor viário expresso Via Mangue. Seção transversal da Via Mangue. p.101
- Foto 18 - Trecho final da Via Mangue (vista sentido Pina - Boa Viagem). A foto apresenta a referida parte triangular que fazia parte do local das antigas comunidades de Deus nos acuda e Xuxa. A foto ainda apresenta novas construções e terrenos vazios (em destaque), inclusive no local a ser protegido. p. 104
- Foto 19 - Conjunto Habitacional Via Mangue III. p.105
- Foto 20 - Conjunto Habitacional Via Mangue I. p.106

Foto 21 – Moradias sobre palafitas na comunidade de Pantanal, umas das relocadas com a construção da Via Mangue. p.133

Foto 22 – Moradias de alvenaria, algumas com comércio na comunidade de Deus nos acuda. p.133

Foto 23 – Bloco 1, onde Messias mora com sua família. A foto apresenta, só nessa fachada, três aparelhos de ar-condicionado. p.140

Foto 24 – Unidade habitacional de Messias (sala): pode-se observar a presença de vários eletroeletrônicos como: televisão de 42”, aparelho de som, e ao fundo um computador desktop com impressora. p.142

Foto 25 – Unidade habitacional de Messias (cozinha/serviço): pode-se observar a presença de uma geladeira duplex, freezer e máquina de lavar. p.142

Foto 26 – Unidade habitacional de Messias (quarto de casal): móveis por encomenda e ar-condicionado. p.142

Foto 27 – Unidade habitacional de Rafael (sala): conta com TV de 42”, impressora, mesa de granito, ventilador. p.143

Foto 28 – Unidade habitacional de Rafael (cozinha/serviço): conta com geladeira duplex, micro-ondas, liquidificador, batedeira e máquina de lavar roupas de 11 kg. p.143

Foto 29 – Unidade habitacional de Rafael (quarto do casal): pequena TV e sistema de som acoplado, cama box, guarda-roupa, luminária no teto, rodapê e textura decorativa em uma das paredes. p.144

Foto 30 – Unidade habitacional de Rafael (quarto das crianças): bicama, guarda-roupa, rodapê e textura decorativa em uma das paredes. p.144

Fotos 31 – Unidade habitacional de Dona Irene (sala/mercado): conta com balança digital de precisão, freezer horizontal e geladeira própria para venda de bebidas. p.145

Fotos 32 – Unidade habitacional de Dona Irene (cozinha/serviço): conta com geladeira duplex, forno micro-ondas e liquidificador. Entre os entrevistados, é o único apartamento que ainda não possui máquina de lavar roupas. p.145

Foto 33 – Unidade habitacional de Dona Irene (quarto de casal): apresenta rodapê, pintura nas paredes e guarda-roupa. p.146

Foto 34 – Unidade Habitacional de Dona Irene (quarto da filha): apresenta rodapê, textura decorativa nas paredes, cama box, ventilador e guarda-roupa. p.146

Foto 35 – Roupas estendidas na frente de uma UH: não há área de serviço nos apartamentos. p.151

Foto 36 – Colégio Boa Viagem, situado à rua Prof. Eduardo Wanderley Filho. p.156

Foto 37 – Colégio Santa Maria/Campus Universidade Estácio, situados à rua Prof. Padre Bernardino Pessoa. p.156

Foto 38 – Rua Prof. Eduardo Wanderley Filho em 2017. Transição entre o assentamento da Ilha do Destino e as novas construções, no local onde ficavam a comunidade da Xuxa e de Deus nos acuda. p.158

Foto 39 – Vista do conjunto Via Mangue III, o observador na Rua Dom João VI nos fundos do Shopping Center Recife. p.164

Foto 40 – Vista aérea do conjunto Via Mangue III, mostrando o observador na Rua Dom João VI da imagem anterior. p.164

Foto 41 – Frente do conjunto Via Mangue III, Rua Professor Pedro Augusto Carneiro Leão. p.165

Foto 42 – Lateral esquerda do conjunto Via Mangue III, Rua Cabo Gonçalo de Paiva. p.165

Foto 43 – Fundos do conjunto Via Mangue III, Rua Pres. Nilo Peçanha. p.165

Foto 44 – Casa com cerca de madeira e jardim, localizada no vilarejo do Sítio dos Macacos, zona periurbana da Região Metropolitana do Recife. p.170

Foto 45 – Apropriação do espaço entre blocos, em primeiro plano jardim. Em segundo plano terraço fechado por coberta e grade. p.171

Foto 46– Apropriação do espaço entre blocos, jardins e terraços. Detalhe para os aparelhos de ar-condicionado nas fachadas. p.171

Foto 47 – Foto das garagens no estacionamento rotativo. p.172

Foto 48– Estacionamento sem as garagens. Detalhe para os tubos serrados que seguravam as cobertas. Ao fundo, depósitos e garagens que permaneceram junto aos quiosques de comércio. p.172

Foto 49 – Bloco 2: detalhe para o mercadinho de Dona Irene, no apartamento térreo, alugado para esse fim. p.173

Fotos 50 – Barbearia de Rafael e esposa. O estabelecimento fica em um dos quiosques construídos pela Prefeitura para comércio no conjunto. (espaço interno). p.175

Fotos 51 – Barbearia de Rafael e esposa. O estabelecimento fica em um dos quiosques construídos pela Prefeitura para comércio no conjunto (frente do quiosque). p.175

Fotos 52 – Adolescentes jogam na quadra do Via Mangue III. p.177

Fotos 53 – Crianças brincam nas áreas comuns do Via Mangue III. p.177

Foto 54– Entrada dos blocos murados para segurança, em dezembro de 2017, sete anos depois da entrega do conjunto aos moradores. p.179

Foto 55– Entrada dos blocos gradeados para segurança, em dezembro de 2017, sete anos depois da entrega do conjunto aos moradores. p.180

Imagens de Satélite

Imagem de satélite 1 – Trajeto da Via Mangue e comunidades relocadas para a sua construção. Em destaque, local da próxima foto. p.94

Imagem de satélite 2 – Vias projetadas na década 1970 e anterior a essa data e seu traçado completo na cidade p.98

Imagem de satélite 3 – Localização das comunidades relocadas para a obra da Via Mangue e dos conjuntos destinados aos realocados. p.110

Imagem de satélite 4 – Local dos antigos assentamentos da Xuxa e de Deus nos acuda e vizinhança. p.155

Imagem de satélite 5 – Conjunto Via Mangue III e seu entorno. p.163

Mapas

Mapa 1 – Situação da ZEIS Ilha do Destino, na cidade de Recife e no bairro de Boa Viagem. As comunidades da Xuxa e Deus nos acuda surgiram no limite sul dessa ZEIS. p.89

Plantas de Arquitetura

Planta 1– Situação conjunto Via Mangue I. p.111

Planta 2 – Situação conjunto Via Mangue II. p. 111

Planta 3 – Situação conjunto Via Mangue III. p. 111

Planta 4– Coberta dos blocos tipo dos conjuntos Via Mangue. p. 112

Planta baixa 5 – Pavimento térreo tipo dos blocos dos conjuntos Via Mangue. p. 113

Planta baixa 6 – Pavimentos tipo (1º ao 3º andar) dos blocos dos conjuntos Via Mangue. p. 114

Planta baixa 7 – Unidade tipo dos blocos dos conjuntos Via Mangue. p. 115

Cortes e Elevações 8, 9, 10 e 11 – Cortes e fachadas dos blocos dos conjuntos Via Mangue. p. 116

Planta baixa 12 – Domicílio em Brasília Teimosa, Recife-PE. p.149

Planta baixa 13 – Unidade habitacional dos conjuntos Via Mangue, Recife-PE. p. 149

Planta baixa 14 – Unidade habitacional dos conjuntos de Paraisópolis, São Paulo-SP. p. 149

Lista de abreviaturas e siglas

BNH	Banco Nacional de Habitação
BRT	<i>Bus Rapid Transit</i>
Celpe	Companhia de Eletricidade de Pernambuco
COHAB	Companhia Habitacional de Pernambuco
COMUL	Comissões de Urbanização e Legalização
CDRU	Concessão de Direito Real de Uso
CUEM	Concessão de Uso Especial para Moradia
DIRCON	Diretoria de Controle e Desenvolvimento Urbano e Obras
DIRHAB	Diretoria de Habitação
FIDEM	Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
GEMFI	Grupo de Estudos sobre o Mercado Fundiário e Imobiliário
Grupo JCPM	Grupo João Carlos Paes Mendonça
HIS	Habitação de Interesse Social
IDHs	Índice de Desenvolvimento Humano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INFOSOLO	Projeto Mercados Informais de Solo Urbano nas Cidades Brasileiras e Acesso dos Pobres ao Solo
IPPUR/UFRJ	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro
MDU	Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano
PLANHAB	Plano Nacional da Habitação
PMCMV	Programa Minha Casa Minha vida
PREZEIS	Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social
PT	Partido dos Trabalhadores
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
TAC	Termos de Ajustes de Conduta

UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UH	Unidade Habitacional
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
URB- Rec	Autarquia de Urbanização do Recife
USP	Universidade de São Paulo
SPU/PE	Secretaria do Patrimônio da União de Pernambuco
VLT	Veículo Leve sobre Trilhos
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social
ZEPA	Zona Especial de Proteção Ambiental

Introdução	16
1. Deslocamentos humanos: migrações, remoções e reassentamentos	31
1.1 Dois mundos próximos: sociologia e antropologia	32
1.2 Mauss e as tribos polinésias: a teoria da dádiva	35
1.3 Lewis e as cinco famílias migrantes na cidade do México	40
1.4 O papel do Estado: as ações governamentais para as faixas de menor renda	48
1.5 Passa-se uma casa: Valladares e o caso da cidade de Deus – das remoções de favelas à realocação no Rio de Janeiro dos anos de 1970	53
2. O Processo de urbanização e realocação de favelas no Recife e a Via Mangue	63
2.1. No Recife a história é diferente: da luta pelo direito à cidade ao advento das políticas de urbanização e realocação de favelas	64
2.2 Os projetos urbanos no Recife e a remoção dos moradores dos assentamentos precários	76
2.3 Pina dos pescadores, do direito do pobre à cidade, e Nossa Senhora de Boa Viagem do mundo dos ricos	81
2.4 A Via Mangue: a maior obra da década e sua relação com os moradores de baixa renda	95
3. No mundo entre a riqueza e a pobreza: uma relação de necessidade	128
1.1 Viver na Unidade Habitacional: como o realocado se relaciona com seu espaço individual	132
1.2 A relação dos realocados com a vizinhança do conjunto	154
1.3 Os sentimentos dos reassentados	183
4. Considerações finais	204
Referências Bibliográficas	222
Anexos	228
Apêndices	231

O interesse por esse tema iniciou-se quando fui proferir uma palestra na 5ª *Conferência das Cidades* (2013), na cidade de Moreno (PE). Por não conhecer tão bem a cidade, achei necessário observá-la antes da palestra. A Secretaria de Planejamento se incumbiu de me mostrar todos os aspectos relevantes da cidade: patrimônio histórico, vias, drenagem, distritos e conjuntos habitacionais de interesse social.

Foi na visita aos conjuntos habitacionais de interesse social que vários aspectos dessa promoção de política habitacional me chamaram a atenção. Visitei dois conjuntos: um recém-inaugurado, chamado oficialmente de Conjunto Governador Miguel Arraes de Alencar – que seus moradores já tinham renomeado como “Capadócia”, em uma referência a uma novela que era veiculada na época –, e outro mais antigo, localizado no bairro de Nossa Senhora de Fátima, à Rua Tabelaão Valter Freire Lopes – em uma área distante do centro da cidade, localizada em um terreno em aclive. Neste último, conversamos com alguns moradores, que nos relataram diversos aspectos singulares. Eles declararam que muitas unidades habitacionais (UHs) estavam fechadas, pois haviam sido destinadas a pessoas idosas que tinham dificuldade de se locomover no conjunto, devido ao acentuado aclive do terreno. Essas foram morar em outro local. Ademais, algumas das UHs destinadas aos idosos se encontravam no segundo pavimento. As unidades que não estavam fechadas encontravam-se alugadas ou haviam sido vendidas. Outros aspectos foram relatados pelos moradores, tais como a apropriação do terreno pertencente ao conjunto como quintal privado por alguns moradores das UHs situadas no pavimento térreo; e a troca de unidades habitacionais entre conjuntos, devido a desentendimentos e ameaças entre moradores. O conjunto por se situar em local distante do centro urbano, estava praticamente em situação de isolamento. Não havia comércio, escolas ou outras moradias em seu entorno, sem mencionar a falta de transporte público entre o conjunto habitacional e outros locais da cidade.

Essa situação chamou a minha atenção e a do colega da Secretaria de Planejamento, Sr. Suetinni Jean de Lima, o qual me convidou para palestrar na Conferência das Cidades. Diante desse quadro, surgiu a intenção de estudar os conjuntos e entender os motivos da insatisfação do realocado com a nova moradia. Esse foi o embrião que esta tese de doutorado tomou como primeiro estudo de caso.

Deve-se antes de tudo fazer um breve apanhado histórico da política habitacional de realocação dos moradores dos assentamentos de baixa renda para os conjuntos habitacionais, após a década de 1950. No Brasil, essa experiência tem a influência do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), instaurado no período do governo militar (1964-1985). Essa política visava,

por meio do Banco Nacional de Habitação (BNH), prover habitações em dois mercados distintos. Um era voltado para os setores de renda média e alta, com financiamento e promoção privados, e outro para setores de baixa renda, a partir da promoção pública (SHIMBO, 2010; MARICATO, 2011). Os juros dos financiamentos para as classes alta e média subsidiariam a construção das moradias populares, embora os mais pobres também pagassem pela habitação. Após o encerramento das atividades do BHN em 1983, o Brasil passou por um período de mais de 3 décadas sem uma política nacional de habitação.

A retomada das políticas nacionais de habitação é iniciada no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Essa precedeu o novo Plano Nacional da Habitação (PLANHAB), que visava uma política habitacional observando as nuances das regiões do país para uma produção de moradia mais eficiente, mas que foi preterida pelo *Programa Minha Casa Minha Vida*, que teve como principal objetivo alavancar o setor da construção civil. Tanto o PLANHAB quanto o *Minha Casa Minha Vida*, tiveram lugar nos governos de gestão do PT - Partido dos Trabalhadores.

O PLANHAB surge em 2009, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva como consequência do Projeto Moradia, e tinha como proposta o desenvolvimento urbano e a erradicação do *déficit* habitacional no país. O *Projeto Moradia* foi desenvolvido a partir das experiências de gestões municipais do Partido dos Trabalhadores (PT), e elaborado nos anos de 1999 e 2000, em parceria com a organização não governamental *Instituto Cidadania* e a *Fundação Djalma Guimarães*, e auxiliados pela mobilização de diferentes segmentos da sociedade, profissionais especialistas de diferentes áreas, representantes dos movimentos sociais e populares, setores empresariais, universidades, centrais sindicais, dentre outros (CARDOSO, ARAGÃO e ARAUJO, 2011).

Já o *Programa Minha Casa Minha Vida* (PMCMV) que substituiu rapidamente o PLANHAB, no mesmo ano do seu lançamento, tinha interesse em suprir o grande *déficit* habitacional, além de incrementar o mercado da construção civil. Esse último objetivo era uma tentativa de evitar que a crise econômica mundial de 2008 chegasse ao Brasil (MARICATO, 2011; 2011). Apesar desse cunho econômico, que o BNH também possuía, o programa apresentou uma reformulação importante no que se refere à população de baixa renda. Estes passaram de *mutuários* à *beneficiários*. Isso significou que, enquanto o mutuário tinha um contrato de quitação do imóvel em prestações reajustáveis, em um período de 35 anos, o beneficiário geralmente recebe o imóvel gratuitamente ou, no máximo, paga parcelas mensais

de R\$ 25,00 ou de 5% do valor referente à sua renda durante 15 anos, prevalecendo o que for maior (CAIXA, 2009).

Assim, observa-se que as políticas habitacionais na atualidade, procuraram seguir a Constituição de 1988. Essa constituição teve o intuito de ampliar e consolidar os direitos para uma cidadania plena, se preocupando, principalmente, com população de baixa renda, por isso, ela foi denominada de Constituição Cidadã. E, por essa ótica, houve uma evolução das políticas de acesso à terra e à moradia dos menos favorecidos na *urbe*. Essa evolução teve por objetivo reconhecer o direito à cidade para os mais pobres. Um dos pontos fundamentais dessa mudança foi reconhecer a necessidade que a produção pública de habitação tivesse lugar dentro do tecido urbanizado e consolidado da cidade.

O objetivo dessa nova forma de estabelecer os conjuntos habitacionais seria dar sustentabilidade aos setores de baixa renda na cidade, bem como o não esvaziamento desses conjuntos. As propostas de realocação em caso de urbanização de assentamentos precários passaram a observar a necessidade das populações serem mantidas perto de seu local de origem na tentativa de dar permanência às suas redes socioeconômicas preexistentes. Contudo, a taxa de saída desses realocados dos conjuntos permaneceu relativamente alta, assim como seu retorno ou a formação de novas comunidades de organização informal.

Vê-se que desde o fim das políticas do SFH até a atualidade, muitas coisas mudaram nas políticas habitacionais de realocação. Dentre essas mudanças, pode-se afirmar que a mais importante delas é a inserção dos conjuntos habitacionais dentro do tecido consolidado da cidade, ou ainda a construção desses conjuntos no próprio local onde já existia a comunidade. Essa ação deveria possibilitar que os moradores realocados conseguissem manter suas estratégias de sobrevivência e os laços sociais preexistentes. Todavia, ela ainda acarretou mudanças na vida dessas famílias relocadas para os conjuntos habitacionais. Entender quais são as mudanças e seus impactos é a intenção dessa tese.

Para tanto, entre outras referências, a base teórica desse estudo dialoga com as teorias da antropologia urbana e da sociologia; além dos estudos de Lícia Prado Valladares, socióloga, e Pedro Abramo, economista – estudos voltados para o urbano, principalmente sobre as áreas de baixa renda.

Com relação à antropologia, os aportes se deram pelas *Teorias do Dom*, pelas quais se verifica que a tríade *dar-receber-retribuir* dos povos polinésios estudados por Marcel Mauss,

no início do século XX, se reproduz, em certa medida, na atualidade nas atividades socioeconômicas dos assentamentos precários por meio das trocas de favores. Esses podem ser exemplificados pelo pagamento do aluguel da moradia com trabalho e/ou serviços, por exemplo. Essas trocas de favores são fundamentais para a sobrevivência dos mais pobres na cidade, e tornam o seu local de moradia um sítio diferenciado, social e economicamente. Além das *Teorias do Dom*, a teoria de Oscar Lewis sobre a *Cultura da pobreza* foi fundamental nesse processo de elucidação das mudanças nas vidas dos realocados para os Conjuntos habitacionais. Outro ponto abordado foi o entendimento das políticas habitacionais da atualidade.

Essas teorias se complementaram e se relacionaram com os estudos de Lícia Valladares, apontados no livro *Passa-se uma casa*. Esse relata toda a trajetória de remoção dos moradores das favelas do Rio de Janeiro para os conjuntos habitacionais do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) durante o governo militar (1964-1985). Outro ponto abordado foi o entendimento das políticas habitacionais da atualidade a partir da ótica de Laura Bueno, na tese *Projeto e favela: metodologia para projetos de urbanização*.

No que se refere à sistemática da vida dos assentamentos de baixa renda, muitos estudos apontam como estratégia de sobrevivência do pobre na cidade a formação de redes de solidariedade e segurança no local em que vivem. Essas são bem diversificadas: vão desde a conta na mercearia da esquina, até o pagamento do aluguel em prestação de serviços e o contrato verbal; passando por aceitar apenas pessoas conhecidas dentro do assentamento, até morar perto dos parentes para ajudar na manutenção financeira da família. Dentro desse viés, existem alguns estudos como os de Abramo (2003, 2009), Zaoual (2006) e aqueles desenvolvidos no âmbito do Grupo de Estudos sobre o Mercado Fundiário e Imobiliário – GEMFI da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), coordenado pela Profa. Norma Lacerda. Neste último, participei como pesquisadora no período de 2006 a 2012.

Iniciando por Abramo, que nas últimas décadas dedicou-se a estudos sobre a dinâmica do mercado imobiliário na favela, apresenta suas análises no artigo *Cidade COM-fusa*, por exemplo, que trata da mobilidade, mercado imobiliário e da vida social dos assentamentos precários, tanto centrais como em zonas periféricas da cidade do Rio de Janeiro. Esse estudo trouxe informações importantes sobre o modo de vida nos assentamentos precários e as

necessidades dos seus moradores, tais como: morar perto do trabalho, comprar um terreno ou moradia mais barata na periferia, ser aceito na comunidade², além de outros.

No estudo do mesmo autor sobre o mercado imobiliário informal em oito capitais brasileiras (Porto Alegre, Florianópolis, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Recife, Salvador e Belém), que resultou no livro *Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras*, verifica-se que em todas as capitais estudadas a prevalência é da venda. A exceção é Recife – única capital em que o aluguel é predominante. Assim, as áreas pobres de Recife configuram um mercado diferenciado pela sistemática de seu funcionamento, como foi verificado nos estudos do GEMFI.

Continuando ainda com Abramo, o texto *A Teoria Econômica da Favela: quatro notas sobre a localização residencial dos pobres e o mercado Imobiliário informal*, contido no livro *A cidade da informalidade: o desafio das cidades latino-americanas*, de sua organização, aponta fatores que permitem a vida dos pobres nas cidades, os quais são denominados **proximidades**³. As **proximidades** são um fator de grande relevância, podendo ser divididas em três modalidades: as topológicas, as classificatórias e as organizadas. Aspectos esses, referentes a sua posição na cidade, a sua situação fundiária e situação institucional (ZEIS - Zona Especial de Interesse Social⁴).

² Segundo Mocellim (2011), o termo comunidade “é um desses conceitos das ciências sociais que, por mais que o tempo passe, permanecem controversos. Teorias após teorias, décadas após décadas, mesmo com as grandes mudanças que vivemos neste nascente século XXI – e após as mudanças drásticas que transformaram o mundo do século XX –, não há ainda uma definição que seja hegemônica no debate sobre tal conceito (p.106). Sobre comunidade o autor escreve: “Comunidade é sempre o lugar onde podemos encontrar os semelhantes e com eles compartilhar valores e visões de mundo. Também significa segurança, e é nela que encontramos proteção contra os perigos externos, bem como apoio para os problemas pelos quais passamos. (...) O espaço também é importante na caracterização da comunidade, pois esta é localizada e envolve vínculos de *proximidade* espacial, tanto quanto de *proximidade* emocional (p.106). Aqui se usará do conceito de comunidade de **Max Weber**, em que na “comunidade há uma relação social na medida em que a orientação da ação social, na média ou no tipo-ideal, baseia-se em um sentido de solidariedade: o resultado de ligações emocionais ou tradicionais dos participantes.” (1987, p. 77).

Ainda sobre o termo comunidade a tese de Ana Veiga (2013) no seu terceiro capítulo faz um debate sobre esse conceito *versus* sociedade com foco na metrópole latino-americana.

³ Sobre as proximidades que Pedro Abramo as denomina como fator relevante nos assentamentos de baixa renda, embora esse autor não cite no seu capítulo aqui referido, elas são conceitos da sociologia e se referem às comunidades. Mocellim (2011,p.111) cita Tönnies (1995a, p. 252): *Em teoria, a sociedade consiste num grupo humano que vive e habita lado a lado de modo pacífico, como na comunidade, mas, ao contrário desta, seus componentes não estão ligados organicamente, mas organicamente separados. Enquanto, na comunidade, os homens permanecem essencialmente unidos, na sociedade eles estão essencialmente separados, apesar de tudo que os une.* E complementa: A sociedade só pode existir com um grande número de pessoas vivendo em *proximidade* e em um território expandido, onde possa conviver imenso número de pessoas, com os mais diversos modos de ser. (Ou seja a sociedade é composta de várias comunidades e essas são organizadas por meio das proximidades) (grifo nosso).

⁴ As ZEIS – zonas de interesse social – foram instituídas pela primeira vez na cidade de Recife pela Lei 14.511 de 1983, definidas como áreas “caracterizadas como assentamentos habitacionais surgidos espontaneamente, existentes e consolidados, onde são estabelecidas normas urbanísticas especiais, no interesse social de promover a sua regularização jurídica e a sua integração na estrutura urbana” (cap. II, art. 14 da referida lei).

A primeira proximidade citada são as **relações sociais**. Essas se referem ao relacionamento de vizinhança e/ou à proximidade com a família, criando assim uma rede de relações de vigilância social que estabelece modos ou regras de conduta dentro do assentamento. Pode-se aproximar essa análise do conceito de *dádivas ou dons*, elaborado por Mauss, que se configura pelas concessões e trocas de favores que possibilitam morar, alimentar-se, sair para o trabalho – ações que geralmente caracterizam o cotidiano dos moradores de favela e de loteamentos precários em sua luta pela sobrevivência.

A segunda proximidade são as **políticas urbanas**. Elas visam à melhoria da comunidade ou do assentamento. São investimentos públicos na infraestrutura local, na saúde e na educação dos moradores. É nesse aspecto que reside uma grande diferença entre morar em uma favela que é ZEIS ou não, pois esse instrumento jurídico possibilita maior segurança urbanística, gerando maior procura por moradias em assentamentos onde essas proximidades estão presentes. Essa pesquisa de doutorado estabelece, portanto, um diálogo com Abramo: são essas proximidades que propiciam a vida dos mais pobres na cidade, criando uma lógica diferenciada no urbano. Após o entendimento de como esses moradores vivem no assentamento, tanto pelos estudos aqui apresentados como pela minha vivência de pesquisadora em favelas é que foi possível ter bases para aferir o impacto da mudança do assentamento para os conjuntos nas vidas dos realocados, dos casos estudados especificamente nesse trabalho.

Nessa mesma direção vai o livro *A nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global*, de Zaoual (2006). Nele o autor explica que cada “(...) sítio é feito uma ‘caixa preta’ que contém mitos fundadores, valores, revelações, revoluções, sofrimentos e experiências do grupo humano em questão [*em nosso caso, os assentamentos pobres*]. O sítio tem também uma ‘caixa de ferramentas’ contendo seus modos de organização, seus modelos de comportamento e de ação, seu saber-fazer, suas técnicas etc.” (ZAOUAL, 2006, p. 36).

Nos estudos sobre Recife, a produção do GEMFI foi de certo fundamental. Embora o foco dos estudos desse grupo, de 2007 a 2011, fosse o mercado imobiliário de aluguel em áreas pobres do Recife, muito foi observado sobre a vida cotidiana nesses assentamentos precários. Desse modo, foi gerado o entendimento de que o mercado imobiliário de aluguel estava profundamente ligado à forma de vida dos moradores das áreas pobres, proporcionando a compreensão de como essas pessoas vivem.

Na produção desse grupo de estudos, destacam-se dois trabalhos: o ensaio *Mercado imobiliário de aluguel em áreas pobres e a teoria das convenções*, da autoria da profa. Norma Lacerda, que versa sobre o mercado imobiliário de aluguel sob a ótica da teoria das convenções; e a dissertação *Mercado Imobiliário em áreas pobres do Recife: um estudo das relações socioeconômicas à luz das teorias sobre o Dom* – de minha autoria.

Na dissertação trabalhei o mercado imobiliário de aluguel no entendimento de que ele existe nas comunidades de baixa renda, principalmente, por conta das relações de trocas e solidariedade existentes no assentamento de baixa renda. Logicamente existem outros fatores, como obviamente a existência de uma demanda, que faz a dinâmica do mercado imobiliário de aluguel nesses locais.

Esses trabalhos transcorrem sobre os assentamentos precários, e por eles tem-se o entendimento da vida na comunidade pobre urbana, que é regida por regras próprias para a sobrevivência desses moradores.

O trabalho *Projeto e favela: metodologia para projetos de urbanização* (2000), de Laura Bueno, também traz contribuição à minha reflexão, já que apresenta apanhado das políticas habitacionais no Brasil, classificando-as em tipos. Sua leitura permitiu uma correspondência crítica entre a teoria das políticas públicas com a pesquisa empírica da tese aqui apresentada.

Outra pergunta que deu origem a esse trabalho: porque muitos dos moradores optam por sair dos conjuntos habitacionais após a realocação em casos de remoção. No livro *Passa-se uma casa*, Lícia Valladares (1980) fazia a mesma pergunta. A autora retratou a trajetória dos realocados da favela da *Rocinha* para o conjunto habitacional *Cidade de Deus*, no Rio de Janeiro da década de 1970. Esse traz um olhar sociológico que fazia a conexão entre as políticas públicas e as sistemáticas e “astúcias” dos pobres urbanos para sobreviver às contradições geradas pela própria política habitacional. A autora observava, por exemplo, que os mutuários dos conjuntos, pessoas de baixa renda, começaram a ter complicações para pagar as prestações dos imóveis. Isso acontecia ora porque eles declaravam ter uma renda maior, a fim de obter a casa própria; e ora porque os reajustes das parcelas dos contratos de financiamento não correspondiam ao aumento real de seus ganhos. Assim aconteciam as inadimplências. Esses dois motivos são apontados como principais causas do repasse das casas. Contudo, a distância entre o conjunto habitacional e os locais de trabalho dos moradores também foram um importante agente nesse processo de saída. Grandes deslocamentos acarretavam uma alta

despesa que pesava no bolso do mutuário: o transporte. Vê-se que, no início, o realocado sempre tinha a esperança de que a mudança para o conjunto fosse positiva, e se impunha uma empreitada para conseguir mudar-se para lá a qualquer custo. Porém, muitas vezes o preço era alto demais, impedindo que o morador permanecesse no local. Isso fez com que ele retornasse para a comunidade de origem, ou para outra que se adequasse às suas necessidades.

Outro ponto importante mencionado por Valladares é que, apesar dessas pessoas de baixa renda terem sido alocadas em habitações com melhores condições ambientais, a política habitacional na época ainda visava à “limpeza” socioeconômica da cidade. Essa política jogava os pobres para fora do perímetro central. Dessa forma, eles iam morar em lugares aonde não chegava o transporte público, e nos quais não havia outras moradias, comércio e trabalho no entorno. Por consequência, essa situação dificultava a sobrevivência naquele local. Passadas quase quatro décadas desde o estudo de Valladares, nota-se que o tema continua atual.

Contudo, a situação atual é diferente da dos realocados da *Rocinha*, tratados no estudo de Lícia Valladares, que saíam do tecido consolidado do Rio de Janeiro para o conjunto habitacional *Cidade de Deus*, por exemplo – localizado em área distante, na zona oeste da cidade, a qual, na década 1970, era um território ainda pouco habitado.

A situação observada nesta tese é diferente da dos realocados da *Rocinha*, tratados no estudo de Lícia Valladares. Aqui busquei observar novos conjuntos, que são resultados que advêm das políticas disseminadas na década de 1990, quando se consolidam no campo da habitação, as ideias de que as ações de realocação deveriam manter a preocupação com a localização, e que as novas moradias deveriam estar inseridas no tecido da cidade. De forma a tentar proporcionar aos seus moradores melhores condições de vida e trabalho. Todavia, o que se pode observar, é que essa mudança em relação às políticas de remoção e de realocação trouxe aspectos positivos, mas muitos problemas permanecem.

Na aproximação com os moradores dos casos analisados aqui, pude identificar sentimentos que mesclam a satisfação e a nostalgia nos casos de permanência dos moradores, e há também a decepção com o novo local de moradia provocando a saída do realocado. ***Perscrutar quais são os aspectos que fazem ocorrer a permanência ou a saída dos moradores realocados dos assentamentos de baixa renda para os conjuntos habitacionais*** foi o objetivo desta pesquisa de doutorado – tendo como hipótese que, ***mesmo com os avanços das políticas de remoção e realocação de assentamentos de baixa renda para conjuntos em locais***

próximos ou para o mesmo local onde se encontrava antes o assentamento precário, as relações sociais pré-existentes sofrem mudanças.

Para esse estudo escolheu-se a cidade de Recife, pelo seu histórico de lutas pelo direito à terra e à moradia, resultando num pioneirismo tanto em leis sobre a moradia e a terra urbana, como em ações visando políticas municipais de melhorias urbano-fundiárias nos assentamentos precários. Chama-se a atenção para a lei de Uso do Solo que instituiu as ZEIS (Lei nº 14511/83), como também, a do PREZEIS (Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social) – Lei Ordinária 14947/87, concebida em 1987, quatro anos após serem instituídas as primeiras ZEIS da cidade, visavam a proteção do lugar dos pobres na cidade. Soma-se a esse o objetivo a regularização urbanística e fundiária no Recife garantindo o direito à moradia. A instituição das COMULs (Comissões de Urbanização e Legalização), que ocorreu pelo Decreto-Lei nº 17.596/97, foi outro marco importante. Esse instrumento instituiu a participação deliberativa dos moradores de baixa renda nas intervenções urbano-fundiárias em suas comunidades, além dos processos de realocação dos moradores de áreas pobres.

Na cidade de Recife, o recorte adotado para a pesquisa de campo foi o conjunto Via Mangue III, que fez parte do processo de implementação da autovia localizada na zona sul da cidade: a Via Mangue. Ou seja, as relocações dos moradores dos assentamentos precários para a construção dessa via foi o objeto desse estudo. Ressalta-se, ainda, que esse conjunto está inserido no contexto apontado na hipótese, na qual as políticas de remoção e realocação de assentamentos de baixa renda visam à mudança desses moradores para conjuntos em locais próximos ou no mesmo local onde se encontrava o assentamento originário.

Para pesquisa de campo utilizei como inspiração os métodos da antropologia, mais precisamente o método etnográfico. Por não se tratar exatamente de um trabalho antropológico foi escolhido o método etnográfico urbano, que tem uma interface com o urbano, e consequentemente, faria uma ponte entre a antropologia e o planejamento urbano, própria dos estudos do habitat: a área na qual se inscreve esta tese. O método etnográfico clássico exigiria uma imersão extensa e assídua no local e no grupo-objeto da pesquisa. Tal processo demandaria dedicação exclusiva, acarretando a dispensa de outras abordagens fundamentais para a reflexão proposta, sobretudo no que diz respeito às questões próprias ao campo disciplinar da arquitetura e do urbanismo: o processo de urbanização, a dimensão técnica e as políticas públicas, projetos e aspectos da legislação urbanística.

A atenção para esse ajuste de procedimentos veio das leituras de Oscar Lewis, um dos estudiosos americanos que começaram a ter interesse por estudar a urbanização acelerada dos países latino-americanos no pós-guerra, junto com a *Escola de Chicago*, e que para mim foi referência fundamental para pensar a relação entre o urbanismo e a antropologia. Seus trabalhos no México trouxeram uma visão da migração da pobreza que era diferente da abordagem de Redfield (GORELIK, 2011). Este último, pertencente à *Escola de Chicago*, teve também o México como lugar de seus estudos, contudo, afirmava que o migrante pobre que se estabelecia na metrópole perdia seus costumes e sua identidade, criando um ser anônimo. Já Lewis, por sua vez, percebe que o migrante não se torna um ser anônimo na metrópole, mas cria uma nova cultura que faz com que ele sobreviva à dureza da cidade. Essa nova cultura, chamada por Lewis de *cultura da pobreza*, traz a permanência de modos de vida do rural, seus códigos e tradições, os quais se moldam à vivência do migrante com a cidade, mas nunca se perdem.

Lewis, ao estudar um grupo de pessoas que se mudaram de um pequeno povoado para a Cidade do México (capital federal desse país), definiu a metodologia da *etnografia urbana* quando da sua pesquisa. Ele a apresenta no livro *Antropologia da pobreza: cinco famílias*, que é o resultado dessa pesquisa. No capítulo *La scena* (LEWIS, 1961, p. 17-21), ele explica que a metodologia usada remete à vivência com essas cinco famílias usando apenas um dia de convivência com cada uma delas, para observar seu comportamento após a mudança para a Cidade do México. Além da observação por um curto período de tempo, Lewis também se apropriou das entrevistas para analisar as mudanças ocorridas nessas famílias, após sua migração do povoado no campo rumo à metrópole. Lewis ainda relata que essa pesquisa somente foi possível por meio do estabelecimento de um *Rapport*, isto é, um laço de confiança e amizade com essas famílias.

Esse comportamento da antropologia, a partir das décadas de 1940 e 1950, inspirou o procedimento da pesquisa *in loco* do presente trabalho. Desde que os antropólogos mudaram seu foco – das tribos isoladas do resto da humanidade para as cidades e seus moradores –, os procedimentos etnográficos foram ajustados para observar os grupos urbanos.

Ressalta-se que pesquisadores contemporâneos das ciências sociais reconhecem que imersões não tão profundas no grupo social que se quer estudar, como formas satisfatórias para a obtenção dos resultados esperados. Dessa forma, recorre-se a sistemas mais simples quando se trata de cidade (Magnani, 2002).

Contudo, a exemplo da pesquisa de Lewis, toda e qualquer pesquisa etnográfica continua perseguindo objetivo da etnografia clássica, que é:

(...) abordar o social, pelo menos de início, por seu aspecto mais exterior, símbolo talvez de foro interior não diretamente acessível, não obstante realidade que não se furta à observação. Essa realidade consiste em um comportamento, ela é coletiva e, portanto, comporta manifestações repetidas e maciças – presas oferecidas então à comparação e as estatísticas. A mesma realidade é uma instituição, sendo então cristalizadas em formas políticas ou em códigos ou rituais, isto é, transformadas em coisas facilmente observáveis (...) (DURKHEIM, 2013, p. LIX)

Justifica-se, assim, uma aproximação para a percepção geral do objeto da presente pesquisa, ainda que não tenha ocorrido uma imersão mais intensa na própria vida dos moradores.

No caso aqui apresentado, os personagens da aproximação foram os realocados dos assentamentos de baixa renda para Conjuntos Habitacionais de Interesse Social – pessoas que saíram de seu lugar edificado por iniciativa própria para um conjunto habitacional promovido pelo Estado. Embora a pesquisa aqui apresentada não seja na área da Antropologia, ela recorre a diversos procedimentos metodológicos de campo dessa ciência para conseguir alcançar seu principal objetivo: *entender as mudanças nas vidas dos realocados das comunidades de baixa renda para o conjunto*.

A justificativa para adotar essa metodologia é que esse se trata de um fenômeno urbano em que o envolvimento das pessoas é muito forte, principalmente, no que diz respeito aos seus sentimentos em relação a essa mudança, e que criam desdobramentos na apreensão e na apropriação do novo espaço de moradia, justificando as suas (in)satisfações com o conjunto e acarretando diversas ações desses sujeitos.

Para tanto, foram feitas várias visitas ao conjunto Via Mangue III, entre 2017 e 2018, para alcançar o objetivo da pesquisa aqui exposta. Para a viabilização da pesquisa foram escolhidos os seguintes procedimentos metodológicos:

a - Incursões etnográficas no conjunto Via Mangue III: essa foi a pesquisa de campo propriamente dita. A intenção desse procedimento foi observar o dia-a-dia dos moradores do conjunto habitacional. Para tanto, foi necessário ouvir e registrar as declarações feitas na vivência com essas pessoas, por meio do caderno de campo, de gravações de áudio e registros fotográficos. Ocorrendo a realização várias visitas de um dia inteiro ou de meio dia ao conjunto, durante um ano, com o objetivo de observar a vivência de seus moradores, perscrutando tanto os aspectos positivos como negativos dessa nova moradia, com base no método etnográfico urbano de Oscar Lewis.

b - Mapeamento das famílias entrevistadas no conjunto Via Mangue III: foi realizado o mapeamento das unidades habitacionais onde se encontram (ou se

encontravam) as famílias relocadas para o conjunto, bem como, a localização de seus parentes que também foram realocados, com o objetivo de auxiliar na análise etnográfica. Esse procedimento auxiliou no entendimento do conjunto como uma mudança positiva ou negativa nas vidas das famílias selecionadas para a pesquisa, pois ao se entender como é (era) a relação dessas famílias com a vizinhança próxima, e a sua posição dentro do conjunto trouxe à luz um melhor entendimento do que piorou ou melhorou na vida para cada morador.

c - Mapeamento da trajetória de vida das famílias até o Via Mangue III: esse mapeamento trouxe todo o percurso dos chefes das famílias até o conjunto e em alguns casos coincidindo com o de todo núcleo familiar. Apreendeu-se com isso os aspectos relevantes dessa trajetória, fazendo um paralelo com os principais acontecimentos no Brasil e na cidade de Recife que possam ter contribuído para a história de vida de cada entrevistado. Esse mapeamento permitiu que se entendesse as motivações oriundas da trajetória de vida de cada morador entrevistado que resultaram na (in)satisfação com o conjunto. Este último item complementa e fecha os procedimentos metodológicos para entendimento do fenômeno aqui estudado.

Para as incursões etnográficas foi idealizado um roteiro (ver apêndices) para as conversas com os moradores realocados, contudo, o leitor observará que esse roteiro foi apenas uma linha mestra para conversar com os entrevistados. Essas perguntas foram memorizadas, e as entrevistas não seguiram rigidamente esse roteiro, pois, na medida em que as conversas se desenvolveram, os entrevistados responderam a tudo que era interessante a essa pesquisa sem que fosse necessário fazer todas as perguntas presentes no roteiro, e ainda acrescentaram mais informações. Essas foram enriquecedoras para o conteúdo sobre a vida desses moradores – não só dos entrevistados, mas também de outros realocados que agiam de modo semelhante, o que possibilitou uma análise profunda nos diversos aspectos que foram analisados e, o consequente entendimento das mudanças na vida desses personagens.

Somaram-se a isso as anotações no caderno de campo, feitas durante as visitas ao conjunto. Nelas observa-se o dia-a-dia no conjunto habitacional Via Mangue III, bem como, acontecimentos excepcionais que contribuíram para o entendimento da vida de seus moradores. Por fim, os registros fotográficos obtidos no decorrer dessas visitas, complementaram a observação desse grupo social.

A vivência no conjunto, somada à minha vivência de pesquisadora em áreas pobres do Recife e de outras cidades, ajudaram a sentir e perceber pequenos detalhes que fizeram muita diferença na hora de analisar o material apurado. Desse modo, pude descobrir nuances da vida

e da história dessas pessoas que foram importantes para compreender o que mudou positiva e negativamente em suas vidas após sete anos de moradia no conjunto Via Mangue III.

Esses procedimentos foram auxiliados por informações da literatura teórica e por documentos coletados em órgãos públicos que forneceram informações sobre os processos da Via Mangue, bem como o histórico de remoção *versus* implementação de projetos urbanísticos em Recife. Além disso, foi realizada ampla pesquisa digital em busca de dados secundários, em *sites* como o da Prefeitura da Cidade do Recife, entre outros.

A partir dessa metodologia, a reflexão originada com a pesquisa desdobrou-se na redação da tese que se apresenta aqui estruturada em quatro capítulos. Esses são distribuídos e conectados de forma que o pensamento teórico e a análise do problema estivessem sempre relacionados.

O **primeiro capítulo** apresenta os referenciais teóricos utilizados para o estudo da pesquisa empírica. Nele se faz um breve resumo da história da linha antropológica que se resolveu seguir, e também a explicação das razões de escolha das teorias socioantropológicas para trabalhar o tema aqui estudado.

O **segundo capítulo** destina-se a explicar de forma crítica o projeto do corredor expresso Via Mangue e o tratamento dado aos realocados para os conjuntos nesse projeto. Para tanto, esse capítulo se divide em 4 subcapítulos. O primeiro explana o histórico do surgimento das leis direcionadas aos mais pobres no Recife em prol do direito à cidade, incluindo os processos das ações dos projetos urbanos realizados no Recife em relação à remoção de assentamentos de baixa renda. Para logo após apresentar os bairros do Pina e de Boa Viagem em uma abordagem histórica, relacionando-os ao processo de urbanização do Recife. Essa abordagem relaciona-se com a ocupação que formou os assentamentos precários ali existentes, os quais foram alvo da remoção da obra da Via Mangue. Por fim, se desenvolve a narrativa do projeto urbano da Via Mangue com todas suas implicações, discussões, prós e contras, abordando também de forma mais específica a realocação de moradores das comunidades por onde iria passar a Via Mangue e os conjuntos habitacionais destinados a essa realocação.

O **terceiro capítulo** observa os moradores realocados para a realização da Via Mangue, tendo como *objeto empírico* de estudo desse trabalho o conjunto Via Mangue III. O subcapítulo inicial dispõe-se sobre as mudanças na moradia do assentamento às unidades habitacionais. Partindo do micro para o macrouniverso, o subcapítulo seguinte trata de dois universos maiores:

o ambiente interno ao conjunto e o seu entorno próximo, sempre em comparação com as relações sociais anteriores, características de onde antes se localizavam essas comunidades. Por fim, o capítulo adentra no âmbito dos sentimentos dos realocados diante das mudanças ocorridas com a nova moradia. Tudo isso, seguido pelas falas dos entrevistados localizadas em uma barra lateral nas páginas desse capítulo.

No **capítulo de conclusão**, após apresentada toda a composição do projeto Via Mangue, os históricos, processos de ocupação dos bairros e as ações de remoção dos moradores de baixa renda dos assentamentos que estavam dentro da área do projeto urbano, bem como a pesquisa de campo e seus produtos, faz-se um paralelo entre o referencial teórico e o material obtido por meio da pesquisa empírica. Assim, esse capítulo propõe-se a dar uma explicação e um entendimento do estudo realizado por meio das bases teóricas apresentadas. Além disso, traz possibilidades de novos estudos, desdobramentos do trabalho aqui apresentado e questionamentos sobre o fenômeno estudado, assim como sugestões de diretrizes para futuras políticas públicas de habitação social.

1. Deslocamentos humanos: migrações, remoções e reassentamentos

Este capítulo dedica-se às principais referências teóricas deste trabalho. A intenção é localizar historicamente o trabalho de autores, cujos objetos de pesquisa também estavam circunscritos a momentos históricos e/ou sociedades específicas, – o que, de um ponto de vista metodológico, auxiliou a pensar entradas de interpretação específicas para o caso de Recife. Em alguns casos, ainda foram estabelecidos paralelos com outros estudiosos ou outras linhas de pesquisa e disciplinas, que aqui não foram contempladas de forma aprofundada, mas que serviram de apoio para o embasamento teórico.

1.1 Dois mundos próximos: sociologia e antropologia

A antropologia e a sociologia surgiram no século XIX. Em meio a vários novos campos de estudos, tais como a biologia, a economia e também o urbanismo. Mas, pode-se dizer que a antropologia e a sociologia são ciências irmãs. Cada uma a seu modo iria tomar para si o estudo do homem e de suas sociedades tentando entender o comportamento humano por meio dos seus sentimentos, ações e desejos. Assim, a antropologia e a sociologia têm o objetivo de estudar o ser humano e seus fenômenos, como as sociedades, as comunidades, as tribos, as cidades e os modos de vida.

A sociologia se dedicou a estudar a cidade, o meio urbano, os modos de produção e seus efeitos. Marx, em seu célebre livro *O Capital*, não retrata apenas o modo de produção da Inglaterra recém-industrializada, mas toda a sociedade envolvida no modo de produção capitalista que vai transformando a vida na cidade e no campo – assim como vai transformando os valores a respeito da mulher, da família e dos filhos, e das relações que constituem os grupos sociais. Buscou assim desvendar, de que maneira a classe burguesa foi moldando essas relações de acordo com seus interesses, construindo um discurso hegemônico que se manifesta, enquanto poder, na organização do Estado. Já Émile Durkheim se dedicou a estudar a estruturação da sociedade e o papel do Estado, entendendo-o a partir da atribuição de um papel moral de mediador de conflitos, cuja ação adviria de certo controle exercido socialmente por meio de canais como a imprensa e outras instituições, o que vem definido no seu livro *Lições de Sociologia*. Ainda é importante mencionar, entre outras tantas contribuições, aquela que viria a coroar a "tríade" da consolidação da sociologia, Max Weber. Este entendeu a constituição da sociedade moderna capitalista a partir de um lugar e um tempo histórico definidos, a Europa

dos séculos XV e XVI, com papel fundamental do protestantismo. Nesse caso, o Estado aparece como resultado da formação de uma burocracia militar e civil, que exerce o controle social por meio de violência legitimada pela própria sociedade (CUNHA e TORRES JR., 2004).

Importante mencionar, que Durkheim, entre esses clássicos da sociologia era tio e mentor de Marcel Mauss, que viria a ser considerado pai da antropologia francesa.

A antropologia, por sua vez, iniciou dedicando-se a estudar as tribos ditas primitivas em seus costumes, modos de vida, de produção e de relação social específicas, entre outros aspectos, que os caracterizavam como formas de vida quase que alheias à expansão do capitalismo. Muitos antropólogos viajavam por todo o mundo à procura desses povos que, em plena época moderna, viviam de formas similares às do paleolítico. Mauss será um dos mais importante deles. Embora tenha feito muitas pesquisas, fundado o *Instituto de Etnologia da Universidade de Paris* (1925) e lecionado no *Collège de France*, tinha sérios problemas para transformar seus estudos em documentos escritos, como relata Claude Lévi-Strauss na introdução do livro *Ensaio sobre a Dádiva*, escrito por Mauss. Portanto, ele não deixou muitos livros como legado, mas os que deixou foram muito importantes para o desenvolvimento da antropologia.

Após esse primeiro momento, em que cada disciplina tinha um campo bem definido de estudo, surge, no século XX o interesse da antropologia por estudar o fenômeno urbano. Minha aproximação a esse interesse antropológico pelo fenômeno urbano advém da escolha de meu objeto de estudo: os elementos que constituem o estar na cidade, dos moradores realocados para conjuntos habitacionais construídos de acordo com projetos de reurbanização de áreas precárias; as mudanças em suas formas de vida após essa realocação; e como a transformação das políticas públicas ao longo do tempo responderam ou não a seus anseios. Mas o que será que culminou nesse interesse específico da antropologia?

Nos Estados Unidos, entre o final do século XIX e início do século XX, com as construções das ferrovias, o aparecimento de novas cidades se tornou uma constante. Contudo, o que mais chamou a atenção dos estudiosos foi o inchaço das cidades já existentes, principalmente Chicago, que se tornou ponto de encontro de várias linhas ferroviárias. O crescimento acelerado de Chicago pela migração de moradores de outras cidades e do campo, além da imigração de irlandeses, italianos e outros, deu origem a um amontoado de bairros pobres e marginalizados na cidade. A violência cresceu, apresentando dados alarmantes. Esse

fenômeno chamou a atenção dos sociólogos da Universidade de Chicago, que passaram a estudar o crescimento acelerado dessa cidade americana. Esse grupo ficou conhecido como a *Escola de Sociologia de Chicago*.

A *Escola de Chicago* prosseguiu seus estudos e, com o fim das grandes guerras, após 1945, se volta para a América Latina, onde estava acontecendo fenômeno semelhante ao que ocorrera em Chicago. As cidades latino-americanas começam a ter crescimento acelerado, com um processo de urbanização descontrolado e deficiente. Alguns dos sociólogos da *Escola de Chicago* partem para a América Latina, mais precisamente para o México, objetivando estudar esse fenômeno – não apenas pelo fenômeno em si, mas também, no caso do México, como isso afetaria os Estados Unidos (Gorelik, 2011).

Nesse mesmo momento os antropólogos, que só se dedicavam aos estudos das tribos "primitivas", também passam a estudar as cidades. Em Oscar Lewis, no livro *Antropologia Urbana: cinco famílias* (1961), pode-se entender esse interesse da antropologia pela cidade. Lewis afirma que a sociologia tratava os fenômenos da cidade de maneira generalista e universal, usando apenas dados estatísticos para estudá-los. Contudo, esses fenômenos seriam muito mais profundos e diversos do que os números poderiam mostrar. *Esse é o início do interesse da antropologia pela cidade: entender de forma única e diversa os fenômenos das cidades, procurando apreender as similitudes e diferenças de cada caso.*

O diálogo da antropologia com a sociologia, apresentando os limites dessa última, serve ao caso aqui estudado: a realocação dos moradores das favelas para os conjuntos habitacionais de interesse social, e a transformação de seus modos de vida, é um fenômeno urbano muito mais profundo do que é possível avaliar por meio de dados censitários ou econômicos. A leitura do fenômeno da remoção e realocação dos moradores de assentamentos precários no Recife, e mais precisamente dos assentados no local por onde atualmente passa a via expressa Via Mangue, passa pelo seu estudo em maior profundidade, que o entenda como um fato social complexo. Por isso recorri a algumas abordagens da antropologia, com as quais o objeto empírico desta pesquisa doutoral pareceu relacionar-se.

1.2 Mauss e as tribos polinésias: A teoria da Dádiva

Antes de entrar na *Teoria da Dádiva* de Mauss, deve-se pensar no significado da palavra dádiva. Segundo o *Google Dictionary*, dádiva significa ato ou efeito de dar espontaneamente algo de valor, material ou não, a alguém; presente, oferta, mimo, brinde. Ao traduzir-se para o inglês, a palavra dádiva aparecerá como *gift* que significa não apenas dádiva, mas também dom e presente.

A esses significados adicionam-se os nossos costumes ou atos sociais. No âmbito do sagrado, é comum entender que quando o presente vem do céu, dado pelos deuses, é uma dádiva ou um dom. E a depender da religião, se dádiva, ele deve ser agradecido aos céus por meio de orações e de doações aos necessitados, ou ainda por meio de sacrifícios. Se for dom, que significa uma habilidade diferenciada dos outros seres humanos, ele deve ser compartilhado, ensinado. Esse breve prólogo deve ser o guia para entender o que Mauss denominou de *Teoria da Dádiva* ou do Dom. Essa teoria foi elaborada por Mauss após uma pesquisa etnográfica em tribos ditas selvagens que habitavam a Polinésia no início do século XX.

Ao introduzir a obra de Mauss, Claude Lévi-Strauss faz uma importante consideração e a situa no entendimento da sociedade, descrevendo que:

Qualquer cultura [sociedade] pode ser considerada como um conjunto de sistemas simbólicos na primeira linha dos quais se colocam a linguagem, as regras matrimônias, as relações econômicas, a arte, a ciência e a religião. Todos esses sistemas pretendem expressar determinados aspectos da realidade física e da realidade social, e ainda mais as relações que esses dois tipos de realidade mantêm entre si e que os próprios sistemas simbólicos mantêm uns com os outros. (LÉVI-STRAUSS, MAUSS, 1950, p. 17) [grifo nosso].

E ainda, relata que essas relações simbióticas:

*[Mesmo] que nunca cheguem a poder fazê-lo de modo integralmente satisfatório, e sobretudo equivalente, resulta primeiro das condições de funcionamento próprias de cada sistema: permanecem sempre incomensuráveis; e depois, do facto de a história introduzir nesses sistemas **elementos alógenos**, que determinam passagens de uma sociedade a outra, e das desigualdades no ritmo relativo de evolução de cada sistema particular. (LÉVI-STRAUSS, MAUSS, 1950, p. 17) [grifo nosso]*

Ao escrever esse trecho relativo à obra que se segue sobre a *Teoria da Dádiva*, Claude Lévi-Strauss dá o entendimento que cada sociedade é um imbricado de ideias, sentimentos e códigos. Esses elementos alógenos podem transformar o local da sociedade ou transformar a sociedade, conforme as necessidades e aspirações de cada grupo humano.

Hassan Zaoual, mais de um século depois, já nos anos 2000, no seu livro *A nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global*, relata que as pequenas comunidades urbanas, com a globalização, recorrem a um movimento socioeconômico específico que se desenvolve em sítios. Isto é, em locais onde o indivíduo humano para poder sobreviver, transforma as regras formais da economia e do social conforme as necessidades que compõem a sua vida. Zaoual (2006) relata:

(...) o sítio é feito uma “caixa preta” que contém mitos fundadores, valores, revelações, revoluções, sofrimentos e experiências do grupo humano em questão. É o aspecto oculto, das práticas locais. O sítio tem também uma “caixa conceitual” que abrange seus conhecimentos comuns empíricos e/ou teóricos e, enfim, sua “caixa de ferramentas” contendo seus modos de organização, seus modelos de comportamento e de ação, seu saber-fazer, suas técnicas etc. O senso comum que o sítio dá a seu mundo percorre o conjunto dessas “caixas”, nenhuma isolada do restante. (ZAOUAL, 2006, p. 33)

Esse relato ocorre em condições bem diversas daquelas em que Mauss encontrou as tribos polinésias. Isso significa que em vários momentos e movimentos humanos a necessidade de sobrevivência irá transformar o local ou sítio em que vive um determinado grupo social para busca sua sobrevivência.

As tribos da Polinésia criam seu próprio modo de sobrevivência, que se encontra imbuído em todo o sistema socioeconômico dessas tribos. O sistema dessas tribos vai ser baseado em duas premissas: **a.** o dar-receber-retribuir e **b.** o *mana*. Antes de apresentar o sistema social e econômico dessas tribos, deve-se entender o que são essas duas premissas.

O *dar-receber-retribuir* é o laço estreito que, segundo Mauss, torna possível a vida pacífica e de sobrevivência nas e entre as tribos polinésias. Esse sistema parte de um preceito de que tudo que é dado deve ser aceito, e também se deve retribuir àquele que deu. Nessa linha tênue de conceito social e de equilíbrio das forças e de subsistência, acontece a vida social e econômica desses grupos humanos. Acontecem casamentos, trocas de alimentos, relações de paz.

Essa ação seria regida pelo *mana*, que é o espírito da ação e/ou da coisa que produz o *dar-receber-retribuir*. Esse espírito nada mais é do que o compromisso com esse laço socioeconômico. É a moral, a ética. Esse compromisso assegura que esse ciclo não será quebrado e assim as tribos contribuem umas com as outras na sobrevivência física por meio das trocas de produtos e na perpetuação de seus grupos tribais por meio dos casamentos. Crê-se que o *mana* que está na coisa dada é parte do espírito da pessoa que lhe deu, assim, devendo ser devolvido em outro objeto ou manifestação social. Mauss relata sobre o *mana*:

(...) haveremos de verificar que esta moral e esta economia funcionam ainda nas nossas sociedades de maneira constante e por assim dizer subjacente, como cremos ter encontrado aqui um dos rochedos humanos sobre os quais estão constituídas as nossas sociedades. (MAUSS, 1950, p. 57).

Essa citação de Mauss, pode ser remetida aos fenômenos da sociedade moderna e acontece na sociedade, e pode-se observar esta "moral e economia" nas comunidades inseridas no tecido urbano. A partir de outros autores elencados aqui, é possível perceber que perpassam tempo e espaço. É apresentada nas famílias estudadas por Oscar Lewis no México ou, como será visto adiante, por Pedro Abramo no Rio de Janeiro, ou ainda nas comunidades pobres do Recife que foram objeto deste estudo.

Esse ciclo acontece não apenas nas tribos que se encontram habitando a mesma ilha. Mauss cita que as tribos caçadoras de pérolas, por exemplo, saem navegando de ilha em ilha, para trocar suas pérolas por outros produtos os quais eles não produzem. Assim, cria-se um vínculo de necessidade entre essas tribos. Da mesma forma, na cidade contemporânea há essa relação tanto intercomunidade, como entre comunidade, bairros adjacentes e mesmo mais distantes, movidos pela necessidade, pela sobrevivência e pela permanência.

Nesse ciclo imposto implicitamente pela necessidade cria-se o vínculo, e com ele o equilíbrio. A paz é selada, e a sobrevivência garantida. O que Mauss viu a partir dessas pesquisas é que esses aspectos estavam interligados, constituindo um “fato social total”. Segundo Lévi-Strauss (in MAUSS, 1950, p.21), foi o *Essai sur le don* que introduziu e impôs a noção de fato social total, observado por Mauss:

(...) nestes fenômenos sociais “totais” (...) [exprimem] ao mesmo tempo e de uma só vez todas as espécies de instituições: religiosas, jurídicas e morais – e estas [são] políticas e familiares ao mesmo tempo; econômicas – e estas supõem formas particulares de produção e do consumo, ou antes, da prestação e da distribuição; sem contar os fenômenos estéticos a que estes

factos vão dar e os fenómenos morfológicos que manifestam estas instituições. (MAUSS, 1950, p.55).

Todas as ações dessas tribos se confundem, não havendo separação entre elas. O comércio estava ligado intrinsecamente às celebrações de união entre as famílias, entre as tribos, que estavam ligados aos ritos. Na verdade, tudo isso “*transforma-se num sistema, entre e cujas partes podemos, pois, descobrir conexões, equivalências e solidariedades*” (Ibidem, p. 30). Fato semelhante, ocorre nas sociedades modernas em todos os extratos, mas certamente é mais facilmente percebido nas comunidades de baixa renda. Mauss fala que nesse ciclo, o fato social total,

(...)não é aquilo que é por simples reintegração dos aspectos descontínuos: familiar, técnico, econômico, jurídico, religioso sob qualquer um dos quais que pudéssemos ser tentados a apreendê-lo exclusivamente. É também preciso que ele se encarne numa experiência individual, e isso segundo dois pontos de vista diferentes: em primeiro lugar, numa história individual que permita “observar o comportamento de seres totais, e não divididos em faculdades”; depois, naquilo a que gostaríamos de chamar (...), uma antropologia, que quer dizer, um sistema de interpretação que desse simultaneamente conta dos aspectos físicos, fisiológico, psíquico e sociológico de todas as condutas: “O único estudo da nossa vida que é a nossa vida em sociedade não é suficiente. O fato social total apresenta-se, portanto, com um caráter tridimensional. Tem de fazer coincidir a dimensão propriamente sociológica com os seus múltiplos aspectos sincrônicos; a dimensão histórica, ou diacrônica; e pôr fim a dimensão fisiopsicológica. (MAUSS, 1950, p. 21-23).

[Os] fenómenos sociais “totais”, como propomos chamar-lhes, exprimem ao mesmo tempo e de uma só vez todas as espécies de instituições: religiosas, jurídicas e morais – e estas políticas e familiares ao mesmo tempo; econômicas – e estes supõem formas particulares da produção e do consumo, ou antes, da prestação e da distribuição; sem contar os fenómenos morfológicos que manifestam estas instituições (MAUSS, 1950, p. 52).

A teoria da Dádiva formulada por Mauss encontrou seguidores na atualidade, entre estes Alain Caillé. Esses cientistas formaram o movimento M.A.U.S.S. (*Mouvement anti-utilitariste en sciences sociales*), que se traduz como Movimento Anti-utilitarista nas Ciências Sociais. Esse movimento passa a estudar como a dádiva ocorre na atualidade, nas sociedades urbanas, e seus meios de ação nos grupos sociais contemporâneos, e por esse filtro é ainda mais evidente a aproximação do caso da comunidade objeto desta tese com as formulações de Mauss.

Caillé (2002), em seu livro *Antropologia do Dom*, divide as visões sobre a dádiva a partir de três paradigmas. O primeiro se relaciona com a visão economicista, em que prevalece

o “egoísmo” do lucro e predomina o cálculo. O *homo oeconomicus* é a base para a fundamentação dessa visão. O segundo refere-se a uma visão holística dos acontecimentos socioeconômicos, na qual o dom é apenas uma obrigatoriedade dentro dos costumes sociais, quase uma instituição invisível, assim como Adam Smith denomina as leis do mercado. Estes costumes impõem como a sociedade deve agir. O terceiro paradigma trata o dom como algo mais além. Não é uma “mão invisível” que faz com que o dom surja dentro de uma certa sociedade, mas são as interrelações e interdependências entre os indivíduos que fazem com que ele apareça em uma determinada comunidade. O dom permite que os indivíduos se aliem, se associem, se deem uns aos outros, pondo a confiança nos outros e ganhando a sua confiança (CAILLÉ, 2002, p.18-19 *apud* SILVA, 2013). Dessa forma, para Alan Caillé a dádiva se conceitua como:

*(...) toda prestação de serviços ou de bens efetuada sem garantia de retribuição, com o intuito de criar, manter ou reconstruir o vínculo social, (ou ainda) definição geral: toda a prestação de serviço ou bem, efetuada sem obrigação, garantia ou certeza de retribuição. O paradigma do dom insiste sobre a importância, positiva e normativa, sociológica, econômica, ética, política e filosófica desse tipo de prestação (CAILLÉ, 2002, p.18-19 *apud* SILVA, 2013, p. 142-143).*

Contudo, mesmo que Caillé se pronuncie que para existir a dádiva, o sujeito que doa o objeto ou a ação não tem garantias de recebê-la de volta, as regras sociais são claras sobre os presentes, ajudas, etc. Na sociedade contemporânea mesmo que você não tenha garantia de receber pela “dádiva” oferecida e aceita, na regra de boa conduta ou de certa moral instituída fica implícito que aquele que recebeu deve em algum momento retribuir o bem que lhe foi dado. Quando isso não acontece, pode não haver rompimentos ou guerras, como nas tribos polinésias estudadas por Mauss; mas haverá a probabilidade de que aquele que não retribuiu, quando necessitar novamente, não receba a dádiva. Assim, quebra-se um ciclo de solidariedade.

Ao estudar os povos insulares da polinésia, Mauss encontrou singularidades no modo de vida dessas tribos – modos de vida que antropólogos e sociólogos também encontrarão na sociedade urbana e contemporânea. O interesse por estudar movimentos dos grupos sociais, não só os movimentos de deslocamento, mas aqueles que conformam o comportamento de um grupo social, permanece. Explica-se essa demanda, pois se entende que, conforme ocorram mudanças de local de um grupo social, ou ainda mudanças impelidas por processos sociais exógenos a uma determinada comunidade, esses vão sofrendo ajustes e adaptações para que possam sobreviver em um novo meio. Se Mauss contemplou esse fato na Polinésia, outros

cientistas vão observar essas mudanças em novos grupos, em novos contextos em outros períodos, como será visto no próximo item, exemplificado nos estudos da *Escola de Chicago*.

1.3 Lewis e as cinco famílias migrantes na cidade do México

Como já mencionado, após 1945 a *Escola de Chicago* volta os olhos para a América Latina, em decorrência do fenômeno de rápida urbanização que se inicia no subcontinente. O primeiro foco de estudos foi o México, pois pela proximidade com os Estados Unidos havia uma preocupação em estudar esse fenômeno de crescimento acelerado em suas cidades e o que ele poderia acarretar não só para o país, mas também para os Estados Unidos.

Vale situar o período desses estudos. Havia ocorrido as duas Guerras Mundiais, e os países da América Latina não haviam participado diretamente delas, o que acarretou um crescimento industrial no subcontinente com o fim de suprir o mercado dos países que estavam em guerra e, conseqüentemente, estavam com suas indústrias praticamente destruídas. É nesse ensejo da industrialização que se dá a migração campo-cidade latino-americana do fim década de 1940 e de década de 1950. Contudo, as cidades não estavam preparadas para receber o imenso contingente migratório e vão crescendo desordenadamente e de maneira caótica. Os migrantes ocupam as franjas da cidade, local onde ainda não há infraestrutura: ruas calçadas, rede elétrica, abastecimento d'água e coleta de esgoto. Ali, vai se proliferar o assentamento urbano precário com diferenças socioeconômicas e culturais muito diversas do resto da cidade⁵. Esse fenômeno acontece de maneira mais ou menos aguda em todo o território latinoamericano, conformando suas principais metrópoles. No Brasil, o processo acomete inúmeras cidades. Na região Nordeste foi mais intenso nas capitais de estado, como é o caso do Recife.

O México sem dúvida foi caso paradigmático, e além disso, atraiu os estudiosos de Chicago por sua proximidade com os EUA. Importante lembrar, que no período das guerras mundiais o país estava travando sua própria guerra: a Revolução Mexicana, que se iniciou em 1910, e durou 34 anos. O conflito armado de fundo político-social, teve entre seus líderes

⁵ sobre essa urbanização acelerada tanto no Brasil como na América latina ver: MAUTNER, Yvonne Miriam Martha. *A periferia como fronteira de expansão do capital*. In: O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1999. Que trata da expansão de São Paulo, por meio dos loteamentos clandestinos e invasões e como o Estado transformou essas ocupações a posteriori em bairros da cidade, inclusive suprimindo-os de infraestrutura básica. GORELIK, Adrián A *produção da "cidade latino-americana"* Tradução de Fernanda Arêas Peixoto. Artigo in Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 17, n. São Paulo: junho, 2005. Nesse artigo trata das múltiplas e peculiares formas de urbanização das cidades latino americanas pós 1945, e as diversas experiências pelas quais elas passaram.

socialistas, ao populistas, liberais e anarquistas. E mais importante, foi fortemente marcado pelas lutas por terra. Nesse cenário, a fome e a pobreza se alastraram nos campos. Os relatos de Oscar Lewis pós 1945 retratam o conflito como um dos motivadores da migração do campo para a cidade, de algumas famílias por ele acompanhadas.

Nesse mesmo íterim, o México vai se industrializando e tornando sua capital um atrativo para uma vida melhor para aqueles que passavam fome no campo devido aos conflitos político-sociais da época. É sob esse contexto que as principais cidades desse país crescem de maneira acelerada e desordenada, principalmente sua capital, a cidade do México, atraindo estudiosos estadunidenses da sociologia e da antropologia para observar esse fenômeno migratório e de mudança para o urbano.

Robert Redfield, da Universidade de Chicago é um dos primeiros a ir ao México estudar a migração campo-cidade e analisar suas consequências para esses novos moradores urbanos (Gorelik, 2011). Nesse momento, a *Escola de Chicago*, de maneira geral, via o fenômeno urbano como sendo um criador do anonimato pessoal, do isolamento individual, e da desorganização social ocorridos em consequência da mudança do campo para a cidade. Além disso, haveria o abandono de traços culturais elementares, como a alimentação ou as práticas de cura tradicionais.

Redfield, ao declarar a situação dos migrantes da cidade do México que perdiam os traços de sua cultura, se aproximava dos estudos feitos pelo escocês Robert MacIver (que fez trajetória acadêmica nos EUA). Pois, MacIver (1950) falava que as pessoas na cidade viviam em um estado de anomia. Ele descreve este estado como:

“Anomia” (...): tal como era usada no século XVI (“anomy”, enquanto outros adotam “anomie”) - significa: estado de espírito de alguém que foi arrancado de suas raízes morais, que já não segue quaisquer padrões, mas somente necessidades avulsas, que já não tem qualquer senso de continuidade, de grupo e de obrigação. O homem anônimo tornou-se espiritualmente estéril, reage somente diante de si mesmo, não é responsável para com ninguém. Ele ri dos valores de outros homens. Sua única fé é a filosofia da negação. Vive sobre a débil linha da sensação entre nenhum futuro e nenhum passado.

E acrescenta: “A anomia é um estado de espírito no qual o senso de coesão social - mola principal da moral - está quebrada ou fatalmente enfraquecido” (MACIVER, 1950).

O conceito de “anomia” foi debatido por outros sociólogos vinculados às correntes do funcionalismo estrutural desde Émile Durkheim, discutindo a ideia de falta de objetivos e perda de identidade diante das transformações da sociedade industrial. Robert Merton, sociólogo estadunidense, já em meados do século XX, diria que a “anomia” seria causada pela:

(...) ruptura na estrutura cultural - ocorrendo, particularmente, quando há uma disjunção aguda entre as normas e metas culturais e as capacidades socialmente estruturadas dos membros do grupo em agir de acordo com as primeiras. Conforme esta concepção, os valores culturais podem ajudar a produzir um comportamento que esteja em oposição aos mandatos dos próprios valores. Sob este ponto de vista, a estrutura social pressiona os valores culturais, tornando possível e fácil aos indivíduos que ocupam determinadas situações sociais dentro da sociedade, agirem de acordo com os ditos valores e impossível para os outros indivíduos. A estrutura social age como barreira ou como porta aberta para o desempenho dos mandatos culturais. Quando a estrutura social e a cultural estão mal integradas, a primeira exigindo um comportamento que a outra dificulta, há uma tensão rumo ao rompimento das normas ou ao seu completo desprezo. A anomia simples se refere a um estado de confusão num grupo ou sociedade, que está sujeito a conflito entre esquemas de valor, resultando em algum grau de mal-estar e num senso de separação do grupo; a anomia aguda é a deterioração e, no caso extremo, a desintegração dos sistemas de valor, o que resulta em profundas angústias. (MERTON, 1968, p. 236-237).

Essa foi, por algum tempo, a posição da *Escola de Chicago*, conforme as conclusões de Redfield sobre a migração campo-cidade mexicana. Contudo, dentro desse movimento de estudos sociológicos e antropológicos surgem outros pesquisadores dentro da disciplina que iriam também ao México para investigar essa migração e, conseqüentemente, o crescimento acelerado de sua capital. Foi o caso de Oscar Lewis.

Lewis, em seu livro *Antropologia Urbana: cinco famílias*, trata da mudança das cinco famílias mexicanas que ele acompanhou anteriormente na migração da zona rural para a cidade do México. Ele retorna, no final da década de 1950, para observar as mudanças da vida desses migrantes que já estariam estabelecidos na cidade há alguns anos. Nesse trabalho, Lewis apresenta uma pesquisa etnográfica reestruturada em sua metodologia volta agora para o estudo dos grupos urbanos. Essa reestruturação tinha como objetivo analisar o que mudou na vida dessas pessoas após a vinda para a “metrópole”. Ao observar essas famílias, Lewis descobre um modo de viver e de morar na cidade grande que faz com que essas pessoas continuem a ter os hábitos e alguns modos da vida do povoado de que vieram. Assim, se livravam da anomia

da cidade grande, reforçando laços e tendo forças para sobreviver ao modo de vida da metrópole.

Lewis, embora tenha sido atraído pelos Estudos da *Escola de Chicago*, não pertencia a ela, e ainda não se satisfazia com o método sociológico de analisar os fenômenos urbanos. Isso tudo concorreu para que Lewis pudesse observar de modo diferente o fenômeno da migração campo-cidade e a urbanização latino-americana. Oscar Lewis se formou na Universidade de Columbia e depois lecionou na Universidade de Nova York, e por fim na Universidade de Illinois, na qual ajudou a fundar o departamento de Antropologia. Sua visão de antropólogo, funcionou para que ele não só procurasse ver esse fenômeno de outro ponto de vista, mas também contestasse o que Redfield apresentava como verdade em seus estudos sociológicos sobre o tema. Além do mais, Lewis contribuiu para a adaptação do método etnográfico aos estudos dos grupos sociais urbanos.

Em seu livro *Antropologia Urbana: cinco famílias*, Lewis, critica o método da sociologia de estudar os fenômenos urbanos utilizando apenas os dados estatísticos (p.11), e cria um método etnográfico para os estudos dos fenômenos urbanos. Sua crítica à utilização da estatística nos estudos dos fenômenos urbanos se justifica dizendo que os números não mostram a realidade que só o estudo etnográfico poderia apresentar com a convivência com o grupo social objeto de estudo.

Lewis constataria, segundo Gorelik, que:

(...) a cidade não é para o migrante apenas o mundo heterogêneo e impessoal ao qual deve se adaptar, porque o fenômeno migratório formou nela pequenas comunidades (a vecindad) que atuam de forma coesiva e “amortecem” o impacto da mudança ao recriar, no novo meio urbano, um universo cultural completamente semelhante ao da sua procedência. (GORELIK, 2005, p. 137-138)

Os estudos dessas cinco famílias migrantes do campo para a cidade do México mostraram nuances conforme o local onde se estabelecem. Oliver La Farge, no prólogo do livro de Lewis, define muito bem o trabalho desse antropólogo e a sua contribuição, quando escreve que:

De Tepoztlán, o povo do livro mencionado, Lewis seguiu o rastro das famílias tezepotecas que se mudaram para a cidade do México. Com esse motivo realizou importantes descobertas que originaram mudanças nos conceitos antropológicos referentes às mudanças que o lugar faz durante a troca da

vida rural pela vida urbana. (LA FARGE, LEWIS, 2010, p.11) [tradução nossa]

Assim, frente à referida urbanização acelerada da América Latina, a partir do fim dos anos de 1940, os antropólogos assumem a troca de cenário: das tribos isoladas, ditas “primitivas”, para as nações em desenvolvimento. Esses estudos iriam tratar especialmente do pobre que sai da zona rural para se estabelecer na cidade. Lewis vai observar que esses pobres ao se estabelecerem na cidade criam uma subcultura, isto é, um modo de vida que os liga tanto as suas raízes culturais advindas do campo, como à cultura da cidade na qual precisam sobreviver. Ele chamará esse modo de vida de *cultura da pobreza*.

Lewis descreve a *cultura da pobreza* como diferente das dos povos isolados, mas semelhantes entre os pobres das nações modernas:

Mas a pobreza nas nações modernas é um assunto muito diferente [em relação a pobreza das tribos isoladas]. Sugere antagonismos de classes, problemas de trocas; frequentemente é interpretada dessa forma pelos sujeitos estudados. A pobreza vem a ser um fator dinâmico que afeta a participação na esfera da cultura nacional criando uma subcultura por si mesma. Ainda pode-se falar da cultura da pobreza, já que tem suas próprias modalidades e consequências distintas tanto sociais como psicológicas para seus membros. É possível dizer que a cultura da pobreza rebate nos limites regionais, do rural e urbano e ainda no nacional. Por exemplo, impressiona a extraordinária similitude na estrutura familiar, na natureza dos laços de parentesco, na qualidade da relação marido-mulher e pais-filhos, na ocupação do tempo, nos padrões de consumo, nos sistemas de valor e no sentido de comunidade encontrado na baixa renda dos bairros de Londres (Zweig, 1949; Spinley, 1953; Slatere Woodside, 1951; Fifth, 1956, Hoggart, 1957); o mesmo que em Porto Rico (Stycos, 1955; Steward, 1957); assim mesmo nos bairros de baixa renda da capital e nos povoados mexicanos (Lewis, 1951, 1952); como entre as classe baixas dos negros nos Estados Unidos. (LEWIS, 2010, p.17) [grifo nosso] [tradução nossa]

A certa altura do livro, Lewis (2010,p.33), descreve o *pueblo* ⁶ como:

Estendendo-se acima e abaixo da escarpa, as velhas ruas em terrapleno laboriosamente calçadas de pedra vulcânica azul-acinzentado se alinham as casinhas de adobe com um só piso, com um jardim de plantas semitropicais e árvores colocadas atrás das cercas de pedras. [tradução nossa]

Assim, do *pueblo* à *vecindad*, muitas características vão permanecer, principalmente no que se refere ao modo de vida. Ao relatar a *vecindad* ⁷ e alguns dos seus aspectos do cotidiano percebe-se a semelhança:

A Casa grande ocupa toda uma quadra é um pequeno mundo delimitado em si mesmo. Limitada ao norte e ao sul por altos muros de cimento, e nos lados por lojas que terminam nas ruas. Estes comércios (de comestíveis, uma tinturaria, uma vidraçaria, um carpinteiro e um salão de beleza) junto como mercado de Tepito e os banheiros públicos, satisfazem as necessidades dos moradores da Casa Grande. De tal maneira, que a maior parte deles, especialmente os que vieram das áreas rurais, raramente saem da comunidade, e quase desconhecem o resto da cidade do México.

Essa área por muito tempo foi zona de gangues, e na atualidade, durante a noite, as pessoas temem aventurar-se por suas ruas. (...) 157 moradias de um quarto, se estendem em intervalos regulares e suas portas pintadas de vermelho(...) se veem escadas que conduzem aos tetos baixos das cozinhas. Neles há uma multiplicidade de coisas, vendedores, galinheiros, pombais, potes, ervas medicinais, botijões de gás e de vez em quando uma antena de televisão. (...)

Os pátios são cheios de gente e de animais. Cachorros, perus, frangos e de vez em quando um ou outro porco. (LEWIS, 2010, p.67) [tradução nossa]

E ainda:

À tarde um grupo de garotos já crescidos se encontram em algum pátio para jogar uma precária partida de futebol.

⁶ *Pueblo*: é a palavra em espanhol para denominar “cidade” ou “aldeia”. No México, os *pueblos* são as pequenas cidades ou comunidades rurais. um *pueblo* seria “a grande aldeia nucleada cercada por seus próprios campos, sem fazendas afastadas, separadas de seus vizinhos por uma distância considerável, às vezes até 15 quilômetros ou mais. As exigências da rotina agrária e a necessidade de defesa, o simples desejo da sociedade humana na vasta solidão de, ditaram que assim fosse.” (FLETCHER, Richard A. *Saint James's Catapult: The Life and Times of Diego Gelmírez of Santiago de Compostela*, Oxford: Oxford University Press, 1984).

⁷ *Vecindad*: significa bairro, no caso específico da Casa Grande, pelo que descreve Lewis. “É uma classe habitacional onde muitas pessoas ou famílias com baixos recursos econômicos vivem em unidades independentes. Eles geralmente consistem em várias casas localizadas em torno de um pátio ou ligadas por corredores comuns. O conceito refere-se à condição de vizinho (alguém que vive com outras pessoas no mesmo prédio ou cidade, ou aquele que está próximo de outra coisa).” Fonte: <<https://definicion.de/vecindad/>>, consultado em 15 de set. de 2019.

Ao sábado à noite há quase sempre um baile popular. Pela porta de trás há os banheiros públicos e um pequeno jardim com poucas árvores e caramanchões verdes que sevem para os jovens se reunir; é um lugar relativamente tranquilo onde os velhos se sentam para conversar ou para ler algum jornal” (LEWIS, 2010, p.68) [tradução nossa]

Na descrição da *vecindad* da Casa Grande, Lewis faz questão de enfatizar que é um mundo em si mesmo. Percebe-se isso, quando Lewis, menciona:

Os moradores da Casa Grande (...) mais de um terço estão ligados por um laço de parentesco, e mais de um quarto estão ligados por apadrinhamento. (...)

O sentido de comunidade é muito forte. Especialmente entre os mais jovens que pertencem aos mesmos grupos com amizade de uma vida inteira, vão às mesmas escolas, aos mesmos bailes nos pátios e com frequência se casam entre si.

*Os adultos têm amigos a quem visitam. Com quem saem e que pedem dinheiro emprestado. Grupos de moradores organizam rifas e organizações, participam de reuniões e juntos celebram as festividades dos donos do conjunto, as posadas*⁸ e outras festividades (idem, p.68) [tradução nossa]*

Assim, na *vecindad* as relações de parentesco e o sentimento de comunidade permanecem do mesmo modo que nos *pueblos*. Esse relato relacionado à *vecindad* é sobre a família Gómez. Já a família Gutiérrez, foi se instalar nas encostas de morro que cercam a cidade do México e a sua situação de moradia seria bem mais precária, não só de moradia, mas de condições de vida. Contudo, poderá se observar que a relação com as tradições do campo permanece ali também.

A família Gutiérrez morava no bairro chamado *vecindad Los Panaderos*, um dos mais pobres da cidade do México. Em *Los Panaderos* oitenta e cinco por cento das famílias viviam com 16 dólares mensais e, diferente da Casa Grande, ali não havia fogões à gás, nem mesmo coisas elementares como facas e garfos. Lewis comentava sobre a família Gutiérrez:

É a mais pobre das cinco famílias citadinas estudadas nesse livro, até porque ninguém é mais pobre do que na vecindad de Los Panaderos. Entretanto, a adaptação a vida nesse local é melhor e existem menos tensões entre o esposo e a esposa do que nas outras famílias descritas. Nesta família há quase que uma completa ausência de valores da classe média que começam se a estender pelos baixos extratos da sociedade mexicana. (LEWIS, 2010, p. 28) [tradução nossa]

⁸ Posadas: Festa típica que se celebra do 16 ao 24 de dezembro, na qual se canta *pidiendo posada*, se dança e se quebram *piñatas*.

E ainda descrevia a moradia da família Gutiérrez:

(...) a construção de adobe, descia para esquerda do lote e tinha um teto comum de cimento. Cada moradia tinha uma entrada baixa que servia de cozinha com trechos de frágil papel de alcatrão, pedaços de metal e lata a matinha no local por pesadas pedras (...) tão baixas eram as entradas que teria que se inclinar para entrar. (LEWIS, 2010, p. 122) [tradução nossa]

E assim como na Casa Grande, mesmo nesse lugar tão pobre seus moradores traziam para si algo de bucólico, muitas vezes relacionado à vida no campo:

Coladas nas paredes ou em tábuas soltas cresciam plantas em vasos e latas de todos os tipos e tamanhos. Algumas famílias colocavam na porta de casa gaiolas de pássaros; um inquilino tinha pombas; outro, galos e quase todos um cachorro ou um gato. Amavam os animais e necessitavam deles para a proteção contra os ratos e os ladrões. (LEWIS, 2010, p. 123) [tradução nossa]

Vê-se na descrição que a pobreza em *Los Panaderos* era tão grande que se confundia com a precariedade do zelo pela higiene e como a falta de maiores cuidados com os filhos. Esses eram, simplesmente, deixados soltos no terreno e apenas vigiados pelos olhos vulneráveis das mães que se encontravam trabalhando:

(...) O terreno durante o dia se enchia de meninos farrapentos e de sapatos gastos ou simplesmente descalços que jogavam as bolinhas de gude ou corriam entre as cordas dos vendedores, sem fazer caso dos gritos alarmantes das mulheres. Com frequência, as crianças que já sabiam andar, seminus, se sentavam ou engatinhavam pelo chão, enquanto suas mães os vigiavam do local onde trabalhavam. (LEWIS, 2010, p. 123) [tradução nossa]

Ao apresentar esse contexto da pobreza urbana no México, as teorias e os estudos feitos sobre a mudança e o estabelecimento dos moradores rurais na metrópole, percebe-se que para sobreviver ali eles necessitaram se unir e manter suas tradições. Acrescente a isso o local de moradia, das cinco famílias apenas duas se estabeleceram em locais dentro da cidade, as outras três fincaram seus pés no subúrbio e na franja da cidade. E ainda procuravam moradia onde havia pessoas semelhantes a eles. A necessidade da ligação com laços de outrora e dos serviços que pessoas iguais poderiam oferecer para a sobrevivência fez permanecerem nas *vecindad* nas quais ainda teriam o entendimento que era um local que lhes pertencia e onde se encontravam.

Por ter encontrado uma cultura diferenciada nesses locais, os estudos de Oscar Lewis são importantes para o entendimento do pobre urbano. Ao ver que existia uma *cultura da pobreza*, esse antropólogo dá o fio do novelo para que se possa entender que há comportamentos parecidos desses migrantes aos se estabelecerem na cidade. Todavia, há nuances desse fenômeno em cada país, em cada cidade, em cada local urbano em que o pobre decide morar.

Mas esse fenômeno de migração criará outro fenômeno nas cidades latino-americanas: os assentamentos de baixa renda, conhecidos no Brasil como assentamentos subnormais ou favelas. As favelas irão crescer no Pós-Guerra mais rapidamente até se tornarem, no início dos anos 2000, há um total considerável dos domicílios urbanos do país, representados 1.355.316 de moradias precárias (Observatório da Metrópole, 2004).

Com isso elas chamam a atenção não só de estudiosos, mas dos governos, que vão observá-las como um grave problema urbano a ser solucionado. É desde a consolidação do fenômeno que surgem ações, diagnósticos, técnicas e políticas públicas com o fim de sanar o problema em toda a América Latina. No Brasil, a contribuição virá de distintas disciplinas, como a sociologia, a antropologia, a arquitetura e o urbanismo, o serviço social, o direito e tantas outras. Também terá contribuições de distintas regiões, estados e municípios, como se verá no próximo subcapítulo. A cidade de Recife também oferecerá sua contribuição, e terá papel decisivo na transformação das políticas públicas oficiais da segunda metade do século XX.

1.4 O papel do Estado: as ações governamentais para as faixas de menor renda

Nesse subcapítulo será realizado um rápido histórico sobre as políticas habitacionais voltadas à população de menor renda, relacionando-as às ações em áreas de ocupação dita “informal”, que no Brasil se convencionou chamar de favela. Para tanto, a tese de Laura Bueno intitulada, *PROJETO E FAVELA: metodologia para projetos de urbanização* (2000), é referência fundamental.

A autora faz um resumo histórico sobre as soluções governamentais para os pobres urbanos no Brasil, partindo da década de 1930 e chegando ao governo de Fernando Henrique Cardoso no fim dos anos de 1990 e início dos 2000. Também deu importante contribuição para categorizar as políticas governamentais voltadas aos assentamentos precários.

No histórico sobre as soluções adotadas para os assentamentos precários, Bueno relaciona esse histórico com os tipos de intervenções. Assim, vê-se, que:

A favela tem sido tratada, desde sua origem, como um problema a ser erradicado. A partir da década de 60, alguns estudiosos começam a encarar os núcleos favelados como uma forma legítima de provisão de habitação. Mas essa não será a postura oficial. A política habitacional do regime militar não se ocupará das favelas, limitando-se a propor a sua erradicação. Em diversas capitais do país, algumas iniciativas para acabar com elas chegam a ser implementadas, sem obter sucesso ou generalizar-se como política, apesar de o crescimento das favelas ser notável durante todo o período (...). (BUENO, 2000, p. 28).

Essa postura não foi apenas da década de 1960 e do governo militar, mas anterior a ela. A erradicação do feio, da pobreza, em prol de uma cidade bela e higiênica vem do início do século XX, e faz com que os pobres passem a ocupar lugares impróprios para a moradia como encostas de morros, alagados, dentre outros. Todavia, é ainda no governo militar que em algumas cidades se inicia movimentos em favor do direito à cidade para os pobres, tendo como exemplo a cidade do Rio de Janeiro e Recife. É nesse contexto e com a redemocratização do país que o cenário para tratamento das favelas começa a mudar. Assim, Bueno relata:

Com a redemocratização do país, acompanhada da agudização da crise econômica e da concentração de renda, a favela torna-se uma alternativa habitacional perene. Nos níveis federal e estadual, com raras exceções, não existe, praticamente, uma política habitacional, e pouca coisa é feita em benefício dos núcleos favelados, a não ser alguns programas ligados a saneamento. Apenas os municípios têm tido alguma atuação sobre as favelas, seja pela pressão do déficit habitacional, pelos problemas sanitários e ambientais a elas relacionados, seja para responderem a demandas do capital imobiliário. (BUENO, 2000, p. 28).

Como a autora destaca, a partir de 1975, em função de uma conjuntura política em que o Estado autoritário necessitava ampliar sua legitimidade, o BNH ensaia alguns passos no sentido de atuar junto a estes estratos sociais excluídos que não eram atendidos pelas autarquias municipais e estaduais de habitação, as Cohabs. Assim surgem o Perfilurb, o Promorar e o Programa João de Barro, programas habitacionais alternativos dentro do BNH, desenhados justamente para atender o “problema” da favela (BUENO, 2000, p. 30).

O Perfilurb (Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados) foi criado em 1975 para financiamento de lotes com infraestrutura básica, como ponto de água, luz e ligação de

coleta de esgoto, com ou sem a unidade sanitária. Concebido como o programa oficial para erradicação das favelas, o Profilurb seguia a orientação adotada pelos bancos internacionais (Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento) de facilitar o acesso à terra e à infraestrutura. Esse programa incorporou a autoconstrução presente nas favelas como política institucionalizada, ao invés de comprometê-lo com o financiamento de uma unidade em um conjunto habitacional. Desenhado para todo o Brasil, o programa financiava lotes entre 80 e 370 m. O prazo máximo de financiamento era de 25 anos, com juros de 2% a 5% ao ano, e alguns conjuntos do programa atendiam a faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos. Contudo, o fato de apenas 70 mil unidades terem sido financiadas pelo Profilurb de 1975 a 1984 indica a pouca eficácia do programa (BUENO, 2000, pp.30 e 31).

Já o Promorar (Programa de Erradicação da Sub-habitação) foi instituído em 1979 para fazer face ao enorme crescimento das favelas nas grandes cidades brasileiras ao longo da década de 1970. Tinha como objetivo central “erradicar ou recuperar favelas, palafitas ou mocambos, através do saneamento e urbanização da área, seguido da construção de moradias compatíveis na área ocupada”, unidades habitacionais de até 24 m, com prazo máximo de 30 anos, com taxas de juro de 2% ao ano. Executado por empresas construtoras, o Promorar financiou 206 mil unidades em todo o Brasil até 1984, quase três vezes mais unidades do que o Profilurb. Apesar da inexpressividade numérica deste programa, sua implementação sinalizava uma mudança radical da postura oficial em face das favelas, na medida em que se passava a aceitar a possibilidade de regularizar juridicamente uma ocupação de terra urbana. Por último, o Programa João de Barro criado em 1982, já em plena abertura política e em uma conjuntura de crise econômica, tinha como objetivo “proporcionar o acesso à habitação com a participação da coletividade, atendendo prioritariamente às cidades do interior e destinado às famílias com renda de até 3 salários mínimos, comprometendo até 10% de sua renda familiar”, com juros de 2% ao ano e prazo de 30 anos.

Além do financiamento do terreno e do material de construção, o programa deveria fornecer também orientação técnica e as prefeituras municipais ficavam responsáveis pela infraestrutura urbana. O Programa João de Barro teve pouquíssima eficiência, com apenas 7 mil unidades produzidas até 1984, em especial em pequenas cidades do interior do Nordeste. Analisando-se a produção do BNH pela faixa de renda da população atendida, verifica-se a inexpressividade de sua atuação junto às populações de menor renda. (BUENO, 2000, pp.30-31).

Ainda seguindo Laura Bueno, o PAIH (Plano de Ação Imediata para Habitação) criado já no período do governo de Fernando Collor, foi o único desses programas voltados à população de menor renda que teve alguma expressão. Tendo como meta construir 245 mil unidades até abril de 1992, entregou cerca de 220 mil unidades em 785 empreendimentos. Entretanto, irregularidades diversas e o comprometimento do retorno do dinheiro do FGTS, em função da arquitetura financeira do programa, criaram grandes problemas para sua implementação, sobretudo para a comercialização de muitos conjuntos, cujas unidades, além de pequenas e de baixo padrão construtivo, tinham um custo do financiamento muito alto, incompatível com o produto.

Depois do *Impeachment* de Collor, já no governo de Itamar Franco, empossado em 1992, surgiram outros programas: o Habitar Brasil e o Morar em Pequenas Comunidades, para urbanização de favelas e construção de habitações em regime de mutirão, a serem executados pelos governos estaduais ou municipais com recursos do Orçamento da União; o Programa Nacional de Tecnologia da Habitação, vinculado ao Habitar Brasil, para promover inovações tecnológicas de combate ao desperdício e melhorar a qualidade das construções, com recursos do Orçamento Federal; os programas Habitação do Trabalhador, para sindicatos e empresas, e Habitação do Cidadão, para pessoas físicas, financiados pelo FGTS, ambos para a faixa de renda familiar de até oito salários mínimos. Estes programas, embora com resultados numéricos pouco expressivos (cerca de 18 mil unidades construídas até 1994), inauguraram um novo pensamento sobre a política habitacional no país, possibilitando que algumas prefeituras pudessem, pela primeira vez, experimentar e aprimorar projetos de urbanização de favelas com o apoio do governo federal. (BUENO, 2000, pp. 33-34).

Contudo, só no governo de Fernando Henrique é que se iniciou uma tímida retomada das políticas públicas nacionais de habitação, que só seriam retomadas em grande escala nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, e depois no de Dilma Rousseff.

Resgato aqui o histórico apresentado por Laura Bueno, porque a autora faz um completo panorama das ações habitacionais para as faixas de menor renda da população no Brasil desde a década de 1960, e mostra como da visão que tem como premissa a expulsão dos mais pobres, muitas vezes promovida com o discurso de promover condições higiênicas salutaras dentro da cidade, passou-se à inclusão e ao entendimento de que os pobres fazem parte da cidade. O entendimento de que os pobres urbanos são cidadãos e por isso devem ser incluídos na cidade formal, foi o ponto de partida para todas essas políticas.

Nesse enredo, Bueno classifica os tipos de intervenções em favelas em três. Contudo, antes de apresentá-las cabe aqui uma breve crítica: o que Bueno chama de tipos de intervenções em favelas, deveria ser nomeado como tipos de soluções governamentais para a pobreza urbana. Explica-se essa crítica: Ao se nomear de intervenções, por esse termo cria-se a falsa ideia de que elas se limitam ao espaço da favela, e não à mudança de local dos moradores dessas áreas, como acontece em diversas dessas ações. Fazendo essa ressalva, a classificação de Bueno é válida também para o caso dos assentamentos estudados aqui, pois pode ajudar a investigar como as formas de intervenção influenciam na vida desses moradores da cidade. Os 3 tipos de “intervenção”, conforme Bueno, seriam:

Desfavelamento: remoção ou erradicação de favelas. Forma de ação existente desde a década de 1940, com sucesso relativo em áreas centrais de grandes cidades brasileiras, que é incorporada pelo BNH em seus anos iniciais. Tal prática ainda é implementada em situações específicas relacionadas a grandes interesses imobiliários;

Aceitação da favela: enquanto fenômeno urbano, mas não a aceitação da forma e da tipologia urbanística e habitacional que ela revelava. Essa postura leva à demolição da favela e reconstituição de tudo no mesmo lugar, com um padrão urbanístico e arquitetônico que corresponde ao padrão de construção de unidades residenciais novas em glebas livres. Esse tipo de intervenção, Bueno denomina **reurbanização**, e tem sido aplicado em favelas suscetíveis a marés e com problemas de inundação;

Urbanização: a dotação de infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos nas favelas, mantendo-se as características do parcelamento do solo e as unidades habitacionais com condições de habitabilidade, postura que tem sido adotada, mais amplamente a partir do começo dos anos 1980.

Esses três partidos urbanísticos têm uma sequência histórica, que estão ligados à aceitação da favela não como um fenômeno localizado ou esporádico no processo urbano brasileiro, tendo assim a ampliação do seu espaço nas políticas públicas voltadas às suas populações. Erradicação, reurbanização e urbanização também convivem no tempo e no espaço. Atualmente, em função de condições fisiográficas específicas e de interesses contraditórios relacionados ao espaço urbano, há cidades adotando, ao mesmo tempo as três formas de ação. (BUENO, 2000, p.162).

No caso aqui apresentado, a Via Mangue no Recife, os procedimentos utilizados para os assentados ao longo do terreno que foi utilizado (em parte) para a construção da Via Mangue foi usado a remoção dos moradores de seu local de moradia, levando a erradicação desses assentamentos, conseqüentemente, de seu espaço na cidade e do seu modo de vida e de sua relação com o entorno. Problemática que pode ser entendida pela ótica do realocados e da sociologia, haja vista o caso da remoção dos moradores da favela da *Rocinha* de Valladares nos anos 1970 para os conjuntos habitacionais na zona oeste do Rio de Janeiro, como será debatido no próximo tópico.

1.5 Passa-se uma casa: Valladares e o caso da cidade de Deus - das remoções de favelas à realocação no Rio de Janeiro dos anos de 1970

O livro *Passa-se uma casa* (1980), de Lícia Prado Valladares, deriva da sua tese de doutorado, sendo um marco dos estudos de remoção e realocação de moradores pobres para conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado brasileiro. A autora, socióloga, faz um relato etnográfico dessa mudança dos morros da zona sul do Rio de Janeiro para os conjuntos habitacionais do Rio de Janeiro, em especial para o *Cidade de Deus*, localizado na zona oeste, tendo como limite os bairros de Jacarepaguá e Barra da Tijuca, dentre outros. Local que na época dessa ação era uma imensa gleba deserta, sem habitações, sem comércio e outras coisas referentes à vida e à sobrevivência na cidade (ver foto 1).

Foto 1 – Barra da Tijuca, década de 1970

Fonte: página do Instagram RioAntigo, 2019.

Valladares acompanha todo o processo, desde o cadastramento das famílias da *Rocinha* até a pós-ocupação da *Cidade de Deus*. Nesse caminho ela observa as nuances desse processo. Esse livro é uma referência chave para essa tese, pois o trabalho de Valladares observa o mesmo fenômeno de remoção e realocação que aqui é estudado, com a diferença de tempo, de local e de políticas habitacionais. No Rio de Janeiro sob o governo militar, a política habitacional do BHN dá continuidade, em ampla medida, à política de remoção de favelas que vinha sendo empreendida na cidade no governo de Carlos Lacerda, como governador do então Distrito Federal, no começo da década de 1960. A ação ainda evocava o olhar higienista, que legitimado pela ideia de sanear a cidade, expulsava os mais pobres para regiões mais afastadas do centro da cidade.

Importante destacar, que no Recife da década de 2010, o recorte temporal do objeto de análise desta tese, dá-se em um governo de esquerda, com uma política habitacional que intencionava a inserção dos pobres na cidade formal, assumindo sua condição de cidadania plena. É portanto, com a possibilidade de comparar a ação semelhante, em realidades e condições históricas distintas, que o trabalho de Valladares se torna importante.

Valladares relata que embora na cidade do Rio de Janeiro de 1948 já houvesse 105 favelas, sendo assim um processo natural da expansão da cidade, na década de 1970 esses aglomerados ainda eram vistos como uma anomalia no tecido urbano:

Na realidade sempre houve uma tendência de repressão às favelas, como mostra Parisse: “A Cidade olha a favela como uma realidade patológica, uma doença, uma praga, um quisto, uma calamidade pública. Estas expressões encontram-se em todos os jornais, sob a pena dos jornalistas, professores, intelectuais, quer exprimam sua hostilidade à favela, ou declarem seus bons sentimentos, suas boas intenções”. (PARISSE, 1969 apud VALLADARES, 1980, p. 22)

Desse relato observa-se a percepção dos intelectuais, sejam eles os jornalistas, sejam eles os professores. Contudo, a ideia da favela como parte da cidade e não como uma doença a ser extirpada, vai mudando paulatinamente entre os acadêmicos chegando ao entendimento de que ela realmente faz parte do desenvolvimento natural da expansão da cidade. Na verdade, a favela sempre foi aceita por boa parcela da população dita formal, que depende da mão de obra dos seus moradores. Contudo, com o passar dos anos e a sucessivas políticas, ou falta delas, no governo brasileiro observa-se que no cerne da questão, ainda se evoca a retirada ou ocultação dos pobres da cidade. Se não os pode retirar, os põe isolados por muros visíveis de conjuntos

e muros invisíveis das decisões das políticas urbanas e habitacionais. A autora mostra as ambiguidades das leis já naquela época quando cita:

Um rápido exame das providências tomadas até 1960 demonstra claramente a falta de uma linha de ação comum e definida quanto ao que fazer com as favelas.

Se por um lado leis eram promulgadas, instituições criadas, projetos apresentados e realizados visando a sua eliminação, por outro lado criavam-se novos organismos, leis e projetos objetivando sua manutenção e recuperação, oferecendo-se também serviços assistenciais às suas populações. (VALLADARES, 1980. p.22)

E essa ambiguidade ainda permanece no presente. Se uma lei não permite que os pobres ocupem uma área ambiental, por exemplo, permitem que a municipalidade, os empreendedores da construção civil as ocupem. Seria essa ambiguidade em leis e ações a máscara da verdadeira intenção do Estado? Aparentemente é o que se mostra diante da pesquisa aqui fomentada e na de Valladares. Quando se reflete sobre os interesses que estariam em jogo, a autora relata que, historicamente, as favelas sempre existiram a partir da ideia de uma utilização indevida do espaço, corroborada pela conceituação oficial como “aglomerados humanos localizados em áreas não urbanizadas, constituídas por habitações rústicas ou improvisadas, desprovidas de melhoramentos públicos, construídas em terra de terceiros: do Governo, de particulares ou de domínio não definido”. Entretanto, o que se viu, por muitas décadas foi uma política de convivência tolerante, como resultado não só de interesses eleitorais, ou da falta de recursos dos cofres públicos para empreender uma operação mais abrangente. De quebra, suas condições topográficas, geralmente nas encostas de morros ou em terrenos alagadiços, as preservaram da sanha especulativa por muito tempo. Contraditoriamente, conviveram com a tolerância e com as atitudes hostis, e ao passar do tempo, a eliminação das favelas também passou a indicar a abertura de novas áreas para a construção, urbanização e valorização futura. (VALLADARES, 1980, p. 31-33).

Essa última intenção para o caso das favelas do Rio de Janeiro, da qual trata Valladares, parece ter permanecido, e pôde ser identificada no Recife, no estudo de caso desta tese: liberar o solo para novos usos, mais rentáveis ao setor privado, observando-se assim certa permanência nas políticas de Estado, que não mudaram significativamente.

Todavia, o trabalho de Valladares não interessa apenas pelas semelhanças na ação do Estado, mas também nas questões referentes às pessoas deslocadas das favelas para outras áreas

e de seus sentidos de vida e de sobrevivência após a realocação. Antes, porém, é válido citar o que a socióloga menciona sobre a dinâmica da remoção e da realocação dos moradores para entender um pouco de como se dava esse processo no caso carioca, e o que ele ocasionou na favela e nos realocados para os conjuntos habitacionais. Valladares ressalta que:

A remoção da favela é um processo longo, que consta de várias etapas, desde os preparativos para a evacuação dos barracos e a realocação de seus habitantes nos conjuntos habitacionais, até a sua inserção no Sistema Financeiro de Habitação. (...) o que levaria a aquisição da casa própria.

(...)

É preciso considerar a importância do fator tempo na base da operação, em todas as suas etapas. Na realidade o percurso compreendia dois grandes tempos, delimitados em espaços diferentes: o tempo na favela e o tempo no conjunto, o primeiro indo desde a “condenação” oficial de uma favela até o dia da transferência de seus moradores para os conjuntos habitacionais, e o segundo compreendendo a desde a ocupação dos imóveis nos conjuntos, até a assinatura da escritura definitiva do imóvel. (VALLADARES, 1980, pp. 47, 49).

Ora veja, o processo continua o mesmo do anúncio da remoção e em todo seu processo para a ocupação dos imóveis do conjunto. Contudo, chama-se a atenção que nesse período o realocado pagava pelo imóvel e recebia a propriedade, isto é, o direito de usar, gozar e dispor do imóvel, diferente da atualidade em que muitas vezes o realocado paga pela unidade habitacional, mas seu direito é apenas de usá-lo. No caso do Via Mangue, viu-se que a unidade habitacional foi trocada pela benfeitoria na favela, já entendendo que aquela moradia tem valor de mercado, mesmo que não seja no mercado dito formal. Se por um lado há o entendimento que a benfeitoria tem valor, por outro o beneficiário dos programas atuais, na maioria dos casos jamais receberá a propriedade do seu imóvel no conjunto habitacional para o qual foi realocado⁹.

⁹ Até o fechamento da pesquisa e formulação do texto de tese não havia a possibilidade de o morador de uma unidade habitacional ter a posse dela, contudo, a Lei 13.465/2017 - Regularização Fundiária Urbana (REURB), válida a partir de julho de 2017, coloca a possibilidade de dar a escritura da UH ao morador ou seja a propriedade. A lei descreve como deve se dar e para quem essa forma de propriedade a partir do artigo 9º Art. “Ficam instituídas no território nacional normas gerais e procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana (Reurb), a qual abrange medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes.

§ 1º Os poderes públicos formularão e desenvolverão no espaço urbano as políticas de suas competências de acordo com os princípios de sustentabilidade econômica, social e ambiental e ordenação territorial, buscando a ocupação do solo de maneira eficiente, combinando seu uso de forma funcional.:

Valladares chama a atenção para outro fato relacionado ao tempo de duração desse processo, e as brechas que essa duração que pode fomentar, como estratégias para burlar o processo de remoção e realocação, e também estratégias de mercado na favela a ser removida. Sobre isso a autora declara:

(...) a flexibilidade na atribuição do tempo de cada etapa do programa, assim como as dilatações de prazo entre-etapas, (são) fatores que acabam por representar, para o morador, momentos de reflexão sobre o se, como e em que condições participar do programa. Com efeito, os intervalos sofridos pelo programa deram margens a que o morador, quer na favela quer no conjunto, se depare-se com possíveis alternativas para seu caso, dificilmente viáveis com a execução de um rígido cronograma de trabalhos.

O tempo foi, essencialmente, um elemento propiciador das práticas que se desenvolveram paralelamente à operação planejada, tais como as mais diversas operações comerciais e, sobretudo, o desenvolvimento, de relações de natureza pessoal com os funcionários dos organismos responsáveis, visando a obtenção de vantagens pessoais. (VALLADARES, 1980, p. 49)

(...)

II - Criar unidades imobiliárias compatíveis com o ordenamento territorial urbano e constituir sobre elas direitos reais em favor dos seus ocupantes;

III - ampliar o acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda, de modo a priorizar a permanência dos ocupantes nos próprios núcleos urbanos informais regularizados;

IV - Promover a integração social e a geração de emprego e renda;

(...)

VI - Garantir o direito social à moradia digna e às condições de vida adequadas;

§ 2º A Reurb promovida mediante legitimação fundiária somente poderá ser aplicada para os núcleos urbanos informais comprovadamente existentes, na forma desta Lei, até 22 de dezembro de 2016.

Art. 10. Constituem objetivos da Reurb, a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios

VII - garantir a efetivação da função social da propriedade;

VIII - ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes;

(...)

XI - conceder direitos reais, preferencialmente em nome da mulher;

XII - franquear participação dos interessados nas etapas do processo de regularização fundiária.

Art. 11 (...)

VI - Legitimação de posse: ato do poder público destinado a conferir título, por meio do qual fica reconhecida a posse de imóvel objeto da Reurb, conversível em aquisição de **direito real de propriedade** na forma desta Lei, com a identificação de seus ocupantes, do tempo da ocupação e da natureza da posse;

VII - legitimação fundiária: mecanismo de reconhecimento da aquisição originária do **direito real de propriedade sobre unidade imobiliária** objeto da Reurb;

Por conta dessa nova lei, agora em 2020, aos moradores do conjunto Beira-rio, em Recife, no bairro do Arruda, estão recebendo a escritura das UHs. Esses conseguiram que esse direito fosse aplicado por meio do movimento de luta que pressionou a municipalidade.

Dessa forma, e pelas condições que a favela se desenvolve e sobrevive à cidade formal, os moradores desses locais criam mecanismos informais que fizeram chegar ao objetivo idealizado. Sobre isso a autora declara:

(...) o programa de remoção gerou mecanismos informais que acabaram por transformá-lo em outra realidade, com características próprias e imprevistas, distante daquela inicialmente idealizada. (...) (Assim) alguns moradores – isoladamente – anteviam a possibilidade de lucrar com a nova realidade. (VALLADARES, 1980, p52).

Assim, observou-se a permanência dessa prática na realocação das comunidades da *Xuxa* e de *Deus nos acuda*, na Recife contemporânea. O tempo ainda propicia a quem queira escapar da remoção um novo subterfúgio:

O tempo (...) entre uma etapa e outra não raro se prolongava, permitindo a quem não quisesse ir para o conjunto tentar escapar à remoção, podendo vender o barraco e mudar-se para outro local (inclusive uma favela não ameaçada); trocar o barraco com outro morador de uma outra favela desejoso de ir para o conjunto habitacional mais depressa; voltar para a sua localidade de origem (casos menos frequentes). Não-moradores de favela interessados em aceder às habitações oferecidas pela COHAB (...) tornavam-se, assim, “favelados de última hora”, beneficiando-se do processo normal de remoção.

Além desses casos, e em função deles, a demanda real de barracos provocou a ação de inúmeras pessoas, aproveitando-se da situação, construíram novos barracos em espaços ainda vazios, chegando mesmo a incluir em seu projeto cômodos de aluguel. Estes recebiam familiares ou amigos chegados à favela às vésperas da remoção.

Nessas condições, o mercado imobiliário das favelas foi significativamente “sacudido”, assim como alteradas foram a sua densidade e composição demográficas.

Os barracos sofreram grande valorização, quer para compra e venda, quer para aluguel. (VALLADARES, 1980. pp. 52-53)

Se na década de 1970 o expediente usado pelos mais pobres foi esse, muito pouco mudou na década de 2010, no advento das construções da Via Mangue. Em *Deus nos acuda* e na *Xuxa* muitos moradores lançaram mão da construção de um barraco improvisado para poder conseguir a tão sonhada unidade habitacional no conjunto. Outro artifício foi a mudança de familiares para uma segunda moradia na comunidade, esperando conseguir o direito a dois apartamentos. Esse é um dos modos de ajustar-se às condições adversas que faz parte da *cultura da pobreza*.

Contudo, não é apenas na remoção que ambas situações se assemelham, afirmando assim que existe um modo de vida peculiar aos pobres urbanos. No momento após a ocupação dos conjuntos, outros elementos do processo de realocação tem semelhanças.

A começar de toda pompa e circunstância que envolve a inauguração de um conjunto habitacional. Na inauguração dos conjuntos da Via Mangue houve festa, imprensa, o Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, e do governador Eduardo Campos, além de mais de uma centena de políticos de menor importância estavam presentes. Na década de 1970, período estudado por Valladares não era diferente. Ela relata a inauguração do conjunto, discorrendo: *“O que primeiro marcava o conjunto habitacional era sua inauguração, a qual, é preciso notar cobria-se de pompas, sendo celebrada quase simultaneamente à chegada dos primeiros residentes desenraizados das favelas”* (VALLADARES, 1980, p. 63).

Nesse trecho percebe-se que o primeiro passo da instalação dos realocados era a festa e inauguração, gerando expectativas de mudança na vida dos moradores. Não à toa, a autora chama os realocados de **desenraizados da favela**, pois já nota que muita coisa vai mudando na vida dessas pessoas a partir do momento em que se instalam nos conjuntos habitacionais para onde são levados, por isso é tão importante chamar a atenção para o termo. Entende-se, por esse termo, que a sistemática da vida dessas pessoas era uma e ao ir para o conjunto ela muda. Muito embora Lícia aborde mais à frente essa mudança em relação ao local da cidade, e sua relação com ele e a questão financeira que se precarizou ainda mais no conjunto, as mudanças na vida desses realocados vão mais além.

Contudo, alguns problemas nos conjuntos, ao menos os iniciais são semelhantes em ambas situações. Valladares observou a questão da distribuição das habitações:

Nem sempre se atendia todas as queixas e pedidos dos residentes (...) (a) solução (foi) extrapolar os poderes da administração local da COHAB. (...) A esse respeito, segue-se trecho da entrevista realizada com uma senhora removida da favela, ao contar sua história: “Quando a assistente social chegou lá em casa, minha irmã e os filhos estavam morando lá também, no mesmo barraco. A gente fez duas fichas separadas, uma no meu nome, outra no da minha irmã. No dia da mudança, botaram nossas coisas no mesmo caminhão, e quando a gente chegou aqui, o pessoal da administração só deu uma casa. A gente disse que tinham prometido duas casas, uma para cada uma. Como o caso estava difícil, fui procurar uma amiga minha, que tinha uma irmã que era secretária dr. V.B. (que era alto funcionário da COHAB-GB). Três dias depois deram prá minha irmã uma casa na mesma rua.” (...)

Outra pessoa entrevistada, que após vir morar no conjunto conseguiu um emprego de servente na sede local da administração, relatou: “Não gostava, não. Tinha um vizinho que estava sempre bêbado. Quando comecei a trabalhar lá, falei com o administrador e acabei me mudando para outra quadra. Agora me dou bem com meus vizinhos. (VALLADARES, 1980, pp.64-65)

Não só esses casos são exemplos semelhantes aos dois casos de realocação. A diferença é que na atualidade se recorre muito mais aos métodos informais para resolver os problemas no conjunto, como pude constatar no caso da *Xuxa e Deus nos acuda* no Recife. Nos anos de 1970 os processos informais sofriam diretamente com o poder de coerção do governo militar. Naquele contexto, a solução por meio dos órgãos públicos dava-se muitas vezes por meio de favores de políticos, ou influência clientelista de pessoas alocadas na administração pública.

A volta para favela é outro fator comum que pude constatar no contexto contemporâneo de um projeto de realocação. Contudo, há de se fazer uma diferenciação antes de entrar nessa seara. Os realocados dos conjuntos da década de 1970 eram mutuários, isto é, deveriam pagar pelas suas novas moradias; além do valor mensal das parcelas que comprometiam com a casa própria, coisa que não tinham na favela, a inflação e a correção monetária do valor da moradia impossibilitavam em muitos casos o pagamento da prestação mensal. Na época, esse era o mais forte impulsionador da saída do conjunto habitacional. Já na década de 2010, no caso da Via Mangue, os realocados eram beneficiários, isto é, pelo previsto na lei, o beneficiário pagaria uma certa quantia fixa ou um percentual de sua renda para adquirir sua habitação, de maneira que fosse menos oneroso para sua renda. Mas ao final, o que aconteceu de fato, foi que os beneficiários da Via Mangue nada pagaram, tendo a unidade habitacional sido trocada pela sua benfeitoria na favela.

Vale ressaltar que, depois de mais de 40 anos, e muitos estudos feitos a respeito dos assentamentos precários, alguns resultaram na descoberta de um mercado imobiliário informal – no qual as benfeitorias tinham valor de mercadoria. Ainda sendo os realocados beneficiados pela troca ou ressarcimento da sua benfeitoria, sempre há um percentual desses que volta à favela. Valladares já relatava essa prática no caso do Rio de Janeiro da década de 1970:

Deixar o conjunto habitacional, compulsória ou voluntariamente, significava interromper o percurso para a aquisição da casa própria (...). O fato é que quando se esgotava para alguns mutuários todas as oportunidades de driblar o sistema, e as pressões institucionais passam a restringir as ações individuais, limitando as possibilidades de quaisquer alternativas, nada lhes restava senão sair do conjunto.

(...)

Ao sair do conjunto, podiam-se tomar vários destinos, voltando-se para a favela, procurando se estabelecer em algum ponto do grande Rio (mais facilmente nas periferias urbanas), ou mesmo mudando-se para outro estado, baseando-se a escolha nas mais diversas razões.

Se inexistem dados precisos que permitam dimensionar o peso de cada um dos destinos tomados, a tendência predominante, a partir de entrevistas e informações indiretas, foi a volta à favela. (VALLADARES, 1980, pp.80 e 81)

Valladares, contudo, sempre afirma que a volta à favela é apenas uma necessidade econômica, quando essa é apenas uma das necessidades. No entanto, no que se refere à mudança do conjunto habitacional após a saída dos seus moradores originais, há semelhança em alguns aspectos aos vistos na atualidade:

Quem chega a um conjunto habitacional do Rio de Janeiro, decorridas várias etapas da ocupação, depara-se com um quadro muito diferente do inicial.

Alguns anos depois, sua fisionomia mudou. Seus habitantes originais há algum tempo começaram a partir. Com novas pessoas, uma nova composição social começa a se delinear. Assiste-se a uma nova dinâmica de ocupação do espaço. As fachadas das habitações alteram-se. Toda gama de atividades comerciais e de serviço aí se tem instalado. Enfim, o conjunto não é mais o mesmo. (VALLADARES, 1980, p.83)

A autora percebe a mudança que já estava na percepção de Oscar Lewis, desde seu conceito de *cultura da pobreza* ele observou o fenômeno como uma dinâmica dos pobres urbanos que envolve outras transformações, incluindo mudanças físicas no conjunto novo: reformas das fachadas ora procurando uma relação com seu lugar original ora procurando a melhoria da sua habitação e uma identidade num mar de habitações iguais; o aparecimento de comércio e dos serviços quer seja pela distância de centros comerciais e de serviços quer seja pela necessidade de sobrevivência pelo mercado de trabalho informal. No caso dos conjuntos habitacionais do Rio de Janeiro essa mudança é mais evidente, pois eles eram concebidos em unidades habitacionais unifamiliares, muitas vezes isoladas no lote, isso dava ao realocado maiores possibilidades de mudanças na habitação que refletiam as necessidades de sobrevivência, bem como, suas ansiedades e sonhos.

Neste capítulo busquei analisar em profundidade alguns referenciais teóricos buscando aquelas que compõe o entendimento do pobre e suas comunidades inseridas no tecido urbano. Nuances à parte, observa-se que em cada uma delas se tem um entendimento comum da dura realidade da vida na cidade para os pobres e migrantes. Complementa-se a isso as ações do

Estado, que acabam por beneficiar as lógicas econômicas em detrimento da proteção dos cidadãos. A aproximação com o trabalho de Valladares abre para novas relações entre os trabalhos históricos sobre a relação entre os conhecimentos da sociologia e da antropologia, e o objeto empírico desta tese. Desde essa análise é possível demarcar as deficiências e as potencialidades das políticas públicas de habitação para as favelas, seus avanços e suas permanências, a partir do caso específico da relocação para as obras da Via Mangue que será apresentado nos próximos capítulos.

2. O processo de urbanização e realocação de favelas no Recife e a Via Mangue

Neste capítulo apresento as transformações nas políticas habitacionais da cidade de Recife, como se desenvolveram as ações de habitação e, por conseguinte, a relação dessas políticas habitacionais com os projetos urbanos da cidade. Antes de entrar no projeto da Via Mangue e seus componentes, faz-se necessário apresentar o histórico dos Bairros do Pina e de Boa Viagem em relação aos assentamentos precários, para após observar os conjuntos de relocação da população que morava na área onde a via expressa foi construída.

2.1. No Recife a história é diferente: da luta pelo direito à cidade ao advento das políticas de urbanização e realocação de favelas

Recife é uma cidade brasileira peculiar no que se refere às produções de habitação por meio de políticas públicas para os mais pobres. No entanto, as primeiras políticas nesse sentido partiam de visão higienista cuja resposta era a erradicação de áreas precárias, por meio da destinação dos pobres para longe da cidade já consolidada. Sobre isso, cita Reynaldo e Maia Alves (2013), sobre o Recife:

Importante destacar que, desde 1845, os higienistas responsabilizam o sobrado e o traçado da cidade colonial como as causas das más condições de salubridade e o responsável pelo fomento das frequentes epidemias. Este posicionamento se intensifica a partir de início do Século XX, quando passam a exigir mudança dos parâmetros da construção residencial e do traçado urbano, de modo a garantir a saúde pública (FONSECA, 1854) Importante destacar que, desde 1845, os higienistas responsabilizam o sobrado e o traçado da cidade colonial como as causas das más condições de salubridade e o responsável pelo fomento das frequentes epidemias. Este posicionamento se intensifica a partir de início do Século XX, quando passam a exigir mudança dos parâmetros da construção residencial e do traçado urbano, de modo a garantir a saúde pública (FONSECA, 1854).

Ainda sobre essa:

(...) vê-se que até a década de 1920, a questão da moradia era um problema a ser constatado pelos médicos sanitistas e engenheiros, para posterior posicionamento do Estado, que sem discutir a causa, seguia direto à ação de demolição do que seria o “mal” para sociedade (mocambos e assentamentos precários). (grifo nosso) (DOS SANTOS, 2014, p. 405).

O interessante é que apesar do Estado seguir cegamente as premissas do higienismo, ricos e pobres se misturavam no centro da cidade e nos bairros próximos. Os casarões e os mocambos conviviam. Na atualidade, a cidade continua do mesmo jeito. Recife é polvilhada de assentamentos de baixa renda incrustados nos bairros ricos. As antigas políticas de erradicação não bastaram para promover a segregação. Segundo Cavalcanti e Avelino (2008):

Na cidade do Recife, no seu urbano real, são encontrados aglomerados de pobreza em um raio de menos de 2 km das proximidades das áreas/bairros consideradas como áreas de inclusão. Os núcleos de riqueza atraem, paradoxalmente, para perto de si a presença daquelas populações consideradas “indesejáveis”, que sobrevivem da oferta de atividades econômicas e sociais, quando existem, criadas para dar suporte às áreas mais abastadas, e dos ressaibos deixados pela sociedade.

A verdade é que a face dramática de ocupação do solo urbano reflete bem os dilemas da exclusão/inclusão socioambiental e atinge uma quantidade imensa de pessoas na cidade. Esse panorama de exclusão no Recife está traduzido pelos inchaços e deterioração das suas áreas, localmente conhecidas como favelas, palafitas, assentamentos suburbanos, sem infra-estrutura e serviços básicos para as populações que aí residem em meio a tensões, perigos e frustrações.

No seu processo de modernidade, o Recife apresenta grandes contradições, desigualdades e formas de exclusão gritantes. Isso reforça a concepção de que o processo de modernização apresentado para a região Nordeste, em que a cidade do Recife está incluída, tem induzido transformações sociais, ambientais e tecnológicas intensas, que, a despeito de possuírem algum valor econômico e social, não superam, mas sobretudo aprofundam as desigualdades existentes na região

Não está em consideração se a modernidade é um valor positivo ou negativo. Argumenta-se que os processos heterogêneos para a tomada de decisões que estruturam as ocupações em um determinado território estão diretamente relacionados com a distribuição da riqueza no país, produtora da desigualdade de oportunidades e do acesso socialmente diferenciado aos frutos da riqueza produzidos por todos. Esse fenômeno se entrelaça com as relações sociais e de poder e intervém nas políticas públicas, no cumprimento da eficiência e responsabilidade com a equidade da oferta de bens e serviços, particularmente naquelas ações destinadas a atender aos mais excluídos. (In Mosaico Urbano do Recife: Exclusão Inclusão Socioambiental, p.33)

Isso demonstra que a cidade é espontaneamente menos segregada do que pretenderam as políticas públicas voltadas para a moradia aos pobres.

No Rio de Janeiro do início do século XX, as moradias dos mais pobres foram impelidas a subirem os morros para o embelezamento da cidade pelas reformas instauradas pelo prefeito

Pereira Passos entre os anos de 1902 e 1906¹⁰. Recife, posteriormente, percorreu trajetória semelhante à da antiga capital Federal. O pensamento higienista sobre o que seria um ambiente urbano salutar foi o que legitimou a expulsão desses moradores do centro urbano, enviando-os para longe. Primeiramente pela reforma do centro, isto é, da Ilha do Recife — origem da cidade — ocorrida entre 1909 e 1913, aos moldes do plano de Haussman, todas as pequenas casas de porta e janela foram derrubadas, dando espaço a enormes edifícios que pareciam palacetes. Do vestígio dos pobres pouco restou.

Poucas décadas depois, no primeiro governo de Getúlio Vargas, preconizou-se a modernização das cidades, que resultou em Recife, no novo plano urbanístico, que destruiu o tecido antigo da cidade expandida, mais precisamente dos bairros de Santo Antônio e de São José, expulsando os moradores dos mocambos para longe, mais uma vez.

Nesse período, em 1939, Agamenon Magalhães institucionaliza a *Liga Social contra o Mocambo*, que visava a retirada dessas moradias e a realocação desses moradores para casas em vilas produzidas pelo poder público. Sobre a Liga:

Dirigida por Oton Linch Bezerra de Melo, João Pessoa de Queirós e Mário Honório Martins, entre outros, a entidade dividia-se internamente em três comissões: a de estudo e aquisição de terrenos, a de organização de empresas e a de propaganda e ação social contra o mocambo. Os fundos administrados pela liga para a construção de casas populares advinham de donativos do próprio governo do estado, de sindicatos, de empresas e de particulares. Nas vilas construídas, cerca de 45 até o ano de 1943, as casas eram vendidas a prazo e os moradores selecionados segundo três critérios: número de dependentes, legalização do estado civil e estado de saúde da família (não eram admitidos portadores de doenças infectocontagiosas).

10 Segundo, Ferreira da Silva (2019): “Nota-se que, dentro da historiografia, há divergências sobre a Reforma Urbana Pereira Passos. Para André Nunes de Azevedo (2003), houve uma tentativa de integração urbana entre diversos pontos da cidade, sendo que essa integração tinha um aspecto conservador, já que o prefeito queria que a população pobre fosse ao Centro para civilizar-se. Isto é, um dos objetivos da intervenção não seria simplesmente expulsar a população pobre do Centro, o que também não significa que ele quisesse que ela morasse nele.

Por outro lado, a literatura costuma retratar a remodelação urbana como uma tentativa de excluir a população pobre do Centro, como argumentam Santana & Soares (2009, p. 10): “Mas foram as gestões do Presidente Rodrigues Alves e do Prefeito Francisco Pereira Passos entre 1902 e 1906, que a modernização conservadora e excludente se afirma enquanto estratégia de expulsão dos desfavorecidos do núcleo metropolitano”. (...) [Isso é] demonstrado nas cartas entre Pereira Passos e Souza Rangel, o prefeito comenta das habitações que ele fez aos trabalhadores e que a prefeitura deveria construir mais habitações localizadas na área central, próximas ao seu local de trabalho. Isso demonstra uma diferença entre a versão contada na historiografia e a versão do próprio prefeito.” (grifo nosso)

Enquanto se desenvolveu a ação da Liga, a Prefeitura de Recife implementou uma campanha contra o mocambo que incluiu desde a demolição dos já existentes até a proibição da construção de novos. (LIGA Social [...], FGV, 2018)

Assim, a *Liga social contra o Mocambo* impulsiona a ocupação dos morros da zona norte do Recife. Especialmente, os do bairro de Casa Amarela, hoje lindeiros à Avenida Norte. Ali se estabeleceram os antigos moradores dos mocambos das áreas centrais da cidade (ver fotos 2 e 3).

Foto 2- Mocambos do Recife na década de 1930

Fonte: Museu da Cidade do Recife

Foto 3 - Mocambos no bairro de Santo Amaro, no centro expandido do Recife.

Fonte: Museu da Cidade do Recife.

Nesse mesmo período do Getulismo, a partir de 1930, surge para a população trabalhadora, o provento de moradias pelo Estado¹¹, aos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs).

¹¹ Cita Dos Santos (2014, p. 406) sobre esse período: De modo que resultou em um compromisso assumido por Vargas entre as novas massas urbanas e o Estado. Nesse contexto político os trabalhadores foram reconhecidos e tiveram seus direitos protegidos. Vargas afirmava que os anseios da população por propriedade da moradia e alimentação adequada eram legítimos, e difundiu assim a ideia da casa própria (GOMES, 1999).

Esses eram voltados para a promoção da aposentadoria, e empregavam seus recursos na produção de habitações para seus associados, como forma de assegurar a rentabilidade das aplicações. Na cidade de Recife, exemplos dessa produção habitacional são as vilas das costureiras, a dos industriários e a das lavadeiras, dentre outras. Vale salientar que os IAPs tiveram uma produção significativa de moradias, que durou no Recife de 1930 a 1945. No primeiro governo de Vargas, com o projeto de industrialização do país, deu-se impulso a outras políticas, tais como a formulação de leis trabalhistas e também de fomento de habitação para os trabalhadores, principalmente ligados às indústrias e aos sindicatos, que eram apenas parte da população (BONDUKI e KOURY, 2014).

As décadas que sucederam essa primeira expulsão dos pobres desencadearam lutas pelo direito de permanecer na cidade. Também a exemplo do que aconteceu no Rio de Janeiro, no Recife essa luta teve o apoio importante de setores da Igreja Católica e de lideranças políticas. No Rio de Janeiro, a SAGMACS (Sociedade de Análise Gráfica e Mecnográfica Aplicada aos Complexos Sociais) havia sido convocada pelo bispo Dom Hélder Câmara, que em 1955 impulsionou a Cruzada São Sebastião, a favor de uma ação integral para a urbanização da favela, radicalizando sua defesa como comunidade frente às campanhas políticas que pediam a sua erradicação (VALLADARES, 2005, p. 74 e ss.). Deve-se pensar que essa semelhança orbitou na figura de Dom Hélder Câmara que sai do Rio de Janeiro e se muda para o Recife na década de 1960, colaborando para a transformação do olhar sobre a população urbana mais pobre.

Vale salientar que a industrialização do país e a modernização da lavoura impulsionavam a migração da área rural para a cidade em busca de trabalho, que incrementava a população pobre já existente nas cidades, o que fez surgir novos assentamentos de baixa renda na cidade do Recife.

A partir da década de 1960 houve um crescimento acelerado dessas áreas pobres no Recife. É nesse ponto da história que se inicia o movimento de pressão popular com o apoio da Igreja Católica e de lideranças políticas que começará a transformar a história dos pobres em Recife, que passam a ter um papel mais ativo no processo de urbanização. A permanência dos mais pobres na cidade, será admitida, e os assentamentos precários passarão ser alvo de melhorias urbano-fundiárias.

No curso desses acontecimentos, cabe ressaltar a questão da distribuição da pobreza no Recife. A capital do estado de Pernambuco possui mais de 50% de sua população em situação de pobreza, distribuídos de maneira fragmentada no território da cidade, que registra 313 assentamentos precários. Desses, 73 são demarcados como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), segundo Norah Neves, da URB-Rec (Empresa de Urbanização do Recife). Dentro desse perfil atual, entende-se a importância dos movimentos dos anos de 1960/1970, quando a COHAB-PE registrou cerca de 80 novas ocupações – e esse número só tendeu a crescer. Nas décadas seguintes, correspondiam a cerca de dois terços do território do Recife, segundo dados da COHAB -PE.

O movimento migratório intenso para a cidade, bem como a valorização do solo, fez com que os mais pobres ocupassem as áreas que não tinham valor imobiliário e/ou áreas de fragilidade ambiental, como os morros e alagados. Ainda assim, o sistema de erradicação desses assentamentos das áreas mais consolidadas da cidade continuava presente nas políticas habitacionais, quer nas nacionais quer nas municipais.

Nesse período, o BNH atuava na construção em massa de conjuntos habitacionais na zona periférica, assim como a COHAB-PE, localizados nas zonas oeste e norte de Recife, alguns deles próximos a polos fabris e outras localidades distantes. O intuito dos técnicos projetistas era forçar uma urbanização dessas áreas ainda não adensadas, por meio de uma “mão invisível” que atraísse o comércio e o serviço para esses conjuntos por meio do interesse mercantil. Isso não ocorreu da maneira prevista, e muitos moradores desses conjuntos voltaram para o centro da cidade para poderem sobreviver. Foram criados, nesse período, conjuntos habitacionais que formavam praticamente novos bairros inteiros, destinados à baixa renda. Dentre eles estão as UR de 1 a 11, localizadas nos bairros do Ibura, Várzea, Jardim São Paulo e Afogados, – Jardim Planalto, Lagoa Encantada e Ibura (LACERDA, 1990). Destaca-se que todos esses bairros foram construídos pela COHAB-PE com recursos financiados pelo BNH, e se localizavam na franja da cidade para, segundo os seus idealizadores, promoverem a sua expansão (ROLNIK, 2011; FERREIRA, 2011).

As pessoas relocadas para esses conjuntos moravam antes no centro expandido da cidade, como o bairro de Santo Amaro, por exemplo, e dependiam dos trabalhos formais ou informais oferecidos no centro de Recife, que em finais da década de 1980 foi se “deslocando” para a zona sul da cidade, principalmente. Como já mencionado, uma grande quantidade de moradores voltou para seus locais de origem para poder sobreviver. Há relatos de fome nesses

conjuntos, por não haver meios de obtenção de renda. Foi nesse contexto de políticas habitacionais que visavam ainda à expulsão dos mais pobres do tecido consolidado que surgiram os movimentos populares para a fixação dos setores de menor renda na cidade, os quais também reivindicavam políticas de melhorias nas habitações existentes. Lideranças políticas incentivaram a invasão de terrenos no tecido urbano, alguns bem impróprios para a moradia, como foi o conhecido caso de Buriti: trata-se de população que está assentada sob a rede elétrica de alta tensão que chega à central de distribuição da cidade. Contudo, a ideia do direito à melhoria das condições de moradias demoraria a se consolidar. Mas é certo que Recife se torna importante referência para debates sobre a questão fundiária e habitacional no cenário nacional.

Lutas e conquistas por moradia, no Recife, e também na maioria das capitais brasileiras, auxiliaram para que, no ambiente de redemocratização e da Assembleia Nacional Constituinte, a Constituição de 1988 incorporasse o capítulo sobre o direito à cidade. No artigo 6º, referente aos direitos sociais que incluem o direito à moradia, escreve-se:

Art.6º. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

E nos artigos 182º e 183º:

Art.182º: A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Art. 183º: Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

A regulamentação dos artigos 182 e 183 deu origem ao Estatuto da Cidade (Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001) que, ao menos em termos constitucionais, mudou o entendimento sobre o direito à terra e à moradia. Este previu que a moradia deve ser um direito de todos, bem como a terra, que passa de bem privado para ser um bem social, com prioridade para os mais pobres e socialmente vulneráveis. Contudo, a falta de ajuste entre o direito civil, a Constituição e o Estado culminam em um choque de interesses no que se refere à terra e à moradia.

Retornando ao Recife, em 1983 a Lei do Uso do Solo – LUOS (Lei nº 14511/83) instituiu as ZEIS na cidade, que protegia, ainda que de forma precária, a permanência dos moradores nos locais de origem, evitando a expulsão das populações de baixa renda para fora da cidade consolidada. Por essa lei foram instituídas 27 áreas de interesse social no Recife, nas quais deveria ser adotado um tratamento diferenciado em termos de urbanização e regularização para garantir a sua integração à estrutura urbana formal da cidade, porém respeitando as condições típicas de cada área ZEIS. Esse foi o primeiro passo para a democratizar o acesso aos benefícios urbanos.

As ZEIS têm como objetivo político *preservar o direito à moradia* das famílias que habitam a área. Já como objetivo urbanístico teria o de incluir, no zoneamento da cidade, uma categoria que permitiria, mediante plano específico de urbanização, estabelecer padrões compatíveis com a realidade dos assentamentos pobres. Por esse instrumento, deveria instituir parâmetros para controle de ocupação do solo que inibisse os interesses de empreendedores imobiliários e comerciais. Para tanto, a lei estabelece um tamanho máximo de lote de 150m² e proíbe o remembramento, o que inviabilizaria construções de grande porte.

Contudo, apenas em 1987 o PREZEIS é instituído, pela Lei Municipal nº. 14.947/87, com o intuito de promover a regularização urbano-fundiária das Zonas Especiais de Interesse Social. O PREZEIS é um instrumento normativo e de gestão democrática para a urbanização e a legalização fundiária das ZEIS, além de ser um instrumento de controle e ocupação do solo. Para que o PREZEIS funcionasse deveria ser constituída uma comissão para elaborar e dar direcionamento a essa promoção. Essa comissão, denominada de COMUL (Comissão de Urbanização e Legalização), teria a sua constituição formada por moradores das ZEIS e por técnicos da prefeitura. Dessa maneira se estabeleceria um conjunto de instrumentos e mecanismos (regras e procedimentos) para o planejamento e gestão participativa dos processos de urbanização, regularização urbanística e fundiária desses assentamentos institucionalizados como de interesse social.

O PREZEIS é integrado por dois sistemas: **i) Sistema de Gestão Participativa do PREZEIS - FÓRUM DO PREZEIS;** **ii) Sistema de Planejamento Municipal** que, segundo Rocha (2017):

(...) as organizações da sociedade civil contribuíram efetivamente para a Lei municipal nº 14.947/1987, conhecida como Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social – PREZEIS. Esta lei estabelece um modelo de gestão compartilhada visando efetivar a regularização urbanística e fundiária das ZEIS, tendo as Comissões de Urbanização e Legalização - COMUL e o Fórum do PREZEIS como instâncias centrais.

Em 1993, a Lei nº 15.790 criou o Fundo Municipal do PREZEIS, que seria alimentado por 1% da arrecadação municipal e, em 1995, a Lei do PREZEIS reformulada resultou na Lei nº 16.113/95, respaldada pela Lei nº 16176/96 e pelo Plano Diretor do município (Lei nº 17.511/2008) atuais, vigorando até hoje, 30 anos após promulgada a primeira Lei do PREZEIS.

A Lei Municipal nº 15.790/93 foi a mais importante promulgada após a instituição do PREZEIS, pois, regulamentou e instituiu o Fundo Municipal do PREZEIS, destinado especificamente a obras urbano-fundiárias nas zonas de interesse social da cidade. Vale destacar os Capítulos I e II, que definem:

DO FUNDO

Art. 1º Fica instituído, nos termos da presente Lei, o Fundo Municipal do PREZEIS, que se constitui em um instrumento de política urbana para permitir a captação e gestão de recursos destinados às ações previstas no Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social da Cidade do Recife.

Capítulo II

DAS RECEITAS

Art. 2º Constituem receitas do Fundo:

I - dotações consignadas na Lei do Orçamento ou em créditos adicionais;

II - transferências intergovernamentais;

III - transferências de instituições privadas;

IV - transferências do exterior;

V - transferências de pessoas físicas;

VI - transferências de convênios;

VII - a receita proveniente da Concessão de Direito Real de Uso nas áreas ZEIS;

VIII - as rendas provenientes da aplicação financeira dos seus próprios recursos;

IX - doações;

X - outras receitas que lhe sejam destinadas.

Parágrafo Único - Todas as Receitas do Fundo serão depositadas obrigatoriamente em conta especial a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito.

A lei do PREZEIS, quando menciona o fundo como suporte para a elaboração e a execução das ações para a regularização urbano-fundiária, esse é legitimado pela Lei Municipal nº 15.790/93 é um marco no avanço dessa política. Durante muito tempo esse fundo existiu e

foi aplicado. Porém, o seu percentual de arrecadação foi diminuído até chegar a 0% – o que ocorreu durante as gestões do PT, que contraditoriamente, prometeram extinguir o *déficit* habitacional da cidade. Essas gestões aconteceram na primeira década dos anos 2000, como se verá mais adiante.

Entre as décadas de 1980 e 1990, diversas ZEIS começaram a ser urbanizadas, mas a regularização fundiária nunca foi finalizada em sua totalidade. É desse período inicial a urbanização da ZEIS Mustardinha e da ZEIS Brasília Teimosa, por exemplo, paradigmas desse instrumento urbanístico em Recife. A regularização dessas áreas levaria algumas décadas para chegar perto de ser totalmente terminada.

Brasília Teimosa foi uma das primeiras áreas a serem urbanizadas com recursos do BNH, por meio do programa ProMorar¹². O projeto ficou conhecido como “Teimosinho”. Ele visava retirar as palafitas da orla e urbanizar a beira-mar, inclusive com a implantação de equipamentos comunitários, o que não aconteceu. As famílias que ocupavam as palafitas que se projetavam no mar foram relocadas, sobretudo para a Vila do Prata, localizada na própria comunidade.

Em 17 de janeiro de 1983, por meio da lei nº 14.511 (Lei de Uso e Ocupação do Solo do Recife), Brasília Teimosa foi reconhecida como ZEIS, dentre 26 outras localidades pobres recifenses. Após a instituição da área como ZEIS, outras intervenções foram feitas na localidade. Pode-se citar, entre essas intervenções, a construção da Vila Moacir Gomes, para onde foram relocadas as famílias que haviam reocupado a orla; porém nada foi feito para evitar uma nova ocupação.

A COMUL foi instalada em Brasília Teimosa em 04 de novembro de 1987 e tinha como propósito acompanhar, planejar e fiscalizar todo o trabalho de urbanização e legalização das moradias. Em 1989, novas famílias reocupam a orla de Brasília Teimosa.

A posse da terra dessa ZEIS não foi complicada apenas para os seus moradores, mas também para as instâncias governamentais que ficaram a cargo de sua regularização. As terras daquele local, que eram patrimônio da União (pertencentes ao porto do Recife), passaram a ser

¹² O ProMorar - Programa de Erradicação de Sub-Habitação foi criado no final dos anos 1970, e visava à melhoria dos núcleos habitacionais de favelas, sem implicar a remoção dos moradores para as periferias mais distantes, como era a prática da promoção de conjuntos habitacionais convencionais. (Fonte: MIRANDA, Livia. Desenvolvimento humano e habitação no Recife. Recife: Atlas Municipal de Desenvolvimento Humano no Recife, 2000.

em 1979 da Prefeitura da cidade com o intuito de promover a regularização urbano-fundiária dessa comunidade.

Contudo, em dezembro de 1990, a Prefeitura da Cidade do Recife solicitou à Secretaria do Patrimônio da União de Pernambuco - SPU/PE a transferência da cessão, que anteriormente havia sido passada da Prefeitura para a COHAB (Companhia Habitacional de Pernambuco) que nesse período estava extinta – e por isso a prefeitura do Recife alegou que essa Companhia não teria condições financeiras para assumir os custos de regularização de Brasília Teimosa. Essa transferência do aforamento foi autorizada para a Prefeitura do Recife somente em 1992. Porém, o parecer do Procurador Regional da Fazenda e do SPU/PE considerou essa transferência nula, pois, nos termos da Portaria nº 271, a transferência havia sido autorizada para a COHAB e não para o Governo do Estado. Esse ato impossibilitava o retorno da posse da área para a Prefeitura, pois em termos jurídicos as áreas só poderiam passar de uma instância governamental para outra.

Passados mais de trinta anos do início dos trabalhos de regularização urbano-fundiária, Brasília Teimosa foi considerada totalmente regularizada em 2006. Nesse momento, os incorporadores imobiliários da cidade tentam transformar a área da ZEIS em bairros baseados na lei das ZEIS – a qual diz que, finalizados os trabalhos de regularização, a área de interesse social passaria ser um bairro, deixando a condição de ZEIS. O objetivo das empresas componentes do mercado imobiliário era utilizar a área de Brasília Teimosa, que tem um enorme potencial imobiliário pela sua paisagem – pois está localizada em uma ponta de terra entre o mar e o delta do rio Jordão, para impulsionar as vendas de seus futuros empreendimentos no local.

Contudo, isso não aconteceu devido ao histórico de luta da comunidade. Nas palavras de Lacerda (2011, p. 23), “(...) Brasília Teimosa constitui um território. Os habitantes vêm, histórica e cotidianamente, gerando condições de sobrevivência.”, criando assim laços que reforçam sua permanência no local.

Outra ZEIS que foi uma das primeiras a ser reconhecida pela LUOS de 1983 foi Mustardinha. Diferente de Brasília Teimosa, que se encontra na zona sul da cidade, Mustardinha está localizada na zona oeste. Em 1983, a área passa a ser reconhecida como ZEIS 16 – Jequiá/Remédios.

É importante frisar que essa localidade já havia sido instituída como área especial em 1980, pelo Decreto-Lei nº 11670. Localizada na zona oeste da cidade, a ZEIS Mustardinha se compunha de parte do bairro de Mustardinha, além de partes dos bairros do Bongi e Afogados. Em 1982, os moradores locais, juntamente com a Associação de Moradores da Mustardinha, iniciaram a luta pela desapropriação das terras. Em 1985, a COHAB desapropriou os terrenos de algumas das famílias e empresas, donas das terras nas quais se situa a comunidade: Ártica Comercial, Maria Izabel Gonçalves Guerra, Imobiliária Madre de Deus Ltda., Eraldo José do Nascimento, João Gomes de Albuquerque (seu espólio) e Manilda Lúcia Gonçalves Simões. Pela LUOS de 1983 ela passa agregar cinco localidades: Mustardinha – que ocupa a maior parte do território da ZEIS – e as Ruas Mamoré, Armando Burle, a Vila das Crianças e a comunidade de Vila Beirinha.

Em 1996, com a revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo (lei nº 16.176), ela passou a ser chamada de ZEIS Mustardinha e abrange as localidades de Vila Beirinha, parte da Vila das Crianças e as Ruas Mamoré e Armando Burle.

A primeira COMUL nessa ZEIS foi instalada em 1991, por meio do Decreto Municipal 15.630. Mas o início das obras na comunidade só aconteceu quatro anos mais tarde, em 1995. Esse processo teve início com a implantação da rede de esgotos. Porém, boa parte da rede coletora não foi instalada, e mais da metade das ligações previstas não foram efetivadas. Uma parceria entre o Governo do Estado e a Prefeitura do Recife, em 2002, foi o que viabilizou obras de saneamento e infra estruturas da área, as quais foram discutidas com a comunidade. A implantação desse projeto contou com a participação da mão de obra local e foi acompanhada por ações educativas sanitário-ambientais.

Mesmo com várias ações de urbanização, essas ZEIS não tiveram concluída sua legalização fundiária, pois o último passo não foi dado – o registro em cartório da CUEM ou da CDRU dada pelo Estado aos moradores. A consequência disso é que esses papéis de nada valem juridicamente. Inicialmente esse passo não era dado pelos moradores, pois a taxa de registro era muito cara, ou ainda não acontecia pelo desconhecimento desse último processo. Assim, alguns poucos conseguiram registrar o título de posse. Mais tarde, mesmo com o decreto (Lei Federal 13.465/17) que institui a gratuidade desse registro, os cartórios não se dispuseram a fazê-lo, pois alegavam prejuízo financeiro ao fazer o registro de forma gratuita.

Essas duas ZEIS são exemplos de luta da comunidade e também das ações do poder público na cidade de Recife. Por meio, desse conjunto luta dos assentados como a instituição

de leis e ações para as comunidades de baixa renda, Recife tornou-se marco e exemplo para o país. Ainda deve-se acrescentar que assentamentos de baixa renda mesmo quando não são ZEIS recebem atenção de políticas socioeconômicas, como foi no caso de *Deus nos acuda e da Xuxa*, os objetos de estudo principais desta tese, porém seus moradores continuam vulneráveis a ações de remoção que não contemplam diretamente os anseios e demandas dessas populações.

2.2. Os projetos urbanos no Recife e a remoção dos moradores dos assentamentos precários

Desde a instituição das ZEIS no Recife, em 1983, ocorreram muitas mudanças – tanto em relação ao crescimento urbano como em relação às políticas de habitação, e também sobre os projetos de melhorias urbanísticas da cidade, incluindo os que foram efetivados ao longo dos mais de 30 anos após decretado esse instrumento urbanístico.

Antes de abordar detalhadamente a questão, faz-se necessário estabelecer um breve apanhado histórico. Pode-se afirmar que as primeiras ações nos assentamentos precários da cidade, incluíam a regularização urbano-fundiária e produziram a retirada de moradores dos locais para que elas pudessem ser realizadas. Esses moradores foram os primeiros realocados dos assentamentos precários. As políticas de direito à terra e à moradia nesse primeiro período tinham o objetivo de manter os moradores nas suas comunidades, mas melhorando o local: abrindo ruas, instalando a infraestrutura básica de água, de esgoto e energia elétrica e equipamentos comunitários. A remoção só ocorreria para viabilização das obras ou por esses moradores se encontrarem em áreas de risco – encostas de morros com risco de desabamento e áreas passíveis de inundação.

Nessa época, geralmente os moradores desses assentamentos eram realocados para viabilização das obras urbanísticas, ou por morarem em habitações ou locais muito precários. Assim, esses eram realocados para locais distantes do centro urbano e comercial da cidade, o que geralmente dificultava a sua sobrevivência. Raro era um caso de assentamento no mesmo local, como em Brasília Teimosa que recebeu o conjunto da Vila do Prata. Não só as políticas municipais, como também as financiadas pelo Governo Federal e implementadas por meio das COHABs, ainda continuavam a expulsar os mais pobres da cidade.

Em fins da década de 1990 e início dos anos 2000, começa a surgir fortemente a preocupação de manter os realocados no tecido urbano já constituído, próximo ao comércio e aos serviços urbanos. Contudo, os realocados continuam sendo reassentados longe do seu local de origem. Só mais à frente, mais especificamente nos anos na segunda década dos anos 2000, como nos conjuntos da Via Mangue e em outros construídos no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, é que se iniciou uma preocupação mais efetiva em se buscar terrenos próximos à comunidade de origem para erguer novas moradias para população atendida por projetos de reurbanização. Por outro lado, alguns mecanismos outrora instituídos, como o fundo do PREZEIS, foram diminuindo com o passar das administrações municipais.

Em 1995, a lei do PREZEIS sofre adendos com a LEI nº 16.113/95, que dispõe sobre o plano de regularização das zonas especiais de interesse social – PREZEIS e dá outras providências. Na verdade, as leis referentes às ZEIS e ao PREZEIS, recebem uma série de adendos, que vão corrigindo faltas e falhas das leis originais. Na Lei nº 16.113/95, chama a atenção o seguinte artigo:

Art. 3º As áreas vazias contíguas às ZEIS poderão ser incorporadas ao seu perímetro, através de decreto, desde que sejam destinadas à realocação de habitações e/ou edificação de equipamentos comunitários e sociais, previstos no Plano Urbanístico específico da referida ZEIS.

Nesse artigo é evidente a preocupação com a realocação dos moradores no âmbito de reformas urbano-fundiárias nas ZEIS. Sem condições de sobrevivência em conjuntos habitacionais distantes da sua fonte de renda, os realocados acabavam voltando para o local de origem. Esse retorno impulsiona o mercado imobiliário em áreas pobres, que se soma à migração campo/cidade. Esse mercado imobiliário em comunidades de baixa renda vai se intensificar na década de 1990, principalmente o aluguel, no que se refere ao Recife. O aluguel é predominante nas áreas de baixa renda da cidade, como observado nas publicações do GEMFI-MDU/UFPE, entre 2006 e 2011.

Embora o modelo de realocação seja progressivamente remodelado, trazendo os ex-moradores das ZEIS e/ou de assentamentos de baixa renda para dentro do tecido urbano consolidado, esses conjuntos ainda estavam em localização bem distante da comunidade de origem. No caso de Recife, essa política só mudará em sua totalidade, após o caso do Conjunto Habitacional do Cordeiro. Esse conjunto recebeu os moradores de Brasília Teimosa, devido à execução do projeto de abertura da Avenida Brasília Formosa, que dependia da retirada das palafitas da orla. Esses moradores, que viviam da pesca ou de algum comércio informal na praia do Pina e de Boa Viagem, foram retirados de perto da orla do Recife e realocados para a zona

oeste da cidade, bem longe do mar e da praia, perdendo sua fonte de sustento. Além disso, a realocação de uma outra comunidade para o mesmo conjunto, a de Vila do Vintém 2, gerou conflitos violentos entre os moradores das distintas comunidades de origem e mais pobreza.

Voltando aos artigos da Lei nº 16.113/95, o artigo 4º dá as diretrizes para o procedimento da regularização urbano-fundiária das ZEIS de uma forma mais embasada e como novas premissas, tais como a preservação do meio ambiente, o controle efetivo da utilização do solo e a promoção de ações de sustentabilidade financeira para os moradores dessas áreas. Vê-se o artigo a seguir:

Art.4º São princípios do Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social:

- I - a adequação da propriedade a sua função social;*
- II - a priorização do direito de moradia sobre o direito de propriedade;*
- III - o controle efetivo da utilização do solo urbano nas ZEIS;*
- IV - a preservação do meio ambiente natural e construído;*
- V - a implementação de infraestrutura básica, serviços, equipamentos comunitários e habitação de acordo com as necessidades sócio-econômico-culturais dos moradores das ZEIS.*
- VI - inibir a especulação imobiliária em relação às áreas urbanas situadas nas ZEIS, evitando o processo de expulsão dos moradores;*
- VII - incentivar a participação comunitária no processo de urbanização e regularização fundiária das ZEIS;*
- VIII - respeitar a tipicidade e características das áreas quando das intervenções tendentes à urbanização e regularização fundiária.*
- IX - Incentivar e fortalecer as atividades de geração de emprego e renda nas áreas ZEIS.*

Os artigos abaixo, o vigésimo nono e trigésimo, referem-se às atribuições da COMUL e a sua composição:

Art. 29 São atribuições das Comissões de Urbanização e Legalização de cada ZEIS:

- I - Divulgar o PREZEIS na respectiva área;*
- II - Definir as prioridades das áreas a partir das discussões com a população;*
- III - coordenar e fiscalizar a elaboração e execução dos planos de urbanização e regularização fundiária;*
- IV - Dirimir os conflitos referentes à urbanização e regularização fundiária, em consonância com os planos de regularização urbanístico-fundiária específico;*
- V - Viabilizar a participação da população nas diversas etapas dos processos urbanização e regularização fundiária;*
- VI - Elaborar, quando da conclusão dos trabalhos de urbanização e regularização fundiária, parecer de encerramento a ser apresentado ao Fórum do PREZEIS, o qual extinguirá a COMUL.*

Art. 30 Cada Comissão de Urbanização e Legalização será composta dos seguintes membros: (Vide Decreto nº 25734/2011)

- I - Um representante da Empresa de Urbanização do Recife - URB/Recife;*
- II - Um representante do Órgão Público responsável pela execução do projeto de urbanização e regularização fundiária;*
- III - um representante indicado pela entidade civil que preste assessoria à comunidade e por ela escolhida;*
- IV - Dois representantes da comunidade, moradores da ZEIS, cuja eleição será acompanhada pela coordenação do Fórum do PREZEIS.*

Os representantes da ZEIS eleitos pela comunidade para integrar a COMUL passaram a ter uma posição importante na localidade, assim como o líder comunitário. A partir do final da década de 1990 essas duas posições passaram a ser trampolim político, e muitos deixaram de se preocupar com os interesses do assentamento para privilegiar seus próprios interesses, bem como, dos políticos com os quais criaram afinidades. Assim, a essência do cargo ficou um pouco perdida.

Não apenas as remoções para a urbanização-fundiária das ZEIS impulsionaram a construção de conjuntos habitacionais. Obras dentro da cidade, como a Avenida Beira-rio e a Avenida Mauricio de Nassau (mais conhecida como paralela da Caxangá), bem como a construção do *Plaza Shopping*, entre outras obras públicas e privadas, criaram remoções de assentamentos precários e, por conseguinte, a realocação dessas pessoas para conjuntos habitacionais promovidos pela Prefeitura – ora em parceria com o Governo Federal, ora em parceria público-privada.

Ao falar das ações urbano-fundiárias, volta-se às questões do Fundo do PREZEIS. Com a sucessão das administrações municipais esse fundo começou a ser reduzido, chegando ao ponto de não receber nenhum percentual do orçamento municipal nas gestões mais recentes – tanto as do Partido dos Trabalhadores, dos prefeitos João Paulo e João da Costa, quanto nas gestões do prefeito Geraldo Júlio, do Partido Socialista Brasileiro. Esse fundo, que contava com 1,2% da arrecadação de tributos municipais quando foi regulamentado, chegou nas últimas gestões a não receber nenhum recurso. Moraes (2017) analisa essa situação de desmanche do PREZEIS:

Se nos primeiros anos o PREZEIS, como um sistema inovador de gestão democrática e participativa para os assentamentos precários do Recife, foi referência e inspirou outras estruturas de planejamento e gestão de ZEIS no Brasil, com o tempo houve dificuldades para seu funcionamento e sua articulação a outras instâncias de gestão democrática que foram criadas pelos governos que se sucederam ao longo dos quase trinta anos de existência do PREZEIS. Apesar de representantes do PREZEIS integrarem o Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU), o Conselho do Orçamento Participativo (COP), enquanto o programa existiu, e, mais recentemente, o Conselho das Cidades, as discussões sobre a produção do espaço urbano não prosperaram no âmbito deste sistema de planejamento e gestão. Em diversos momentos, estes representantes foram favoráveis a interesses imobiliários no CDU que, estruturalmente, se contrapõem à consolidação dos assentamentos precários.

Em relação à estrutura administrativa do executivo, a adequação do aparato institucional e do corpo técnico às práticas requeridas por um

processo de planejamento e gestão participativos deu-se de forma lenta. Anos após a criação do PREZEIS foram estruturados departamentos e divisões na Empresa de Urbanização do Recife (URB – Recife), permitindo avanços ao sistema, apesar dos escassos recursos que foram alocados ao longo dos anos no Fundo do Prezeis. Entretanto, estes setores da URB – Recife foram extintos em 2005, a partir de uma reforma administrativa e o PREZEIS caiu em uma espécie de “vazio” institucional, com a difusão das responsabilidades em relação ao planejamento e gestão do sistema para órgãos não especializados. (MORAES, 2017, p.12)

O Fundo do PREZEIS ainda é gerido pela URB-Rec; contudo, atualmente não há mais nenhuma ação sendo feita por meio dele. Segundo Tereza Borba¹³ (informação pessoal), advogada da Prefeitura do Recife, a falta do Fundo fere o princípio do PREZEIS, no qual todas as ações destinadas às ZEIS e às comunidades pobres passariam pelo crivo da COMUL. Alterando, dessa forma, o princípio democrático e participativo nas decisões a serem tomadas a respeito das ZEIS e de outros assentamentos de baixa renda. Ainda, segundo as informações dadas pela advogada, as ações em prol das comunidades de baixa renda estão acontecendo pontualmente por meio de diversas outras Secretarias. Vê-se assim que essas ações, além de serem pontuais e ferirem o direito de voz da comunidade de interesse, também desmantelam ou acabam com um possível planejamento da política habitacional e fundiária para a cidade. Rocha (2017) explica esse enfraquecimento do PREZEIS da seguinte forma: *“As gestões do Partido dos Trabalhadores (PT) no Recife priorizaram o Orçamento Participativo - OP, inspirado na experiência de Porto Alegre que mais representava simbolicamente o partido, enquanto o PREZEIS se associava à gestão do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).”* Além desses acontecimentos ligados à administração pública e aos partidos políticos, deve-se adicionar que ao longo das décadas o perfil das lideranças comunitárias e dos representantes das ZEIS na COMUL foi se transformando. Se antes eles lideravam em interesse da comunidade, paulatinamente esse interesse se tornou secundário e esses postos se transformaram em trampolins políticos para quem os ocupava, além de eminentemente serem pontos de clientelismo. Isso se deve não apenas ao vislumbre de um cargo público, mas também ao estabelecimento das ZEIS no seu cunho físico – recebendo melhorias urbanas – e no jurídico – sendo concedido a esses moradores o direito de uso. Isso criou uma falsa impressão de estabilidade e inserção dos realocados nas cidades. Assim, esses representantes descuidaram da luta pelas suas verdadeiras causas e tomaram o rumo da política de forma mais institucionalizada.

¹³ BORBA, Tereza. Advogada da Secretaria de Finanças da Prefeitura do Recife. Informações fornecidas por conversa telefônica em jan. 2019.

Dessa forma, as políticas públicas de habitação se desenvolveram ao longo de décadas, começando com a política de exclusão do pobre da cidade no início do século XX, até a promoção da inclusão e permanência dos mais pobres no tecido urbano das cidades brasileiras. Nesse percurso veem-se ganhos e perdas. No entanto, no cômputo geral, aparentemente os avanços nas políticas públicas de direito à terra e à moradia nas cidades foram muitos, com o reconhecimento de direitos no âmbito constitucional e com as tentativas de implantação e aprimoramento de políticas públicas com ampliação da participação social. Porém, nesse percurso cabe a pergunta: o que mudou na vida dos realocados com o avanço nas políticas habitacionais nas últimas ações dentro do município de Recife?

A Via Mangue foi a grande obra mais recente da cidade, e demandou a remoção dos moradores dos assentamentos precários para conjuntos habitacionais de interesse social. Esse processo será descrito e analisado a seguir. Iniciando com o histórico dos bairros afetados por esse projeto e sua relação com as comunidades de pescadores e/ou de baixa renda ali instaladas com o desenvolvimento do local. Após esse histórico é que se focaliza o projeto Via Mangue ocorrido em meados da década de 2010.

2.3 Pina dos pescadores, do direito dos pobres à cidade, e Nossa Senhora de Boa Viagem do mundo dos ricos

Desde a sua fundação até o final do século XIX, Recife cresceu nos eixos Leste-Oeste e Leste-Norte¹⁴. Foi somente no século XX que começou o crescimento da cidade no sentido Sul.

¹⁴ Reynado e Maia Alves (2013) descrevem esse desenvolvimento leste-oeste e leste-norte quando descrevem o crescimento de Recife até o século XIX: “O distinto nível de urbanização do Recife no Século XIX revela uma cidade composta por três áreas densas (Ilha do Recife, de Santo Antônio e São José) e, em sua continuação, uma extensa ocupação dispersa. (...) O continente era então caracterizado pelas áreas de plantio de cana de açúcar ou dotado de escassa ocupação: as construções passam a ser menos altas e mais distantes uma das outras; as fachadas se distanciam dos caminhos, por onde circulam os carros movidos a tração animal, levando a produção agrícola ao porto; as cercas de vegetação definem o limite dos grandes terrenos. (...) A paisagem de características rural está ainda marcada pela presença dos engenhos, onde os edifícios se situam em torno a uma grande praça, cujo terreno, a perder de vista, está dominado pela abundância das verdes fitas dos canaviais. (...) Na década de 1840, inicia-se um processo de modernização e de expansão da antiga cidade colonial, com o objetivo de adaptá-la às necessidades do notável crescimento demográfico e econômico. (...) Ao longo da segunda metade do Século XIX, o transporte coletivo urbano – bonde de tração animal e trem urbano – e o trem de cercanias articulam o Recife, Santo Antônio e São José aos territórios suburbanos e rurais. O primeiro trem urbano parte de Santo Antônio, percorrendo 2,8 quilômetros até a estação do Entroncamento, onde se divide em três linhas: Caxangá (**leste-oeste**), Apipucos e Casa Amarela (**leste-nordeste**). Outra linha parte da Boa Vista e percorre 3,2 quilômetros até a Encruzilhada, onde se bifurca em direção ao norte até Olinda, passando por Beberibe (**leste-norte**). (grifo nosso)

A mudança cultural do veraneio das margens dos rios para a beira-mar foi o primeiro impulso para essa mudança. Isso sem mencionar a falência da cultura açucareira. Por conta do porto, a cidade não tinha até então praias que pudessem suportar essa nova demanda. Portanto, se fez necessário cruzar o delta do rio Jordão para ali se estabelecerem as primeiras casas de veraneio à beira-mar dos recifenses¹⁵. Contudo, essa travessia se dava por barco, o que dificultava a expansão da cidade para a zona sul. É válido ressaltar que ali já haviam se estabelecido algumas colônias ou vilas de pescadores, nos bairros do Pina e de Boa Viagem.

Foi em meados de 1970, na primeira administração do prefeito Augusto Lucena, que se fortaleceu a expansão da cidade para o lado Sul, com a urbanização da orla de Boa Viagem. O centro comercial e empresarial do Recife se desloca dos bairros de Santo Antônio e da Boa Vista para Boa Viagem (e para outros centros periféricos), causando, assim, um crescimento acelerado do bairro e um esvaziamento dos bairros de São José e Santo Antônio, que antes tinham essa finalidade.

Por décadas, o caminho para o Pina e para Boa Viagem se deu pelo Bairro de São José, passando pelo cais José Estelita e chegando à Ponte do Pina, implementada no governo de Sérgio Loreto (1922-1926), que chegava ao bairro de mesmo nome e também dava acesso ao bairro de Boa Viagem.

Finalizando este preâmbulo, pode-se adentrar na formação histórica dos bairros do Pina e de Boa Viagem, e as suas relações com os assentamentos de baixa renda estabelecidos às margens dos mangues ali existentes.

Início com o Bairro do Pina, pois ele demarca não apenas o início da urbanização da Zona Sul, como também o marco zero da Via Mangue. Desse bairro, foram relocadas as comunidades da Beira-Rio e Jardim Beira-Rio, para os conjuntos Via Mangue I e II, localizados por trás do *Shopping Riomar*, um grande centro comercial da área.

O Pina é um bairro da zona sul da cidade do Recife, e dista seis quilômetros do centro. Hoje, pelo atual Plano Diretor do Recife (Lei nº 17.511/2008), o local é classificado como ZAN Orla (Zona de Ambiente Natural), ZAN Beberibe e ZAC Controlada I – Zona de Ambiente Construído¹⁶.

¹⁵ Reynado e Maia Alves (2013) mencionam início da urbanização da zona Sul: O uso residencial se incrementa a partir da Boa Vista ocupando as áreas do projeto de saneamento de Saturnino de Brito e seguindo a expansão por ele proposta em 1917. A classe dominante ocupa as áreas urbanizáveis a oeste, ao tempo que se inicia a ocupação da frente marítima ao sul, primeiramente de segunda residência, apoiada na construção, em 1925, da Avenida Beira Mar, que separa o Oceano do solo a urbanizar (Reynaldo, 1998).

¹⁶ De acordo com o Plano Diretor do Recife, as definições para as áreas citadas no corpo do texto são: i) Zona de Ambiente Natural Orla – ZAN Orla, composta pela faixa litorânea, que vai do eixo das avenidas Boa Viagem e

Ainda compõem o seu tecido as ZEIS: Brasília Teimosa, Ilha de Deus, Pina/Encanta Moça e Ilha do Destino. Essas últimas ZEIS abrangem o Pina e o bairro de Boa Viagem.

O início da povoação do Pina se deu por esse local ser procurado pelos recifenses que vinham de barco para se banharem em suas praias. O nome vem do antigo dono do local, o capitão André Gomes Pina, que tinha um sítio nessas terras.

Em 1915, o engenheiro Saturnino de Brito assumiu os projetos de saneamento na *Recife Drainage Company* e propôs a criação de uma estação terminal de esgoto no Pina, que seria lançado *in natura* a 5 quilômetros mar adentro. Derivou desse projeto certo estigma que a praia do Pina seria um depósito de lixo. Contudo, o engenheiro defendia o sistema como uma opção segura, e por sua avaliação, ainda que o esgoto não fosse tratado por meios biológicos antes de ser lançado ao não haveria risco algum para a saúde dos moradores (CARVALHO, 2010). Depois de muitos anos, foi provado que tal sistema era uma fonte de poluição. O despejo de dejetos mar adentro da praia do Pina gerou entre a população diversas piadas que se referiam ao despejo do esgoto no local, e a praia considerada imprópria para banhos.

Na década de 1920, no governo de Sergio Loreto, o crescimento da cidade foi orientado para a zona sul do território da capital, construiu-se uma ponte sobre o delta do Rio Jordão ligando a área do Pina e de Boa Viagem ao resto da cidade. E em 1926 foi aberta a Avenida Herculano Bandeira, que ligava Boa Viagem e Pina aos demais bairros do Recife (ver Foto 4). Já a Avenida Boa Viagem foi inaugurada em 20 de outubro de 1924 (ver foto 5).

Brasília Formosa até as águas com 10 metros de profundidade, incluindo os recifes costeiros, situada entre o limite do município de Jaboatão dos Guararapes e o município de Olinda e caracterizada pela faixa de praia, incluindo as ocupações ribeirinhas e os imóveis de preservação histórica existentes nas margens das Bacias do Pina, Portuária e de Santo Amaro; ii) Zona de Ambiente Natural Beberibe – ZAN Beberibe, composta por cursos e corpos d'água formadores da bacia hidrográfica do Rio Beberibe, caracterizada pela concentração da Mata Atlântica e de seus ecossistemas associados e pela presença de nascentes, mananciais, sítios, granjas e chácaras e de áreas potenciais para implantação de parques públicos urbanos; iii) ZAC controlada I – Zona de Ambiente Construído: Zona Controlada I, que compreende fração territorial do bairro de Boa Viagem, Pina e Brasília Teimosa, de acordo com a delimitação constante dos Anexos 01 e 02 do Plano Diretor.

Foto 4– Vista aérea do Bairro do Pina nos anos de 1940, Av. Herculano Bandeira e Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Ao fundo, área de mangue que seria ocupada por favelas a partir de 1960

Fonte: Recife de Antigamente

O bairro de Boa Viagem foi iniciado com a construção de Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem, e pequena comunidade de pescadores com suas típicas habitações feitas de folhas de coqueiros, conhecidas como *palhoças* ou *mocambos*. Com o passar do tempo tornou-se um local de veraneio para os recifenses, e desde 1899, quando foi inaugurada a linha de bondes puxados a burros, Boa Viagem já atraía pelos banhos de mar. Contudo, só com a construção da Avenida Boa Viagem é que o crescimento do bairro tomou impulso. Após a construção da ponte que ligaria o local à cidade do Recife, a Zona Sul urbanizou-se rapidamente, chegando nos dias atuais a ser um dos bairros mais adensados da cidade. Seus arranha-céus vão desde a beira-mar e estendem-se em uma faixa de dois quilômetros a oeste, que corresponde ao seu limite atual com o bairro da Imbiribeira.

É importante observar o crescimento do bairro no sentido Leste-Oeste (ver Fotos 5 , 6 e 7), sendo a primeira via aberta a Avenida Beira-Mar, e tendo como limite o mangue à oeste. Nesse período as terras do mangue eram desvalorizadas e em parte pertencentes à Aeronáutica. Só depois foram abertas as avenidas Conselheiro Aguiar, inaugurada em último a Engenheiro Domingos Ferreira. A partir desse momento é que essa área de mangue passa paulatinamente a ter interesse imobiliário.

Foto 5 – Avenida Boa Viagem recém-inaugurada (1924)

Fonte: Recife de Antigamente

Foto 6 – Vista aérea da Avenida Boa Viagem nos anos de 1930

Fonte: Recife de Antigamente

Foto 7 – Vista aérea do bairro de Boa Viagem na década de 1960. Em primeiro plano o edifício Holiday, do arquiteto Acácio Gil Borsoi. Ao fundo, a faixa de terra compreendida pela área de mangue.

Fonte: Recife de Antigamente

Foi no mangue e nas terras pertencentes à aeronáutica que muitas comunidades pobres se formaram, se estabeleceram e permaneceram até os dias atuais. Porém, essas terras perto do mangue começam a se valorizar com mais intensidade na década de 1980, quando o *Shopping Center Recife* foi inaugurado. Esse empreendimento foi construído sobre as terras alagadas do mangue, e nesse momento teve início o *boom* imobiliário dessa área de Boa Viagem. Nesse local já existia a comunidade de *Entra a Pulso*, que várias vezes sofreu tentativas de retirada por parte da administração do *shopping center*, mas lá permaneceu. Assim, o *shopping center* criou sistemáticas de apoio à comunidade, como programas sociais e de emprego para os seus moradores. Essa é a história de uma das comunidades do mangue de Boa Viagem.

Contudo, a comunidade de nosso interesse é a *Ilha do Destino*, pois parte dela deu origem às comunidades de *Xuxa* e *Deus nos acuda* – que seriam depois realocadas para o conjunto Via Mangue III. A *Ilha do Destino* foi regularizada como ZEIS em 1994 pela Lei Municipal nº 15.997. Antes de tudo, é interessante observar o Anexo I dessa lei, referente ao levantamento sócio urbanístico da comunidade:

c) *RELAÇÃO COM O ENTORNO:*

A comunidade interage harmonicamente com o entorno, tanto na prestação de serviços, desenvolvendo atividades do setor informal como: faxinas, vigilância e outros, como na utilização dos serviços básicos de saúde, educação, lazer e transportes.

d) USO PREDOMINANTE E NÍVEL ECONÔMICO DA POPULAÇÃO:

A área apresenta uso predominantemente habitacional, onde se destacam as casas de madeira aproveitada, piso de terra batida e cobertura de telha de barro ou amianto. Registra-se a precariedade de grande parte de suas habitações e a existência de palafitas em alguns setores da área. No que diz respeito ao nível econômico de sua população, Ilha do Destino não foge a realidade das mais de 600 favelas da cidade, sobrevivendo de atividades do setor informal, marginalizadas do mercado de trabalho, não percebendo, portanto, renda fixa.

Essa descrição dos moradores, de sua relação com o entorno e de sua condição de renda condiz com a situação verificada na maioria dos assentamentos precários situados na cidade do Recife, e se assemelha também a dos moradores realocados para o conjunto habitacional objeto dessa pesquisa: o Via Mangue III.

Ainda sobre a formação da ZEIS *Ilha do Destino*, é importante destacar que esta teve um “processo de ocupação que foi gradual (...) a partir de 1960 e aconteceu de forma pacífica” (Lei 15.997,1994). Esta é localizada no início do Bairro de Boa Viagem, iniciando-se na Rua José Maria Miranda e terminando um pouco após a Rua Professor Eduardo Wanderley Filho, na altura do nº 104 da Rua Amaro Albino Pimentel (ver Mapa 1). Segundo o Anexo I da Lei 15.997:

A maior parte do solo foi por eles criado através de sucessivos aterros. O local era mangue com presença de viveiros, existia abundância de peixes e crustáceos, o que favorecia a atividade da pesca, facilitando a sobrevivência dos que ali residiam.

A *Ilha do Destino* era composta de moradores advindos do interior do Estado, em uma segunda migração rural para a cidade. Essa coincidiu com a segunda industrialização do Brasil e por um período de seca (1963-1964) que se alastrou por vários estados. Além do Nordeste, essa seca da década de 1960 se alastrou pelo Sudeste e Centro-Oeste brasileiro, fazendo com que os moradores do campo e de cidades pequenas migrassem para várias capitais à procura de emprego, em uma dinâmica que marcou o processo de urbanização brasileiro como um todo, e que em grande medida reproduziu os processos investigados pelos autores que apresentei no capítulo 1.

Como mencionado, foram os moradores da ZEIS da *Ilha do Destino* que deram origem às comunidades da *Xuxa* e de *Deus nos acuda* entre as décadas de 1970 e 1980. Não há uma data precisa de formação dessas localidades, mas apenas relatos dos moradores mais antigos sobre a formação delas (MARQUES, 2014). A formação dessas comunidades coincide com o término da política de habitação do BNH no país e com a crise econômica mundial da qual saiu

fortalecido o pensamento neoliberal. Além de tudo, foi um período de estiagem no semiárido nordestino que durou sete anos (1979-1985), intensificando a migração. Dessa forma, tanto pessoas vindas da *Ilha do Destino* como do interior do estado passam a integrar as duas comunidades.

Vale ressaltar que nesse período as cidades pequenas e as zonas rurais eram pontos de estagnação, e as capitais ou metrópoles eram atrativas, pois estavam em crescimento acelerado e representavam expectativa de melhora de vida. As pessoas que saíam da *Ilha do Destino* procuravam ter sua casa própria e não pagar mais aluguel. As que vinham do interior do Estado fugiam da seca, da falta de emprego e da miséria.

As comunidades da *Xuxa* e de *Deus nos acuda* seguiram como extensão da *Ilha do Destino* e se conformaram à Rua Amaro Albino Pimentel e procederam da mesma forma à ocupação do local. Seus moradores foram aterrando o mangue para construir suas casas. Contudo, sua atividade de subsistência não viria do mangue, mas da praia.

Há muitas semelhanças entre *Ilha do Destino* e a conformação das comunidades da *Xuxa* e de *Deus nos acuda*. Antes da realocação, essas três comunidades recebiam pessoas advindas do interior do estado à procura de uma vida melhor; e essa migração também foi percebida no conjunto Via Mangue III durante a pesquisa de campo (ver mapa 1).

Mapa 1 – Situação da ZEIS Ilha do Destino, na cidade de Recife e no bairro de Boa Viagem. As comunidades da Xuxa e Deus nos acuda surgiram no limite sul dessa ZEIS

Fonte: Atlas Metropolitano de Desenvolvimento Humano, 2011. Modificação: Ariadne Paulo

É importante destacar, portanto, que é possível divisar a permanência de modos de vida, reproduzidos a partir das necessidades materiais que geram certas formas culturais nas populações urbanas mais pobres.

Apresentada a conformação das comunidades, é possível agora tratar mais objetivamente da relação econômica dessas comunidades com o seu entorno rico, numa interdependência entre classes que se organiza no comércio e nos serviços, por meio de trabalho informal ou por emprego formal menos qualificado.

O bairro de Boa Viagem é o vizinho rico do bairro do Pina e das comunidades aqui tratadas. É um bairro de classe média-alta que acaba promovendo o estabelecimento de pessoas de baixa renda nas suas áreas de mangue, pois as pessoas de classe média-alta acabam usufruindo da mão-de-obra com pouca ou nenhuma qualificação para os serviços domésticos e de manutenção das ricas residências. O bairro de Boa Viagem possui hoje um dos maiores IDHs (Índice de Desenvolvimento Humano) da cidade (ver Foto 8), ao lado de bairros da zona Norte como Jaqueira e Casa Forte.

Foto 8 – Avenida Boa Viagem em 2012

Fonte: rosenesadefreicheiras.blogspot.com.br

Os assentamentos precários desenvolvidos na beira do mangue se estabelecem lindeiramente ao o bairro de Boa Viagem, pois esse apresenta oferta de trabalho em várias áreas. Essas vão desde o comércio informal na praia até as lojas dos dois *shopping centers* ali localizados, perpassando ainda os empregos domésticos, como: empregada, babá, cozinheira(o), faxineiro(a), porteiro, motorista etc.

A atual Lei de Uso do Solo de Recife – LUOS (Lei nº 16.176/96), classifica o bairro de Boa Viagem como ZAN Orla (Zona de Ambiente Natural) e ZAC Controlada I - Zona de Ambiente Construído. Nele ainda está situada a ZEIS *Entra a Pulso*.

Boa Viagem teve grande crescimento durante a segunda gestão do prefeito Augusto Lucena. Nessa gestão ocorreu a abertura da Avenida Antônio de Góes, uma avenida de quatro faixas com canteiro central, paralela à Avenida Herculano Bandeira, criada em seu primeiro mandato, na década de 1960 (ver foto 9).

Foto 9 – Avenida Boa Viagem nos anos de 1950

Fonte: Recife de Antigamente

O bairro do Pina é a porta de entrada para o bairro de Boa Viagem e para a zona sul do Recife. Contudo, ele só vai adquirir valor imobiliário a partir da década de 1990, quando os terrenos em Boa Viagem ficam escassos. O seguinte texto, extraído do *site* da Fundação Joaquim Nabuco, discorre sobre a vida dos primeiros moradores do bairro do Pina e revela sua origem humilde e seu trabalho na pesca:

Antigamente, as leis não reconheciam a profissão de pescador, eles viviam à margem da sociedade, à margem do rio. Diferentes governos fecharam-lhe os caminhos do mar! A pergunta se repetia: onde morar? Como sobreviver? O mar propiciava o trabalho autônomo, economia de subsistência. Os pescadores tomaram posse do Pina, como posseiros nas terras da Santa casa. Trabalharam, aterraram, criaram seu próprio espaço no mundo e atraíram outros moradores, sem saber que isto atribuiria um valor para o Bairro e atrairia também as leis selvagens do mercado e da expansão urbana e capitalista. Inicialmente moravam em casa de palha como

as casas dos índios onde a maré entrava e saía. Havia muitas árvores frutíferas no meio da rua: mangueiras, coqueiros, cajueiros, entre outras. Quando não havia mais terreno para fazer casas, começaram a fazer aterros com lama da própria maré. Quando era socada ficava dura parecendo cimento. Hoje, se faz aterro com lixo, metralha e até mesmo casca de sururu. (FUNDAJ, 2009).

A criação do emissário no início do século XX, como já abordado, fez com que as terras do Pina tivessem uma depreciação muito grande, o que de certa forma concorreu para que as várias colônias de pescadores ali permanecessem. Além deles, a partir da década de 1960 muitos pobres que migraram do interior do Estado de Pernambuco em busca de trabalho na capital se estabeleceram nesse bairro, muitas vezes nas vilas ou comunidades pesqueiras como Brasília Teimosa. Na época, as terras que conformam o bairro do Pina pertenciam, em sua maioria, ao porto do Recife e à Marinha.

Consequentemente, estabelecimento dos pescadores e de outras gentes pobres ali acabou por formar diversas comunidades de baixa renda. Entre elas *Brasília Teimosa*, que data dos anos 1950, e a *Comunidade do Pina*, que é de 1943 (ver Foto 16), formada por vários pequenos assentamentos como o Bode, Encanta Moça, Sítio Salamanta e Areinha, entre outros. Durante décadas, esse local foi palco de lutas pelo direito à moradia e à cidade. Essas lutam culminaram com a transformação dos assentamentos ali estabelecidos em ZEIS, o que deu início à regularização urbana e fundiária da área.

Foto 10- Pina (Comunidade do Bode)

Fonte: JC Online

A partir dos anos 2000 foram realizadas mudanças radicais no bairro do Pina. Primeiramente em Brasília Teimosa, com a retirada das palafitas da praia e do rio Jordão. Os

moradores das palafitas foram realocados para o conjunto residencial do Cordeiro ou entraram para o programa de aluguel social. Na faixa lindeira ao mar foi aberta a Avenida Maurício de Nassau, hoje conhecida como Avenida Brasília Formosa, que data de 2005. Nos últimos anos, o alvo de mudanças foram as favelas que compõem a Comunidade do Pina e do bairro de Boa Viagem que ficam à margem do mangue para a implantação da Via Mangue.

Isso se deve à estabilização da economia depois de 1994, quando se iniciaram investimentos em infraestrutura, nos diversos níveis de governo. No caso de Recife, projetos de de 40 anos ou até mais começaram¹⁷ a sair do papel,

¹⁷ Sobre a historicidades dos grandes projetos urbanos do Recife deve-se começar pelo foco da tese: a **Via Mangue**. CAMPOS (2015, p. 214) menciona que: Desde a década de 1970, porém, já existiam diversas propostas para aliviar o trânsito e consolidar o crescimento da Zona Sul da cidade do Recife. Dentre os projetos destacam-se a Ecovia, desenvolvido pela FIDEM em 1975, a Via Verde e o projeto S.M.I.L.E. (Sistema Metrô Integrado Leve Elevado) ambos desenvolvidos pela PCR em meados da década de 1990 e início de 2000. Ao fim, a Via Mangue acabou englobando algumas propostas destes dois últimos projetos e foi colocada em prática graças às oportunidades de investimentos e o momento econômico proporcionado pelo o megaevento esportivo. Sobre a **Avenida Beira Rio**, Barbara Kreuzig, funcionária aposentada da FIDEM, informou que “quando Jarbas Vasconcelos foi prefeito (1986-1988), Celecina Pontual (não me lembro se ela era secretária de planejamento ou presidente da URB-Recife), andava com o projeto debaixo do braço para captar recursos junto ao gov. federal e a bancos internacionais. Não obteve sucesso, pois na época já se começava a dar valor ambiental as beiras de rio. O projeto que Celecina defendia, previa 3 ou 4 faixas de rolamento em cada um dos lados do rio, inclusive viadutos para dentro do rio nos locais onde a urbanização não mais permitia as faixas de rolamento.” (informação pessoal). Essa informação sobre a composição do projeto se confirma no site da Urbana-pe (acesso em 30 de julho 2020) no texto é mencionado: O primeiro projeto apresentado pela Prefeitura do Recife chocou os moradores do pacato bairro de classe média. Com 4 faixas de rolamento exclusivas para carros e até um elevado sobre o rio, a avenida ligaria as duas pontes com uma proposta de via rápida, que colocava a fluidez dos automóveis acima de qualquer coisa. A velocidade máxima seria de 60 km/h, sem semáforos, e o recurso – vultuosos R\$ 56 milhões – já estavam garantidos pela Caixa Econômica Federal através de um convênio com o Ministério das Cidades. (fonte primária: The City Fix Brasil). Alencar (2016,p.132), cita em sua tese : “padrão estabelecido pelo projeto “Beira Rio” insiste numa das mais ultrapassadas e refutadas concepções de como resolver o problema da mobilidade urbana: a lógica de tentar resolver o problema do automóvel particular através de investimentos em infraestrutura que privilegiam o veículo motorizado de uso individual, ampliando os espaços de circulação para os carros e não para as pessoas”. Mayrink (2006) fala de planos para a margem do rio Capibaribe antecessores à proposta da avenida Beira-rio: "Entre esses planos, alguns previam o tratamento das margens do Capibaribe, como a proposta de Fernando Almeida, em 1932, que previa mudar o traçado urbano da cidade com a implantação de parques no entorno do rio Capibaribe e ao longo das grandes avenidas (Barreto1994:68). Em 1942, foi convidado o urbanista Ulhôa Cintra, diretor de obras da prefeitura de São Paulo, para elaborar o plano de remodelação e expansão da cidade do Recife, juntamente com uma comissão. A sua proposta procurou aproveitar algumas diretrizes existentes em planos anteriores e considerar as condições físicas existentes, de maneira que não fossem feitos grandes investimentos em aterros. Com relação ao rio Capibaribe, a proposta desse urbanista foi valorizá-lo, sugerindo que fosse implantado um parque linear até Dois Irmãos, seguindo o seu curso até o ponto em que o rio flete a noventa graus, (Baltar 2000:121). Tanto a proposta de Ulhôa Cintra, como a de Fernando Almeida, com respeito ao rio Capibaribe não foram realizadas"(p.140) Já a **segunda perimetral**, bem como as demais perimetrais instaladas na cidade:a primeira e terceira, são apresentas inicialmente no “O Plano de Expansão da Cidade (agosto de 1936),[do urbanista Atílio Corrêa Lima] que chegou apenas a ser apresentado como anteprojeto, compreendendo o zoneamento e o sistema viário. O

Imagem de satélite 1 – Trajeto da Via Mangue e comunidades relocadas para a sua construção. Em destaque, local da próxima foto

Fonte: PiniWeb

como foi o caso da Via Mangue no bairro do Pina e de Boa Viagem (ver Imagem de satélite 1). O projeto Via Mangue somou-se à construção de um *shopping center* no terreno da antiga fábrica de bebidas Bacardi (ver Fotos 11 e 12).

Foto 11- Shopping Center Riomar, parte do complexo da Via Mangue, e ao fundo os Habitacionais Via Mangue I e II

Fonte: Cimento Itambé

modelo desse sistema era radial-perimetral, visando romper com a centralidade da forma exclusivamente radial de então (Pontual, 1999; p.92). Contudo, essa ideia só vai tomar força em 1942 com Ulhôa Cintra que apresentou as “*Sugestões para Orientação do Estudo de um Plano Geral de Remodelação e Expansão da Cidade do Recife*”, em 15 de julho de 1943, elas foram aprovadas por unanimidade pela Comissão. As sugestões compreendiam os seguintes aspectos: a remodelação do centro; a remodelação dos bairros de Santo Antônio e São José; a estrutura viária (o perímetro de irradiação, cinco radiais e três perimetrais)” (Pontual, 1999; p.93).

Essa pequena digressão histórica sobre os bairros do Pina e de Boa Viagem, trazendo as suas primeiras ocupações, as transformações urbanas, os assentamentos precários lá estabelecidos, teve como objetivo conhecer a importância das comunidades ali estabelecidas e os condicionantes que impulsionaram tantas transformações na Zona Sul do Recife, é uma base para introdução ao projeto Via Mangue.

2.4 A Via Mangue: A maior obra da década e sua relação com os moradores de baixa renda

Anteriormente foram pontuadas as obras urbanas de grande escala que aconteceram na cidade do Recife que deram suporte ao crescimento da cidade para a Zona Sul, constituída por várias obras viárias como a Avenida Beira-mar e a ponte, que atualmente se chama ponte Governador Paulo Guerra, que ligava o resto da cidade ao Pina e a Boa Viagem. Essas obras aqui apresentadas não só fizeram o desenvolvimento da cidade, mas também mexeram demasiadamente com o seu tecido urbano. O crescimento para o lado austral da cidade causou um grande rebuliço no tecido dos bairros de São José e Santo Antônio, haja a vista a construção da Avenida Dantas Barreto e depois do viaduto do Forte das Cinco Pontas, quando derrubou-se uma grande parte do tecido original desses bairros, expulsando os seus moradores originais¹⁸.

Todas as grandes obras urbanas em Recife, não apenas as citadas neste trabalho, transformaram o tecido urbano e também, em certa medida, expulsaram os moradores dos locais em que foram construídas. Como visto, somente a partir das décadas de 1960/1970 é que se iniciam os movimentos populares em favor das permanências dos mais pobres no tecido da cidade. Contudo, a obra da Via Mangue – uma das grandes obras viárias que teve o objetivo de adequar a cidade como uma das sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014 – traz uma posição diferente quanto aos moradores pobres que seriam realocados. Neste subcapítulo, traz-se a descrição crítica dessa obra e seus conjuntos habitacionais.

A preocupação com a realocação desses moradores antes do início das obras e para locais próximos de suas antigas moradias trouxe um diferencial para essa intervenção urbana, após os reveses da experiência de realocação dos moradores de Brasília Teimosa para o Conjunto Casarão do Cordeiro, no bairro de mesmo nome.

¹⁸ Para saber mais sobre essa reforma do centro expandido do Recife consulte o artigo: ESPAÇO, HISTÓRIA E POLÍTICA: ATORES E AÇÕES NO BAIRRO DA MADALENA, de SILVA e BITOUN (2007).

O projeto da autovia e de seus conjuntos somou-se à construção de um *shopping center* no terreno da antiga fábrica de bebidas Bacardi (ver Foto 13).

Tanto para a construção do *shopping center* como da Via Mangue, foi necessária a remoção dos moradores de favelas da comunidade do Pina e de Boa Viagem. Eles foram realocados para conjuntos habitacionais de interesse social, nos mesmos locais ou próximos do local onde moravam antes. As populações das comunidades removidas e transferidas para os conjuntos foram: Xuxa, Paraíso, Pantanal, Jardim Beira-Rio e Beira-Rio, sendo as do bairro do Pina Jardim beira-rio e Beira-rio. Essas foram realocadas para os conjuntos habitacionais Via Mangue I e II. Já as comunidades da Xuxa que englobou também, Pantanal e Deus nos acuda, situadas em Boa Viagem, foram realocadas para o Via Mangue III. As duas primeiras foram removidas e transferidas em sua totalidade. Já a população de Deus nos acuda foi distribuída nos 3 conjuntos, por se tratar de um assentamento muito grande. No Via Mangue III, objeto dessa pesquisa, ela ocupa seis blocos. A mudança para esses conjuntos teve aspectos positivos e negativos. Em termos de política pública, houve um avanço interessante à primeira vista, já que eles ficaram próximos ao local onde era a comunidade de origem. No que se refere à moradia, as mudanças não foram tão satisfatórias.

Foto 12– Fábrica da Bacardi, futuro local do Shopping Center Riomar. Ao fundo, terrenos dos conjuntos Via Mangue I e II e Parque dos Manguezais

Fonte: RIMA do Projeto Via Mangue – Consulpan Manipulação: Ariadne Paulo

A URB-Rec (Empresa de Urbanização do Recife) ficou encarregada da promoção e do projeto da Via Mangue, bem como dos conjuntos habitacionais de realocação. A obra foi financiada com recursos federais do PAC 2. Vale ressaltar que os conjuntos habitacionais consumiram R\$ 44,1 milhões; já a via expressa, R\$ 430 milhões. Também houve uma parceria-pública privada como o Grupo JCPM (Grupo João Carlos Paes Mendonça), dono do *Shopping Riomar*, que pavimentou e abriu algumas ruas em seu entorno e as incluiu no sistema da Via Mangue.

O projeto dessa via data da década de 1970 – tendo ele sido renomeado e reformulado várias vezes, um dos nomes que essa via recebeu anteriormente foi Via Verde, assim como o da Avenida Beira-Rio, que hoje só existe em alguns trechos. Como esses projetos tinham mais de 40 anos de formulados, e naquela época a questão ambiental dentro da cidade não era tão forte, essas vias foram planejadas para serem implementadas em áreas vitais de ecossistemas inseridos no tecido da cidade. Devido a essa defasagem entre projeto e construção, a Via Mangue foi alvo de diversas discussões de cunho ambiental. Houve diversos estudos de impacto e pareceres do Ministério Público sobre a referida obra. Entre polêmicas e necessidades, a obra foi construída. Ressalva-se que no caso das famílias removidas não houve qualquer estudo de impacto sobre suas vidas dada a construção da via e a realocação de suas moradias para outro local.

Vale aqui uma crítica ao projeto da Via Mangue, no que se refere as questões de preferências de modais dos estudos urbanos mais atuais. Esse projeto, que tinha o intuito de desafogar o trânsito na zona sul da cidade, vai na contramão das ideias mais contemporâneas do debate urbanístico. Atualmente têm sido privilegiados outros tipos de modais que não o automóvel, buscando dar ênfase ao transporte coletivo, ao uso de bicicletas e ao caminhar. Isso, porque já foi observado que essas vias não surtem o efeito desejado, e em curto prazo já não comportam o volume do tráfego de veículos. Imagina-se que esse investimento seria mais aproveitado em transportes coletivos em Recife para a Copa do Mundo, como o VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), que seria implantado em duas linhas – uma cortando a cidade de norte a sul e outra de leste a oeste. O VLT, porém, foi substituído por um sistema de BRT (*Bus Rapid Transit*), falho e equivocado, que trouxe mais complicações ao trânsito da cidade.

Sobre o projeto da Via Mangue, é válido ressaltar que, segundo um dos arquitetos da URB-Rec, Noé Sérgio do Rêgo Barros¹⁹ (informação pessoal), a Prefeitura de Recife projetou nos anos de 1970 várias vias para desafogamento do tráfego de veículos na cidade: a Segunda Perimetral (ligando a Avenida Sul ao bairro da Torre), a Avenida Beira-Rio (que ligaria o centro

¹⁹ BARROS, Noé Rego. Informações recebidas em conversa informal em visita à URB-Rec, em 2008.

do Recife ao bairro da Várzea), e a Via Mangue – que passaram por vários projetos e nomes diferentes. A Via mangue seria responsável por desafogar o trânsito na zona sul da cidade, entre outros benefícios. Diferente da Segunda Perimetral, as outras duas vias: a Avenida Beira-Rio e a Via Mangue, são projetos de alto impacto ecológico (Ver Imagem de satélite 2). A Beira-Rio, hoje em parte construída nos bairros da Madalena e da Torre e um outro trecho nos bairros do Parnamirim e de Casa Forte, margeando o rio Capibaribe. Já a Via Mangue passa por dentro da reserva de mangue entre os bairros do Pina, Boa Viagem e Imbiribeira, chamado de Parque dos Manguezais.

Imagem de satélite 2 - Vias projetadas na década 1970 e anterior a essa data e seu traçado completo na cidade.

Fonte: Google Maps, 2018. Elaboração: Ariadne Paulo, 2018

A construção da Via Mangue ficou a cargo da empresa Queiroz Galvão. Ela foi projetada e sua construção administrada pela Prefeitura do Recife com financiamento do Governo Federal, dentro do pacote de obras de mobilidade urbana para a Copa do Mundo de Futebol de 2014 (ver Figuras 14 a 18). Esse corredor viário tem 4,435 km de extensão. A intervenção contemplou ações de saneamento, habitação e urbanização. Já a construção dos conjuntos habitacionais ficou a cargo da construtora Cinkel.

Figuras 13 e 14 - Projeto do corredor viário expresso Via Mangue, alça da Ponte Paulo Guerra (ponte já existente) ligando à Via Mangue.

Fonte: site Infraestrutura Urbana- PINI

Figura 15 - Trajeto da via expressa nos bairros do Pina e Boa Viagem

Fonte: site Infraestrutura Urbana- PINI

Figura 16 - Detalhe do sistema de viadutos, na parcela terminal da Via Mangue, que distribuem o fluxo de veículos da via para os bairros de Boa Viagem, Piedade e Imbiribeira.

Fonte: site Infraestrutura Urbana- PINI

Figura 17- Projeto do corredor viário expresso Via Mangue. Seção transversal da Via Mangue.

Fonte: site Infraestrutura Urbana- PINI

Ora, com a defasagem de quase 40 anos entre concepção de projeto e sua execução, muita coisa mudou. Nestes últimos 40 anos, disseminou-se a noção de proteção e preservação do ambiente natural nas cidades, e foram criadas leis específicas para isso.

O próprio Plano Diretor da Cidade de Recife (Lei nº 17511/2008) menciona:

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA POLÍTICA URBANA:

Função Social da Propriedade Urbana
Sustentabilidade

A sustentabilidade é entendida como desenvolvimento local socialmente justo, ambientalmente equilibrado, economicamente viável, culturalmente diversificado (multicultural) e política e institucionalmente democrática, visando garantir qualidade de vida para as presentes e futuras gerações, apoiando-se na:

- *Promoção da cidadania e luta contra a exclusão e desigualdades;*
- *Valorização dos espaços públicos, da habitabilidade e da acessibilidade para todos;*
- *Ampliação das oportunidades através da educação;*
- *Defesa da vida na promoção da saúde pública e do saneamento básico;*
- ***Proteção, preservação e recuperação dos ambientes natural e construído;***
- *Proteção, preservação e recuperação do patrimônio cultural, conjunto histórico, artístico e paisagístico; e*
- *Potencialização da criatividade e do empreendedorismo para o desenvolvimento da economia, da cultura, do turismo, do lazer e dos esportes.*

E ainda:

1.2. DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA URBANA

As diretrizes da política urbana garantirão a função social da cidade e da propriedade urbana, bem como da gestão democrática e da sustentabilidade:

(...)

Elevar a qualidade do ambiente urbano por meio da proteção dos ambientes natural e construído;

(...)

3.2.2 - ZONEAMENTO

O zoneamento da cidade divide as duas macrozonas em quatro (04) Zonas de Ambiente Construído - ZAC e quatro (04) Zonas de Ambiente Natural - ZAN, segundo os pressupostos definidos na divisão territorial.

• ZONAS DE AMBIENTE NATURAL

A Macrozona de Ambiente Natural – MAN está dividida em 04 Zonas de ambiente Natural – ZAN, em função do curso e/ou corpo d'água estruturador das bacias hidrográficas, e da orla marítima.

As Zonas de Ambiente Natural - ZAN são constituídas por Zonas Especiais de Proteção Ambiental - ZEPa, áreas com vegetação de preservação permanente e Setor de Sustentabilidade Ambiental – SSA definidas pela Lei Municipal N° 16.930/03, e ainda espaços públicos vegetados e Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural ZEPH e Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, imediatamente próximas a cursos e corpos d'água.

Deverão ser definidas em Lei específica, elaborada em conjunto com os órgãos da Prefeitura responsáveis pela legislação de ZEPa, ZEPH e ZEIS, os

parâmetros urbanísticos específicos para as ZAN, em especial os gabaritos de altura, respeitando um escalonamento que minimize os efeitos ambientais nocivos do sombreamento nos cursos e corpos d'água e nos espaços vegetados.

Assim, o mangue ou Parque dos Manguezais encontra-se dentro da categoria de Zona de Ambiente Natural, sendo classificado como ZEPA (Zona Especial de Proteção Ambiental) – o que acarretou embates sobre o projeto da Via Mangue, antes e durante sua execução. O projeto foi analisado pelo Ministério Público Estadual, que na sua apreciação deu parecer em Termos de Ajustes de Conduta (TAC) para que se adequasse às normas e leis ambientais que regem o Parque dos Manguezais. Em ratificação ao dito anteriormente, o site *Direitos Urbanos Recife* reproduziu um e-mail da Promotora de Justiça Belize Câmara, responsável pela análise do projeto da Via Mangue:

O processo da Via Mangue vem sendo acompanhado pelo Ministério Público, que não ajuizou ação contra a obra, mas tentou firmar com a Prefeitura do Recife Termo de Ajustamento de Conduta com algumas condições. Eles não aceitaram assinar um TAC (que tem força de título extrajudicial), mas firmaram um “Termo de Compromisso Preliminar.” De toda forma, nesse termo, foram impostas uma série de condições, as quais foram incorporadas como exigências pela CPRH nas licenças prévia e de instalação do empreendimento. Entre essas condições, destaca-se a necessidade de “elevação” da via em parte do seu percurso, a fim de se evitar grande supressão de mangue e preservar a sua hidrodinâmica (curso das águas). Ao assumir a Promotoria do Meio Ambiente em outubro de 2011 e, ao primeiro contato com o procedimento, percebi nos autos a ausência de certas “satisfações” ao MP, tais como envio de documentos, de forma que não sabíamos se as condições do Termo de Compromisso estavam sendo cumpridas. Requeremos o projeto executivo da obra. Em meados de fevereiro/março, compareci pessoalmente à obra com técnicos do MP e do Setor de Engenharia do TCE. Para resumir, constatarem-se indícios de que as exigências não estavam sendo cumpridas. Aliado a isso, recebi recentemente fotografias que mostravam aterro de mangue na área do Aeroclube. Assim, além de várias providências requeridas nos autos, determinei a realização de audiência com os responsáveis pela obra e os técnicos do MP, o que ocorreu ontem, até umas 19h30. Nessa audiência, que foi bem longa e bem técnica, os empreendedores (URB e sua Consultoria JBR Engenharia) asseguraram, em resumo, que as exigências feitas pelo MP estavam sendo integralmente cumpridas e que, inclusive, a parte elevada da via exigida pelo MP tinha sido aumentada em distância. Quanto ao aterro próximo ao aeroclube, a URB limitou-se a dizer que seria o “canteiro” de obras da Queiroz Galvão. Enfim, era previsível que a Via Mangue fosse acarretar supressão de mangue, mas a intenção do MP ao firmar o Termo de Compromisso foi que o prejuízo fosse o menor possível. Para constataremos todo o alegado, marcamos uma vistoria conjunta com todos os responsáveis,

que será realizada no dia 04/07/2012. Nessa ocasião, poderemos firmar com mais precisão um posicionamento sobre a questão, inclusive sobre essa questão do Aeroclube.

Sobre o TAC, o site *Observatório do Recife* registra que, após o parecer do Ministério Público Estadual, “(...) a Prefeitura do Recife (...) já acatou algumas medidas sugeridas pelo Ministério Público de Pernambuco para preservar o manguezal por meio da utilização de vias elevadas. Além de uma área triangular que vai ficar isolada entre as pistas da nova via, nas proximidades da Rua Antônio Falcão” (ver foto 18).

Foto 18– Trecho final da Via Mangue (vista sentido Pina - Boa Viagem). A foto apresenta a referida parte triangular que fazia parte do local das antigas comunidades de Deus nos acuda e Xuxa. A foto ainda apresenta novas construções e terrenos vazios (em destaque), inclusive no local a ser protegido.

Fotografia: Anderson Couto

Em relação aos conjuntos habitacionais de realocação, eles são três: Via Mangue I, II e III. Esses conjuntos foram entregues na seguinte sequência: o Via Mangue III foi inaugurado em 2010 (ver Foto19), e Via Mangue I e II em 2012 (ver Foto 19), totalizando 992 unidades habitacionais.

Os conjuntos estão em terrenos próximos às antigas comunidades dos moradores realocados, tentando preservar seus trabalhos ligados à praia ou ao bairro de Boa Viagem, um dos mais valorizados e de maior renda no Recife, bem como manter a relação de vizinhança entre os moradores. Contudo, essa ideia não foi tão exitosa quanto se pretendia, como se verá no Capítulo 3 sobre as incursões etnográficas no conjunto Via Mangue III.

Já sobre a questão do documento de permissão de uso, este só começou a ser entregue aos moradores mais de sete anos após a entrega das unidades habitacionais do conjunto Via Mangue III. Vale ressaltar que nenhum documento temporário de uso foi entregue no advento do recebimento das unidades habitacionais. O documento de posse, que começou a ser entregue é a CDRU (Concessão de Direito Real de Uso).

Foto 19– Conjunto Habitacional Via Mangue 3

Fonte: Jiucoraa.blogspot.com

Foto 20– Conjunto habitacional Via Mangue I

Fonte: Engenhariaepalafitas.wordpress

Como visto, a obra viária da Via Mangue recebeu inúmeras críticas, chegando a ser paralisada por algum tempo, por se localizar em uma área de preservação ambiental e de frágil equilíbrio ecológico. O projeto também foi criticado por ser desatualizado no que se refere à mobilidade urbana, privilegiando o automóvel. Atualmente, a Via Mangue está em pleno funcionamento. Contudo, não houve críticas ou estudos sobre a realocação das famílias assentadas nos terrenos que passa ou lindeiros à Via Mangue. Em um primeiro momento a via foi planejada para ser uma via expressa, a qual ligaria o início do bairro do Pina ao final do bairro de Boa Viagem, hoje há várias transversais abertas em pontos do bairro de Boa Viagem que dão acesso à várias ruas locais.

Dado o contexto de realização da Via Mangue, o próximo item será dedicado aos conjuntos habitacionais destinados aos moradores dos assentamentos precários, realocados para possibilitar a construção da Via Mangue.

2.3.1 O impacto da nova via expressa nos assentamentos precários: da remoção à realocação nos habitacionais de interesse social

Como vimos, no que diz respeito à produção de habitações, bem como às políticas de regularização urbanística e fundiária, Recife tem papel importante na história nacional. Os conjuntos habitacionais Via Mangue I, II e III constituem mais um exemplo de projeto que tentou dar atenção aos moradores dos assentamentos precários – no caso, moradores das áreas afetadas pelo projeto Via Mangue. Esse corredor viário visou retirar os moradores dos locais no qual passaria e realocá-los para conjuntos habitacionais. A URB-Rec procurou reassentar esses moradores em locais próximos às suas antigas moradias.

Vale salientar que todo o projeto da Via Mangue, bem como sua administração, ficou a cargo da URB-Rec. Sob sua responsabilidade estava a administração da execução da Via Mangue e também da construção dos conjuntos habitacionais para a realocação dos moradores. A construção dos conjuntos ficou a cargo da construtora Cinkel. O processo para execução da Via Mangue se iniciou em 2011 e foi finalizado com dois anos de atraso, em 2015.

Como já destacado, para viabilizar o projeto viário foi necessária a realocação de várias comunidades ali existentes: *Beira Rio*, *Jardim Beira Rio*, *Xuxa*, *Pantanal* e *Deus nos Acuda (Paraíso)*, cujas famílias foram transferidas para os três conjuntos habitacionais previstos no projeto. Essas comunidades têm mais ou menos o mesmo tempo de origem, que remonta ao início da década 1980. Os assentamentos se encontravam em uma área de fragilidade ambiental, considerada área de risco para moradia. Antes de ser instituída como zona de preservação, a área de mangue pertencia à Aeronáutica, próximo ao aeroclube e outras instalações militares da Força Aérea. Por esse motivo, as glebas nesse bairro foram poupadas do apetite da especulação imobiliária.

Contudo, a população de baixa renda começou aos poucos a ocupar o mangue para resolver o seu problema de moradia. As primeiras habitações ali construídas foram as palafitas, barracos construídos sobre estacas de madeira, com o objetivo de elevar a moradia para protegê-las das mudanças da maré. A estrutura dessas palafitas costuma ser muito precária, em comparação às encontradas em alguns lugares do Norte do país, onde cidades inteiras existem sobre as águas e com recebimento de todos os serviços básicos necessários. No caso das comunidades da Via Mangue, os serviços que chegavam, como o de energia e de água, eram

“puxados” clandestinamente das redes das concessionárias. O saneamento básico era inexistente, e todo e qualquer dejetos era jogado diretamente no mangue.

Ao longo dos anos e com a ocupação pacífica dessas áreas, muitos desses moradores foram aterrando o mangue, uma ação recorrente na cidade de Recife, na qual grande parte do seu território foi tomada das águas pelos aterros – tanto na cidade formal como nos assentamentos de baixa renda. Esse aterramento criou um misto de moradias nesses locais: ao lado das palafitas, havia casas de alvenaria construídas sobre o aterro.

No que se refere às palafitas, a política mais habitual em todas as administrações municipais do Recife foi a remoção. Isso porque as palafitas eram consideradas perigosas e insalubres, não apenas para seus moradores, mas também para o meio ambiente e todo o resto da cidade – que na época das chuvas sofre com alagamentos, e essas moradias precárias contribuíam para piorar essa situação por se encontrarem no leito dos corpos d’água, impedindo a vazão de suas águas nos períodos chuvosos.

A Via Mangue, no caso dos que ainda viviam em palafitas, a remoção para os apartamentos em conjuntos habitacionais com provimento de serviços públicos foi vantajosa. Já para quem habitava nas casas de alvenaria, mais consolidadas, talvez a urbanização da área tivesse se apresentado como melhor solução. A esses assentamentos passíveis de urbanização destinava-se o PREZEIS, como já foi visto.

Após essa breve contextualização da situação dos locais das comunidades existentes na área do projeto da Via Mangue será apresentado mais detidamente o processo de realocação dos moradores para conjuntos habitacionais.

Como já mencionado, foi nas últimas décadas que as administrações municipais começaram a realocar as comunidades para terrenos próximos ao local original desses núcleos. Isso se deveu aos problemas gerados por realocações anteriores. Eram vários os transtornos criados para as pessoas realocadas, sobretudo por serem obrigadas a se deslocar para locais distantes de suas fontes de renda e de suas redes de solidariedade. Por consequência, em muitos casos esse processo impulsionou o retorno de moradores para suas comunidades originais, ora para pagar aluguel ora para construir um novo barraco.

Os conjuntos habitacionais da Via Mangue foram o resultado de amplos debates sobre a questão da realocação desde o início dessas políticas. Como já mencionado, o Via Mangue I e o Via Mangue II destinaram-se às comunidades de *Jardim Beira Rio* e *Beira Rio*, *Pantanal* e parte de *Deus nos acuda*, e o Via Mangue III atendeu às comunidades da *Xuxa* e de *Deus nos acuda/Paraíso*. O Habitacional I foi construído no Lote 13-C, da quadra XXI, do Loteamento

Encanta Moça, no bairro do Pina, em uma área de 10.407,94m². O Habitacional II está localizado na quadra XXXII-A do mesmo loteamento, com área total de 13.283,25m² (ver Imagem de satélite 3). Ambos possuem 320 unidades habitacionais cada. O Habitacional III, na Imbiribeira, localiza-se entre as ruas Presidente Nilo Peçanha e Professor Pedro Augusto, e possui 352 unidades habitacionais. Todos os habitacionais contam com espaços de convivência: centro comunitário, guarita, playground, minicampo e jardins dentro da área do residencial.

Segundo a URB-Rec, cada unidade habitacional do Via Mangue custou R\$35.000,00. As UHs foram entregues sem revestimento de piso e sem reboco nas paredes, apenas com acabamento no teto. Os habitacionais foram entregues antes do início das obras viárias – o que foi muito importante na ação da política, pois nenhum morador precisou ficar sem casa, e nem foi necessária a assistência do programa municipal de auxílio moradia, o que acarretaria mais gastos aos cofres públicos. Os conjuntos habitacionais foram entregues entre 2010 e 2012: antes do início das obras viárias, em 2010, foi entregue o Via Mangue III e até um ano e meio depois do início das obras, em 2012 os Conjuntos Via Mangue I e II.

Imagem de satélite 3 - Localização das comunidades relocadas para a obra da Via Mangue e dos conjuntos destinados aos realocados.

- Legendas:
- Comunidades relocadas
 - Deslocamento para o CHIS destinado a comunidade
 - Conjunto Habitacional
 - Via Mangue

Fonte: Google Maps. Elaboração: Ariadne Paulo, 2019

O projeto dos habitacionais ficou a cargo da URB-Rec, e as edificações são semelhantes. Só se diferenciam em relação à sua modulação e à distribuição dos blocos no terreno. A unidade habitacional e o bloco de apartamentos são iguais em todos os conjuntos (Plantas 1 a 11).

Planta1 - Situação conjunto Via Mangue I.

Desenho: Ariadne Paulo, 2018

Planta 2 - Situação conjunto Via Mangue II.

Fonte: URB-Rec

Planta3 - Situação conjunto Via Mangue III.

Desenho: Ariadne Paulo, 2018

Planta 4 - Coberta dos blocos tipo dos conjuntos Via Mangue.

Fonte: URB-Rec

Planta baixa 5 - Pavimento térreo tipo dos blocos dos conjuntos Via Mangue.

Fonte: URB-Rec

Planta baixa 6 - Pavimentos tipo (1º ao 3º andar) dos blocos dos conjuntos Via Mangue

Fonte: URB-Rec

Planta baixa 7 - Unidade tipo dos blocos dos conjuntos Via Mangue.

Cortes e Elevações 8,9,10 e 11 - Cortes e fachadas dos blocos dos conjuntos Via Mangue

Fonte: URB-Rec

Os terrenos são planos e secos, porém suscetíveis a alagamentos nos meses de chuva. Os Conjuntos Habitacionais Via Mangue I e III possuem uma frente ampla para a rua (ver Plantas 5 e 6). Já no caso do Via Mangue II, o terreno destinado à sua construção está localizado em uma rua estreita, onde apenas o portão de entrada para o conjunto habitacional dá para a rua principal. Os conjuntos da Via Mangue têm a distribuição dos blocos em paralelo, localizados em terrenos com testada larga e profundidade pequena. Ressalva-se o caso do Via Mangue I, no qual a distribuição dos blocos se conforma com uma primeira linha de blocos perpendiculares à testada do terreno, e a segunda fileira se dispõe paralelamente à testada do terreno, gerando alguns pontos de insegurança nesse conjunto (ver Planta 5).

Os conjuntos Via Mangue I e II estão localizados em uma área de bom comércio e acesso ao transporte público. Já o Via Mangue III está localizado junto a um terminal integrado de passageiros, com acesso a ônibus e metrô; contudo, não há muito comércio nas proximidades, a exceção do *Shopping Center Recife* e do supermercado *Wal-Mart*. O conjunto foi alocado em uma área que o tornou isolado do entorno, fazendo com que se tornasse palco de algumas situações de refúgio para moradores de favelas vizinhas, envolvidos com o crime, como relataram alguns moradores.

No que se refere às unidades habitacionais, elas possuem 40 m², tendo sua divisão interna da seguinte forma: uma sala de estar e jantar, uma cozinha/corredor, que dá acesso a dois quartos, e ao final do corredor um banheiro (ver Figura 10). Essa disposição gera inconveniências nas UHs, já que o banheiro está muito próximo à cozinha. A cozinha é o ponto de distribuição de todos os cômodos da UHs, a exceção apenas da sala de estar/jantar. Quanto à iluminação natural, ela é muito boa.

Na mudança da comunidade para o conjunto, as unidades térreas foram destinadas aos idosos, às famílias com crianças e /ou com pessoas portadoras de necessidades especiais.

O projeto arquitetônico não revela preocupação com referências ao local antigo de moradia do beneficiário nem ao seu modo de vida anterior. Do ponto de vista estético também não traz elementos que sugiram construção de pertencimento, reproduzindo os edifícios de planta em "H" bastante recorrente na produção pública de moradia no Brasil. É válido dizer que no Via Mangue III os moradores mantiveram a vegetação do paisagismo realizado pela Prefeitura, e também criaram jardins nas frentes das UHs térreas, buscando mais conforto e demarcando uma diferenciação das demais.

O processo de realocação para o conjunto habitacional foi feito em várias etapas. Primeiramente, a Prefeitura realizou o cadastramento das famílias. Seguido de uma série de

reuniões com os assistentes sociais, para preparar os moradores para a vida no conjunto e ensinar-lhes a viver sob o sistema de condomínio; representantes de cada comunidade faziam visitas mensais à obra. A mudança das famílias para o conjunto foi proporcionada pela URB-Rec.

Os conjuntos da Via Mangue estão localizados, em média, a uma distância de 1,25 km dos seus locais de moradia de origem. Os moradores realocados das favelas foram distribuídos segundo a maior proximidade com seu antigo local de moradia, à exceção dos moradores de *Deus nos acuda*, por ser a comunidade mais populosa. Os conjuntos da Via Mangue tinham como proposta proporcionar aos moradores a sustentabilidade econômica, mas não isso não ocorreu para todos. Para quem era proprietário de algum comércio na comunidade, por exemplo, a mudança para o conjunto trouxe muitas dificuldades.

No que se refere à qualidade ambiental das moradias a melhoria é inegável, mas o projeto apresenta falhas. Passada quase uma década da entrega das moradias, alguns materiais propostos para a execução do projeto já se encontram comprometidos, como, por exemplo, as placas de *drywall* para fechamento dos *shafts* externos (por onde passam os encanamentos da descida de água pluvial e esgoto). Além disso, as caixas de inspeção e de passagem da rede de esgoto foram posicionadas ao lado do reservatório inferior (cisterna), o que incorre em risco de contaminação da água da cisterna quando há algum transbordo nas caixas de inspeção, por falta de limpeza por exemplo. Outro ponto negativo é a falta de beirais ou outros tipos de proteção contra a insolação na fachada, tornando as unidades habitacionais muito quentes.

No que diz respeito à conformação edilícia dos conjuntos, foram organizados em condomínio. Vale lembrar que o sistema condominial não é comum nos assentamentos precários. A instituição dessa figura jurídica, alheia aos costumes dos moradores, gera muitas vezes o abandono e a depredação das áreas comuns dos conjuntos.

Diante do projeto global dos conjuntos habitacionais da Via Mangue, nota-se que em termos do direito ao urbano eles fazem jus ao seu morador. Todavia, quando se fala de qualidade arquitetônica e ambiental, eles ainda estão muito longe do ideal, e também longe de assistir às necessidades de várias famílias das comunidades realocadas.

É possível inferir da análise do projeto, portanto, a hipótese de que um dos fatores que provoca a saída dos realocados desses conjuntos é a insatisfação com suas condições físicas e arquitetônicas. Mas certamente esse não é o único motivo. Assim, para estudar esses fatores, foi necessário abordar vários aspectos para chegar ao entendimento das dinâmicas

socioantropológicas da permanência e da saída dos moradores dos conjuntos habitacionais. Além da conformação física do conjunto, um importante fator a ser considerado são as normas para o repasse formal destas unidades para a permanência ou saída dos moradores realocados, o que será analisado a seguir.

2.3.2 Normas das transações formais nos conjuntos habitacionais de interesse social: seus impactos na saída e permanência dos realocados

As normativas para as transferências formais das unidades habitacionais dos Conjuntos Habitacionais de Interesse Social merecem destaque para que se possa analisar se contribuem ou não para a saída ou permanência dos beneficiários no conjunto.

Antes de qualquer análise, é válido apresentar como se encontrava o panorama, na época da pesquisa, sobre o aspecto aqui abordado – os documentos de posse destinados a garantir a moradia ao realocado.

Entende-se que apesar do conjunto Via Mangue III ter sido entregue em 2010, somente sete anos depois o documento de posse começaria a ser entregue pela URB-Rec, no final do segundo semestre de 2017. Subentende-se que ainda não houve nenhum caso de transferência formal, porque até o final de 2017 não havia sido expedido nenhum documento de posse provisório. Apenas previu-se a entrega do definitivo, que seria em forma de Concessão do Direito Real de Uso (CDRU) (ver nos anexos o modelo de CDRU formulado pela URB-Rec para os conjuntos da Via Mangue).

Nos conjuntos da Via Mangue, apenas foi assinado um laudo de vistoria por ambas as partes, no ato da entrega das UHs, que serviu para atestar o estado da unidade habitacional, registrando que morador e URB-Rec conferiam se o apartamento estava em perfeitas condições, ou se precisava de algum reparo. No caso da necessidade de reparos, a URB-Rec se comprometeria a fazê-lo. Devido a esse processo, até o final da pesquisa, a possibilidade de transferência das UHs nos conjuntos da Via Mangue, dava-se somente por repasse informal. Contudo, deve-se questionar a informalidade *versus* legalidade dessas transferências.

As transações informais de imóveis são recorrentes nos assentamentos precários, por isso a prática acaba se reproduzindo nos conjuntos habitacionais para onde são transferidas as famílias em casos de realocação. Se os moradores da cidade dita formal, têm o direito de se

transferirem, seja por necessidade, seja por ascensão social, ou ainda pelo fato de não se adaptar ao local, os moradores dos assentamentos precários e dos conjuntos habitacionais teriam esse mesmo direito, considerando que habitam uma cidade em que a moradia vale como mercadoria. O Estado, com a preocupação de evitar o investimento permanente na construção de habitação para atacar o *déficit* habitacional, coloca a proibição da venda ou de qualquer outro tipo de transação imobiliária como solução para a sustentabilidade econômica da política habitacional. Os moradores de conjuntos habitacionais financiados pelo Estado procuram então fazer essas transações imobiliárias à sua maneira. Zaoual (2006) chamou isso de economia de sítio, na qual aquele a quem não se permitiu a entrada na formalidade cria suas próprias regras de sobrevivência.

A autora chama a atenção para os parâmetros jurídicos e urbanísticos que acompanham as políticas habitacionais, que muitas vezes acabam por criar mais dificuldades para os moradores contemplados. A proibição das transações das unidades em conjuntos habitacionais é um ato que gera, por parte dos que são contemplados, a necessidade de driblar as normas impostas para poder transacionar seus imóveis conforme suas necessidades – que vão desde a falta de adequação até o simples descontentamento com a realocação, passando ainda pela inviabilidade econômica de arcar com os custos de condomínio e financiamento. Assim, a ausência ou obstrução do direito de transferência formal faz com que surja um novo viés na transação.

Diante dessa realidade surgem alguns questionamentos sobre a situação de posse dos conjuntos habitacionais que compõem o universo deste estudo. O primeiro é sobre o teor dos documentos e normativas para sua formulação. O segundo qual seria a opinião dos técnicos sobre o documento de posse, face às necessidades do morador-alvo dessas políticas. Já o terceiro é sobre a possibilidade ou impedimento da transferência das unidades habitacionais e suas consequências. Esses questionamentos serão colocados a seguir.

Conjuntos da Via Mangue: a falta de formalidade faz a informalidade legal

Os conjuntos da Via Mangue foram uma promoção da Prefeitura. Mesmo havendo uma Secretaria de Planejamento e uma Diretoria específica para a promoção de habitação social, o órgão que se responsabilizou pelos conjuntos foi a URB-Recife. Ficou a seu cargo as intervenções urbanas da Via Mangue da elaboração à administração do projeto. O que incluiu

a remoção das favelas, o projeto dos conjuntos e a realocação dos moradores. Nessa época, Recife ainda não tinha planos específicos de habitação, mobilidade urbana e o de saneamento, mesmo diante da obrigatoriedade de formulação desses planos.

Segundo Rocha (2017) o plano de habitação está em fase de elaboração, assim como os demais exigidos pelo extinto Ministério das Cidades, tais como o Plano de Drenagem e o Plano Municipal de Mobilidade Urbana. A autora ainda afirma que a cidade do Recife, durante a gestão do Partido Socialista Brasileiro (PSB), elaborou:

O mapeamento das “Comunidades de Interesse Social - CIS” e o cadastramento censitário das “regiões críticas” identificaram 2.573 microáreas, em 4.460 ha, correspondendo a 33% do território ocupado da cidade. A priorização por meio de uma matriz multicritérios resultou em 104 CIS, agregadas em 12 agrupamentos, para cada um dos quais foi elaborada uma planta diretora, com as diretrizes e elementos de integração necessários entre as CIS. Foram realizados “estudos de concepção urbanística” dos pontos de vulnerabilidade máxima”.

Rocha (2017) menciona ainda que esse mapeamento não vislumbrou algumas ZEIS, como a de *Entra a pulso*, e que os planos em elaboração estão desconectados. Tampouco tratam os conjuntos habitacionais de interesse social como algo especial, isto é, diferente da cidade formal, como é observado com os assentamentos de baixa renda. Resta uma lacuna de como tratar esses espaços criados para responder à demanda da população mais pobre.

Nesse contexto, todo o trabalho da URB-Rec para os conjuntos da Via Mangue foi pautado nas normativas nacionais do Ministério das Cidades sobre a promoção e a construção de habitações de interesse social. Ainda são observadas as leis municipais que tratam das Habitação de Interesse Social e das Zonas de Interesse Social.

No que se refere às normativas do Ministério das Cidades, elas tratam desde a obtenção de crédito do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), aos critérios de desempenho para a construção das habitações de interesse social.

Já as leis municipais citadas no corpo do texto da Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) destinada aos moradores dos conjuntos da Via Mangue, tratam dos procedimentos tanto de cunho urbanístico, como de moradia social e de provimento de posse para as pessoas de baixa renda. E são usadas para a regularização das habitações de interesse social aqui tratadas:

a) Lei Municipal 16.113/1995: dá providências no capítulo 2º, parágrafo II, sobre: “as áreas destinadas a programas habitacionais de Interesse Social”. Já o art. 4º, que trata dos princípios do Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social: I - a adequação da propriedade a sua função social; II - a priorização do direito de moradia sobre o direito de propriedade.

O capítulo IV da citada lei dispõe sobre a regularização fundiária para fins sociais. No seu Art. 20 que, para que se promova a regularização jurídica fundiária das Zonas Especiais de Interesse Social ou empreendimentos de interesse social, o Executivo Municipal fica autorizado a utilizar os instrumentos jurídicos necessários, preferencialmente a Concessão de Direito Real de Uso.

Uma cópia do documento escolhido, a CDRU (Anexo), foi cedida pela URB-Rec para esta pesquisa. De forma, que foi possível analisar quais seriam as mudanças com a sua entrega, no direito de transação das unidades e no direito de ir e vir dos realocados.

A CDRU, obriga o município a fazer o registro do documento (art. 2). E menciona no seu capítulo 26, que, em caso de uso diverso ao destinado, o imóvel será retomado pela municipalidade, sendo ele somente e unicamente utilizado para fins de moradia. Esse documento ainda preconiza a entrega da concessão em nome da mulher com filhos, não permitindo que o marido, em caso de separação, venda o apartamento e deixe a família sem moradia. Essa cláusula remete à lei municipal 17.226/2006. Esse documento é claro em seu texto e faz uma referência organizada às leis que o formulam.

A lei Ordinária 17.226/2006, no Art. 1º, afirma:

Os imóveis, destinados à população de baixa renda, subsidiados pelo Município do Recife no desenvolvimento de sua Política Habitacional de Interesse Social, terão suas titularidades asseguradas prioritariamente às mulheres que tenham filhos sob sua guarda.

No Parágrafo Único, menciona-se:

A titularidade do direito que ora se dispõe, é fundada na prática já adotada pela Prefeitura da Cidade do Recife, observados os limites da indisponibilidade do interesse público.

Essa prática, contudo, é anterior a essa lei, conforme declararam os técnicos da Prefeitura. O intuito era não somente garantir a moradia à família, em caso de separação, mas também inibir a

venda prematura do imóvel – pois a mulher com filhos tem necessidade de uma moradia, enquanto o homem pode querer vendê-la por qualquer motivo, incluindo dívidas.

Por consequência de uma lacuna de tempo de quase uma década entre entrega da UH e do documento de posse, não houve nenhum documento que controlasse a posse, venda ou aluguel, das unidades entregues aos realocados, o que, nesse caso, foi uma grande vantagem para os que não se adaptaram ao conjunto, ou que tiveram necessidades diversas de mudança de local de moradia. Assim, pode-se dizer que a entrega do primeiro conjunto, em 2010, sem a entrega das CDRUs, fez com que toda e qualquer transação feita com as UHs não fosse propriamente ilegal, porque não havia nenhum documento que a proibisse.

A Constituição Federal em vigor menciona, no Artigo 5º (Dos Direitos Fundamentais): “XXXIX – Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal”. Assim, toda transação dessas unidades habitacionais desde 2010 até a entrega da CDRU não caracterizaria ilegalidade nem crime. E, segundo o Código Civil, a promessa de compra e venda, ou ainda o simples recibo de pagamento de aluguel é papel legítimo para essas transações. Dessa forma, as transações feitas até a entrega do documento de posse poderiam ser vistas como dentro do que rege a lei.

No que se refere à redação do documento CDRU, emitido pela URB-Rec, ele é claro e sucinto, conferindo o direito real de uso por 50 anos ao morador da unidade habitacional, unicamente para fins de moradia. Ele também se refere à Lei Municipal 16.113/1995, que define que em momento algum o morador poderá locar, sublocar, vender ou ceder a sua UH, sob pena de 20% do valor do imóvel. Complementa que, caso isso ocorra, o beneficiário que descumprir essa cláusula não poderá participar de outro processo de moradia social durante 10 anos.

Vale lembrar que, antes de irem para os conjuntos, os moradores tinham benfeitorias feitas em terrenos de vários tipos de propriedades, tais como particulares e da União. Essas benfeitorias são imóveis que compõem os bens desses moradores de baixa renda, e que segundo o Art. 182 da Constituição, no parágrafo 3º: “*As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro*”. Os moradores realocados para os conjuntos Via Mangue não tiveram escolha entre ir para o conjunto habitacional ou receber sua indenização em dinheiro. Houve apenas a troca de suas benfeitorias pelos apartamentos dos conjuntos.

Na CDRU dos conjuntos da Via Mangue, ainda é mencionado que as taxas dos serviços básicos devem ser do tipo tarifa social. Pelo Direito Constitucional, Artigo 5º, declara-se: “XXXIII – Todos têm direito a receber informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”. No entanto, não houve uma orientação aos moradores sobre o direito à tarifa social, e muitos continuam pagando a tarifa normal por esses serviços. Indagada, a URB-Rec informou que o morador pode a qualquer tempo se encaminhar aos órgãos cabíveis e solicitar a tarifa social.

Com a palavra: os Técnicos

Em conversas com os técnicos da URB-Rec, eles se mostraram satisfeitos com a agilidade do processo de emissão da CDRU. Foi comentado que até o fim do ano de 2016 esse documento deveria ser entregue aos moradores da intervenção da Via Mangue. Contudo, esse processo só começou um ano depois, e em 2019 ainda não havia sido terminado. O que se vê é que, embora ainda haja morosidade nesses processos em outras cidades do país, em Recife, devido à sua história de ganhos ao direito à cidade, o processo e legitimação da permanência dos moradores de baixa renda no tecido urbano consolidado é mais forte e um pouco mais rápido. Acreditava-se que em sete anos as unidades residenciais dos conjuntos da Via Mangue deveriam estar com a posse dos moradores legitimada.

Os técnicos da URB-Rec também se manifestaram a favor de ser dada a propriedade das unidades habitacionais aos moradores dos conjuntos. Contudo, o Governo do Estado de Pernambuco orientou que o documento a ser expedido fosse a CDRU, conforme as normativas do extinto Ministério das Cidades para as habitações de interesse social. Esse documento dá ao morador apenas o direito de uso. Mas há de se convir que a concessão da propriedade pode vir a ser, no futuro, uma *práxis* no Recife.

No que se refere ao pagamento pelas unidades habitacionais, a técnica do trabalho social da URB-Rec, Sra. Rosa Campello, mencionou que houve uma troca da benfeitoria realizada pelos realocados pela moradia nos conjuntos, e nada foi cobrado dessas pessoas.

Sobre a (im)possibilidade de transferência

A CDRU para os conjuntos da Via Mangue foi formulada impossibilitando a transferência da unidade para outro interessado. Ela só é permitida em caso de herança, isto é, no caso do falecimento do titular, quando o imóvel passará para outro membro da família.

Os técnicos da URB-Rec questionam esse modelo de engessamento do morador no conjunto. Alegam que a pessoa pode querer se mudar pelos mais diversos motivos, tais como: mudança de emprego, mudança de cidade, ascensão econômica etc. E essa é a realidade do conjunto aqui estudado: em caso de necessidade, ou por anseios diversos os moradores do conjunto Via Mangue III tendem a vender suas unidades e sair do conjunto. Esse engessamento também fere o direito do cidadão de poder locomover-se dentro do território nacional com seus bens, visto que é proibida a venda da unidade habitacional e, em tese, uma vez instalados ali, deve-se ficar para sempre. Nesse modelo, o realocado que necessitar se mudar para outra cidade, por exemplo, poderá acabar voltando para condições precárias.

A falta de documentação oficial tornou fácil a venda, bem como qualquer outra transação dessas unidades. Todavia, com a entrega das CDRUs, essa situação será mudada, segundo as cláusulas citadas anteriormente. A **sétima** cláusula, contudo, ainda que permita a venda com intermediação da Prefeitura, estabelece que a transação somente poderá ser efetivada quando a Prefeitura desenvolver uma normativa ou lei que especifique as circunstâncias de realização dessa transferência legal. Para quem precisar sair do conjunto rapidamente, pelas mais diversas razões, esse será um transtorno a ser enfrentado, visto que esses processos são morosos.

Outras modalidades de transações que fazem parte dos modos de sobrevivência da população mais pobre, como o aluguel e a sublocação, não serão permitidas. Contudo, vê-se que casos de aluguel do imóvel e coabitação com parente é uma importante estratégia econômica, sendo essa uma prática comum nas comunidades de baixa renda da cidade²⁰. Quando a família está sem renda ou está passando por alguma contingência financeira, aluga sua casa e passa a coabitar com parentes até que melhore sua situação financeira.

²⁰ Minha dissertação (2012) aferiu esse tipo de manobra, na página 80: “Desse movimento do mercado de locação também participam muitos moradores que têm casa própria. Por dificuldades financeiras ou porque o local onde eles moravam se tornou mais violento, acabam colocando seu imóvel para alugar e alugam outro, ou mais barato, ou num local mais seguro da comunidade.

O documento é uma segurança para o Estado, de maneira a não perder o investimento que fez do conjunto; contudo, ele não dá a real segurança de posse ao morador, pois, ao impor diversas cláusulas sobre a venda, aluguel e sublocação, o documento bloqueia as várias estratégias de sobrevivência e ainda cria diversas inseguranças a esses moradores, principalmente o medo de perder sua moradia.

As concessões, tiveram por princípio construir uma política pública de oferta de moradia que interferisse na lógica do mercado imobiliário, inviabilizando que o investimento público alimentasse o ganho de rendas privadas. Entretanto, o instrumento legal não eliminou as transações imobiliárias nesses lugares, que ocorrem à margem dos órgãos responsáveis. Isso ocorre desde as políticas de Habitação do BNH, como relatou Valladares (1980), e não situou os pobres e suas habitações dentro da formalidade. O que se criou foi uma nova marginalização dos pobres que, para poderem sair do conjunto, devem se submeter a um processo moroso por meio da municipalidade, ou reproduzir a informalidade que caracteriza suas formas de vida. Coloca-se assim os limites das políticas habitacionais, diante da desigualdade econômica brutal que caracteriza a sociedade brasileira, e dos processos de produção de cidade que acontecem também em bases tão desiguais e segregadoras.

O que significa o termo de posse para os moradores do Via Mangue III

Quando se iniciou a pesquisa de campo em 2017, os moradores do Via Mangue III encontravam-se às vésperas da possível entrega da CDRU. Esses moradores ficaram sem um documento que lhes orientasse sobre os procedimentos em relação à manutenção do conjunto e da unidade habitacional, tampouco sobre a questão das transações imobiliárias.

Durante esses sete anos de suas vidas no conjunto, as regras que regiam tanto o conjunto como as transações imobiliárias foram aquelas que regiam as comunidades de baixa renda originais dos realocados. Ou seja, os favores e o bom convívio com a vizinhança para sobreviver às duras regras da metrópole e no limite a venda da unidade habitacional por vias informais.

Mesmo com as orientações e cursos promovidos pela Prefeitura, o estabelecimento da gestão condominial não tivera êxito no conjunto. As regras sobre as unidades habitacionais, versam apenas sobre a proibição de reformas que possam comprometer a estrutura dos blocos do conjunto, talvez fossem seguidas muito mais pelas notícias televisionadas sobre os conjuntos

habitacionais da Região Metropolitana de Recife que desabaram após a derrubada de paredes estruturais, do que pela obediência às orientações dos técnicos de URB-Rec.

Passados sete anos da entrega do conjunto, os moradores ansiavam pela entrega da CDRU. Talvez por acharem que o documento lhes daria propriedade do seu apartamento, e não apenas o direito de uso. No entanto, a CDRU irá limitar seus poderes sobre seus imóveis, cerceando a venda, o aluguel, a sublocação e dando obrigações de cuidar do imóvel. Há, ainda, a possibilidade de perda da unidade habitacional caso o morador transacionar o imóvel. Isso nunca aconteceu de fato, mas o medo de ficar sem moradia limitou muitos moradores de ir em frente com o desejo de se mudar de lá.

Messias, o ex-líder comunitário da Xuxa, declarou: *“As pessoas daqui estão muito empolgadas para o recebimento da CDRU. Não sabem que quando receber a CDRU essa coisa de vender, de alugar vai complicar. Eles estão iludidos”*. E ainda: *“As pessoas aqui estão muito preocupadas em receber o título de posse, mas eu digo a eles que esqueçam isso... pois quando derem o título vai ficar muito pior sair do conjunto”*.

A CDRU é vista mais como uma ilusão do que realmente um documento que proteja o morador de baixa renda do despejo do local. Em assentamentos antigos, como nos morros de Casa Amarela ou em Cajueiro Seco, a percepção é que a CDRU é um papel sem validade. Para eles o que vale é o tempo de moradia e a regularização urbana. Esses foram os dois fatores apresentados como garantia de permanecer naquele local.²¹

Procurei aqui apresentar todo o processo de evolução das políticas de habitação da cidade do Recife, suas relações com os projetos urbanísticos na cidade e as relações com as comunidades. Também abordei as relações jurídicas e urbanísticas no âmbito do Projeto Via Mangue, a maior obra urbana em Recife na última década; dos projetos até a sua construção;

²¹ Os fatos apresentados no subcapítulo *“O que significa o termo de posse para os moradores do Via Mangue III”* partem de dois vieses: **a)** da minha experiência na CEHAB-PE, no programa *Morar Melhor* (2006). Esse, além de promover reformas nas casas localizadas em assentamentos precários, também promoveu a regularização fundiária em várias áreas de baixa renda do Recife, incluindo a área dos Morros de Casa Amarela. **b)** dos trabalhos feitos pelo Professor Titular Dr. Flávio Souza, da UFPE, sobre a percepção de posse em comunidades de baixa renda na cidade. Para consultar seu trabalho: DE SOUZA, F. A. M. Perceived security of land tenure in Recife, Brazil. *Habitat International*, Oxford, v. 25, n.2, p. 175-190, 2001; DE SOUZA, F. A. M. The future of informal settlements: lessons in the legalization of disputed urban land in Recife, Brazil. *Geoforum*, Oxford, v. 32, p. 483-492, 2001; DE SOUZA, F. A. M. Land Tenure Security and Housing Improvements in Recife, Brazil. *Habitat International*, Oxford, v. 23, n.1, p. 19-33, 1998.

da preparação dos moradores das comunidades até a mudança para os conjuntos habitacionais; e, por fim, o documento de concessão de uso.

As informações elencadas até o momento tiveram o intuito de demonstrar os fatores que contribuem para as mudanças na vida dos realocados, sejam elas positivas ou negativas. Tais informações, somadas à reflexão teórica, e principalmente às incursões etnográficas que virão no capítulo a seguir dão o entendimento das mudanças e seus impactos no dia-a-dia dessas pessoas.

3. No mundo entre a riqueza e a pobreza: uma relação de necessidade

Este capítulo tratará da pesquisa de campo no conjunto habitacional Via Mangue III. Observando as mudanças dentro do conjunto habitacional, e também no entorno próximo. Essa relação de vizinhança é tratada sob dois aspectos: **i)** a vizinhança imediata das moradias dentro do conjunto: a relação com os vizinhos, áreas comuns, entre outros aspectos; **ii)** o entorno de vizinhança: analisando a mudança na vizinhança entre os antigos assentamentos e os novos espaços do conjunto habitacional. Por fim, busca-se mapear os sentimentos dos realocados diante das mudanças ocorridas com a nova moradia no conjunto. Tudo isso é tratado a partir dos registros do caderno de campo e das entrevistas feitas com os moradores do conjunto.

Assim, observa-se a respeito dos realocados para os conjuntos habitacionais do projeto Via Mangue e a relação deles com a cidade e o bairro, antes e depois da realocação. A partir das análises empíricas resultantes da aproximação com a população moradora, busca-se responder à seguinte questão: a realocação dos moradores de assentamentos precários para conjuntos habitacionais foi uma mudança positiva ou negativa? Para tanto, os próximos subcapítulos trazem apreensões sobre aspectos do projeto, tanto a partir do olhar da autora como sob o olhar dos realocados, por meio do que foi registrado durante a realização da pesquisa de campo.

Somente na vivência com os próprios realocados e por meio do exercício da escuta foi possível aferir suas (in)satisfações, necessidades e anseios. Assim, buscou-se o entendimento de como é agora a vida dessas pessoas, em relação ao que foi em um passado próximo.

Antes de ir ao campo propriamente dito, houve uma série de etapas que precederam essa ação. A primeira foi a pesquisa bibliográfica sobre os conjuntos habitacionais da Via Mangue, que se deu por meio de material jornalístico e do *site* da Prefeitura do Recife. Esse passo possibilitou situar qual foi o órgão responsável pela promoção, administração e projeto do corredor viário e das demais obras relacionadas a ele, assim como os conjuntos habitacionais de interesse social para a realocação, a URB-Rec.

O segundo passo foi entrar em contato com a URB-Rec, onde os técnicos das áreas de engenharia e arquitetura, de regularização fundiária e da assistência social contribuíram com essa pesquisa documental. Com a assistente técnica do trabalho social, Sra. Rosa Campello, foram obtidas informações gerais sobre como ocorreu o cadastramento das famílias moradoras

dos assentamentos de baixa renda que estavam no local onde iria passar a Via Mangue, para proceder à realocação para os conjuntos habitacionais. Além disso, foi possível identificar contatos dos antigos líderes comunitários das comunidades relocadas.

O primeiro contato foi com o líder comunitário Melô, que à época morava no conjunto Via Mangue I. Conversamos bastante durante o primeiro encontro, mas não foi realizado os laços de amizade e confiança necessários para progredir com a pesquisa nesse conjunto.

Após alguns meses, foi feito o contato com Manuel Messias, ex-líder comunitário da Xuxa e morador do conjunto Via Mangue III. Messias, como é conhecido, foi bem receptivo durante nossas conversas telefônicas. Após algumas semanas, depois de alguns contatos telefônicos e vários desencontros de agenda, ocorreu a primeira visita ao Via Mangue III.

O objetivo dessa primeira visita era formar os laços de confiança importante para quem quer estudar um determinado grupo social – no caso desse trabalho, *os realocados para os conjuntos da Via Mangue*. Para isso, foi elaborada a estratégia de ir ao conjunto em um horário no qual os moradores estariam fora das suas moradias; por sugestão de Messias, esse foi o período da tarde.

À tarde, como é de costume nas comunidades, as pessoas saem de suas casas para conversas com seus vizinhos, é quando põem as cadeiras nas calçadas e as crianças brincam na rua. É assim no Via Mangue III. Esse costume que existia no assentamento precário permanece da mesma forma. Nessa primeira visita, enquanto eu conhecia o conjunto Via Mangue III, os moradores de lá também me conheciam.

A presença de Messias legitimou o meu passaporte de entrada para o conjunto. Somaram-se a isso os cumprimentos aos moradores, e conversas rápidas à beira das calçadas dos blocos com alguns grupos de moradores. Enfim, foram criados com êxito os laços de amizade e confiança que possibilitaram continuar com a pesquisa nesse conjunto.

Nessa mesma visita, já foram identificados alguns moradores que seriam interessantes para conversar, com o objetivo de colher as informações necessárias ao trabalho. Os demais participantes foram escolhidos a partir de indicações dos primeiros entrevistados. O total de entrevistados foram seis; contudo, uma das entrevistas (com a senhora conhecida como Dona Neves) não pôde ser transcrita aqui porque o áudio foi danificado durante o decorrer da pesquisa. Assim, estão transcritas cinco entrevistas. Essas estão localizadas em uma aba lateral

no decorrer dos subcapítulos 3.1 e 3.2, a fim de que o leitor acompanhe os temas em análises nesses subcapítulos, relacionando-os às entrevistas.

Antes de se iniciarem as entrevistas, foi necessário refletir sobre o que seria questionado e o que se desejava obter nas respostas. Criou-se, então, um roteiro estruturado de entrevista, com um caminho e uma linha de raciocínio para retornar ao Via Mangue III e conversar com os moradores selecionados. Todos os entrevistados foram moradores realocados que permaneceram no conjunto, à exceção de Jessé, que tinha saído e depois voltou para lá. O caso dele foi importante para confirmar alguns modos de vida daqueles moradores.

3.1 Viver na unidade habitacional: como o realocado se relaciona com seu espaço individual

Antes de iniciar a análise do realocado em sua nova moradia, a unidade habitacional, é importante lembrar como eram suas antigas moradias, tanto na comunidade da *Xuxa* como na de *Deus nos acuda*.

Nesses locais, as moradias se compunham de palafitas e barracos, além de casas de alvenaria. As palafitas foram as primeiras construções dessas comunidades. Essas são casas de madeira, construídas sobre uma plataforma sustentada por delgados pilares de madeira roliça, retirada da vegetação do próprio mangue. Com o passar dos anos e os sucessivos aterros, os moradores dessas comunidades deram início à construção de barracos de madeira. Esses foram paulatinamente substituídos por casas de alvenaria ou mistas (alvenaria e madeira), nos casos dos moradores com algum recurso para tanto. Contudo, novas palafitas eram construídas por filhos desses antigos moradores, parentes e conhecidos que vinham se estabelecer nessas comunidades. Assim, esse tipo de construção permaneceu até o momento em que foram feitas as remoções. No que se refere aos serviços públicos de água e energia, toda a rede ali estabelecida era clandestina, extraída das redes públicas de abastecimento. O esgoto sanitário, por sua vez, era despejado no mangue ou corria a céu aberto.

Os personagens do conjunto Via Mangue III - As entrevistas -

Entrevista com Manoel Messias: ex-líder
comunitário da Xuxa
13 de dezembro de 2017

Pesquisadora: Messias, antes de você morar na Xuxa, onde morava?

Messias: Na Borborema.

Pesquisadora: Era outra comunidade. E lá quanto tempo você morou?

Messias: Nasci, morei lá até sete anos. Foi quando veio para a Xuxa. Quando cheguei na Xuxa já tinha 8 anos.

Pesquisadora: Você nasceu quando?

Messias: em '80. Já estou velho...

Pesquisadora: Imagine eu que nasci em 1974 [risos].

Messias: Em 1987 eu fui para Xuxa. Eu e minha mãe... E o meu irmão. Ele nasceu justamente em 1987.

Pesquisadora: Aí, sua família era você, sua mãe e seu irmão?

Messias: E minha irmã, que casou e foi morar em Fortaleza. Minha mãe foi morar em São Paulo.

Pesquisadora: Mas sua mãe estava na Xuxa quando começou a remoção?

Messias: Não. Não, ela já tinha saído. Ela foi para São Paulo em '95, não, acho que foi em '93. Minha mãe foi embora, e minha irmã veio de Fortaleza para morar aqui. Ficou nós quatro morando aqui. Ela casou aqui. Ela já era de maior. O marido dela era de Fortaleza e ela foi embora. Quando minha mãe foi embora, ficou só eu e meu irmão. Ficou eu solteiro e ela solteira, só que ela namorando. Ela casou, e quando eu casei ela foi simhora.

Foto 21 - Moradias sobre palafitas na comunidade de Pantanal, umas das relocadas com a construção da Via Mangue

Fonte: Portal da Copa, 2014

Foto 22- Moradias de alvenaria, algumas com comércio na comunidade de Deus nos acuda

Fonte: Paulo Marques, 2014

Nos conjuntos habitacionais destinados a esses realocados, todas as unidades habitacionais contam com rede de água encanada, eletricidade e sistema de esgoto. As unidades são erguidas em alvenaria e com o sistema de estrutura pilar-viga em concreto. A área da UH é de 40 metros quadrados, sendo composta de uma sala e um corredor de distribuição polivalente, no qual se encontra a cozinha e o tanque para lavagem de roupas, criando ainda uma circulação para os dois quartos e o banheiro da unidade. Não há área de serviço.

Entrevista com Manoel Messias: ex-líder comunitário da Xuxa
13 de dezembro de 2017

Pesquisadora: Quantos anos você tinha?

Messias: Eu casei com 19.

Pesquisadora: E você ficou na casa da sua mãe?

Messias: Fiquei na casa da minha mãe. Meu irmão foi embora, minha irmã foi para Fortaleza e eu fiquei com a casa. Meu irmão foi embora com a minha mãe. Ele tinha oito quando ela foi embora. Eu não fui, porque eu já estava trabalhando. Estava trabalhando lá em Suape. Trabalhei lá por oito anos.

Pesquisadora: Quanto você chegou na Xuxa como era a sua casa?

Messias: Palafita. Para chegar nela a gente andava por uma ponte. Era uma pontezinha. Ela ficava na maré. Eram pedaços de madeira que a gente ia andando.

Pesquisadora: E como foi sua evolução? Porque você me disse que tinha uma casa que era térreo e primeiro andar... Você nunca quis sair de lá?

Messias: Nunca tive. Com o passar do tempo. Período de campanha política. Chegou um candidato lá, Gileno, o nome dele. Na entrada da comunidade ele deixou um monte de metralha, caminhões e caminhões, caçambas e caçambas de metralha. Aí, todo mundo foi aterrando o mangue. Aterrou a ponte, botou as madeiras de lado, para poder ir chegando lá atrás. Porque, senão, a ponte não ia aguentar carrinho de mão passando para cima e para baixo. Foi aquele passo a passo, primeiro a ponte. Quando fez a ponte começou todo mundo a aterrar os seus [terrenos], cada um de um lado. Quem tinha o barraco no começo foi bom, né.

Mostrar as diferenças entre os sistemas de construção e de abastecimento dos serviços públicos básicos, em um caso e outro, e ainda a composição da UH, ajuda no entendimento de diversos aspectos positivos e negativos da realocação dos moradores das comunidades para os conjuntos habitacionais.

A evolução das palafitas para as casas de alvenaria é narrada nas falas dos entrevistados. Messias, que foi o primeiro morador com quem conversei, narra a saga de sua família:

“[Morava na] Palafita. Para chegar nela a gente andava por uma ponte. Era uma pontezinha. Ela ficava na maré. Eram pedaços de madeira que a gente ia andando.

(...) Com o passar do tempo. Período de campanha política. Chegou um candidato lá, Gileno o nome dele. Na entrada da comunidade ele deixou um monte de metralha, caminhões e caminhões, caçambas e caçambas de metralha.

Aí, todo mundo foi aterrando o mangue. Aterrou a ponte, botou as madeiras de lado, para poder ir chegando lá atrás.

(...) lá em casa a gente passou de palafita, aí, passou um tempo na madeira. Se muito foi, acho que foi cinco anos. Foi quando a gente começou a construir de alvenaria. (...) Lá em casa a gente fez tudo de alvenaria. Quando chegou no vizinho parou. Não fez. Aí, depois de muito tempo, eu peguei e levantei tudinho.

Entrevista com Manoel Messias: ex-líder
comunitário da Xuxa
13 de dezembro de 2017

[continuação] E aí, carregava de lata, de balde, bacia, carro de mão, quem não tinha... Tinha que carregar com essas coisas. Por que a metralha não podia ficar lá na frente. Era uma coisa muito alta, muito alta mesmo. As caçambas jogavam... Os tratores vinham e jogavam para cima. Lembro, que eu, pirralho, pegava um pedaço de madeira, subia e descia [o monte de metralha].

Pesquisadora: Feito escorrego!

Messias: É. Arriscando levar um ferro na bunda e ir para o hospital. [Risos].

Mas foi assim durante vários dias. E todo mundo organizado começou a aterrar. Então acabou e as pessoas foram buscando de outras fontes. Comprava caçamba de metralha, de construção. Lá tem muito prédio [no entorno de onde ficava a Xuxa], na época da construção, da fundação, tinha muita metralha. O pessoal conversava com o vigia, dava um agrado ao vigia. E o vigia indicava: joga ali na comunidade. Os cara ia jogar longe, aí: joga ali na comunidade...

E aí, foi se fazendo. As pessoas ajeitaram, aterraram. E depois que aterraram o pessoal foi melhorando. Quem tinha condições fez de alvenaria, quem não tinha ficou do mesmo jeito, pegou umas tabuinha velha lá, mas depois foi melhorando. Trocando.

Foi minha mãe [que começou a construir em alvenaria]. Na época que estava construindo de alvenaria, minha mãe dormia na casa da patroa dela. Às vezes dormia ao relento, pois tava coberto, mas não tinha coberta ainda. Essa parte a gente tinha contratado um pedreiro para fazer.

Já quando foi no primeiro andar, aí já foi eu que fiz. Não contratei ninguém. Fiz as paredes, as soleiras... Tudinho. Com orientação de algumas pessoas mais, experientes.”

Essa não é só a história de Messias. Todos os outros entrevistados tiveram histórias parecidas na evolução de sua moradia: Jessé, Dona Neves, Dona Irene. Todos conseguiram, de certa forma, a casa dos sonhos. Porém, a localização do conjunto habitacional impôs transformações muito grandes em suas formas de vida.

A única exceção a esse percurso foi Rafael, pois já chegou à comunidade da Xuxa em 2005. Ele ficou primeiro na palafita dos sogros e depois começou a construir seu próprio barraco, mas a realocação chegou ao mesmo tempo em que ele iniciou a construção. Rafael descreve as duas moradias na Xuxa com o horror de alguém que nunca tinha morado em condições tão precárias. Rafael declara:

“Exatamente na Xuxa, [morei] dois anos. Graças a Deus. Não aguentava carregar água. [risos] Não tinha água, não tinha privada [na casa dos sogros].

Parecia aquela música: “Não tinha teto... Não tinha nada...” [fazendo referência a música A casa, de Vinícius de Moraes]. Sem saneamento nenhum. Era somente os baldes para a gente fazer a limpeza

Entrevista com Manoel Messias: ex-líder
comunitário da Xuxa
13 de dezembro de 2017

Pesquisadora: Mas foi você que começou a construir de alvenaria ou foi sua mãe?

Messias: Foi minha mãe. Na época que estava construindo de alvenaria, minha mãe dormia na casa da patroa dela. Às vezes dormia ao relento, pois tava coberto, mas não tinha coberta ainda. Essa parte a gente tinha contratado um pedreiro para fazer. Já quando foi no primeiro andar, aí já foi eu que fiz. Não contratei ninguém. Fiz as paredes, as soleiras... Tudinho. Com orientação de algumas pessoas mais experientes.

Pesquisadora: Um mestre de obra?

Messias: Não, não. Um vizinho. [risos] um vizinho. Aí, dá certo. Fiz as colunas. Teve até umas colunas que saíram do prumo. [risos] Fiz o cinturão, aquele que amarra a laje. Um saiu buchudo, um saiu bem fininho, mas estava lá no lugar. Caiu não. A transformação foi feita. Saiu da palafita, para madeira propriamente dita, com chão batido. Depois se construiu com madeira melhores, por que antes era pedaços de madeira igual à da ponte. Ia pegando chapa da rua, pegava e colava.

Pesquisadora: Era madeira de caixote?

Messias: De caixote, mas principalmente de construção. Que moldava as lajes. Eles tiravam quando ficava pronta e a gente pegava. Aí, depois comprava [madeirite]. O pessoal começa a querer deixar organizado, bonitinho. E também a chuva acaba rapinho com essas madeiras. Elas já vêm de um processo drástico lá: pressão, cimento, então, elas não duravam muito tempo. Então para isso, de tempos em tempos, tem que tá trocando.

necessária. Água para a gente fazer as limpezas necessárias e aquela água era também necessária para a gente cozinhar.

Então. A princípio quando a gente chegou, ela morava com os pais. E aí eu passei um tempo lá com os pais dela. E logo em sequência, eu aluguei outro barraquinho para mim.

Aí, fiquei com um espaçozinho, na casa de Biuzinho. Acho que um espaço de mais ou menos isso aqui [se referindo ao espaço da sala de espera da barbearia, que deve ter no máximo 2,00x 2,50 m]. Posso dizer que era isso aqui mesmo. Era só um vão [um cômodo]. Banheiro, quarto, cozinha... O quarto era só a cama, o berço. Do lado, a gente dividia com a cortina, era a sala com um sofá e a TV. A sala só dava mesmo pro sofá e para a TV."

Cada um teve uma experiência diferente com seus locais de moradia ao longo da vida. Os que vieram do interior, como Dona Neves, Seu Agrício e Dona Irene, tinham casas de alvenaria, antes de vir morar em Recife.

Jessé, que veio da *Ilha do Destino* (ZEIS próxima às comunidades relocadas) e é membro de uma das famílias que fundou a Xuxa, tivera uma situação um pouco mais precária.

Rafael, que fora morar na Xuxa por ter se apaixonado por Marisa, sua esposa, antes morava em um conjunto habitacional do BNH, construído para a classe média. Por isso, o estranhamento no assentamento precário. A vida de cada um gerou expectativas distintas sobre o conjunto para onde seriam realocados.

Entrevista com Manoel Messias: ex-líder comunitário da Xuxa
13 de dezembro de 2017

Pesquisadora: Como vocês conseguiam dinheiro para melhorar a casa? Era do trabalho? Algum dinheiro extra...

Messias: Minha mãe trabalhava de cozinheira. Então ela trabalhava de congelados. Ela ia para casa da pessoa, cozinava. E eu trabalhava e estudava. E antes de trabalhar em Suape, eu vendia picolé, tomava conta de carro... Dia de prova, dia de festa eleição, no colégio Santa Maria, eu ia para lá e tomava conta de carro. E aí, com esse dinheiro levantava [construía a casa]. E a patroa dela ajudava...

Agora mesmo, dia 4, ela vai na casa da patroa, mantém sempre contato [a mãe de Messias estava de férias nessa época, e veio de São Paulo para visitar os filhos e amigos, inclusive as antigas patroas].

Essas famílias criou-se um vínculo de amizade, começou com uma família e que depois foi passando para outra, e ficou aquele conglomerado de pessoas bem próximas. Então quando ela vem é aquela coisa: Não, Zefinha vai dormir na minha casa hoje... E ela fica doidinha, por que o tempo é pouco. E se ela deixa de ir para casa de um... o outro fica com raiva.

Pesquisadora: Como foi a história da remoção?

Messias: A história da remoção antiga da Xuxa. Eu cheguei em '87... Fiquei até 2012, então foi 25 anos. Desde que eu cheguei lá, havia uma promessa que a Xuxa ia sair. E nunca saiu. Ensaíram.

Pesquisadora: Mas para ser expulsos ou para ir para um habitacional?

Messias: Não. Por que antes era a Linha Verde. E começaram: vai sair, vai sair, vai sair... Eu sei que abafaram o caso. Acabou-se.

Alguns, como Dona Neves, tinham na frente de casa um mercadinho que lhes provia o sustento, além da boa casa.

Na expectativa e na mudança para as UHs, vieram alegrias e tristezas em comparação à moradia anterior. Dona Neves e Messias foram os que mais demoraram a se adaptar ao apartamento. Messias tem uma família de sete pessoas, e teve que ser criativo para conseguir instalar todos na UH. Ao sair de uma casa de dois pavimentos e 4 quartos, que acomodava toda a família, para um apartamento de dois quartos, foi preciso improvisar. Colocou beliches nos quartos das crianças, e o guarda-roupa foi feito como um armário de cozinha (suspensão) para poder aproveitar melhor o espaço, e caber tudo e todos. Mesmo assim, Messias viu um lado positivo em poder dar uma moradia digna à sua família com a mudança para o conjunto.

Já Dona Neves, que tinha uma casa muito grande e obtinha seus rendimentos mensais com o mercadinho que tinha na parte da frente do terreno, não viu nada de positivo na ida para o Via Mangue III. Com a mudança, ela perdeu seu ganha-pão: o mercadinho, além, de seu *status* diferenciado na comunidade pelo poder econômico. Ela reclamou de várias coisas decorrentes da transferência para a UHs:

“Eu vim para cá na primeira fase, eu não recebi nenhuma indenização. Minha casa era

Entrevista com Manoel Messias: ex-líder comunitário da Xuxa

13 de dezembro de 2017

Pesquisadora: Mas a seu ver e da comunidade isso era uma coisa boa? Uma coisa ruim? A tendência ia ser piorar?

Messias: Na primeira remoção o sentimento era esse [temor], pois não havia planejamento. O pessoal que saiu, recebeu dinheiro. Só isso.

Pesquisadora: E qual era o sentimento nessa primeira remoção?

Messias: De abandono, porque você iria sair. Por exemplo, eu tô pegando um comércio ali que vale dez mil reais, mas para onde que eu vou? Eu tenho meus clientes que é tudo aqui... Onde é que eu vou botar, que eu vou arrumar os mesmos clientes? Não vai. Então o pessoal já está acostumado com aquele ponto ali. A partir do momento que me tiram dali, acabou-se. Não tem nenhum dinheiro que vá pagar aquilo ali. Você me paga dez mil, mas com o mesmo negócio eu consigo me fazer em 4, 5 meses. Na prática é um sustento para 4, 5 meses. Acabou-se. Dinheiro não dura para sempre. Ainda mais na mão de pobre.

Pesquisadora: Por que você acha isso?

Messias: Porque eu acho. Pobre não pode ter dinheiro não. Quer gastar.

Pesquisadora: Acho que todo mundo é assim.

Messias: Também acho. [risos]

[Somos interrompidos pela esposa de Rafael, Marisa, e conversamos um pouco com ela. Essa interrupção foi a maior. Durante toda a entrevista com Messias, sempre chegava alguém, nem que fosse para cumprimentá-lo.]

grande, boa. Depois de tanto sacrifício, vim morar aqui... Demorei muito para me acostumar. (...)

Aqui só vendo bebida, não dá para vender mais do que isso, o espaço é pouco e a freguesia é pequena. Foram 26 anos na comunidade, tinha casa boa, quando consegui tudo isso veio a remoção. Eu vim de Limoeiro para Recife, trabalhei de doméstica, de cozinheira, fazia costura, tudo isso para construir o que eu tinha em Paraíso.”

Dona Neves relatou que no começo foi muito difícil para se acostumar, pois tudo era muito pequeno. Mas afirma que hoje já se acostumou à UH e ao conjunto, e que não pensa em ir embora.

Para Rafael e família, ir para o conjunto foi positivo, mesmo com alguns problemas referentes ao entorno, que serão abordados mais adiante.

Rafael declara:

“Quando a gente recebeu isso aqui, eu fiquei tão feliz, tão feliz que entrei no apartamento com a perna direita, eu sou supersticioso, e me ajoelhei e agradei a Deus e disse: ‘Senhor, se o Senhor quiser tirar minha vida hoje eu vou morrer satisfeito’. Porque hoje meus filhos têm um lugar para ficar, uma moradia digna, e eles não vão passar pela aquela situação de estar fazendo cocô em um saquinho, jogando dentro da maré, carregando água para lavar roupa. Era um problema. Então, nada de saneamento e higiene nenhuma a gente tinha, era uma situação... Vivia com os ratos.

Mas mesmo assim, quando pensa no futuro, Rafael vê alguns problemas a serem enfrentados com a sua UH:

“Eu tenho 4 filhos e o espaço aqui é muito pequeno. Não é impossível, dá para se criar 4 filhos em um apartamento de dois quartos, mas apertado.

Entrevista com Manoel Messias: ex-líder comunitário da Xuxa

13 de dezembro de 2017

Pesquisadora: Messias, e na hora do Via Mangue?

Messias: Na hora do Via Mangue, teve um pouquinho mais de planejamento, apesar de na hora da mudança ser muito tumultuada. Porque diziam, vai mudar, vai mudar, vai mudar... Já havia feito a construção. Veio Lula e veio João da Costa inaugurar, botaram palanque... Na fotografia, na festa estava tudo muito bom. Mas depois que eles foram embora, a realidade chega.

Chegaram na sexta-feira e disseram: Na segunda-feira todo mundo vai se mudar. Sim, mas quem trabalha? Tu chega na sexta-feira, diz que vai se mudar na segunda-feira, dia que a pessoa vai tá trabalhando. Eu sou uma pessoa que tinha uma certa liderança na comunidade, mas nesse processo da mudança eu não me envolvi, mesmo na presidência do conselho de moradores. Mas foi uma coisa muito em cima e eu não concordei com isso, não. Mas quando foi na segunda-feira eles já chegaram com os caminhões: - Bora gente!! É casa tal, casa tal. Isso não foi uma atitude correta. Deviam ter chegado e avisado que era daqui uns quinze dias, vinte dias. Por exemplo, eu não vim na segunda-feira para cá, eu vim foi na quarta ou na quinta-feira. Porque eu não tinha condições de vim no dia que era para vim. Aí, eu conversei com eles e vim depois.

Pesquisadora: Você tem vontade de ir embora do Conjunto?

Messias: Às vezes eu tenho vontade, mas eu paro e olho para as pessoas e eu não sinto a menor vontade de ir embora. Naquela época que estava ruim [briga de traficantes da favela Entra a Pulso],

Quando crescer, a gente pode até a aproveitar a sala, divide a sala ali, bota Pablo na sala, já faz um apartamento de três quartos. Para que cada um tenha seu espaço. Dá para viver. É aquela adaptada que se torna um “apartamento”, sabe? Dá para se viver sim. Mas hoje tenho planos de futuramente estar em uma casa com meus filhos para poder proporcionar um conforto melhor.”

Dona Irene declarou que gostou do local quando chegou, mas não fala especificamente da UH. Jessé nem sequer cogitou tentar, em virtude de sua separação da primeira esposa: se desfez logo do apartamento e foi morar no Ceará.

Em conversas informais, no primeiro dia de visita ao conjunto, encontrei-me com Lú, espécie de síndica/líder comunitária do conjunto. Tanto ela quanto Messias declaram que, ao ir para o conjunto habitacional, as pessoas começaram a reformar os apartamentos e adquirir coisas que não podiam obter morando na favela, mesmo tendo dinheiro para comprar – pois antes não tinham um endereço, nem segurança em suas casas. Ter um endereço oficial possibilitou obter uma conta bancária e cartão de crédito para adquirir todas essas coisas. Também significou a possibilidade de acesso a bens de consumo como geladeira, micro-ondas e aparelhos de ar-condicionado – estes últimos aos montes (ver Figura 23).

Lú relata ainda o aumento do valor da conta de energia elétrica devido à aquisição de bens de consumo eletrodomésticos. A conta passou de R\$19,00 (dezenove reais) para R\$ 120,00 (cento e vinte reais), mesmo com a tarifa social. Ou seja, um aumento de cerca de 600%.

Entrevista com Manoel Messias: ex-líder comunitário da Xuxa
13 de dezembro de 2017

[continuação] que tinha hora para sair e para chegar, eu ficava com vontade de sair. Mas fora isso eu não quero me mudar daqui. Se eu fosse me mudar, iria para um lugar melhor. Não iria para *Ilha do Destino* ou *Entra a Pulso*, para ver as mesmas coisas que eu vejo aqui. O que me assusta é a falta do direito de ir e vir, porque quando está nesse período, eu não saía de casa, minha família fica dentro de casa.

Pesquisadora: Quem você conhece que saiu do conjunto e para onde foi?

Messias: Esse que eu chamo de doido. Ele tem apartamento aqui. Vendeu o apartamento aqui. E comprou duas casas em *Entra a pulso*, por necessidade mesmo. E botou a borracharia dele lá. Na frente mesmo do semáforo, logo aqui na frente.

Meu ex-sogro tem apartamento aqui, acho que está alugado. Ele é autônomo, aí ele vende galeto. Se mudou para o *Sítio Irmã Dorothy*, comprou uma casinha lá. E alugou aqui.

Eu tenho aqui Fátima. Ela agora está em Catende [cidade da Zona da Mata – sul de Pernambuco]. O apartamento dela está para alugar ou para vender. O caso dela é que o esposo sofreu um acidente, perdeu a perna. E com isso ela ficou em Catende com a família. Ela ficou morando lá. Está vivendo junto com a família dela, tem uma casinha lá e vivem da aposentadoria dele.

O meu [apartamento] é esse aqui. Esse toldo aqui, eu botei porque a gente vendia lanche, vendia bolo, pastel, cachorro quente, coxinha. Só coisa que engorda. [Risos] Aí, veio a crise e povo começou a comprar fiado, fiado... Fiado quebra. Aí, faço *Uber* e faço cálculo trabalhista, tiro xerox, segunda via...

Foto 23- Bloco 1, onde Messias mora com sua família. A foto apresenta, só nessa fachada, três aparelhos de ar-condicionado

Fonte: Ariadne Paulo, 2017

No entendimento do morador realocado há um estranhamento, pois antes a conta de energia era pequena, ou a energia era “puxada” clandestinamente da rede concessionária. Por isso, mesmo no conjunto, o costume do “gato” ou do “macaco” continua.

Em algumas visitas, observei funcionários da Celpe – Companhia de Eletricidade de Pernambuco, circulando pelo conjunto. A princípio, não sabia que eles estavam inspecionando ligações clandestinas. Foi em conversa com o marido de D. Irene que soube

Entrevista com Manoel Messias: ex-líder comunitário da Xuxa

13 de dezembro de 2017

Pesquisadora: Qual era a expectativa da comunidade sobre a saída do projeto Via Mangue?

Messias: Até começar a ser erguido, ninguém acreditava que ia sair de lá. Quando liberaram visita para a comunidade ver a obra, o andamento... Liberaram para algumas pessoas da comunidade, vim ver a obra. Foi aí que começou a acreditarem. O pessoal [da obra] era orientado para não deixar ultrapassar muito, era só ver a estrutura por fora, essas coisas. As pessoas falavam: - Tá bonito, mas ninguém sabia o tamanho, o apartamento por dentro.

Às vezes, chegou até informações desencontradas... “Aquilo ali não é da gente não. Não é a gente que vai para lá não”. “É de outra comunidade...”

Mesmo com esse boato, a informação que a gente é que vinha para cá, já era certo. Porque ficou acertado de deixar as pessoas o mais próximo do local que já moravam, por conta do trabalho. Como já falei, as pessoas trabalham na praia, vende queijo, bebida. Então não tinha como o cara ter uma barraca, aqui no Acaiaca [edifício icônico na avenida beira-mar de Boa Viagem, projeto do arquiteto Delfim Amorim na década de 1950, ponto mais frequentado da extensão da praia de Boa Viagem.]

Pesquisadora: Eu noto que, mesmo você não sendo mais líder comunitário, nem síndico, as pessoas lhe procuram muito.

Messias: Até demais. Me procuram até para coisa nada a ver, como perguntar um endereço de um médico.

que eles sempre estão por lá, procurando ligações clandestinas. Ele afirmou: “O pessoal faz porque a conta aqui é muito alta”. Esse é o ônus da aquisição de eletrodomésticos.

A mudança para uma UH também proporcionou segurança para adquirir esses bens de consumo. Messias declara:

“Assim, as pessoas podiam até ter condições lá. Mas não tinha onde colocar lá. É tanto que quando a gente se mudou, logo depois, muita gente logo de cara começaram a remodelar o apartamento. Porque lá não valia a pena investir um dinheiro e ir simhora. Eu queria comprar uma TV de 42”, mas lá, mesmo na minha casa grande, morava na favela, tinha um pedaço de tábuas, se eu sáisse alguém podia ir lá, forçar e roubar. Aqui é diferente, eu tenho um apartamento com uma chave, eu posso colocar uma grade na minha porta.”

Ao ver as unidades habitacionais dos moradores entrevistados que permitiram a entrada em suas UHs, percebe-se a imensa quantidade de eletrodomésticos e eletrônicos. Na casa de Messias há um potente aparelho de som, uma televisão de 40 polegadas, computador, impressora, duas geladeiras, micro-ondas, máquina de lavar, ar-condicionado e ventiladores, entre outros. Nas demais casas, como a de Rafael e Irene, a quantidade de eletrônicos é menor, mas há alguns eletrodomésticos em comum como o micro-ondas, os ventiladores e computador. Todo esse aparato só pôde ser comprado devido ao novo endereço, como explicado anteriormente. Chama ainda a atenção o fato de que todos os apartamentos visitados receberam um projeto de interiores, com roda-teto, papéis de parede e pinturas personalizadas para cada quarto, além dos móveis planejados (ver Fotos 24 a 34).

Entrevista com Manoel Messias: ex-líder comunitário da Xuxa

13 de dezembro de 2017

Pesquisadora: Tem muita gente aqui que não sabe ler?

Messias: muita não, mas tem pessoas que não sabem. Até começou um projeto aqui chamado Escola Brasil, um programa de alfabetização. Era uma ou duas vezes por semana, durante um ano.

Pesquisadora: Você pagou pela sua mudança?

Messias: Não. Pois na verdade a mudança começou na segunda-feira. Pois, não dava para mudar 97 famílias da Xuxa para cá no mesmo dia. Então o que aconteceu, foi uma semana de chuva... é aquela coisa: pobre não tem nada, mas quando perde, perde tudo. Então o que aconteceu, os caminhões entravam aqui... “Qual é seu bloco? É bloco tal.” Pronto, deixava aí na frente. Descarregava e ia buscar outro. Se vire para botar para dentro. E chovendo, o pessoal perdeu até geladeira...

Foto 24 – Unidade habitacional de Messias (sala): pode-se observar a presença de vários eletroeletrônicos como: televisão de 42”, aparelho de som, e ao fundo um computador desktop com impressora.

Foto: Ariadne Paulo, 2018

Foto 25 – Unidade habitacional de Messias (cozinha/serviço): pode-se observar a presença de uma geladeira duplex, freezer e máquina de lavar.

Foto: Ariadne Paulo, 2018

Foto 26 – Unidade habitacional de Messias (quarto de casal): móveis por encomenda e ar-condicionado

Foto: Ariadne Paulo, 2018

Foto 27 – Unidade habitacional de Rafael (sala): conta com TV de 42", impressora, mesa de granito, ventilador.

Foto: Ariadne Paulo, 2018

Foto 28 – Unidade habitacional de Rafael (cozinha/serviço): conta com geladeira duplex, microondas, liquidificador, batedeira e máquina de lavar roupas de 11kg

Foto: Ariadne Paulo, 2018

Foto 29 – Unidade habitacional de Rafael (quarto do casal): pequena TV e sistema de som acoplado, cama box, guarda-roupa, luminária no teto, rodafino e textura decorativa em uma das paredes.

Foto: Ariadne Paulo, 2018

Foto 30– Unidade habitacional de Rafael (quarto das crianças): bicama, guarda-roupa, rodafino e textura decorativa em uma das paredes

Foto: Ariadne Paulo, 2018

Foto 31 – Unidade habitacional de Dona Irene (sala/mercadinho): conta com balança digital de precisão, freezer horizontal e geladeira própria para venda de bebidas.

Foto: Ariadne Paulo, 2018

Foto 32 – Unidade habitacional de Dona Irene (cozinha/ serviço): conta com geladeira duplex, forno micro-ondas e liquidificador. Entre os entrevistados, é o único apartamento que ainda não possui máquina de lavar roupas.

Foto: Ariadne Paulo, 2018

Foto 33 – Unidade habitacional de Dona Irene (quarto de casal): apresenta rodafeto, pintura nas paredes e guarda-roupa

Foto: Ariadne Paulo, 2018

Foto 34 – Unidade Habitacional de Dona Irene (quarto da filha): apresenta rodafeto, textura decorativa nas paredes, cama box, ventilador e guarda-roupa.

Foto: Ariadne Paulo, 2018

Com relação à segurança da UH, Seu Agrício (que mora em um dos blocos destinados a comunidade de *Deus nos acuda*) relata justamente o inverso:

Era, mas acha que porque está com uma casinha melhor já pode desprezar os outros. Eu não gosto dessas coisas. As pessoas já acham que estão no céu. Lá era mais humilde. Lá ninguém mexia nas coisas dos outros, aqui já mexe. Se deixar a roupa no varal a turma rouba. Aqui é fechado dos quatro lados. Todo mundo pagou para ter o portão [fechando o bloco], mas agora só que tem acesso lá em cima é que mora. Outro dia assaltaram esse rapaz aí, levaram tudinho. Aqui não tem segurança nenhuma, quebrou o vidro [das janelas do apartamento] tá dentro da cama. Não é seguro, entendeu?

Há várias outras divergências de opiniões sobre o conjunto, sobretudo, no que diz respeito à vizinhança de dentro do conjunto, que serão abordadas em item específico, no qual se verão algumas tensões entre as comunidades realocadas.

No que se refere ao projeto da UHs em si, além do espaço mínimo, há outros pontos negativos. As UHs são bem iluminadas em todos os cômodos, mas foram entregues apenas com o contra-piso e o reboco nas paredes. Apenas o banheiro e a cozinha-corredor possuíam acabamento em gesso no teto. O conceito da planta remete a uma casa de comunidade, onde a cozinha dá para os quartos e o banheiro está anexo à cozinha. No apartamento de Dona Irene, inquieta a semelhança entre a planta da UH e as casas dos assentamentos precários. Por isso, a seguir apresenta-se uma planta baixa de uma casa em Brasília Teimosa (obtida durante o levantamento feito para a minha dissertação de mestrado sobre o mercado imobiliário de aluguel em áreas pobres do Recife) e uma planta da UHs dos conjuntos Via Mangue, e a semelhança é notável.

Entrevista com Manoel Messias:
ex-líder comunitário da Xuxa

13 de dezembro de 2017

Pesquisadora: Ao longo do tempo que você morou na Xuxa, como via a mudança de pessoas na comunidade? As pessoas permaneciam ali muito tempo ou havia muita mudança? A compra, venda e aluguel, como era?

Messias: Não era comum vender. Como era invasão, quem chegava invadia o mangue e construía uma palafita. Só quem tinha um recurso a mais e não queria o mangue, comprava casas já prontas. Por exemplo, eu cheguei na Xuxa com 7/8 anos de idade, na época minha mãe foi demitida da Borborema [empresa de ônibus] e com a indenização ela comprou uma palafita... e com o passar dos anos fomos melhorando, aterramos... Até chegar ao ponto de eu levantar um primeiro andar de alvenaria.

Pesquisadora: E quanto a quem morava lá de aluguel?

Messias: Essa parcela era bem pequena, não tenho o número exato, mas acredito que no máximo de 10% vivia de aluguel. Como disse, era invasão e cada um pegava um pedacinho e construía. E quem estava ali de aluguel também não tinha muita opção, então ficava lá bom tempo.

Ainda como comparativo, expõe-se a planta baixa de uma UH do Conjunto Habitacional Independência ou Paraisópolis I, na comunidade de mesmo nome em São Paulo. Esse último exemplo foi projetado pelo escritório de arquitetura Elito Arquitetos. Ao se compararem as três plantas, vê-se que a última tem uma composição mais próxima dos apartamentos projetados para o mercado imobiliário, em que se segue um padrão arquitetônico correspondente aos arranjos destinados às camadas médias da população de higiene, distribuição e insolação, (ver Plantas baixas 1 a 3).

Embora Recife tenha um histórico forte de luta pelo direito à cidade aos mais pobres, que em algumas situações sobrepõe-se aos interesses mercantilistas das imobiliárias, a cidade perde esses preceitos quando se observa a concepção das moradias a eles destinadas. Essas moradias, mesmo que sejam projetadas por arquitetos da Prefeitura ou do Estado, reproduzem a estrutura da moradia precária da comunidade de baixa renda. Isso se deve não apenas à intenção projetual, mas também à questão dos poucos recursos destinados às moradias sociais.

Por muito tempo, os órgãos destinados à promoção e projeto dessas moradias preconizaram a casa-embrião – normalmente uma casa térrea composta de sala, cozinha e um quarto, mas com terreno em volta para ampliação conforme a necessidade da família - como modelo de moradia social. Porém, no início dos anos 2000, o modelo edilício começa a tomar força. Os primeiros prédios foram construídos em comunidades distantes do centro da cidade e mostravam os malabarismos

Rafael: proprietário de barbearia no conjunto

Em 13 de dezembro de 2017

Pesquisadora: Rafael, antes de você morar na Xuxa, você morava em Paulista, no Janga, né?

Rafael: Isso. No Janga, na sequência no Ipsep. Na casa da minha avó. Por conta da perca que eu tive na minha família, que foi minha mãe. Aí, conheci minha esposa que morava lá na Xuxa. Aí, esse tempo que a gente se conheceu. Conheci minha esposa e eu fui para lá, para a favela da Xuxa. A famosa favela da Xuxa. Onde Messias lá era nosso líder comunitário, como ainda hoje é aqui.

Pesquisadora: E Marisa, sempre morou na Xuxa?

Rafael: Marisa foi nascida e criada na Xuxa. E aos 16 anos foi quando a gente se conheceu. Quando ela tinha 16 anos. Nós nos presentamos com esses presentes aqui [Ele mostra os 4 filhos, que estão na barbearia].

Pesquisadora: Rafael, quanto tempo você morou na Xuxa?

Rafael: Exatamente na Xuxa, dois anos. Graças a Deus. Não aguentava carregar água. [risos]

Pesquisadora: Na sua casa não tinha água?

Rafael: Não tinha água, não tinha privada. Parecia aquela música: “Não tinha teto... Não tinha nada...” [fazendo referência à música *A casa*, de Vinícius de Moraes]. Sem saneamento nenhum. Era somente os baldes para a gente fazer a limpeza necessária. Água para a gente fazer as limpezas necessárias e aquela água era também necessária para a gente cozinhar. O armazenamento era em baldes com tampa.

Planta baixa 12- Domicílio em Brasília Teimosa, Recife-PE

Fonte: Gemfi, 2012

Planta baixa 13- Unidade habitacional dos conjuntos Via Mangue, Recife-PE

Fonte: URB-Rec, 2018

Planta baixa 14 – Unidade habitacional dos conjuntos de Paraisópolis, São Paulo-SP

PLANTA UNIDADE HABITACIONAL

Fonte: site Elito Arquitetos, 2018

dos moradores para conseguir mais espaço na sua unidade habitacional. Ao longo dos anos, o modelo vertical de moradia social passou a ser replicado na cidade inteira. Os conjuntos da Via Mangue seguem esse modelo vertical. Sobre esse aspecto Dona Irene relata:

(...) essa moradia não é moradia para pobre. Não é para pobre. Pobre deveria ficar em casa. Casa. Tudo separadinho.

Porque eu acho que apartamento... Isso aqui se aparecer qualquer coisa, tem que ser ajuda de todo mundo. Porque se der um vazamento em cima, eu tenho que falar com os vizinhos, para poder quebrar o piso de cima. Aí, qualquer coisa, conserto que tiver, tem que ter a união do povo, reunião para poder fazer.

(...) Não. Eu acho cada um em uma casa. Eu acho a localidade ótima. O problema é o edifício. O projeto deve ser casa, casa. Cada um na sua.

Quando o apartamento é uma habitação mínima, como é o caso, não é possível ampliar, como as casas-embrião. Também falta espaço para as atividades domésticas do dia-a-dia, como colocar as roupas para secar. A Foto 33 mostra as roupas de uma família estendida na área comum do prédio. Essas áreas são os jardins para quem mora no térreo, mas para os outros andares é o corredor que serve de coradouro para as roupas.

Ao ver alguns aspectos revelados nas entrevistas e visitas a campo, conclui-se que a unidade habitacional do Via Mangue III esteja

Rafael: proprietário de barbearia no conjunto

Em 13 de dezembro de 2017

Pesquisadora: E como era a situação da sua casa? Era Palafita?

Rafael: Então. A princípio quando a gente chegou, ela morava com os pais. E aí eu passei um tempo lá com os pais dela. E logo em sequência, eu aluguei outro barraquinho para mim.

Pesquisadora: A casa da mãe dela era como?

Rafael: Barraco de madeira com piso de terra. Menos a parte da sala, que o piso era de cimento.

Pesquisadora: Então depois vocês foram para um barraco de vocês?

Rafael: Isso. Aí, veio Pablo. Na sequência, Pietra. Não, na sequência Pamela. Aí, eu aluguei um espaçozinho, ela estava grávida de Pamela. Aí, fiquei com um espaçozinho, na casa de Biuzinho. Acho que um espaço de mais ou menos isso aqui [se referindo ao espaço da sala de espera da barbearia, que deve ter no máximo 2,00x 2,50 m]. Posso dizer que era isso aqui mesmo. Era só um vão [um cômodo]. Banheiro, quarto, cozinha... O quarto era só a cama, o berço. Do lado, a gente dividia com a cortina, era a sala com um sofá e a TV. A sala só dava mesmo pro sofá e para a TV.

[Messias está próximo e chega junto a nós para mostrar fotos do conjunto recém-inaugurado. Rafael, então, comenta sobre as fotos.]

Rafael: Você acredita que isso dentro de 3 meses não existia mais? Três meses aqui. Isso aqui era lindo. Todo gramado, todo bonito. O campo todo gramado. Parecia coisa de cinema. No projeto, no período de entrega, tava tudo lindo, muito bem estruturado.

Foto 35 - Roupas estendidas na frente de uma UH: não há área de serviço nos apartamentos

Foto: Ariadne Paulo

longe de ser o ideal, porque não acomoda bem uma família com mais de quatro pessoas.

Segundo a OMS, entre os itens que proporcionam saúde está a habitação. Para que ela proporcione saúde a seus moradores, ela deve ser higiênica e sadia.

Significa que deve apresentar instalação de água potável, esgoto, possuir unidades sanitárias e coleta de lixo, entre outros serviços. Nesses quesitos, a UH trouxe melhores condições à saúde dos realocados. Contudo, a OMS também traz, como preconização de uma habitação saudável, a presença de um número suficiente de cômodos e volume apropriados para satisfazer

Rafael: proprietário de barbearia no conjunto

Em 13 de dezembro de 2017

[continuação]. No período de entrega, a gente pegou um período de chuva. A chuva destruiu tudo. E assim, a gente também não zelou, né. A gente não tinha nenhum lugar para jogar na favela, era uma pista que tinha. E quando a gente ganhou esse campinho, para a gente era o Arruda [referindo-se ao estádio José Lins do Rêgo Maciel, do Santa Cruz Esporte Clube, conhecido como campo do Arruda, por se localizar no bairro de mesmo nome]. Aí, a gente pensou: é um campo que vai durar para a vida toda. Na verdade, ele ainda está de pé, mas não do jeito que era. [risos]

Pesquisadora: Quando você soube da remoção, o que você sentiu?

Rafael: Então, na época eu trabalhava de salário-mínimo que era muito pouco. Só dava para comer e pagar o aluguel. Quando pensei nisso... E a situação que eu me encontrava era de palafita. Eu, inclusive, nessa hora, estava morando no barraco e estava fazendo a palafita. Eu estava nessa situação, não ia pagar aluguel. Então quando eu comecei a construir foi que chegou o cadastro. Então chegou o pessoal da prefeitura e tal, e a gente acelerou um pouquinho o processo. O pessoal [do cadastro] ainda não quis fazer, porque disse que não estava coberto ainda. Aí, a palafita meio que cedeu um pouco. Aí, a gente inventou uma mentira: “Essa palafita a gente já morava, ela cedeu, por isso que a gente tirou o telhado”. Então, eles passaram duas semanas depois, e disseram que para cadastrar tinha que ter móveis, essas coisas.

E eu não tinha dinheiro para nada, mas eu tinha uma mente brilhante. Vou andar Boa Viagem no dia de lixo, porque a turma joga sofá, guarda-roupa, eletro, fora. Eu saí andando, o pessoal da favela quase não via, porque era à noite, e eu pegava e botava dentro de casa.

o desenvolvimento da vida familiar, e que sua utilização não conduza ao confinamento, nem ao excesso de pessoas nos dormitórios e outros cômodos da habitação. Dormitórios separados para adultos e crianças/adolescentes; facilidades suficientes para a lavagem de roupas e banho; disposição de elementos apropriados para preparar, manipular e armazenar os alimentos, guardar utensílios da habitação e pertences pessoais. As UHs, como visto, não comportam essa relação com as definições de saúde. Não há espaço suficiente para lavagem de roupas, segundo Dona Irene, quando lava suas roupas, o corredor-cozinha fica todo molhado.

Messias relata que teve que usar a criatividade para armazenar os utensílios da casa e de todos, por falta de espaço. Tanto na casa de Messias como na de Rafael, todos os cômodos são ocupados em excesso (famílias de 7 e 6 pessoas, respectivamente), alojando-se em dois quartos em que mal cabem as camas.

A mudança de vida começa com a casa, e aqui se vê, que em muitos aspectos, ela ainda está fora dos parâmetros necessários. No caso aqui apresentado, além da UH não ser contemplada com todas as necessidades para o bom desenvolvimento da saúde física, mental e moral de seus moradores, o modelo vertical de habitação com sistema condominial, traz ainda outras dificuldades.

O modelo vertical impõe limites à vida diária, assim como não reflete os desejos dos moradores.

Rafael: proprietário de barbearia no conjunto

Em 13 de dezembro de 2017

[continuação] Aí, pronto, consegui sofá, guarda-roupa, panela, essas coisas, para quando o pessoal [do cadastro] olhasse lá. Poxa, não foi eu que comprei, mas a mente funciona.

Aí, resumindo: eu consegui o cadastro, Marisa foi para todas as reuniões... Quando a gente recebeu isso aqui, eu fiquei tão feliz, tão feliz que entrei no apartamento com a perna direita. Eu sou supersticioso. E me ajoelhei e agradei a Deus e disse: "Senhor, se o Senhor quiser tirar minha vida hoje eu vou morrer satisfeito". Porque hoje meus filhos têm um lugar para ficar. Uma moradia digna, e eles não vão passar pela aquela situação de estar fazendo cocô em um saquinho, jogando dentro da maré, carregando água para lavar roupa. Era um problema. Então, nada de saneamento e higiene nenhuma a gente tinha, era uma situação... Vivia com os ratos.

Quando eu soube da remoção fiquei muito esperançoso. A gente correu para fazer a palafita com medo de não ser aprovado e a gente não ter essa oportunidade de morar em um habitacional.

Pesquisadora: Você já pensou, por um acaso, de ir embora daqui?

Rafael: A gente [ele e a esposa] tinha até comentado anteriormente sobre isso, por questão de segurança. Hoje está mais calmo, mas a gente sabe que... Hoje a gente já vê bar funcionando, a barbearia, a lanchonete, as coisas estão mais tranquilas também. Mas 3 meses atrás, 4 meses atrás, a gente estava vivenciando uma guerra e essa guerra não deixava que eu descesse com meu filho, que ele [Messias] saísse com a família dele.

Muitos prefeririam uma casa térrea, seja pela origem interiorana, seja pela possibilidade de ampliação e modificação. Esse desejo deve-se também à possibilidade de criação de uma identidade única, o que é importante para cada indivíduo. Diferenciar-se na multidão é uma necessidade do ser humano. Segundo Messias, a UH nivelou todos de forma igualitária, e acrescenta-se que não foi apenas economicamente: tornou todos iguais em identidade.

Apesar desses aspectos apresentados como negativos, a realocação trouxe também aspectos positivos. Morar em uma UH proporcionou ter todos os serviços básicos urbanos: ninguém mais está sujeito às doenças transmitidas pela água infectada do Manguê, pois o esgoto é coletado pela rede pública.

Para os que ganham menos, ficou difícil pagar por esses serviços. Mas há alternativas para isso, como, por exemplo, munir esses conjuntos de painéis solares para a produção de energia elétrica gratuita, tornando-se necessário pagar apenas pelo serviço de abastecimento de água, que custa bem menos. Por outro lado, o aumento da conta de energia se deve à possibilidade de aquisição de eletroeletrônicos, que antes era impossível nas frágeis casas das comunidades.

Ter um endereço oficial para recebimento de cartas, obtenção de cartão de crédito e abertura de contas bancárias viabilizou o crédito para a obtenção de bens. E, o mais importante: todos

Rafael: proprietário de barbearia no conjunto

Em 13 de dezembro de 2017

[continuação] Inclusive ele foi vítima dessa guerra. Ele teve que prestar um socorro obrigatório, o cara estava baleado, e botaram a arma na cabeça dele. Não consideraram. Botaram o cara dentro do carro dele para ele prestar o socorro. Se eles tivessem pedido, ele iria prestar o socorro, mas eles chegaram tão agressivos: “Bora, tu vai socorrer!”

Pesquisadora: E como esse pessoal foi embora?

Rafael: Você sabe que nessa vida tem tempo curto. Muitos presos, outros mortos, muito aí fugidos, mas os pequenos estão crescendo e a gente tem medo disso. A gente precisa de mais educação...

Pesquisadora: Tem muito adolescente aqui, né?

Rafael: Tem, tem muito adolescente aqui. Graças a Deus a gente não tem ponto de tráfico aqui dentro, mas tem muitos que fuma maconha. Vai buscar fora. Hoje mesmo o filho de uma senhora aqui foi ali pertinho do canal [na comunidade de Entra a Pulso], o cara parou ele, pediu o nome dele e a identidade. E disse: “Desaparece daqui. Vai, vai, vai-te embora”. Ele estava procurando por outro rapaz, e se ele tivesse encontrado ele, era um homicídio aqui. Mais um homicídio.

Como eu lhe disse, hoje o maior problema da gente aqui é segurança. A prefeitura jogou a gente aqui e dane-se. Não tá nem aí. A gente tem que procurar com nossos recursos. Messias é que sempre procura os conhecidos, os contatos para não deixar isso aqui tão abandonado.

O maior fator de saída daqui é a insegurança. A gente sabe que a violência está em qualquer lugar, mas a gente aqui ficou aquela coisa restrita.

os aspectos positivos trouxeram dignidade para esses moradores, antes invisíveis na cidade.

3.2 O mundo ao redor: a relação dos realocados com a vizinhança do conjunto

- A relação com o entorno do tecido urbano, bairros, comunidades próximas, que envolvem o conjunto Via Mangue III

A mudança do local de moradia ocasionou diversas alterações nas vidas dos realocados. Entre elas, estão as relacionadas à vizinhança dentro do próprio conjunto e também a do seu entorno.

Os moradores das comunidades da Xuxa e de Deus nos acuda antes estavam localizados em uma zona de comércio e serviços, bem diferente da área para a qual foram realocados. Próximo a eles havia academias de ginástica, colégios e restaurantes, além da quantidade de edifícios comerciais e residenciais que criavam oferta de empregos. No início da área onde se encontravam as comunidades, na Rua Prof. Eduardo Wanderley Filho, está o colégio Boa Viagem; na Rua Maria Carolina, o colégio Santa Maria e o campus da Universidade Estácio (ver imagens 36 a 38 e imagem de satélite 4). Essas são referências na história de alguns realocados, como Messias.

Rafael: proprietário de barbearia no conjunto

Em 13 de dezembro de 2017

[continuação] Rodeado de muro. Talvez se aqui fosse aberto, a gente não teria tanta insegurança ou não.

Messias intervém: Poderia. Eu já pensei nisso. Se fosse grade no residencial, as pessoas teriam menos chances de cometer ilícitos. Pois estaria aberto.

Rafael: O cara está passando na rua e está tendo um assalto aqui, não sabe. Pode matar um aqui agora. Até que o carro da polícia venha aqui ele já tem fugido. Ou se fosse monitorado feito no Olho d'Água [conjunto no município de Jaboatão dos Guararapes, no bairro Lagoa Olho d'Água], que tem câmera, porteiro... Acontece homicídio? Acontece tráfico? Acontece, mas a polícia vai lá e acaba com a boca de fumo, prende quem comete o homicídio, porque o cara que atua ali sabe que vai ser pego. Porque as imagens dele estão ali, salvas. Então, o cara antes de fazer alguma coisa ele vai pensar duas, três vezes.

Pesquisadora: Mas, e senão fosse isso?

Rafael: Eu tenho 4 filhos e o espaço aqui é muito pequeno. Não é impossível, dá para se criar 4 filhos em um apartamento de dois quartos, mas apertado. Quando crescer a gente pode até aproveitar a sala, divide a sala ali, bota Pablo na sala, já faz um apartamento de três quartos. Para que cada um tenha seu espaço. Dá para viver. É aquela adaptada que se torna um "apartamento", sabe? Dá para se viver sim. Mas hoje tenho planos de futuramente estar em uma casa com meus filhos para poder proporcionar um conforto melhor.

Foto 36- Colégio Boa Viagem situado à rua prof. Eduardo Wanderley Filho

Fonte: StreetVeiw,2017

Foto 37 - Colégio Santa Maria / Campus Universidade Estácio, situados à rua Prof. Padre Bernardino Pessoa

Fonte: StreetVeiw,2017

O bairro de Boa Viagem, em cujo tecido essas comunidades estavam encravadas, facilitava a questão do trabalho. Também era propícia a obtenção de favores, como as madeiras utilizadas como forma das estruturas dos prédios em construção, e a promoção de serviços informais para obtenção de renda, alternativos à mendicância, como o trabalho de “flanelinha”.

Rafael: proprietário de barbearia no conjunto

Em 13 de dezembro de 2017

Rafael: O local aqui é maravilhoso, eu gosto muito dessa localização. Gosto das pessoas que convivo aqui, sabe? Tenho muito amigos bons. Amigos trabalhadores, pessoas honestas, pessoas que têm integridade. Aqui tem uma igreja que eu congrego próximo, que faz parte da minha vida. A gente tem uma área de lazer ali. Que eu acho que precisa melhorar bastante, uma academia da cidade, ali perto do campo, para proporcionar saúde.

[No final da entrevista, eu pergunto sobre o manguezal que fica em frente ao conjunto. A princípio, eles dizem que o único transtorno é quando há maré alta, que faz com que o esgoto do conjunto volte para dentro das UHs. Contudo, também relatam que esse local fica perigoso à noite, pois não é possível ver se há alguém escondido; e muitas vezes a iluminação pública da avenida de entrada do conjunto está completamente apagada – o que proporciona insegurança para quem anda a pé pelo local.]

Messias viveu na comunidade da *Xuxa* por mais de 20 anos. Ele relatou como era estreita a relação com o entorno imediato, e como essa proximidade viabilizou melhorias em sua casa com o passar do tempo. Isso foi constatado quando falou como conseguia as madeiras para construir a palafita de sua família e depois o barraco:

De caixote, mas principalmente de construção. Que moldava as lajes, eles tiravam quando ficava pronta e a gente pegava. Aí, depois compra [madeirite]. O pessoal começa a querer deixar organizado, bonitinho. E também a chuva acaba rapidinho com essas madeiras. Elas [as madeiras de construção] já vêm de um processo drástico lá, pressão, cimento, então elas não duravam muito tempo. Então para isso, de tempos em tempos, tem que tá trocando.

Ele contou que, às vezes, as madeiras eram conseguidas por meio da amizade com os vigias das construções, às vezes pagando um “trocado”.

No local onde existiam as comunidades, oito anos depois da realocação, ainda se nota a transição do assentamento de baixa renda para a ampliação do bairro de classe média e alta de Boa Viagem. Ao caminhar pela rua Prof. Eduardo Wanderley Filho, vê-se essa transição: de um lado, um enorme canteiro de obras para a construção de edifícios de luxo; e do outro lado, permanece uma parte de assentamento de baixa renda que não foi realocado. (ver Figura 38).

Seu Agrício: desempregado e dono de bar no conjunto

Em 18 de dezembro de 2017

Pesquisadora: O senhor morava antes em que comunidade?

Seu Agrício: Em Deus nos acuda.

Pesquisadora: Onde o senhor morava antes de Deus nos acuda?

Seu Agrício: Morava na Avenida Caxangá. Eu morava com meu pai, era casa de aluguel.

Pesquisadora: Como você foi para Deus nos acuda?

Seu Agrício: Eu fui uns 10 anos atrás. Aí, aluguei também. Aí, comprei um barraco e construí, construí de tijolo logo. Que era um vão só, aí construí logo de tijolo. Mas esse não é meu apartamento não. Esse é do meu sobrinho. [Referindo-se ao apartamento térreo do bloco 11, onde eu o encontrei para fazer a entrevista]. O meu é lá em cima [referindo-se ao apartamento no terceiro andar, no mesmo bloco que mora Dona Neves, que é o bloco 9].

Pesquisadora: Porque Dona Neves disse apartamento 04...

Seu Agrício: o 04 é esse aqui, mas é do meu sobrinho. Lá em cima é do meu irmão, aqui é do meu sobrinho... Tenho mais outro irmão no bloco 10, e tem mais minha irmã no bloco 6... Eu e esse meu irmão de cima morava na comunidade, e minha irmã na comunidade da Xuxa.

Foto 38 – Rua Prof. Eduardo Wanderley Filho em 2017. Transição entre o assentamento da Ilha do Destino e as novas construções, no local onde ficavam a comunidade da Xuxa e de Deus nos acuda

Fonte: StreetView, 2017

Do lado esquerdo, novas construções da reminiscência da comunidade de *Paraíso* e a ZEIS *Ilha do Destino*. A realocação não apenas deu passagem à Via Mangue, mas também abriu espaço à incorporação imobiliária no adensado e valorizado bairro de Boa Viagem. Segundo Rocha (2017), nesse momento esse fenômeno se dá pela:

(...) relação conflituosa ou de superposição entre dois modelos, não excludentes: o da “cidade mercadoria”, que emerge da globalização; e o de resistência ao mesmo, reivindicador da “cidade democrática”, na qual o valor do uso social prevaleceria sobre o valor de troca. Tendo como foco os conflitos urbanos no Recife em suas dimensões geopolítica, jurídica e urbanística, tais modelos de cidade oscilam no embate entre os conceitos de “planejamento estratégico” e de “direito à cidade”, revelando o distanciamento entre a realidade social e a legislação em vigor.

A realocação para o conjunto Via Mangue III fez com que os moradores perdessem as relações de vizinhança, de necessidade e de vínculo com o entorno próximo. Messias e sua família só conseguiram erguer sua casa de alvenaria graças ao trabalho de cozinheira da mãe, nas casas

Seu Agrício: desempregado e dono de bar no conjunto

Em 18 de dezembro de 2017

Pesquisadora: Então vocês decidiram morar tudo junto?

Seu Agrício: Não... No caso meu apartamento era no bloco 9, aí eu passei para o bloco 8... A gente era para estar nos blocos onde está a Xuxa, mas eles invadiram e nós ficamos nos blocos deles. Eles vieram primeiro e ficaram lá, mas faço questão não. Esse apartamento aqui veio todo sem fazer nada, gastou mais de R\$5.000,00 para reformar. Esses apartamentos não tinham nada. Era só tijolos, o piso era cimentado, piso queimado. Não tinha cerâmica, não tinha reboco, não tinha nada, não tinha gesso no teto e nem nos quartos. Só tinha gesso na cozinha e no banheiro, somente.

Pesquisadora: Quando você morava em Deus nos acuda e soube que ia se mudar, o que você sentiu?

Seu Agrício: Eu sentia melhor, mas que a gente ia gastar mais. Que lá a gente não pagava nem energia nem água. E aqui a gente paga mais, aqui a gente paga energia e água... Na comunidade não paga água... Agora ficou muito melhor, é pequeno mas é bom. Melhor do que casa de tábuas naquelas vielas... mas eu achava melhor morar lá.

Pesquisadora: Mas por que você gostava mais de morar lá?

Seu Agrício: Acho que o ambiente, né. As pessoas eram mais humildes. O pessoal mudou muito, só porque tem apartamento acha que é melhor do que os outros.

de famílias ricas que moravam próximas dali. Enquanto isso, ele ajudava vendendo picolés ou ainda tomando conta dos carros nos colégios próximos:

Minha mãe trabalhava de cozinheira. Então ela trabalhava de congelados, ela ia para a casa da pessoa, cozinhas. E eu trabalhava e estudava. E antes de trabalhar em Suape, eu vendia picolé, tomava conta de carro... Dia de prova, dia de festa, eleição, no colégio Santa Maria, eu ia para lá e tomava conta de carro. E aí, com esse dinheiro levantava [construía a casa]. E a patroa dela ajudava... Agora mesmo, dia 4 ela vai na casa da patroa, mantém sempre contato [a mãe de Messias estava de férias nessa época, e veio de São Paulo para visitar os filhos e amigos, inclusive as antigas patroas]. Essas famílias criou-se um vínculo de amizade, começou com uma família e que depois foi passando para outra, e ficou aquele conglomerado de pessoas bem próximas.

Não foi apenas Messias que conseguiu erguer sua casa devido à proximidade com a vizinhança rica. De um modo ou de outro, muitos se beneficiaram dessa relação de necessidade recíproca. No caso de Dona Irene, ela relatou que só foi possível comprar seu barraco com seu trabalho de cabeleireira nos salões da vizinhança:

Eu trabalhei no salão que eu ganhei muito dinheiro, era cheio de gringo. Era um salão que só tinha gringo. Eu ganhei muita gorjeta. Aí, eu fui juntando, juntando, e comprei um barraquinho para mim.

(...) fui morar sozinha nesse barraco. Depois eu construí de tijolo. Entendeu? Pronto. Foi assim que começou.

Já Rafael, hoje barbeiro no conjunto, tem seu apartamento porque montou sua moradia com o lixo proveniente das moradias mais ricas da vizinhança.

Seu Agrício: desempregado e dono de bar no conjunto

Em 18 de dezembro de 2017

Pesquisadora: Mas não era todo mundo da comunidade?

Seu Agrício: Era, mas acha que porque está com uma casinha melhor já pode desprezar os outros. Eu não gosto dessas coisas. As pessoas já acham que estão no céu. Lá era mais humilde. Lá ninguém mexia nas coisas dos outros, aqui já mexe. Se deixar a roupa no varal a turma rouba. Aqui é fechado dos quatro lados. Todo mundo pagou para ter o portão [fechando o bloco], mas agora só quem tem acesso lá em cima é que mora. Outro dia assaltaram esse rapaz aí, levaram tudinho. Aqui não tem segurança nenhuma, quebrou o vidro [das janelas do apartamento] tá dentro da cama. Não é seguro, entendeu?

Isso aqui não era assim [refere-se ao bar que construiu, na frente do apartamento em que mora]. Eu construí porque eu estou desempregado há 10 meses. Está fazendo 10 meses que eu estou desempregado e tem compromisso, as contas... Porque aqui é obrigado a pagar. Lá na comunidade ligava, desligava... O de lá [o apartamento do outro bloco] eu tive que alugar.

Pesquisadora: O senhor está morando com seu sobrinho?

Seu Agrício: Meu sobrinho não está morando aqui não. Ele está morando com a sogra no Ibura.

Pesquisadora: Quer dizer que você alugou o seu apartamento e está morando de aluguel no do seu sobrinho?

Seu Agrício: No caso, eu pago a taxa dele aqui. Eu deixei uma pessoa morando lá para não ficar fechado, mas só me deu prejuízo. Fiquei no prejuízo... De energia e de água acho que tem uns três mil contos para pagar.

O seu barraco na época do cadastro para a realocação não tinha móveis, então os técnicos não consideravam como moradia. Ele conta:

(...) quando eu comecei a construir foi que chegou o cadastro. O pessoal [do cadastro] ainda não quis fazer, porque disse que não estava coberto ainda. Aí, a palafita meio que cedeu um pouco. Aí, a gente inventou uma mentira: “Essa palafita a gente já morava, ela cedeu, por isso que a gente tirou o telhado”. Então, eles passaram duas semanas depois, e disseram que para cadastrar tinha que ter móveis, essas coisas.

E eu não tinha dinheiro para nada, mas eu tinha uma mente brilhante. Vou andar Boa Viagem no dia de lixo, porque a turma joga sofá, guarda-roupa, eletro fora. Eu saí andando, o pessoal da favela quase não via, porque era à noite, e eu pegava e botava dentro de casa. Aí, pronto, consegui sofá, guarda-roupa, panela, essas coisas, para quando o pessoal [do cadastro] olhasse lá. Poxa, não foi eu que comprei, mas a mente funciona.

A relação de proximidade não se dava apenas com o entorno rico, mas também com a vizinhança pobre. Antigos assentamentos de baixa renda que se tornaram ZEIS, como a *Ilha do Destino*, deram origem às comunidades da *Xuxa* e *Deus nos acuda*.

A necessidade por novas moradias quando os filhos das famílias foram ficando adultos determinaram novas áreas de ocupação junto ao mangue, criando novos assentamentos. Jessé e muitos da sua família vieram da *Ilha do Destino* e formaram a *Xuxa* junto com outras famílias.

Seu Agrício: desempregado e dono de bar no conjunto

Em 18 de dezembro de 2017

Pesquisadora: E você nem cobrou aluguel nem nada?

Seu Agrício: Eu cobrava o aluguel. Eu queria R\$700,00, mas ela só pagou R\$500,00. E eu tinha também que pagar também o daqui.

Pesquisadora: E você paga o quê daqui? Você paga aluguel também daqui?

Seu Agrício: É. Porque ele foi morar com a sogra, mas construiu a casinha dele. Então tem que arcar com os gastos. Aqui eu pago R\$300,00 a ele. Se eu fosse pagar outra pessoa, ainda ia pagar mais caro.

Pesquisadora: E você ainda paga água e energia?

Seu Agrício: É, mas aqui é barato. Água aqui é R\$ 18,00.

Pesquisadora: E você mora sozinho?

Seu Agrício: Graças a Deus. Tentei morar junto, mas não deu certo não. Ela é muito ciumenta. Muita briga. E para a pessoa morar junto, se amigar tem que ter um padrão de vida um pouco melhor, né.

E também, porque eu tenho uma filha, e faz 3 anos que ela mora em São Paulo,

Ele conta:

Morava na Ilha do Destino. Ali em frente ao colégio Boa Viagem.

Pesquisadora: E porque você foi morar na Xuxa?

Porque eu casei. E sabe como é... Quem casa quer casa... Como na Ilha o valor financeiro para comprar uma casa é caro, aí a Xuxa estava se fazendo... Aí, a senhora sabe, né? Aí, a única oportunidade que tinha era a Xuxa no momento. Aí, eu tinha condição de ter uma casa e ainda continuava com meu vínculo bem pertinho.

O vínculo com o local do assentamento, no qual passaram boa parte de suas vidas, bem como as necessidades materiais, fizeram com que alguns dos realocados saíssem do conjunto logo após a mudança, porque não tinham como se sustentar longe da vizinhança anterior, não somente a rica, mas a pobre também, pois dependiam de ambas. Muitos ali consertavam as carrocinhas de lanches que são vendidos na praia, e outros faziam serviços de pintura e de eletricista, quando algum morador dos prédios ou do comércio próximo precisava.

Embora seja muito próximo das antigas comunidades, o terreno do Via Mangue III oferece muito pouco no que se refere às relações de reciprocidade, necessidade e trabalho.

Os entrevistados contam diversos casos de pessoas que saíram do conjunto para poder sobreviver:

Seu Agrício: desempregado e dono de bar no conjunto

Em 18 de dezembro de 2017

[continuação] eu tenho que mandar dinheiro para lá, é só gasto. Também ela não liga pra mim, ela está lá com o padrasto, então deixa pra lá. Mas eu queria vender isso aqui. Eu queria voltar pro interior, eu não me acostumo com isso aqui.

Pesquisadora: Mas pode vender pela prefeitura.

Seu Agrício: Eu botei na OLX. Eu quero vender. Tive que arrancar o piso da sala e dos quartos. Só tinha carrapato e cocô de cachorro. A menina que eu aluguei tinha cachorro. Só o que eu gastei para refazer o piso foi uns R\$ 2.800,00.

Pesquisadora: O senhor não gosta de morar aqui em Recife? Ou no conjunto? Ou os dois?

Seu Agrício: Mas é... Eu gosto de morar no interior, porque no interior tem como plantar, criar. Aqui não tem como criar nada. Se eu vender aqui, vou comprar um terreno. Lá tem um fazendeiro que é amigo do meu pai e ele me deixa plantar o que eu quiser na terra dele. E senão fosse pra lá, eu queria comprar um ponto pra mim na praia pra vender cerveja. Porque aqui no conjunto é uma barraca em cima da outra.

Pesquisadora: De onde você é?

Seu Agrício: Orobó. Se eu ficar aqui, eu queria trabalhar na praia. Porque na praia todo mundo trabalha igual, e aqui não. Barraqueiro briga um com o outro. Sobe o preço, desce preço. Porque aqui no conjunto quando a gente bota um negócio o povo fica chateado. Baixa o preço... Na praia não, lá todo mundo tem um preço só.

Messias: Esse que eu o chamo de doido, ele tem apartamento aqui. Vendeu o apartamento aqui. E comprou duas casas em Entra a pulso, por necessidade mesmo. E botou a borracharia dele lá. Na frente mesmo do semáforo, logo aqui na frente.

Meu ex-sogro tem apartamento aqui, acho que está alugado. Ele é autônomo, aí ele vende galeto. Se mudou para o Sítio Irmã Dorothy, comprou uma casinha lá. E alugou aqui.

Embora ainda estejam bem próximos do local de moradia anterior, o novo local de moradia, localizado paralelo à avenida de beira-canal, denominada de Rua Dom João VI, cria um muro invisível entre o conjunto e o bairro Boa Viagem. Foi apenas em 2017 que a Prefeitura fez um pontilhão para que as pessoas passassem de um lado para o outro. Ao atravessar o pontilhão, o mundo é bem mais próximo ao da Boa Viagem, em que se encontravam as comunidades: supermercados, *shopping center*, edifícios comerciais e de residências estão presentes. Por trás do conjunto, a linha de metrô o isola do outro bairro, a Imbiribeira. Esse isolamento é perceptível na imagem de satélite da área em que está o Via Mangue III (ver imagem de satélite 5).

Seu Agrício: desempregado e dono de bar no conjunto

Em 18 de dezembro de 2017

[continuação]. Aqui no conjunto não dá pra viver de comércio. Aqui dá até pra mercadinho, mas bar não dá não.

Pesquisadora: E teu sobrinho ele foi embora só por causa da sogra mesmo?

Seu Agrício: É. Porque é assim: ele fez faculdade, se formou em Educação Física. E ele não quer ficar aqui. Deixa, eu menti, moça. Meu pai disse que eu não mentisse, não. É que no caso, esse apartamento também é meu.

Pesquisadora: Como assim?

Seu Agrício: No caso, eu tinha duas casas na comunidade. A prefeitura não me deixava pegar as duas. Aí, no caso, eu passei para meu sobrinho. Passei a casa para meu sobrinho e ele ganhou esse apartamento, mas esse apartamento não é dele, é meu.

Pesquisadora: Mas ele morava na comunidade também?

Seu Agrício: Mora. Ele ainda mora lá, na parte que não saiu. Teve uma parte que saiu e outra que ficou na rua Professor Eduardo Wanderley. Aí, ele mora lá. O pai dele mora lá. No caso, ele não veio morar aqui não. Ele tem uma criança, chegou aqui a criança não gostou daqui não. E ele não ficou aqui não.

Pesquisadora: E ele hoje tem uma condição de vida melhor, depois que fez graduação?

Seu Agrício: Tem, porque ele tem um emprego melhor.

Imagem de satélite 5 - Conjunto Via Mangue III e seu entorno

Fonte: StreetView, 2017.

Foto 39 – Vista do conjunto Via Mangue III, o observador na Rua Dom João VI nos fundos do Shopping Center Recife

Fonte: Streetview, Google Maps, 2017

Foto 40 – Vista aérea do conjunto Via Mangue III mostrando o observador na Rua Dom João VI da imagem anterior

Fonte: Streetview, Google Maps, 2017

Isso sem mencionar a enorme massa verde criada pelo mangue plantado, e que do lado de Boa Viagem torna imperceptível o conjunto Via Mangue III (ver Figuras 39 e 40).

Ao caminhar nas ruas de entorno não apenas se confirma o isolamento, mas também se percebe como o local é deserto, desprovido de coisas e de pessoas que criem relação de reciprocidade, de necessidade e trabalho entre as vizinhanças (ver Figuras de 41 a 43).

Seu Agrício: desempregado e dono de bar no conjunto
Em 18 de dezembro de 2017

[continuação] Ele diz: “Saí de lá de cima por conta do vizinho, aqui é pior ainda... ela passa a noite inteira acordada. Não é brinquedo não.” A senhora é da prefeitura?

Pesquisadora: Não. Eu sou estudante de doutorado da Universidade de São Paulo. O que é o doutorado: Você faz a graduação, como seu sobrinho fez. E se você quiser ser professor, você faz mestrado e o doutorado. Eu estou fazendo doutorado porque eu gosto de pesquisar, e eu acho que fazer um trabalho como esse pode ajudar pessoas como vocês. Pode mudar as coisas, nem que seja um pinguinho, mas pode ajudar a mudar. E eu sou professora universitária.

Jessé: motorista de *Uber* e irmão de Sandra- falecida líder comunitária da Xuxa
Em 18 de dezembro de 2017

Pesquisadora: Você era morador de que comunidade?

Jessé: Da Xuxa.

Pesquisadora: Você sempre morou na Xuxa?

Jessé: Não. Morava na Ilha do Destino. Ali em frente ao colégio Boa Viagem.

Pesquisadora: E porque você foi morar na Xuxa?

Jessé: Porque eu casei. E sabe como é... Quem casa quer casa... Como na Ilha o valor financeiro para comprar uma casa é caro, aí a Xuxa estava se fazendo... Aí, a senhora sabe, né? Aí, a única oportunidade que tinha era a Xuxa no momento. Aí, eu tinha condição de ter uma casa e ainda continuava com meu vínculo bem pertinho.

Foto 41 – Frente do conjunto Via Mangue III, Rua Professor Pedro Augusto Carneiro Leão

Fonte: Streetview, 2017

Foto 42 – Lateral esquerda do conjunto Via Mangue III, Rua Cabo Gonçalo de Paiva

Fonte: Streetview, 2017

Foto 43 – Fundos do conjunto Via Mangue III, Rua Pres. Nilo Peçanha

Fonte: Streetview, 2017

(...) 3 meses atrás, 4 meses atrás a gente estava vivenciando uma guerra e essa guerra não deixava que eu descesse com meu filho, que ele [Messias] saísse com a família dele. Inclusive ele foi vítima dessa guerra. Ele teve que prestar um socorro obrigatório, o cara estava baleado, e botaram a arma na cabeça dele. Não consideraram, botaram o cara dentro do carro dele para ele prestar o socorro. Se eles tivessem pedido, ele iria prestar o socorro, mas eles chegaram tão agressivos: “Bora, tu vai socorrer!”

Os próprios entrevistados sugerem modificações que ajudariam a diminuir a violência dentro e fora do conjunto, como mais educação para crianças e adolescentes, e vigilância social:

Rafael: você sabe que nessa vida tem tempo curto. Muitos presos, outros mortos, muito aí fugidos, mas os pequenos estão crescendo e a gente tem medo disso. A gente precisa de mais educação.

(...) a gente aqui ficou aquela coisa restrita. Rodeado de muro. Talvez se aqui fosse aberto a gente não teria tanta insegurança ou não.

Messias intervém: Poderia. Eu já pensei nisso. Se fosse grade no residencial, as pessoas teriam menos chances de cometer atos ilícitos. Pois estaria aberto.

- A relação com o entorno próximo: dentro dos muros do Via Mangue III

Morar em um conjunto habitacional é uma experiência nova para a maioria dos entrevistados – à exceção de Rafael, que antes de ir para a Xuxa, morou no conjunto Beira-mar no bairro do Janga, na cidade de Paulista (Região Metropolitana de Recife), conjunto ainda construído na época do BNH. Vale ressaltar que esse conjunto não era destinado à realocação de moradores de baixa renda, mas sim destinado à faixa de renda da classe média.

Jessé: motorista de *Uber* e irmão de Sandra - falecida líder comunitária da Xuxa

Em 18 de dezembro de 2017

Pesquisadora: Como era sua casa na Xuxa?

Jessé: No começo? Palafita. No começo sim, depois aterrou, consegui aterrar o mangue e fez de alvenaria, mas isso já perto quase da hora de sair.

Pesquisadora: Quanto tempo você morou na Xuxa?

Jessé: eu fui um dos primeiros que entrei ali. Foi eu, Zito e Roberto. A gente passou 23 anos morando na Xuxa.

Pesquisadora: E nesses 23 anos, você só teve casa de alvenaria depois que quanto tempo?

Jessé: Para ficar do jeito que eu queria, acho que uns três anos.

Pesquisadora: Do jeito que você queria?

Jessé: Sim. Eu comecei a trabalhar com carreta e ainda não tinha essa escolaridade toda... Aí, fui ser carreteiro... Eu queria conhecer o mundo... Aí, como ia conseguir fazer isso? Não tinha dinheiro... Como eu ia conhecer o mundo e ganhando? Aí, fui ser carreteiro. Juntei o útil ao agradável. Mas também com esse negócio ganhei um presente de papai Noel que nem queria contar... um par de chifre...

Pesquisadora: Quando você soube que ia passar para a Via Mangue e vocês iam ser realocados, qual foi tua sensação?

Jessé: Para falar a verdade eu não queria, não.

(...) 3 meses atrás, 4 meses atrás a gente estava vivenciando uma guerra e essa guerra não deixava que eu descesse com meu filho, que ele [Messias] saísse com a família dele. Inclusive ele foi vítima dessa guerra. Ele teve que prestar um socorro obrigatório, o cara estava baleado, e botaram a arma na cabeça dele. Não consideraram, botaram o cara dentro do carro dele para ele prestar o socorro. Se eles tivessem pedido, ele iria prestar o socorro, mas eles chegaram tão agressivos: “Bora, tu vai socorrer!”

Os próprios entrevistados sugerem modificações que ajudariam a diminuir a violência dentro e fora do conjunto, como mais educação para crianças e adolescentes, e vigilância social:

Rafael: você sabe que nessa vida tem tempo curto. Muitos presos, outros mortos, muito aí fugidos, mas os pequenos estão crescendo e a gente tem medo disso. A gente precisa de mais educação.

(...) a gente aqui ficou aquela coisa restrita. Rodeado de muro. Talvez se aqui fosse aberto a gente não teria tanta insegurança ou não.

Messias intervém: Poderia. Eu já pensei nisso. Se fosse grade no residencial, as pessoas teriam menos chances de cometer atos ilícitos. Pois estaria aberto.

Os demais entrevistados sempre moraram em assentamentos precários ou vieram do interior, como Agrício e Dona Irene. Contudo, viver em uma moradia de baixa renda no interior é bem diferente de morar em uma casa de uma comunidade urbana. No interior, não há aglomerado de casas, não há o crime instalado, e normalmente essas pessoas não vinham de zonas urbanas interioranas – mas de sítios e pequenas propriedades rurais, onde se tem uma lavoura de subsistência e ar puro, entre outros benefícios. Contudo, esses locais são caracterizados por serviços públicos precários. Faltam escolas,

Jessé: motorista de *Uber* e irmão de Sandra - falecida líder comunitária da Xuxa

Em 18 de dezembro de 2017

[continuação] O momento mais difícil da minha vida foi na mudança de lá para cá. Porque além de ter perdido tudo... A senhora sabe, né? 16 anos é uma vida, desestabilizado. Quando vim para aqui foi mais problema. Eu vendi o apartamento. Hoje ela não fala mais comigo, não cria mais problema, ela tem o apartamento dela.

Pesquisadora: Mas você não ficou com um? Você não tinha dois?

Jessé: Eu vendi os dois. Deixe eu lhe explicar... Minha vida é complicada... Minha ex-esposa ficou com um colega. Aí, eu fiquei com a esposa dele. Ele queria ficar com o apartamento dela e a minha com o meu. Aí, a gente optou em vender do que dar para eles.

Porque minha irmã, as pessoas da prefeitura estavam tudo a favor dela. Como eu ia ganhar de uma pessoa mais forte? Meu pai dizia, quando você não pode com o inimigo junte-se a ele. Então, eu arranjei uma forma de sair, sem ficar totalmente no prejuízo.

Aí, trabalhava na Saraiva, juntei tudo e fui para Fortaleza. Cheguei em Fortaleza, comprei um sítio lá. Mas eu corri daqui porque estava me sentindo só. Quando eu vi que minha própria família estava querendo dar meu apartamento para minha ex-mulher. Minha irmã, sabendo de tudo que ela fez, jogou meu nome na lama... Eu digo: – Vou ficar longe de todo mundo... Peguei a mulher e fui para Fortaleza. Aí, começou a gastar e eu vi que estava acabando com tudo que eu tinha. Aí, juntei tudo de novo, e vamo voltar. Voltei. Fui para Araçoiaba, comprei um depósito de gás falido. Porque hoje em dia o pessoal compra gás da moto, do carro, porque no depósito de gás ninguém vai comprar. Aí, comprei. Joguei meu dinheiro fora.

hospitais e muitas vezes empregos. Esse último é fator condicionante para a migração campo-cidade.

Assim, se fazia parte do ideal dos urbanistas modernistas trazer a vida do campo para as cidades para uma qualidade de vida melhor, acredito como profissional urbanista que, por mais pobre que seja a zona rural, a qualidade de vida ainda é melhor do que em um assentamento precário na cidade. E os entrevistados também acreditam nisso. Ao ler suas declarações, percebe-se a vontade de voltar para o interior:

Dona Irene: Eu tenho muita vontade de sair daqui. Eu já disse a meu marido: -Vamos vender isso aqui. Vamos simhora. Amarra uma roupa, bota em cima e vamos sair daqui. Bora pro mato.

Ele é do interior, ele gosta de interior. Eu também sou do interior. Gosta muito do interior. Mato... Isso aqui já gostei, mas hoje em dia... A gente vai ficando velho... Fica cansado das coisas, em relação com a cidade e tudo. Tenho vontade de ir para o interior, interior. Voltar para Gravatá.

Seu Agrício: Eu gosto de morar no interior, porque no interior tem como plantar, criar. Aqui não tem como criar nada. Se eu vender aqui, vou comprar um terreno. Lá tem um fazendeiro que é amigo do meu pai e ele me deixa plantar o que eu quiser na terra dele. E se não fosse pra lá, eu queria comprar um ponto pra mim na praia, pra vender cerveja. Porque aqui no conjunto é uma barraca em cima da outra.

O leitor deve estar se perguntando: e por que eles não voltam? O grande problema é a falta de terra e de trabalho. A permanência de latifúndios e o desenvolvimento do agronegócio que ampliou campos de monocultura para exportação, e também aumentou os níveis de mecanização do trabalho no campo, impede que os municípios

Entrevista com Jessé: motorista de Uber e irmão de Sandra - falecida líder comunitária da Xuxa

Em 18 de dezembro de 2017

Pesquisadora: E por quê?

Jessé: Lá eu me sentia bem melhor... Eu sei lá... É como se eu tivesse no meu ninho, na área que eu nasci. A vizinhança vieram toda. Chegou aqui trocaram uns de um lugar para outro. Saí para um ambiente diferente, um apartamento. Sair do habitat que era só seu... Aí, quando a gente chegou aqui, aquele campinho era a coisa mais linda do mundo, os canteiro...Aí, a gente ia jogar, eles diziam que era deles (os moradores de Deus nos Acuda) era a maior rixa, foi quando Messias disse para acabar com isso. Eu, como minha casa era grande, um galpão, consegui um apartamento no primeiro andar. Bem dizer, consegui dois. Aí, não me senti bem, não achei que estava à vontade... Uma mudança radical de uma hora para outra. E eu achei melhor comprar um espaço para mim do jeito que eu queria. Aí, fui para Araçoiaba.

Pesquisadora: Mas porque você não se sentia à vontade aqui?

Jessé: Teve o problema da separação, e nesse momento ela queria fazer de tudo para ficar com tudo que eu tinha. No momento da entrega disso aqui, minha irmã estava envolvida aqui. Tanto que ela tem foto com Lula... E ela ficou contra mim. No momento da minha separação a mulher disse que não queria os meninos, só que quando eu recebi o apartamento, ela pegou os

pequenos absorvam a força de trabalho de sua população. Nas cidades interioranas de médio porte é difícil ver essa migração para a capital, mas nas cidades pequenas elas continuam a acontecer. Seu Agrício e Dona Irene declaram:

Dona Irene: Sai nova de Gravatá, com quatorze anos. Até agora estou aqui.

Pesquisadora: Ai, foi para a Xuxa?

Dona Irene: Ai, antes da Xuxa, eu morava em Olinda, que eu trabalhava na casa de família e morava em Olinda.

Seu Agrício: Moça, lá [em Orobó] não tem trabalho não. Por isso eu e minha família veio morar em Recife.

Ah, moça!!! Mas eu já sofri tanto para chegar onde eu cheguei. No interior é assim, você sai de 5 horas da manhã para trabalhar e só largava de 6:30 da noite. De segunda a sexta. Sábado tinha meio dia para brincar. Minha mãe sofria do coração, eu tinha que carregar lenha, carregar água... Não tinha água encanada. Tinha que tirar os bichos dos pé de pau, era muita coisa. Hoje tenho minha coluna doendo, era muito peso.

Ainda pode-se somar a essas declarações a história de Dona Neves. O primeiro lugar que ela morou em Recife foi a *Ilha do Destino*. De lá, ela foi para a comunidade de *Paraíso*, junto da comunidade da *Xuxa*. Ela é natural de Limoeiro, zona da mata norte de Pernambuco. E declara: *Eu vim de Limoeiro para Recife, trabalhei de doméstica, de cozinheira, fazia costura.*

Jessé: motorista de *Uber* e irmão de Sandra - falecida líder comunitária da Xuxa

Em 18 de dezembro de 2017

[continuação]. meninos para ficar com o apartamento. Deu uma de sabida. Araçoiaba é um lugar parado. Lá só tem a usina [usina de cana de açúcar], e eu não corto cana, eu não sei arrancar tronco... Ai, a gente morou lá um ano, em 2013. Eu trabalhando em Suape, voltei para cá [para o conjunto].

Pesquisadora: Mas por que você resolveu voltar para o conjunto?

Jessé: É que não existia mais a Xuxa. E onde eu ia me sentir mais aconchegado? Onde eu ia ter amizade? Aquelas pessoas com quem eu cresci com quem eu me criei... Queria, quer não, aqui eu tenho 50 por cento. Para quem perdeu tudo, 50% é muito. Ai, resolvi: Volto para lá. Falei com a esposa porque era ela que não queria voltar para cá de jeito nenhum. Ai, o ex-esposo dela viu que ela não tinha mais nada, a minha ex-mulher também. Então acabou com problema. Hoje é aluguel e graças a Deus temos paz. Agora minha vida é aqui. Eu não tenho mais nada.

[Após as perguntas, Jessé me disse que ele era única pessoa que eu devia ter entrevistado. Ele me disse que é porque ele é sincero. Relatou que o condomínio não deu certo por culpa de Messias, e o acusou de se aproveitar do cargo de liderança, e depois do cargo de síndico. Posteriormente, eu soube que ele fora adversário de Messias na liderança comunitária na Xuxa].

Ao falar de sua casa em *Paraíso*, diz que lá construiu uma casa com 12 metros de profundidade e um quintal cheio de coqueiros. Depois aterrou mais, e o filho construiu uma casa para ele e outro quintal – isto é, um quintal que remetia à morada no interior. Muitos apartamentos do Via Mangue III, que ficam no térreo, remetem às moradias do interior (ver Foto 44).

Foto 44 - Casa com cerca de madeira e jardim, localizada no vilarejo do Sítio dos Macacos zona periurbana da Região Metropolitana do Recife

Foto: Ariadne Paulo, 2019

Há jardins com plantas colocadas em latões de tintas, com uma singela cerca de madeira que protege o pequeno espaço à frente da moradia (ver Figuras 45 e 46).

As apropriações do espaço no entorno dos blocos são bem variadas. Esses jardins feitos nos espaços comuns entre os blocos são apenas uma delas. A apropriação vai desde os jardins, até os terraços fechados - os “puxadinhos”, que servem como extensão da casa ou ainda para venda de mercadorias. Assim como nas áreas de baixa renda, nas quais toda e qualquer terra livre serve para apropriação, no conjunto não é diferente.

Dona Irene: dona de mercadinho no conjunto

Em 22 de dezembro de 2017

Pesquisadora: Antes de morar na Xuxa, a senhora morava onde antes?

Dona Irene: Antes? Rapaz... Morava bastante tempo, acho que era em Olinda. Era de Olinda... Morava em Olinda e trabalhava em casa de família em Olinda.

Pesquisadora: Então a senhora é do interior?

Dona Irene: De Gravatá.

Pesquisadora: Ah, a Senhora é de Gravatá. Saiu de Gravatá para ir trabalhar nessa casa?

Dona Irene: Foi. Saí nova de Gravatá, com quatorze anos. Até agora estou aqui.

Pesquisadora: Aí, foi para a Xuxa?

Dona Irene: Aí, antes da Xuxa, eu morava em Olinda, que eu trabalhava na casa de família e morava em Olinda.

Pesquisadora: Por que a foi para a Xuxa?

Dona Irene: Porque meu irmão morava lá. Morava lá fazia tempo.

Pesquisadora: Mas a senhora foi morar na casa dele?

Dona Irene: Fui morar na casa dele, com ele.

Pesquisadora: Entendi.

Dona Irene: Aí, eu saí do trabalho... Não queria trabalhar mais em casa de família. Aí, fiz um curso de cabeleireira, de pintura... Aí, prometi que no dia que eu fizesse um curso, eu saía de trabalhar em casa de família. Aí, eu fiz. Fui morar com o meu irmão.

Foto 45- Apropriação do espaço entre blocos, em primeiro plano/jardim. Em segundo plano, terraço fechado por coberta e grade

Foto: Ariadne Paulo, 2017

Foto 46 – Apropriação do espaço entre blocos, jardins e terraços. Detalhe para os aparelhos de ar-condicionado nas fachadas

Foto: Ariadne Paulo, 2017.

No estacionamento rotativo de que é provido o conjunto não há vaga para todos, mas alguns demarcam suas áreas, delimitando com grades e telhado a “sua garagem” (ver Figura 47)

Foto 47- Foto das garagens no estacionamento rotativo

Fonte: Ariadne Paulo, 2017

Essas garagens foram removidas um dia após a minha primeira visita. Funcionários da DIRCON (Diretoria de Controle e Desenvolvimento Urbano e Obras) chegaram acompanhados de uma viatura da polícia, que estava ali para garantir que eles retirassem os ferros que fechavam as vagas do estacionamento, transformando-as em garagens particulares (Figura 48).

Foto 48- Estacionamento sem as garagens. Detalhe para os tubos serrados que seguravam as cobertas. Ao fundo depósitos e garagens que permaneceram junto aos quiosques de

comércioFonte: Ariadne Paulo, 2017.

Dona Irene: dona de mercadinho no conjunto

Em 22 de dezembro de 2017

Pesquisadora: Botou um salão na Xuxa?

Dona Irene: Não. Aí, fui trabalhar para os outros. Aí, trabalhei, assim, um tempo pros outros. Aí, fui trabalhar com Douglas. Botei sociedade com o colega de salão. Agora venci. Trabalhei de cabeleireira até não aguentar mais. Trabalhei muito tempo de salão, mas deixei. Não aguentei mais, parei.

Pesquisadora: Nesse período a senhora fez uma casa na Xuxa? Como foi?

Dona Irene: Bom, lá... Foi... Um barraco que eu comprei, como era baratinho. Eu trabalhei no salão que eu ganhei muito dinheiro, era cheio de gringo. Era um salão que só tinha gringo. Eu ganhei muita gorjeta. Aí, eu fui juntando, juntando, e comprei um barraquinho para mim. Depois, fui morar sozinha nesse barraco. Depois eu construí de tijolo. Entendeu? Pronto. Foi assim que começou.

Pesquisadora: Isso foram quantos anos lá na Xuxa?

Dona Irene: Acho que foi uns oito anos.

Pesquisadora: Como foi a reação da senhora quando soube que ia sair de lá?

Dona Irene: Ah, eu fiquei muito feliz. Né? Fiquei com vontade de sair de lá. Fiquei com muita vontade mesmo. Porque... Lugar feio. Eu não queria nem levar namorado, meus pais, meus parentes... Eles mal iam me visitar por causa do ambiente, né. Que era perigoso. E, também porque era muito feio mesmo. Eu nunca levava namorado.

Quando perguntavam onde eu morava eu respondia: lá por trás. Porque eu

Com a retirada dessas estruturas o estacionamento voltou a ser rotativo e de todos os moradores, ao menos até a minha última visita em 2018, um ano depois desse evento. Contudo, permaneceram as garagens e depósitos que se estendem no alinhamento dos quiosques para o comércio informal, e podem ser observados na imagem 48.

Esses quiosques foram uma reivindicação dos moradores que viviam do comércio informal nas comunidades. Na época da inauguração do conjunto eles não existiam, e não foram previstos no projeto. Em alguns casos, foram transacionados do mesmo modo que as unidades habitacionais. Messias reclama dos quiosques que foram vendidos e ficaram fechados, sem servir para nada. Esses quiosques não comportaram a dinâmica dos “puxadinhos”, a necessidade de se ter um comércio informal.

O comércio também é prática usual no conjunto. Exemplo disso são o bar de Seu Agrício – uma construção de ferro no jardim em frente ao seu apartamento; a loja de bebidas e água mineral de Dona Neves – feita em um puxadinho do seu apartamento térreo; e o mercadinho de Dona Irene, que em 2017 ficava em um apartamento alugado. Hoje o mercadinho está instalado na sala de sua casa (ver Foto 49).

Foto 49 – Bloco 2: detalhe para o mercadinho de Dona Irene, no apartamento térreo alugado para esse fim.

Fonte: Ariadne Paulo, 2017

Dona Irene: dona de
mercadinho no conjunto
Em 22 de dezembro de 2017

[continuação] tinha muita vergonha. Eu fiquei mesmo com muita vontade de me mudar. E a gente tá pagando apertado. Aí, eu disse a ele: - Vamo amor, vamo lá pra casa. Aí, a gente comprou mais umas tábuas para pôr mais pranchas. Por que lá não está dando nem para a pipoca da gente. A gente tá pagando mil reais por mês. Vamos fechar lá e voltar para casa de novo.

Agora ele entrou na *Uber*. Está trabalhando na *Uber*. E ele está trabalhando à noite. Então está cansativo demais para mim, porque ele fica até 10:00 da manhã dormindo. Ele chega 5:00 da manhã, então eu tenho que abrir. Fico doidinha.

Pesquisadora: Dona Irene, a senhora conhece pessoas que saíram do conjunto?

Dona Irene: Acho que a maioria saiu, porque... tinha filho errado. Entrou no crime. Aí, foram presos e a família foi embora. Teve outros que mataram, a família foi embora. A maioria. No começo. Agora tá parado. Porque entrou aqui duas favelas... Porque até o bloco 6 é a Xuxa, e para lá é Deus nos Acuda. E lá tem muito traficante. O ruim de morar aqui é que é tanta coisa, tanta morte. Aí, muita gente se mudou, se perdeu pros traficantes.

Essas pessoas que se apropriaram de um espaço comum para o comércio se queixam da dinâmica das vendas dentro do conjunto. Relatam que o comércio nas comunidades não servia somente aos moradores, mas também aos passantes e à vizinhança rica, tendo muitos clientes que faziam com que sua renda sustentasse a família.

Já no conjunto habitacional essa atividade fica restrita aos muros do conjunto, limitando as vendas e os ganhos. Dona Neves, no *Paraíso*, tinha um mercadinho onde vendia de tudo, e sua casa era grande. Ela informa:

Eu vim para cá na primeira fase, eu não recebi nenhuma indenização. Minha casa era grande, boa. Depois de tanto sacrifício, vim morar aqui... Demorei muito para me acostumar (...) E ainda acrescenta:

Aqui, só vendo bebida, não dá para vender mais do que isso, o espaço é pouco e a freguesia é pequena.

Pergunto como ela sobrevive assim. Então, ela relata que o marido faz trabalhos informais e tem a aposentadoria do filho, que tem distúrbios psicológicos. É do que eles vivem.

Seu Agrício, por sua vez, trabalhava como porteiro, e com o desemprego montou um bar:

(...) aqui não. Barraqueiro briga um com o outro. Sobe o preço, desce preço. Porque aqui no conjunto quando a gente bota um negócio o povo fica chateado. Baixa o preço... Na praia não, lá todo mundo tem um preço só. Aqui no conjunto não dá pra viver de comércio. Aqui dá até pra mercadinho, mas bar não dá não.

Dona Irene, que alugou uma UH, para montar o seu mercadinho, informa, ratificando a fala de Seu Agrício:

Porque a gente pegou no começo, o movimento era bem bonzinho. Mas aí, abriu bastante [mercadinhos], aí o movimento caiu bastante. Porque como o fluxo é só de gente que mora aqui, não tem gente de fora. Não tem fluxo de gente de fora. Aí, quanto mais vai abrindo, vai caindo muito [as vendas]. Caiu bastante.

Dona Irene: dona de
mercadinho no conjunto
Em 22 de dezembro de 2017

Pesquisadora: Eu pensei que era só por causa de dívida.

Dona Irene: Não. Tinha guerra. Minha cunhada, ex-cunhada, mataram dois filhos dela. Irmã e irmão, aqui mesmo.

Pesquisadora: Droga?

Dona Irene: É droga, roubo. Aí, ela vendeu o dela [apartamento] baratinho e foi embora. Foi embora, vendeu baratinho. Foi embora na carreira. Tem muita gente que vai embora daqui por causa disso.

[Enquanto eu entrevistava Dona Irene, ela cozinhava. Estávamos na cozinha-corredor. O rádio tocava música religiosa e calma o tempo todo. Sua filha passou para o quarto e por lá ficou. A sala da casa estava vazia, apenas com as pranchas do mercadinho. Terminada a entrevista, eu agradei e ela se desculpou pela bagunça. Nada havia de bagunçado, apenas tudo era muito simples no seu apartamento. Perguntei se poderia voltar novamente, caso necessitasse complementar a pesquisa. Ela, que antes não queria que eu a entrevistasse, agora se dispôs a ajudar em uma próxima vez.]

A exceção é Rafael. Este tem seu serviço em um dos quiosques feitos pela prefeitura (ver Fotos 50 e 51). Ele é barbeiro, e declara que seus clientes não se restringem somente ao conjunto habitacional. Afirma que cerca de 25% de sua freguesia vem de fora do conjunto.

Foto 50 – Barbearia de Rafael e esposa. O estabelecimento fica em um dos quiosques construídos pela Prefeitura para comércio no conjunto (espaço interno).

Foto: Ariadne Paulo, 2017

Foto 51 – Barbearia de Rafael e esposa. O estabelecimento fica em um dos quiosques construídos pela Prefeitura para comércio no conjunto (frente do quiosque).

Foto: Ariadne Paulo, 2017

Voltando estritamente ao aproveitamento dos espaços ou apropriação deles, Messias me mostrou o depósito de lixo de cada edificação. Esse foi desativado, pois ficava nos fundos de cada bloco. O local é todo murado, o que impossibilitava o escoamento do lixo para a coleta urbana. Além do que, a coleta de lixo ocorre pela rua da frente do conjunto, e não pela rua dos fundos. Isso fez com que esses depósitos de lixo virassem depósito de objetos dos moradores.

O índice de satisfação dos moradores que saíram do assentamento precário para o conjunto é diverso. Para Rafael e Messias, não podia ter acontecido coisa melhor. Já para Jessé a mudança não foi boa, pois ele não se adaptou ao conjunto:

Eu, como minha casa era grande, um galpão, consegui um apartamento no primeiro andar. Bem dizer, consegui dois. Aí, não me senti bem, não achei

que estava à vontade... Uma mudança radical de uma hora para outra. E eu achei melhor comprar um espaço para mim do jeito que eu queria. Aí, fui para Araçoiaba.

Embora ele tenha voltado para o conjunto, o fator que lhe fez voltar não foi o ambiente físico, e sim o reconhecimento de comunidade:

Pesquisadora: *Mas por que você resolveu voltar para o conjunto?*

Jessé: *É que não existia mais a Xuxa. E onde eu ia me sentir mais aconchegado? Onde eu ia ter amizade? Aquelas pessoas com quem eu cresci com quem eu me criei... Queria, quer não, aqui eu tenho 50 por cento. Para quem perdeu tudo, 50% é muito. Aí, resolvi: Volto para lá. Falei com a esposa porque era ela que não queria voltar para cá de jeito nenhum. Aí, o ex-esposo dela viu que ela não tinha mais nada, a minha ex-mulher também. Então acabou com problema. Hoje é aluguel e graças a Deus temos paz.*

Relata, ainda, que gostava mais da Xuxa:

Lá eu me sentia bem melhor... Eu sei lá... É como se eu tivesse no meu ninho, na área que eu nasci. A vizinhança vieram toda. Chegou aqui trocaram uns de um lugar para outro. Saí para um ambiente diferente, um apartamento. Sair do habitat que era só seu... Aí, quando a gente chegou aqui, aquele campinho era a coisa mais linda do mundo, os canteiro... Aí, a gente ia jogar, eles diziam que era deles [os moradores de Deus nos Acuda], era a maior rixa, foi quando Messias disse para acabar com isso.

Outro entrevistado que sente saudades da comunidade em que vivia é Seu Agrício:

Pesquisadora: *Mas porque você gostava mais de morar lá?*

Seu Agrício: *Acho que o ambiente, né. As pessoas eram mais humildes. O pessoal mudou muito, só porque tem apartamento acha que é melhor do que os outros.*

Pesquisadora: *Mas não era todo mundo da comunidade?*

Seu Agrício: *Era, mas acha que porque está com uma casinha melhor já pode desprezar os outros. Eu não gosto dessas coisas. As pessoas já acham que estão no céu. Lá era mais humilde. Lá ninguém mexia nas coisas dos outros, aqui já mexe. (...)*

Ainda assim, os costumes das comunidades permanecem no conjunto. A tarde as atividades de convivência são mais intensas – nesse período do dia, quando o sol abrandava, as atividades de lazer tomam espaço e as áreas comuns se enchem de moradores. Senhores, jovens e crianças vão ocupando as áreas livres. Uns sentam-se nas calçadas, nas cadeiras; outros vão jogar bola, dominó. Isso remete à vida dos assentamentos precários, mas também às práticas do cotidiano das pequenas cidades do interior, mostrando que em relação ao cotidiano – quer dos moradores

advindos do interior, quer advindos dos assentamentos pobres da cidade – essas práticas continuam presentes, mesmo com a mudança para o conjunto (Ver Fotos 52 e 53).

Foto 52 - Adolescentes jogam na quadra do Via Mangue III.

Foto: Ariadne Paulo, 2017

Foto 53- Crianças brincam nas áreas comuns do Via Mangue III.

Foto: Ariadne Paulo, 2017

Dona Irene me conta que as vizinhas a deixam estender seus lençóis no varal delas, já que não gosta de colocá-los para secar na frente de casa, porque acha feio. Só usa o varal desmontável. Esse é outro hábito da comunidade: a reciprocidade ou troca de favores. Seu Agrício me fala de uma vizinha que se aproxima para falar com ele na hora em que estou entrevistando-o, e diz que ela mora no andar de cima e trabalha “tomando conta de menino” – crianças do próprio conjunto. Esses empregos que se têm dentro da própria comunidade são comuns. É a necessidade de ambos os lados que contribui para isso. Um lado necessita do ganho financeiro, e o outro necessita de alguém que tome conta dos filhos quando os pais precisam trabalhar e não têm com quem deixar. Como observado nas comunidades de Brasília Teimosa e Mustardinha (SILVA, 2013), esses trabalhos, às vezes, chegam a ser moeda para complemento no pagamento do aluguel, e isso continua a acontecer no conjunto, segundo relatos. São trocas necessárias.

A relação de vizinhança se fortalece ainda mais pelos laços de parentesco dos entrevistados. Entre eles, apenas Rafael não tinha parentes no conjunto. Seus sogros foram para o Conjunto Habitacional Olho d’Água, em Jaboatão. Dona Irene tem primas nos últimos blocos

– os blocos de *Deus nos acuda* – mas diz que não tem muito contato com elas. Os entrevistados que mais têm parentes morando no conjunto são Seu Agrício e Jessé. Esses têm irmãos, tios, sobrinhos, primos – praticamente toda a família mora no conjunto (ver relação de parentesco no apêndice). Essa relação de vizinhança e parentesco reforça a permanência no local – seja no assentamento, seja no conjunto –, pois todos se ajudam e ali se vêem, se reconhecem. Criam, ainda, uma relação com o lugar de onde se originaram. Isso porque contam suas histórias de infância, sabem dos parentes que ainda permanecem no local de origem, continuam praticando antigos hábitos. Jessé, embora tenha saído novamente do conjunto em 2017, sempre retorna para visitar os parentes e amigos. Seu Agrício, para não perder o segundo imóvel que tinha em *Deus nos acuda*, contou com a ajuda do sobrinho. Pediu a ele para morar no segundo imóvel na época do cadastramento para a realocação. São redes de solidariedade. Seu Agrício conta:

No caso, eu tinha duas casas na comunidade. A Prefeitura não me deixava pegar as duas. Aí, no caso, eu passei para meu sobrinho. Passei a casa para meu sobrinho e ele ganhou esse apartamento, mas esse apartamento não é dele, é meu. (...) É porque lá eu gastei muito na minha casa, aterrei, fiz piso, fiz tudo, botei energia, botei água e a Prefeitura não queria me dar. Aí, preferi passar para ele do que perder a casa. Gastei muito e a Prefeitura não ia me dar não. Aí, eu preferi dar a ele do que eu perder. Se disser assim: Eu quero morar, é dele. É meu, mas não é meu.

Os parentes de Seu Agrício continuam com o mesmo sotaque da cidade em que nasceram, Orobó. E, ainda que não morem lá há muito tempo, referenciam com frequência a cidade de nascimento. Nas comunidades, essas reciprocidades são bem presentes. Elas são de vários tipos, e perpassam por várias áreas da vida do morador da comunidade.

Se por um lado essas trocas permanecem, por outro surge a limitação do território do conjunto. Com duas comunidades relocadas para o mesmo conjunto habitacional, surgem nas declarações e conversas, as rixas entre os moradores desses locais. Messias informou-me que não existia mais essa “*coisa de Xuxa e Deus nos acuda*” no conjunto; mas, ao conversar com as pessoas os conflitos são enunciados. Aqui se encontram algumas declarações dos entrevistados:

Seu Agrício: Não... No caso meu apartamento era no bloco 9, aí eu passei para o bloco 8... A gente era para estar nos blocos onde está a Xuxa, mas eles invadiram e nós ficamos nos blocos deles. Eles vieram primeiro e ficaram lá, mas faço questão não.

Jessé: Aí, quando a gente chegou aqui, aquele campinho era a coisa mais linda do mundo, os canteiro... Aí, a gente ia jogar, eles diziam que era

deles [os moradores de Deus nos Acuda], era a maior rixa, foi quando Messias disse para acabar com isso.

Dona Irene: Acho que a maioria saiu, porque...tinha filho errado. Entrou no crime. Aí, foram presos e a família foi embora. Teve outros que mataram, a família foi embora. A maioria. No começo. Agora tá parado. Porque entrou aqui duas favelas... Porque até o bloco 6 é a Xuxa, e para lá é Deus nos acuda. E lá tem muito traficante. O ruim de morar aqui é que é tanta coisa, tanta morte. Aí, muita gente se mudou, se perdeu pros traficantes. (...) Tinha guerra. Minha cunhada, ex-cunhada, mataram dois filhos dela. Irmã e irmão, aqui mesmo.

Pesquisadora: *Droga?*

Dona Irene É, droga, roubo. Aí, ela vendeu o dela [apartamento] baratinho e foi embora. Foi embora, vendeu baratinho. Foi embora na carreira. Tem muita gente que vai embora daqui por causa disso.

Esse último problema não aparece apenas no entorno, mas também dentro do conjunto. Embora, em declarações de outros entrevistados, diga-se que há apenas usuários de drogas no conjunto. Contudo, esse problema fez com que os moradores reformassem as entradas dos blocos, fechando as entradas com muros ou grades. Segundo os entrevistados, os usuários de drogas, não querendo problema com os vizinhos, iam consumi-las no espaço dos outros blocos. Por isso as entradas de vários blocos foram fechadas, e hoje só entra quem é morador (ver Figuras 54 e 55).

Foto 54 - Entrada dos blocos murados para segurança, em dezembro de 2017, sete anos depois da entrega do conjunto aos moradores.

Foto: Ariadne Paulo, 2017

Foto 55 - Entrada dos blocos gradeadas para segurança, em dezembro de 2017, sete anos depois da entrega do conjunto aos moradores.

Foto: Ariadne Paulo, 2017

Outro fator apontado como negativo dentro do conjunto é a questão de venda e aluguel dos apartamentos. Embora esse seja um hábito comum nos assentamentos precários, a alta rotatividade dos imóveis traz um tipo de problema diferente no conjunto habitacional. Isso porque as pessoas vêm de vários lugares. Messias relata: *“o ruim da venda e do aluguel aqui no conjunto é que a gente não sabe quem vem, e demora para saber que tem novo morador. Pois tem gente que sai de manhã e só volta à noite”*. É uma prática diferente do assentamento, pois os que chegavam para morar na comunidade já tinham parentes ou amigos no local, gerando uma forma de controle social. Alguns entrevistados, em suas declarações, demonstram como funcionava esse mercado na comunidade quando contam como foram morar lá:

Pesquisadora: *Messias, antes de você morar na Xuxa onde você morava?*

Messias: *Na Borborema.*

Pesquisadora: *Era outra comunidade. E lá quanto tempo você morou?*

Messias: *Nasci, morei lá até sete anos. Foi quando veio para a Xuxa. Quando cheguei na Xuxa já tinha 8 anos.*

Pesquisadora: *Rafael, antes de você morar na Xuxa, você morava em Paulista, no Janga, né?*

Rafael: *Isso. No Janga, na sequência no Ipsep. Na casa da minha avó. Por conta da perca que eu tive na minha família, que foi minha mãe. Aí, conheci minha esposa que morava lá na Xuxa. Aí, esse tempo que a gente se conheceu. Conheci minha esposa e eu fui para lá, para a favela da Xuxa. A famosa favela da Xuxa. Onde Messias lá era nosso líder comunitário, como ainda hoje é aqui.*

(...) A princípio, quando a gente chegou, ela morava com os pais. E aí eu passei um tempo lá como os pais dela. E logo em sequência, eu aluguei outro barraquinho para mim.

Pesquisadora: *O senhor morava em que comunidade antes?*

Seu Agrício: *Em Deus nos acuda.*

Pesquisadora: *Onde o senhor morava antes de Deus nos acuda?*

Seu Agrício: *Morava na Avenida Caxangá. Eu morava com meu pai, era casa de aluguel.*

Pesquisadora: *Como você foi para Deus nos acuda?*

Seu Agrício: *Eu fui uns 10 anos atrás. Aí, aluguei também. Aí, comprei um barraco e construí, construí de tijolo logo. Que era um vão só, aí construí logo de tijolo.*

Pesquisadora: *Você sempre morou na Xuxa?*

Jessé: *Não. Morava na Ilha do Destino. Ali em frente ao colégio Boa Viagem.*

Pesquisadora: *E porque você foi morar na Xuxa?*

Jessé: *Porque eu casei. E sabe como é... Quem casa quer casa... Como na Ilha o valor financeiro para comprar uma casa é caro, aí a Xuxa estava se fazendo... Aí, a senhora sabe, né? Aí, a única oportunidade que tinha era a Xuxa no momento. Aí, eu tinha condição de ter uma casa e ainda continuava com meu vínculo bem pertinho.*

Pesquisadora: *Antes de Morar na Xuxa, a Senhora morava onde antes?*

Dona Irene: *Antes? Rapaz... Morei bastante tempo, acho que era em Olinda. Era de Olinda... Morava em Olinda e trabalhava em casa de família em Olinda.*

Pesquisadora: *Então a senhora é do interior?*

Dona Irene: *De Gravatá.*

Pesquisadora: *Ah, a Senhora é de Gravatá. Saiu de Gravatá para ir trabalhar nessa casa?*

Dona Irene: *Foi. Saí nova de Gravatá, com quatorze anos. Até agora estou aqui.*

Pesquisadora: *Aí, foi para a Xuxa?*

Dona Irene: *Aí, antes da Xuxa, eu morava em Olinda, que eu trabalhava na casa de família e morava em Olinda.*

Pesquisadora: *Por que a foi para a Xuxa?*

Dona Irene: *Porque meu irmão morava lá. Morava lá fazia tempo.*

Pesquisadora: *Mas a senhora foi morar na casa dele?*

Dona Irene: *Fui morar na casa dele, com ele. (...) [Depois] eu comprei um barraco, como era baratinho. Eu trabalhei no salão que eu ganhei muito dinheiro, era cheio de gringo. Era um salão que só tinha gringo. Eu ganhei muita gorjeta. Aí, eu fui juntando, juntando, e comprei um barraquinho para mim. Baratinho. Perto do meu irmão. Depois, fui morar sozinha nesse barraco. Depois eu construí de tijolo. Entendeu? Pronto. Foi assim que começou.*

Esses relatos mostram que a ida para uma comunidade é sempre impulsionada por uma necessidade, ou por uma perspectiva de melhoria de vida, lógicas de ocupação na favela. Messias, por exemplo, foi morar na Xuxa porque a mãe dele perdeu o emprego na empresa de ônibus Borborema – empresa a qual dava o nome à comunidade em que vivia antes (ver Linha de vida dos entrevistados).

Esses processos alimentam as dinâmicas imobiliárias na favela. Lacerda (2011) menciona que o mercado imobiliário informal de aluguel é um mercado necessário. Deve-se acrescentar que não só o de aluguel, mas também o de compra e venda (tanto de imóvel como de terra), é um mercado imobiliário de necessidade. Por necessidade abandona-se o local ou a moradia, em direção à outra comunidade. E essas mesmas dinâmicas permanecem no conjunto. Ao observar outras declarações sobre as pessoas que saíram do conjunto habitacional, isso se confirma. O ex-sogro de Messias, o borracheiro apelidado de *Doido* e a ex-cunhada de Dona Irene saíram por necessidades de sobrevivência: manter o seu sustento e fugir da violência.

Ao analisar a questão do entorno próximo, vê-se que sempre há melhorias, permanências e pioras. Há a quebra da relação da comunidade com o entorno que a sustentava (relações de trabalho formal e informal); redução do universo de comércio para quem vivia de bares, lanchonetes e mercadinhos; mudança para perto de outra comunidade, o que tornou o conjunto mais violento do que nas comunidades de *Xuxa* e *Deus nos Acuda*; falta de continuidade de projeto socioeconômico para os realocados: inserção no mercado de trabalho, oferta de creches, escolas e cursos promovidos para a melhoria econômica, dentre outros, que são previstos em leis para os conjuntos. Entretanto, há que se considerar que permanece o

sistema de comunidade; permanecem a proximidade com parentes e amigos, o sistema de trocas de favores, a reciprocidade, e mesmo as trocas imobiliárias movidas pela necessidade.

Essas relações vêm imbuídas de sentimentos, que fazem com que o morador realocado permaneça ou não no conjunto, que fazem com que ele goste ou não da nova moradia. O próximo subcapítulo irá tratar justamente do subjetivo, ou seja, dos sentimentos que fazem mudar a perspectiva de cada morador do conjunto, e com isso a sua (in)satisfação com a nova moradia e o seu local.

3.3 Os sentimentos dos realocados

Esse subcapítulo tratará das entrelinhas dos relatos dos entrevistados. A análise aqui proposta é inspirada em algumas categorias da análise do discurso. Optou-se por usar as categorias da vertente francesa, pois ela utiliza o instrumento linguístico para analisar o discurso (oral ou escrito) pela ótica do sujeito e da sua história de vida e, além disso, permite identificar contextos socioeconômicos e históricos no qual o sujeito está envolvido (SOUZA FILHO; BARBA, 2014). Visando entender o motivo pelo qual para alguns realocados a mudança para o conjunto foi positiva e para outros negativa, tem-se o interesse de perscrutar os discursos sob os seguintes pontos:

Formação Discursiva: é o que pode e deve ser dito a partir de um lugar sócio historicamente determinado e atravessado por uma formação ideológica. Num mesmo texto podem aparecer formações discursivas diferentes, cuja consequência imediata são as variações de sentido.

Formação Social: é o lugar onde se estabelecem as relações entre as classes sociais historicamente definidas, mantendo entre si relações de aliança, antagonismo ou dominação.

Sentido: está intrinsecamente ligado com a formação discursiva da qual participa, produzido no processo de interlocução e atravessado pelas condições de produção (contexto sócio-histórico-ideológico) do discurso.

Sujeito: sobre uma perspectiva discursiva, deixa de assumir uma noção idealista, imanente, o sujeito da linguagem não é o sujeito em si, mas tal como existe socialmente e interpelado pela ideologia, ou seja, não há ideologia sem sujeito, nem sujeito sem ideologia. Por isso, o sujeito não é a fonte, a origem dos sentidos, porque à sua fala atravessam outras falas, outras vozes, enfim; outros dizeres e por que não dizer até outros não-dizeres.

Esquecimento 1 – também chamado de esquecimento ideológico, é da instância do inconsciente, resultante do modo pelo qual a ideologia nos afeta.

Esquecimento 2 – é da ordem da enunciação, já que ao falarmos dizemos de uma maneira e não de outra, estabelecemos, assim, verdadeiras

relações perifrásticas as quais indicam que os dizeres sempre podem ser outros. (SOUZA FILHO; BARBA, 2014)

Deve-se levar em consideração, nessa análise, que o discurso sofre influência de como foi a vida de quem discursa, ou seja, o entrevistado, por isso, as análises seguem os esquemas da linha de vida de cada entrevistado. Também é influenciado por seus interlocutores e isso vai se mostrar presente em algumas falas dos entrevistados: conforme acham quem sou, agem e dizem coisas diferentes pelas mais diversas intenções. Ao observar e analisar essas falas, serão encontrados sentimentos que fizeram o discurso de cada entrevistado seguir por um rumo diferente e apresentar uma perspectiva diferente em relação ao conjunto.

Apesar de todos os sujeitos da pesquisa advirem das comunidades de baixa renda da *Xuxa* e de *Deus nos acuda*, minha presença como participante do diálogo traz atribuições ao discurso de cada entrevistado. Esse pressuposto me fez buscar o estabelecimento de uma proximidade, por meio de um modo de vestir, falar e agir mais familiar a essas pessoas, procurando dessa forma produzir menos “ruídos” nos discursos dos entrevistados. Ainda assim, minha presença causa esses “ruídos”. Por isso, quando cheguei pela primeira vez ao conjunto, as pessoas que lá moram viram uma diferença entre eles e eu, que não enxerguei à primeira vista, mas que foi por eles percebida. E isso acabou por influenciá-los na hora da entrevista.

Percebi esses “ruídos” já no primeiro dia de visita ao conjunto, quando algumas pessoas se recusaram a falar ou se restringiam apenas a elogiar o novo local e moradia. Essa postura é assumida por desconfiança, medo, e até pelo vislumbre de algum benefício futuro. Em alguns casos é realmente, o medo que fala mais alto em seus discursos, e esse medo advém de diversas fontes.

Os moradores no início da pesquisa não sabem quem eu sou, possuem medo de eu ser uma fiscal da prefeitura, que verá alguma irregularidade na sua moradia, ou ainda de eu ter algum conhecimento com a polícia. Esses, que têm medo de minha ligação com os agentes da lei, me temem por terem parentes e amigos relacionados às atividades ilícitas ali praticadas. No caso de esperar benefícios, acham que eu tenho algum poder de ação, seja de cunho político ou de cunho econômico, que possa ajudá-los a melhorar suas vidas ou lhes prover algum benefício que seria difícil conseguir, a não ser por meio de alguém com esse tipo de poder. As expectativas em relação a mim revelam, em alguma medida, de que maneira esses moradores enxergam o Estado.

Nas relações de medo que encontrei, a mais eminente foi a de Seu Agrício – que tem dois imóveis no local, sabendo que isso não é permitido. Ao contar sua história, ele demonstra seu medo em vários trechos da conversa, seu receio por esse ato ilícito. O primeiro ponto é a negação da posse dos imóveis, alegando que um deles é do sobrinho:

Mas esse não é meu apartamento não. Esse é do meu sobrinho. [Referindo-se ao apartamento térreo do bloco 11, onde eu o encontrei para fazer a entrevista]. O meu é lá em cima [refere-se ao apartamento no terceiro andar do mesmo bloco em que mora Dona Neves, que é o bloco 9] (...) o 04 é esse aqui, mas é do meu sobrinho. Lá em cima é do meu irmão, aqui é do meu sobrinho... Tenho mais outro irmão no bloco 10 e tem mais minha irmã no bloco 6... Eu e esse meu irmão em cima morava na comunidade e minha irmã na comunidade da Xuxa.

Nesse trecho ele nega a existência de outro apartamento e nomeia os seus parentes que moram no conjunto, tentando se proteger – tanto ludibriando, como mostrando o poder da família presente²². Se por um lado ele se defende pelo poder e pela mentira, por outro lado, no decorrer da nossa conversa, ele demonstra ter medo da penalidade, seja da lei seja dos princípios morais ensinados por seu antepassado. Assim, nessa dicotomia de sentimentos, ele vai mostrando seus medos em relação a vários aspectos. Se em um primeiro momento se utiliza do esquecimento, em um segundo momento procura se mostrar ético. Em seu antagonismo revela-se o medo de ter passado por cima das convenções sociais, e ainda o medo do castigo por ter feito algo fora da lei – pois, na comunidade, a lei era a necessidade, a lei era a sobrevivência, na qual cada um se “vira” e se apossa do que puder. Isso vai se verificando em vários trechos:

Seu Agrício: *A senhora é da prefeitura?*

Pesquisadora: *Não. Eu sou estudante de doutorado da Universidade de São Paulo. O que é o doutorado: você faz a graduação, como seu sobrinho fez. E se você quiser ser professor você faz mestrado e o doutorado. Eu estou fazendo doutorado porque eu gosto de pesquisar e eu acho que fazer um trabalho como esse pode ajudar pessoas como vocês, pode mudar as coisas nem que seja um pinguinho, mas pode ajudar a mudar. E eu sou professora universitária.*

E ainda, depois de negar várias vezes que o apartamento era dele, diz:

Deixa, eu menti, moça. Meu pai disse que eu não mentisse não. É que no caso, esse apartamento também é meu.

²² A relação de parentesco também é importante para o decorrer do discurso, assim, foi feito um gráfico de espacialidade de parentesco dentro do conjunto que se encontra após as linhas de vida dos moradores entrevistados neste subcapítulo. Quanto mais parentes no entorno próximo, mais fixa a confiança e os laços de proteção. O parentesco também serve como fator de permanência no conjunto.

Quando depois de passados vários meses, Seu Agrício viu que não aconteceu o que ele temia, então a relação de confiança foi estabelecida, e foi revelando sua verdadeira história – que passou do discurso ideológico da nobreza, da pobreza e do sacrifício, que se apresenta a seguir, para a real história de como foi morar em *Deus nos acuda*. Explicando que o pai e o irmão compraram uma casa para ele na comunidade. Ele conta que morava na casa do pai, mas não se dava bem com a madrasta e também tinha ficado adulto; então a família resolveu comprar uma casa para ele. Mas a história antes contada é sobre a glória do esforço para conseguir sua moradia:

É porque lá eu gastei muito na minha casa, aterrei, fiz piso, fiz tudo, botei energia, botei água e a prefeitura não queria me dar. Ai, preferi passar para ele do que perder a casa. Gastei muito e a prefeitura não ia me dá não. Ai, eu preferi dar a ele do que eu perder. Se disser assim: Eu quero morar, é dele. É meu, mas não é meu. Eu consegui esse apartamento com caranguejo. Vendendo caranguejo. Eu vendia o caranguejo, comprava o madeirite e fazia.

A sua história perpassa por um sentimento de vergonha. Vergonha de ter adquirido sua casa pela compra, enquanto a maioria dos seus vizinhos conseguiu pelo esforço, privação e necessidade. Uma vergonha de não se sentir tão digno tanto quanto os outros. E vergonha por ter adquirido dois imóveis pela astúcia, e não por merecimento. Seu discurso é cheio de desculpas, pois ele acha que as unidades habitacionais que recebeu são um meio de ganho, de sustento, ou ainda de passaporte para voltar para sua cidade de origem, Orobó, e lá viver confortavelmente o resto da sua vida.

O seu primo Agnaldo, na minha última visita, pensando que eu tinha algo para favorecê-lo economicamente, me pede uma “contribuição” após responder às minhas perguntas. Isso reflete o seu contexto socioeconômico, no qual o pobre pode e deve se aproveitar de situações em que ele ajuda o mais favorecido economicamente.

Outro grande medo dos moradores é o sentimento de *não se sentir dono* da UH. Isso se demonstra na necessidade de receber a CDRU, mesmo sabendo que com ela as transações imobiliárias vão ficar mais difíceis e que eles serão *posseiros*, e não donos do apartamento em que vivem:

Messias: Só tem a garantia de que vai ser renovada de 50 em 50 anos. O pessoal é doido para ter esse documento. Fica: “Cadê esse documento que não chega? Faz oito anos que a gente mora aqui”. Eu digo: “Gente não se preocupa não”. Mas quanto mais eu digo, não se preocupa não, eles ficam: “Cadê esse documento que não chega?”. Eu falo: “Fique em paz, enquanto ela não tiver na tua mão está bom demais.”

Isso acontece porque na comunidade todos se uniam contra a remoção sem um novo local para morar. No conjunto, aumentou a individualização do interesse e diminuiu a união por reivindicações e proteção da comunidade.

Dentro dessa perspectiva, surgem também as ideologias de local, moradia e convivência. Nesse contexto, alguns dos entrevistados se esquecem do lado negativo da antiga moradia precária. Várias falas remetem à essas ideologias. Sobre o assentamento:

Seu Agrício: *Eu sentia melhor, que aqui a gente ia gastar mais [com a realocação]. Que lá a gente não pagava nem energia nem água. E aqui a gente paga mais, aqui a gente paga energia e água... Na comunidade não paga água... Agora ficou muito melhor, é pequeno, mas é bom. Melhor do que casa de tábuas naquelas vielas..., mas eu achava melhor morar lá.*

Jessé: *Lá eu me sentia bem melhor... Eu sei lá... É como se eu tivesse no meu ninho, na área que eu nasci. A vizinhança vieram toda. Chegou aqui trocaram uns de um lugar para outro. Sai para um ambiente diferente, um apartamento. Sair do habitat que era só seu (...)*

Falando do interior bucólico:

Seu Agrício: (...) *eu gosto de morar no interior, porque no interior tem como plantar, criar. Aqui não tem como criar nada. Se eu vender aqui, vou comprar um terreno. Lá tem um fazendeiro que é amigo do meu pai e ele me deixa plantar o que eu quiser na terra dele.*

Dona Irene: *Eu tenho muita vontade sair daqui. Eu já disse a meu marido: vamos vender isso aqui. Vamos simhora. Amarra uma roupa, bota em cima e vamos sair daqui. Bora pro mato. Ele é do interior, ele gosta de interior. Eu também sou do interior. Gosta muito do interior. Mato... Isso aqui já gostei, mas hoje em dia... A gente vai ficando velho... Fica cansado das coisas, em relação com a cidade e tudo. Tenho vontade de ir pro interior, interior. Voltar para Gravatá. Um dia, se eu vender isso aqui ou alugar quero voltar para o interior.*

Esses discursos demonstram um descontentamento com o conjunto e a decepção com o novo lugar de moradia, com a perda das relações estabelecidas – seja no interior da própria comunidade, seja nos intercâmbios com a vizinhança rica que lhe propiciavam meios de sobrevivência. Nessas falas, esquecem o lado negativo do período anterior. Dona Irene, em seu discurso, ao mesmo tempo em que demonstrou o desagrado com o conjunto, se lembra de como tinha vergonha da comunidade da Xuxa.

Sobre o conjunto habitacional:

(...) essa moradia não é moradia para pobre.

Pesquisadora: *Por que essa moradia não é para pobre?*

Dona Irene: *Eu acho que isso é moradia para gente civilizada. Entendeu? Gente de outro nível. Não é para pobre. Para pobre deveria ficar em casa. Casa. Tudo separadinho.*

Pesquisadora: *Por que a senhora acha que é complicado o apartamento?*

Dona Irene: *(...) É que nem em um prédio. Prédio não tem síndico? Paga condomínio para qualquer coisa, qualquer conserto. Aí, o pessoal se reúne... Aqui não. Qualquer coisa que aparecer o povo não quer saber. Entendeu? Ah, não. Não é seu? Se vire sozinha. Ninguém quer se reunir para nada aqui. Conserto, quebra uma bomba. Ninguém quer se reunir... Aí, no começo começaram a pagar um condominiazinho, baratinho. Dez reais. Eu quis pagar. Mas ninguém quis, então ninguém paga. É isso, né? O que é dez reais? Mas ninguém quis pagar. Para ter um conserto, alguma coisa... Eu acho ruim isso. Podia ter um porteiro... Então, qualquer coisa a gente tem que meter a cara. Você já foi aí em cima? As escadarias é uma imundície. Porque se você for limpar, o outro diz: Tás ganhando quanto pra isso? Eu acho sem sentido...*

Sobre a comunidade da Xuxa:

(...) Lugar feio [comunidade da Xuxa]. Eu não queria nem levar namorado, meus pais, meus parentes... Eles mal iam me visitar por causa do ambiente, né. Que era perigoso. E, também porque era muito feio mesmo. Eu nunca levava namorado lá. Quando perguntavam onde eu morava eu respondia: lá por trás. Porque eu tinha muita vergonha.

O excesso de expectativas positivas em suas vidas na mudança para o conjunto é o maior gerador de decepção e de descontentamento com a nova moradia. Outro fator de descontentamento é que a UH, nivelou todos em um mesmo patamar socioeconômico, deixando descontentes alguns moradores que tinham certa diferenciação de *status* na favela. Esse é o caso de Dona Neves, que tinha uma boa casa e um mercadinho, e de Jessé, cuja irmã era líder comunitária e exercia influência na Xuxa. No conjunto, não há mais lideranças.

Já para Messias, Rafael e até mesmo Dona Irene, o conjunto configura-se como ideal, mesmo ainda apresentando muitas queixas.

Messias: *Quando aqui estava pronto, eu achei muito bonito. Eu achei bom, pelo fato que vou sair daqui [da Xuxa], vou para um lugar bem executado, foi uma mudança de vida. Sabendo que, muito consciente, que as coisas não iam ser as mil maravilhas de cara. Sabendo que eu não podia ficar no mesmo lugar, apartamentos próximos [ela fala em relação a vizinhança da Xuxa]. Foi muito bom quando eu cheguei aqui, descobri que o pessoal da Xuxa ia ficar pertinho. Eles começaram da frente da comunidade pro fim, então as pessoas ficaram próximas. (...)*

Para logo depois lembrar:

Pesquisadora: *Você tem vontade de ir embora do conjunto?*

Messias: *Às vezes eu tenho vontade, mas eu paro e olho para as pessoas e eu não sinto a menor vontade de ir embora. Naquela época que estava ruim [briga de traficantes da favela Entra a Pulso], que tinha hora para sair e para chegar, eu ficava com vontade de sair. Mas fora isso eu não quero me mudar daqui. Se eu fosse me mudar, iria para um lugar melhor. Não iria para Ilha do destino ou Entra a Pulso, para ver as mesmas coisas que eu vejo aqui.*

Já Rafael, que morou em um lugar melhor antes da Xuxa e agora está no conjunto, após os elogios pensa em algumas melhorias que remetem às moradias da classe média:

Rafael: *O local aqui é maravilhoso, eu gosto muito dessa localização. Gosto das pessoas que convivo aqui, sabe? Tenho muitos amigos bons. Amigos trabalhadores, pessoas honestas, pessoas que têm integridade. Aqui tem uma igreja que eu congregar próximo, que faz parte da minha vida. A gente tem uma área de lazer ali. Que eu acho que precisa melhorar bastante, uma academia da cidade, ali perto do campo, para proporcionar saúde.*

Dona Irene fala do problema da falta de individualidade, e rememora a situação precária da Xuxa:

Pesquisadora: *Como foi a reação da senhora quando soube que ia sair de lá?*

Dona Irene: *Ah, eu fiquei muito feliz. Né? Fiquei com vontade de sair de lá. Fiquei com muita vontade mesmo.*

Pesquisadora: *Qual foi o sentimento na hora que a senhora entrou aqui no habitacional?*

Dona Irene: *Eu fiquei muito feliz. Né? No dia... Ave Maria! Eu fiquei muito feliz.*

Pesquisadora: *Gostou?*

Dona Irene: *Gostei. Porque tudo novinho, tudo bonitinho. Gostei muito. No começo. No começo. Porque agora não.*

Pesquisadora: *Por que agora não?*

Dona Irene: *Eu tenho vontade de sair daqui.*

Pesquisadora: *Por quê?*

Dona Irene: *Porque eu acho assim: essa moradia não é moradia para pobre.*

Pesquisadora: *Por que essa moradia não é para pobre?*

Dona Irene: *Eu acho que isso é moradia para gente civilizada. Entendeu? Gente de outro nível. Não é para pobre. Para pobre deveria ficar em casa. Casa. Tudo separadinho.*

Esses depoimentos mostram os desejos e as esperanças de cada um em relação ao conjunto habitacional. Se Messias queria dignidade, Rafael também queria. Porém, transparece nas entrelinhas do depoimento que Rafael quer mais comodidade e bem-estar, quando menciona as melhorias que deseja para o conjunto, semelhante aos condomínios-clubes espalhados pela cidade nos últimos anos. Já Dona Irene quer independência pois no seu discurso demonstra dinamismo. Nesse momento temporal, esses três entrevistados encontram certo conforto na mudança para o conjunto habitacional.

Já com Jessé e Seu Agrício foi diferente, seus mundos ficaram no passado, e a adaptação ao conjunto é difícil. A entrada de novos moradores que vêm dos mais diversos lugares e que não querem compor o laço da comunidade torna ainda mais custosa essa adaptação.

Se por um lado a dignidade foi estabelecida, há também uma sensação de abandono por parte do Estado para com esses moradores. Mesmo que essas comunidades relocadas não fossem ZEIS, elas recebiam atenções do Estado e de ONGs. A mudança para o conjunto Via Mangue III, tirou isso deles. Embora o padrão econômico tenha subido, ainda são pessoas muito carentes de assistências governamentais. Isso gera uma sensação de desprezo, de solidão. Nos depoimentos de Messias e de Rafael percebe-se essa carência:

Pesquisadora: Eu noto que, mesmo você não sendo mais líder comunitário, nem síndico, as pessoas lhe procuram muito.

Messias: Até demais. Me procuram até para coisa nada a ver, como perguntar um endereço de um médico.

Pesquisadora: Tem muita gente aqui que não sabe ler?

Messias: Muita não, mas tem pessoas que não sabem. Até começou um projeto aqui de chamado Escola Brasil, um programa de alfabetização. Era uma ou duas vezes por semana, durante um ano.

Pesquisadora: O que vocês têm hoje de programas governamentais?

Messias: Nada. Esse programa nem era para vir para cá, mas tinha uma pessoa daqui que conhecia uma professora e que conseguiu para ele vir para cá. Na comunidade eu tinha uma biblioteca, que tinha um computador. Cada vez que você vai subindo, vai se afastando a comunidade.

Rafael é mais enfático:

Rafael: Como eu lhe disse, hoje o maior problema da gente aqui é segurança. A Prefeitura jogou a gente aqui e dane-se. Não tá nem aí. A gente tem que procurar com nossos recursos. Messias é que sempre procura os conhecidos, os contatos para não deixar isso aqui tão abandonado.

Os discursos refletem todas as questões apresentadas nos itens anteriores. Os sentimentos evidenciados nas falas são a mola mestra para a saída ou permanência no conjunto, para a satisfação ou decepção com a nova moradia. Se para uns há falta de pertencimento, para outros a mudança trouxe sensação de dignidade, reconhecimento e existência na cidade, na sociedade; essas vêm na forma de um endereço, do fato de ter água encanada e esgotamento sanitário dentro das normas, não conviver mais com os ratos e o lixo jogado no mangue. No caso das insatisfações, elas são refletidas por atitudes como a saída do conjunto e a ampliação da UH térrea.

Em conclusão, o que se pode ver por meio dessas famílias e das observações do cotidiano dos moradores no conjunto é que, embora o seu lugar na cidade tenha mudado, alguns hábitos e anseios permanecem. Hábitos como o uso das áreas públicas para as brincadeiras das crianças, para a conversa dos pais e dos mais idosos, a vizinhança formada por parentes. Hábitos das cidades pequenas que persistem nos vindos do interior, e nos nascidos nas comunidades de baixa renda que polvilham Recife.

No entanto, a ida para o conjunto reforça alguns anseios e os transforma em mudanças, como voltar ou estar em um local onde se é reconhecido. Para quem se conformou ou se acostumou com o conjunto, esses desejos que remetem ao bucolismo da vida de outrora percebidos nas moradias térreas. Nessas, seus moradores reconstroem os jardins das cidades interioranas, nos quais os galões de tinta servem de vasos para as plantas e as ripas de madeira se transformam em singelas cercas.

Sair ou permanecer no conjunto é uma grande dúvida. Pois, apesar de não ser o sonho dourado, não ser a perfeição, nem a reprodução da pequena cidade ou a comunidade de origem, há no local uma sensação de dignidade. Mas é importante destacar que vários aspectos da comunidade e da cidade interiorana permanecem no conjunto: a forma de morar, a moral, a convivência. Esse local é, ainda, uma pequena comunidade dentro da metrópole. Contudo, a venda das UHs por quem não se satisfaz de modo algum com o conjunto traz novos moradores que nada têm a ver com esse mundo. Em um futuro próximo, isso pode fazer com que a permanência desses hábitos tão caros aos realocados desapareça.

Elementos estranhos incomodam, os novos moradores, a intensificação de brigas de gangues de ladrões, o tráfico de drogas. Tiram a paz, os filhos e a moradia. Mas, enquanto a maioria dos moradores forem os realocados, permanece a vontade de continuar no conjunto.

Parece que falta aos técnicos governamentais o entendimento dos significados da moradia e da comunidade. É necessário entender que os moradores dos assentamentos informais têm um sistema de vida diferenciado e que, por exemplo, se unem na necessidade de reivindicar seus direitos e melhorias para o local de sua vivência. Contudo, a moradia permanece como a sua unidade de individualidade, como símbolo da independência. O formato de sua nova moradia: apartamentos – verticalizados – faz com que eles percam esse símbolo e a materialidade de ser independente. O sistema de condomínio é uma união forçada para esses realocados; apenas pelo fato de ser imposto, já possui uma predeterminação à falha. Essas e outras mudanças, aqui apresentadas como negativas ou identificadas como ruídos na vida dos realocados, é que perturbam certa ordem e criam estímulos de ir para outro lugar.

Os entrevistados, em grande parte, declaram que ir para o conjunto foi a melhor coisa que lhes aconteceu. Porém, o tipo de construção, a conformação do conjunto habitacional, o sistema de condomínio, a mistura de comunidades no mesmo espaço, a falta de uma vizinhança que lhes proporcione emprego – tudo isso criou problemas como a violência e a limitação do comércio informal, entre outros citados. Tudo isso decepçiona, e causa a vontade ou a necessidade de sair do conjunto. Assim, o Estado também tem uma parcela de responsabilidade na saída desses moradores. Isso se deve à falta de entendimento do que são e de como se comportam os assentamentos informais, e à falta de percepção de que essas pessoas ainda necessitam da atenção de programas governamentais, tanto de cunho social como econômico – daí esses conjuntos se chamarem de **habitação de interesse social**.

Percebeu-se nas declarações dos entrevistados que o sistema de códigos, de moral e de sobrevivência, advindo das suas comunidades ou das cidades de origem, permanece ainda no conjunto. Esse modo de vida próprio dos moradores dos assentamentos precários na cidade sempre irá existir, seja nos assentamentos precários ou no conjunto habitacional; essa ética parece sobreviver ao tempo, perpassando de geração a geração, fazendo com que o indivíduo possa sobreviver à dureza da cidade. Observou-se também que a rotatividade das moradias, existente no mercado imobiliário informal, continua presente no conjunto habitacional. Todavia, a diferença é que os novos moradores que comprem ou alugam uma UH não possuem necessariamente o mesmo perfil dos que iam para o assentamento. Se nas áreas pobres o mercado é intrafavela, isto é, se compõe de filhos de moradores que ficaram adultos e formaram

novas famílias ou de parentes de moradores que vêm de outros locais e que lá vão morar²³, no conjunto esses novos moradores se compõem de pessoas bem diversificadas, que não têm laços com as comunidades ali relocadas. Isso se soma a outros “ruídos” que corroboram para a saída dos moradores realocados. Esses novos moradores rompem os laços ali ainda existentes. O aumento dessa parcela de moradores substitutos dos relocados pode vir a impelir uma mudança de comportamento de vida e de convivência, diferente da dinâmica do dia-a-dia da área pobre. Enfim, sobre tudo o que foi apresentado, pode-se, dizer que o conjunto habitacional de realocação cumpre apenas parte da representação do lugar mental e físico dos anseios, história e poder dos realocados.

No próximo capítulo será feita uma relação entre a teoria e a pesquisa empírica, trazendo considerações sobre o que foi apreendido nessa pesquisa. Além disso, traz conclusões sobre as políticas públicas de habitação, seus impactos nos realocados e uma contribuição para pensar nos avanços dessas políticas e de novas possibilidades de pesquisa sobre o tema debruçado.

²³ Para saber mais sobre o funcionamento do mercado imobiliário em áreas pobres do Recife, consultar: LACERDA N. L. et al. Mercado imobiliário de aluguel em áreas pobres: Normas de funcionamento e sentidos da informalidade. In: LACERDA, N.; LEAL, S. M. R. (Orgs.). *Novos Padrões de Acumulação Urbana na Produção do Habitat*. Recife: UFPE, 2010; LACERDA N. L., *Mercado imobiliário de aluguel em áreas pobres e a da teoria das Convenções*. Recife: Centro de Estudos da Conservação Integrada, 2011; SILVA, Ariadne. P. *Mercado Imobiliário em áreas pobres do Recife: Um estudo das relações socio-econômicas à luz das teorias sobre o Dom*. Saarbrücken: Novas edições acadêmicas, 2013.

3.3.1 Linha de vida dos entrevistados

Essas linhas foram montadas para o entendimento da vida, percepções e sentimentos do realocado quanto a sua mudança para o conjunto habitacional de interesse social. A história de vida de cada uma traz uma carga de memória, sentimentos, ideias, ideologias e moral, que regem a vida desses entrevistados no momento presente.

Linha de Vida de Messias

Linha de Vida de Rafael

Linha de Vida de Agrício

Linha de Vida de Jessé

Linha de Vida de Irene

3.3.2 Gráficos de laços de Parentesco dos entrevistados

Durante as entrevistas e nas conversas informais, foi possível montar a rede familiar de cada morador selecionado para a pesquisa. Pois, por meio delas, foi constatada a existência de redes de solidariedade e de sobrevivência muito fortes no conjunto Via Mangue III. Ao classificar as proximidades, Abramo (2003) relata que estar próximo dos parentes é importante para os que moram nos assentamentos precários; e assim como nos assentamentos, no conjunto habitacional não é diferente. Os gráficos apresentados a seguir auxiliam para observar a importância dessa proximidade, e entender algumas peculiaridades do conjunto habitacional de interesse social, como no discurso de cada morador sobre suas percepções para a realocação para o conjunto.

Gráfico dos Laços de Parentesco

no Conjunto Habitacional

Messias e família

**Gráfico dos Laços de Parentesco
no Conjunto Habitacional
Seu Agrício e família**

4. Considerações finais

A leitura de Oscar Lewis desencadeou o raciocínio que liga a pesquisa empírica à teoria. A análise comparativa e relacional entre a pesquisa de campo e a teoria, fundamenta a explicação para as mudanças e as permanências dos realocados no conjunto de habitação de interesse social construído para abrigar as comunidades da *Xuxa* e *Deus nos acuda* removidas para a construção da Via Mangue.

O conceito de *cultura da pobreza*, apresentado por Lewis, ao estudar os migrantes dos anos de 1950 para a Cidade do México parece ainda ser adequado para a análise dos modos de vida dos pobres nas metrópoles na atualidade.

Outras abordagens que trataram do fenômeno das mudanças nas vidas de migrantes pobres, em busca de melhores condições de sobrevivência nas cidades em décadas posteriores, também são relevantes para construir uma perspectiva crítica sobre as políticas habitacionais, mais ainda as que envolvem processos de remoção e de realocação. Aqui, retomei os trabalhos de Lícia Valladares, que tratou disso no Brasil da década de 1970, e os estudos de Pedro Abramo sobre o mercado imobiliário em favelas nos anos 2000. Eles apresentam, como fora visto, como as *proximidades* influenciam na vida dos pobres nas grandes cidades, e como as lógicas de mercado imobiliário, também se reproduzem nessas áreas. Esses trabalhos, sobre universos distintos, acabam por apresentar tanto semelhanças, quanto novas perspectivas sobre as relações entre a habitação e a pobreza urbana.

A *cultura da pobreza*, definida por Lewis, foi importante para definir o cenário dos países em desenvolvimento naquele período. E vários de seus elementos continuam sendo, principalmente, em momentos de crise econômica mundial, como a que vimos experimentando desde 2008, a qual fez com que ressurgissem inclusive nos países ditos desenvolvidos assentamentos precários, como é o caso dos Estados Unidos, que sofre com o aumento de pessoas vivendo nas ruas desde a crise do *subprime*²⁴. Dessa forma, vê-se a atualidade do conceito de *cultura da pobreza*, o modo de solidariedade que resulta da escassez, e que se reproduz como parte inerente das dinâmicas da produção capitalista das cidades.

²⁴ A crise financeira geral partiu da crise dos subprimes, ou, mais precisamente, de hipotecas oferecidas a clientes de qualidade de crédito inferior que eram depois agrupadas em títulos complexos e opacos, cujo risco associado era de avaliação difícil, senão impossível, para os compradores. Tratava-se de um desequilíbrio em um minúsculo setor que, em tese, não deveria ter causado tamanha crise, mas o fez porque nos anos anteriores o sistema financeiro internacional fora tão intimamente integrado em um esquema de operações financeiras securitizadas que era essencialmente frágil, principalmente porque as inovações e a especulação financeiras tornaram o sistema financeiro como um todo altamente arriscado. (BRESSER-PEREIRA, L. C., 2010, p.53).

Ao se estudar a situação dos realocados de *Xuxa* e *Deus nos acuda*, vê-se elementos culturais próprios da população de baixa renda urbana, tão rica e tão complexa. Existe nesse universo um sistema arraigado de códigos, moral, costumes, que fazem o modo de vida dessas pessoas peculiar e semelhante aos relatos de Lewis sobre as cinco famílias migrantes no México da década de 1950. Esse sistema influencia não só suas vidas, mas também o (in)sucesso de políticas públicas voltadas para esses estratos da população, como a aqui estudada: a política habitacional.

Lewis definiu que para o entendimento dos pobres deve-se viver com ele, aprender sua língua, costumes e identificar seus problemas e aspirações. E há de se concordar com esse estudioso, pois essa falta de entendimento de seus modos de vida na elaboração das políticas públicas cria conflitos para quem é realocado para um conjunto habitacional, como visto anteriormente. Não significa o surgimento apenas de problemas de ordem familiar ou pessoal, mas acarreta uma série de prejuízos ao poder público na medida em que os problemas reincidem.

Ao comparar os costumes das cinco famílias observadas por Lewis, com a realidade atual percebe-se que os cenários sociais dos *pueblos* são muito semelhantes às cidades interioranas e por sua vez semelhantes aos assentamentos precários urbanos. Três dos entrevistados do conjunto Via Mangue III que migraram de pequenas cidades para a capital, ainda carregam atos, crenças e fortes ligações com a terra natal após décadas de vida na metrópole. Isso também é refletido no espaço físico do conjunto pelas adaptações que os moradores fazem nos apartamentos térreos. Percebe-se nisso uma cultura remanescente que busca construir relação com aspectos de seus lugares de origem, compondo uma referência que lhes permita sobreviver na metrópole dos arranha-céus.

Da mesma forma que a vida difícil levou as famílias de Lewis dos *pueblos* para a cidade do México, os meus entrevistados Dona Irene, Dona Neves e Seu Agrício, que respectivamente, vieram das cidades de Gravatá, Limoeiro e Orobó, contam que a falta de oportunidades econômicas na cidade natal foi o que os levou a migrar para o Recife.

No Brasil da atualidade, a falta de políticas de desenvolvimento econômico e social, a desigualdade na distribuição da terra, a permanência do latifúndio e mais recentemente o avanço do agronegócio, expulsam os moradores do campo e das cidades pequenas para as cidades. Dona Neves e Seu Agrício, vivenciaram períodos graves de secas no Nordeste; além da segunda

industrialização brasileira, repelindo os habitantes das cidades interioranas nas quais a miséria e a fome se intensificaram. A família de Seu Agrício é um exemplo, pois no conjunto estão cerca de nove núcleos familiares com algum parentesco seu – todos vindos de Orobó (ver item 3.3.2 do capítulo 3).

A vida da família Gómez retratada por Lewis, que morava em uma espécie de conjunto habitacional na cidade do México, possui elementos que se aproximam da vida dos moradores do conjunto Via Mangue III. Sendo às vezes impressionante a similaridade, mesmo passados quase 70 anos da pesquisa de Lewis para a aqui apresentada. Na *vecindad Casa Grande* dos anos 1950, na cidade do México, onde vivia a família Gómez, percebe-se o comércio informal dentro do conjunto, a limitação deles por muros altos, a relação turbulenta com o entorno violento, a criação de animais domésticos muito além de gatos e cachorros, o local do encontro e dos jogos. Viu-se isso nos conjuntos habitacionais da Via Mangue, no Recife dos anos de 2010, um tipo de arranjo semelhante àquele.

A *vecindad* de Casa Grande, pela descrição de Lewis, aparece como um mundo em si mesmo. Os assentamentos precários e os conjuntos habitacionais aqui estudados se comportam da mesma forma, contam com um comércio próprio que supre necessidades locais, não só pela proximidade, mas pelas conveniências permitidas pelas relações de confiança (LACERDA, 2011). Essas permitem deixar o pagamento para a data do recebimento do salário, ou quando tiverem dinheiro de trabalhos eventuais, por exemplo. Os assentamentos de baixa renda em Recife, se comportam à semelhança das *venicidades*, o que foi verificado nas produções do GEMFI/MDU/UFPE entre 2007 e 2011.

Depois da mudança para o conjunto habitacional os moradores realocados tenderam a continuar com os mesmos costumes. Contudo, a forma de concepção do conjunto, por vezes impede algumas dessas atividades, como a criação de animais para consumo, hábito comum aos moradores que vieram do interior para os assentamentos precários urbanos; ou como o comércio informal, que se restringiu, ficando mais difícil de sobreviver dele. No caso da *Xuxa* e *Deus nos acuda*, uma sucessão de assentamentos de baixa renda compunha a área, o que ampliava o raio de abrangência do comércio, sem falar na vizinhança rica que também se utilizava dele.

No que se refere aos hábitos de lazer há também semelhanças entre as *vecindades* e os assentamentos de baixa renda no Recife, e, por conseguinte, nos conjuntos habitacionais

destinados a essa população, e que se nota mais evidente em conjuntos destinados à realocação. Hábitos como sentar nas calçadas para conversar com os vizinhos no fim da tarde, crianças brincando nas áreas comuns, são costumes que antes aconteciam nas ruas de comunidades de assentamento precário e que continuam a fazer parte do cotidiano dessas pessoas. Silva (2013) comenta sobre esses hábitos:

A simplicidade da vida em Brasília Teimosa e Mustardinha – onde todos praticamente se conhecem, onde é comum o bom-dia, e o se sentar na calçada – faz com que apareçam e sejam alimentadas relações de amizade, de confiança e de lealdade. (SILVA, 2013, p.106-107)

No entanto, algumas práticas não são mais possíveis, como, por exemplo, ter os serviços de água e energia gratuitos por meio das "gambiaras" ilegais feitas nas redes das concessionárias. No conjunto, por outro lado, não há mais esgoto sendo depositado no mangue ou correndo pela rua. Não há mais riscos de idosos e crianças caírem das passarelas improvisadas para passagem sobre o mangue. Desse ponto de vista, é inegável a melhoria de condições de habitabilidade, muito embora ainda longe de padrões ambientais observados em bairros de classe média e alta.

É natural também que os que já tinham uma casa de alvenaria, e/ou um comércio estabelecido, sintam-se prejudicados pela mudança para o conjunto. Mas o sentimento de ligação parece ser uma permanência entre a *vecindad* da Casa Grande e entre os moradores do conjunto Via Mangue III. Neles constrói-se laços pelo parentesco, pela vizinhança ou pelo compadrio. Essa maneira de viver é típica de assentamentos pobres e constatada nas pesquisas em Brasília Teimosa e em Mustardinha feita pelo GEMFI. Exemplo disso, foi um morador da Mustardinha, que declarou que apesar da aposentadoria que ele ganhava e as casas alugadas que ele tinha na ZEIS, poderia morar em um bairro de classe média, mas preferia morar na Mustardinha por esses laços. Ela explicou:

(...) lugar de classe média é muito ruim, o povo é muito esquisito, fica todo mundo dentro de casa não se vê o vizinho, aqui, a gente pode conversar, no fim de semana beber com os amigos, minha casa é simples, mas é toda arrumada. (...). (SILVA, 2012, p.103)

Essas relações entre os moradores, e entre eles e o lugar, geram práticas de sociabilidade e sobrevivência, como por exemplo: tomar conta do filho de um vizinho para ele poder ir trabalhar, ir morar na casa de um parente para obter renda alugando sua moradia, regatear ou

trocar o valor de algo por serviços. Práticas comuns nas comunidades de baixa renda que permanecem no conjunto Via Mangue III, mesmo depois de quase uma década da realocação.

Outro ponto importante é a relação de dependência dos moradores com a cidade dita “formal”, seja pelo emprego formal seja pelo trabalho informal. Os realocados que dependiam do trabalho informal foram os primeiros a sair do conjunto, pois sua relação com o entorno rico, que demandava seus serviços, foi quebrada. Mesmo quando essas oportunidades de trabalho se mantêm, elas transferem o ônus do deslocamento entre o conjunto e o trabalho, para o morador realocado.

Ao ver que os traços do que Lewis denominou como *cultura da pobreza* permanecem até hoje nas camadas da população de baixa renda, deve-se entender o porquê. Esse processo se dá não só como meio de preservar uma cultura e uma ancestralidade, mas é um modo de sobreviver a um mundo que não os incluiu totalmente. Em meio às elevadas taxas de falta de serviços básicos, da precariedade dos serviços de saúde, de educação, além da falta de empregos formais, os desprovidos têm que criar suas estratégias para conseguir sobreviver. É assim que as regras ditas formais, dão lugar aos costumes. Gera-se um paradoxo: por um lado vive-se num mundo à parte, em que são definidas outras regras e normas; por outro lado, essas outras regras comunitárias são definidas para que essas pessoas possam sobreviver no mundo formal da economia de mercado, e da regulação imposta pelo Estado. Esse mundo à parte pode ser entendido como uma dádiva, nos termos de Mauss, pois nele tudo gira para a promoção da vida desse estrato socioeconômico, e na lógica de suas relações mais próximas.

Hassan Zaoual (2006) diz que o lugar dos mais pobres é geralmente um sítio à parte dentro do tecido urbano, que se molda e se regenera diante das dificuldades apresentadas para a sobrevivência das comunidades tradicionais. Pedro Abramo (2003) também menciona em seus estudos que para poder sobreviver na cidade e driblar a formalidade social, cultural e econômica, se faz necessário formar uma espécie de cultura *de sítio*, na qual a economia, a cultura, e as relações sociais funcionam de uma maneira ajustada à sobrevivência desses moradores. Assim, se transforma o lugar dos pobres sobre esses sistemas de ressignificação da própria pobreza, em certo sentido, recuperando o que foi apresentado por Mauss sobre as tribos polinésias com o conceito de *dádiva*.

Ao estudar as tribos da Polinésia, Mauss observou um interessante fenômeno socioeconômico, entendendo que as partes de suas vidas estavam interligadas. A vida

econômica, social, política, cultural, fazia parte da *dádiva*. Esse processo criaria um ciclo pelo qual se mantinha a paz e a solidariedade entre os moradores.

Esse sistema de *dar-receber-retribuir* era ligado por algo imaterial, denominado de *mana*. A leitura de Mauss sobre a forma de vida das tribos da Polinésia observadas no início do século XX, também se aproxima da descrição da vida das cinco famílias mexicanas observadas por Oscar Lewis, embora haja entre os casos distâncias geográficas e temporal significativas.

Após descrever os modos de vida dos relocados do Via Mangue III, percebe-se que após tanto tempo dos estudos de Mauss e dos estudos de Lewis, não só a prática do sítio, mas também o fato social total em que as famílias se entrelaçam, os vizinhos servem de apoio um ao outro, a religião, a cultura, o comércio, estão intrinsicamente ligados por algo que vai além de uma dimensão material na vida dessas pessoas.

A intrínseca solidariedade está entre eles, ora com objetivo de uma convivência pacífica ora com objetivo de sobreviver na metrópole, criando um sistema específico de sociabilidade, ainda hoje forte nas camadas urbanas mais pobres.

Pedro Abramo denominou esses atos de *proximidades* (2003) e as aponta como sendo de grande relevância na totalidade da vida do morador do assentamento de baixa renda. As *proximidades* poderiam ser entendidas como os *dons* ou *dádivas* vistas por Mauss no início do século XX, que permanecem na sociedade moderna de maneira adaptada.

Essas *proximidades* se referem ao relacionamento com a vizinhança, e com a família. Tudo isso cria uma rede de relações e de vigilância social que estabelece modos ou regras de conduta dentro do assentamento, o que pelas teorias de Mauss seria uma relação de *dar-receber-retribuir*. As redes de relações fazem até com que os contratos de locação sejam verbais e o valor do aluguel regateado, ou trocado em parte, por favores ou trabalhos. (SILVA, 2012).

A realocação não significa a interrupção total desse sistema, que pode ser observado no conjunto habitacional aqui estudado. Contudo, a mescla de moradores não relacionados às comunidades de baixa renda, vai lentamente substituindo esse modo de vida. Dessa forma, muitos moradores do conjunto, ao ter sua solidariedade social desfeita na nova moradia, optam por sair do conjunto para morar em uma nova comunidade, na qual espera reestabelecer essa solidariedade ou sistema de *dádivas*.

Esse sistema é tão arraigado que inclusive pode-se observá-lo nos mercados imobiliários em áreas pobres. Silva (2013) reitera esses sistemas de vida quando trata do mercado imobiliário de aluguel em áreas pobres no Recife:

Os pretensos inquilinos buscam acesso rápido ao emprego, possibilidade de parentes auxiliarem no seu dia a dia e inserção numa rede de solidariedade, tão peculiar nos assentamentos pobres.

(...) locadores, detêm praticamente o mesmo perfil socioeconômico dos inquilinos [não só eles, mas toda comunidade do assentamento], o que possibilita a ambos um entendimento maior. Ademais, muitos já passaram ou passam pelas mesmas necessidades de seus inquilinos. Isso impulsiona a presença das dídivas na hora do contrato (quando o preço é estabelecido) e no caso de atrasos do pagamento das mensalidades, por parte dos inquilinos. Elas estão presentes até mesmo na forma de adiantamento da parcela mensal do aluguel. Isso ocorre porque a grande maioria dos agentes viveram ou vivem praticamente a mesma experiência de vida, convivem no mesmo espaço, frequentam o mesmo local de compra, recebem a mesma assistência em saúde e os seus filhos frequentam as mesmas escolas. Dessa maneira, as comunidades pobres se conformam como organismos independentes e, ao mesmo tempo, dependentes da cidade formal. Independentemente porque a vida social é, em grande parte, vivida na comunidade. Dependentes, porque certos aspectos, como o trabalho, muitas vezes se realizam fora da comunidade. (SILVA, 2013, p.109)

Nesse sentido, poder dispor de uma casa, vendê-la ou alugá-la seja no assentamento informal, seja no conjunto habitacional, sem passar pela burocracia do Estado, pode ser entendido como uma *dádiva*. Na ausência do Estado, ou de regulamentação, os moradores se transferem com mais facilidade, e podem aferir ganhos no aluguel de sua unidade habitacional, sendo essa uma outra *dádiva*. O contrato (CDRU – vide anexo) "prende" o morador do conjunto a uma série de condicionantes e impede as transações das UHs, nas quais a venda pode ser feita somente por meio do órgão responsável pelo conjunto, o que é moroso e burocrático. Já o aluguel é expressamente proibido e punido com a perda da UH. Assim, a UH no conjunto, pode representar uma segurança, mas ao mesmo tempo é uma estratégia de sobrevivência a menos para essas pessoas.

Em todos esses casos, as formas de ação do Estado são insuficientes. Geralmente a presença do Estado é representada pela obrigação, pela regra, pelo documento de posse que dificulta o deslocamento dos moradores, ou ainda como poder de coerção que se legitima pelo combate ao crime. A ausência, no entanto, é sentida na falta de proteção social, nos serviços e equipamentos públicos que são caros e insuficientes. Esses são dois aspectos que representam o descontentamento dessas populações com o Estado, que é visto apenas como mantenedor das condições desfavoráveis de reprodução e trabalho.

A ausência do Estado no conjunto habitacional, por vezes é observada de forma mais aguda, já que não há, no contexto formal, a continuidade dos mesmos programas de proteção social, muito mais presentes nas comunidades informais. Por paradoxal que possa parecer, essa distinção faz com que adolescentes e crianças de conjuntos habitacionais estejam mais vulneráveis ao mundo do crime, por conta da falta de ações sociais e educativas.

Ao comparar os moradores realocados da *Rocinha* para a *Cidade de Deus*, no livro de Lícia Valladares, ao realocados da *Xuxa* e *Deus nos acuda*, percebe-se mudanças no que se refere às políticas habitacionais dos anos de 1970 e dos anos 2010. A política habitacional da época do trabalho de Valladares, ainda partia de uma visão higienista, em que a pobreza era sinônimo de feiura, sujeira ou qualquer anomalia. Já a política habitacional em vigor na relocação da *Xuxa* e de *Deus nos acuda*, tem como dado a permanência dos moradores junto ao local de origem. Contudo, nos dois casos a saída dos moradores do conjunto habitacional deu-se de maneira significativa, e os motivos se assemelham no que refere à questões como o trabalho para a sobrevivência e a fuga da violência.

Por outro lado, a realocação é um desejo comum de grande parte da população em ambos os casos, pois significa melhores condições de habitação. As condições de renda, e a lógica de mercado que marca a produção da cidade, também impelem os moradores a se candidatarem aos processos de realocação. Se na *Rocinha* as pessoas declaravam ter uma renda maior do que tinham para serem contemplados, na Via Mangue vários barracos foram construídos às pressas para poder participar do cadastramento de realocação. Muitas dessas pessoas eram moradores do local, mas pagavam aluguel de uma moradia precária ou coabitavam com familiares; como Rafael. E ainda há o caso daqueles que viram mesmo uma oportunidade de aumentar seu patrimônio, como Seu Agrício. Tanto para os que fizeram uso de um estratagema, quanto os que usaram do oportunismo, o fato de serem realocados para o conjunto habitacional foi um excelente negócio, o que revela que a ação do Estado continua a reproduzir a lógica de mercado, que por sua vez, vai reproduzir novas situações de precariedade.

Mas na realocação para a construção da Via Mangue, ocorrida dentro do bairro de Boa Viagem, observou-se que vários moradores do Via Mangue III que viviam do comércio informal na praia de Boa Viagem tiveram uma mudança para melhor; e também aqueles que já tinham um emprego formal, como Messias e Jessé. Para os que tinham uma relação de sobrevivência a partir dos serviços prestados para os moradores ricos do entorno ou passantes da comunidade, a vida ficou mais difícil.

Mesmo que o conjunto esteja situado perto de uma estação de metrô, de um terminal integrado de ônibus, de uma UPA (Unidade de Pronto Atendimento) e do maior *shopping* da cidade, no entorno imediato do novo local há pouca vizinhança e pouquíssimos transeuntes. Então, para os que viviam desses serviços, a perda de sua renda foi compulsória.

Abramo descreve a mobilidade do pobre na cidade do Rio de Janeiro, no seu texto *cidade COM-fusa* (2008), que dependendo da necessidade, os moradores de baixa renda ora vão morar no centro ora vão para a periferia da cidade, o mesmo que se vê no caso do Recife. A necessidade é a ordem da mudança de moradia. Se para o carioca de baixa renda, morar no centro ou perto dos bairros ricos é uma forma de se obter mais facilmente um emprego, e consequentemente a sobrevivência, no caso de alguns realocados do conjunto Via Mangue III, a alternativa foi ir embora e buscar reproduzir essa relação de proximidade com as oportunidades de geração de renda. E essa evasão aconteceu exatamente nos moldes da *Cidade COM-fusa* de Abramo: os que saíram tanto procuraram locais mais afastados de Boa Viagem para poder arcar com valores de uma casa, quanto retornaram a assentamentos precários próximos aos seus locais de origem, buscando retomar atividades de geração de renda.

Ainda sobre a questão de mobilidade habitacional, observou-se que ela acontece também internamente no conjunto. Moradores trocam suas moradias por outras dentro do próprio conjunto, para buscar a proximidade com parentes ou para se afastarem de vizinhos que lhes causam complicação no dia a dia, uma prática que também já havia sido observada por Lícia Valladares no caso de Cidade de Deus. Portanto, a evasão do conjunto habitacional não se trata sempre de uma recusa definitiva ao modo de vida ali existente, mas é impulsionada por um sistema de sobrevivência que já acontecia na favela. Ou seja, os trabalhos que são importantes referências para esta tese como os de Abramo (2003; 2009), e o de minha própria dissertação de mestrado (Silva, 2013), indicam que os trabalhadores pobres procuram relacionar a moradia às alternativas de geração de renda, e que as dificuldades econômicas geram a dependência de uma rede de solidariedade ao mesmo tempo em reproduzem culturas em processos de longa duração, que marcam a vida dos migrantes nas cidades.

O que está registrado no caderno de campo desta pesquisa, as declarações dos moradores, as suas relações interpessoais, as relações de sobrevivência, de troca, das redes sociais, pode-se chamar de um imbricado de *cultura da pobreza*, de *dádiva* e de *proximidade* que permaneceram quando os relocados das comunidades *Xuxa* e *Deus nos Acuda* foram para o conjunto. A perda maior, segundo os relatos, foi a relação da comunidade

com a vizinhança rica que gerava mais oportunidades de trabalhos precários - serviços e comércio informais, “bicos”, faxinas etc. Dessa maneira, os muros do conjunto não os protegem, apenas os privam da cidade formal.

Apesar de as políticas habitacionais nacionais terem sofrido transformação ao longo das últimas décadas, sendo um de seus propósitos o de garantir as condições de sobrevivência dos realocados para conjuntos habitacionais nos casos de reurbanização ou remoção de favelas, outros aspectos estão ainda negligenciados. Pode-se dizer que a realocação dos moradores para unidades habitacionais standardizadas, cria anomia, esses moradores muitas vezes, perdem a referência e a posição social que ocupavam no local de origem.

As políticas habitacionais ainda representam o poder estatal, que se sobrepõe ao desejo desses realocados, os invisibiliza no ambiente urbano, ou os marginaliza em sua condição de pobreza. Ainda a ação policial de cunho punitivista, apresenta o Estado como um ente opressor, que toma a comunidade como lugar do crime organizado, sem distinguir seus membros. Trabalhadores pobres são oprimidos duplamente: pelo crime e pelo Estado por meio da ação policial.

As operações urbanísticas, que carregam consigo a remoção da favela, favorecem a incorporação imobiliária e reproduzem as lógicas de mercado, impelindo os realocados também para essa lógica. Vê-se, portanto, a tendência do Estado agir de acordo com os interesses do capital imobiliário.

Messias, contou que muitas casas próximas às comunidades já haviam sido vendidas às construtoras, que ficaram apenas aguardando a realocação dos moradores para começarem as construções de edificações residenciais e comerciais no local. Isso, fez com que nem se cogitasse a construção do conjunto habitacional no mesmo local das comunidades, o que seria possível dado ao tamanho da área do terreno em que estavam assentadas.

A ação do Estado gera assim uma situação paradoxal. As UHs ofereceram mais dignidade ao morar do que as palafitas e as casas precárias de alvenaria na comunidade da *Xuxa* ou de *Deus nos acuda*, retirando-os do caos, da lama, fazendo uso das palavras do cantor Chico Science. Porém, tirou a dignidade da sobrevivência quando os realocou para o conjunto, lhes privando de interagir com o bairro que produziram ao longo de décadas, e interrompendo as lógicas próprias da favela e de seus habitantes, com sua ocupação original, orgânica e definida pela necessidade. Ali existia certa simbiose com o resto da cidade, e a mudança para o conjunto

oficializa, embora tenha havido avanços a política habitacional, a ocultação da pobreza. Nesse processo, fica evidente que a CDRU é um instrumento descolado do processo de produção capitalista da cidade, que para proteger o investimento público, acaba por penalizar exclusivamente a população assistida por uma política habitacional que se restringe à oferta de moradia. É um instrumento que se revela insuficiente por não ser integrado a um sistema mais abrangente de proteção social e de políticas públicas que gerem oportunidades de desenvolvimento econômico.

A essa problemática deve-se somar o fato de que o Estado verifica o sucesso das suas políticas habitacionais apenas por meio da permanência do morador no conjunto. Esse indicador não conjuga outros que se deve levar em conta e que são mais importantes no sucesso dessa política: qualidade ambiental, respostas positivas tanto econômica quanto social em suas vidas. Esses são os reais indicadores de que a vida dos realocados mudou para melhor e que também aumentaria o vínculo dos moradores com o conjunto, aumentando seu tempo de permanência na nova moradia.

Para essa reflexão, ainda é importante lembrar que a mobilidade é um direito, cujo cerceamento gera outro paradoxo. Pois, a ideia prevalecente nas políticas habitacionais públicas, é que o realocado deve permanecer no conjunto habitacional. Esse imposto pelo documento de concessão dado ao morador. O que deve definir a permanência ou não das famílias no local de moradia é um conjunto de fatores tanto físicos como emocionais, considerando que a população que demanda Habitações de Interesse Social é a parte mais vulnerável da sociedade, e que necessita de políticas públicas mais articuladas.

Em conclusão, a pesquisa apresentada se propôs a entender o fenômeno das mudanças nas vidas dos relocados dos assentamentos precários para os conjuntos habitacionais de interesse social. Nas políticas habitacionais atuais do país nas cidades brasileiras, tais como Recife, esses conjuntos têm sido construídos próximos aos assentamentos de origem – como, por exemplo, os mais recentes conjuntos de realocação feitos na cidade de São Paulo, nas favelas de Paraísoópolis e Heliópolis, situados no próprio terreno da favela.

Essa pesquisa traz uma contribuição ao apresentar de forma mais aproximada quem são e como se comportam os realocados antes e depois da transferência para o conjunto, buscando compreender as mudanças na vida dessas pessoas. Pois, como relata Maricato (2009) há uma grande carência de produção teórica sobre a habitação no Brasil, sendo as produções de

pesquisas “dominadas principalmente pelas abordagens do consumo – *déficit*, carência, má qualidade, tipologia, formas de ocupação do domicílio e do espaço – e da política habitacional praticada pelo Estado”.

Partindo de um elemento empírico, essa tese contribui com reflexões teóricas sobre a produção da habitação social, ao trazer à tona o modo de vida da população alvo das realocações, e como a vida deles se transforma ou sofre consequências tanto positivas como negativas. Percebendo-se os significados, interpretações da vida e de seu *modus vivendi* desses moradores da cidade. Isso foi possível pelo meu conhecimento anterior de como se dava a vida dos habitantes das favelas em Recife, obtido por meio de quase uma década de pesquisas no Grupo de Estudos do Mercado Imobiliário e Fundiário (GEMFI/MDU-UFPE).

Pelo GEMFI, foram gerados produtos como o livro *Mercado Imobiliário em áreas pobres do Recife: um estudo das relações socioeconômicas à luz das teorias sobre o Dom* (2013) e o *Mercado imobiliário de aluguel em áreas pobres e a da teoria das Convenções* (2011), que relacionaram o mercado imobiliário em áreas de baixa renda ao modo de vida dos moradores que ali vivem. Assim, com esse entendimento da vida anterior à relocação, ficou mais fácil observar e constatar as mudanças e permanências dos modos de vida nos conjuntos habitacionais de interesse social pós realocação.

Além dessa contribuição, essa pesquisa também trouxe em seu decorrer alguns questionamentos, que se configuram como sugestões para novas pesquisas. Destaca-se, sobretudo, a questão da propriedade da unidade habitacional. Os realocados saem dos assentamentos precários, mas não da condição de pobreza – que pode agudizar ainda mais com a falta de continuidade das políticas de proteção social.

O Via Mangue III é um caso peculiar, no qual se fez certa recomposição dos sistemas sociais que são parte da vida dos pobres urbanos. A saída do conjunto e o retorno para a favela, onde podem sobreviver e contar com o apoio da comunidade, é sempre a opção mais prevalente em outros conjuntos. No Via Mangue III, embora, ainda ocorra essa saída, ela difere do que ocorre em outros conjuntos habitacionais. Na pesquisa *Mercado imobiliário residencial em Paraisópolis: o que mudou nos últimos dez anos?* coordenada pelo professor João Meyer e financiada pelo *Lincoln Institute of Land Policy*, da qual participei no período do doutorado, foi possível perscrutar esses acontecimentos nos conjuntos habitacionais de Paraisópolis-SP.

Observou-se que os realocados estavam sendo substituídos por moradores com uma renda próxima à da classe média e com hábitos semelhantes, mesmo que esses moradores substitutos fossem provenientes até da própria Paraísoópolis. Isso fez com que a rede de solidariedade e a cultura que é própria dos mais pobres fosse se enfraquecendo, dando lugar à individualidade – própria das classes com maior poder aquisitivo²⁵. Observa-se com isso, que cada conjunto habitacional se compõe como um fato social isolado, ora com semelhanças, ora com discrepâncias em seus resultados. Essas diferenças e semelhanças podem ser objeto de novas, profundas e extensas pesquisas.

Houve muitas transformações ocorridas nas políticas habitacionais brasileiras, desde suas origens, nos anos 1930, até o começo do século XXI. Essas, teoricamente, tiveram o intuito de melhorar a vida do pobre urbano. Contudo, ainda hoje se reproduz a segregação dos pobres na cidade. O modelo de condomínio, a verticalidade e a standardização da moradia muitas vezes não condizem com a realidade, nem com os anseios desses realocados. Ao menos no discurso, as políticas habitacionais atuais já não são as mesmas das décadas de 1970 e 1980, que se pautavam pelo afastamento deliberado dos pobres para locais distantes e sem estrutura. Justificava-se essa ação com objetivo de urbanizar o local ainda predominantemente vazio das cidades, e pela “mão invisível” da atração econômica e imobiliária – como relatou Valladares. Verificou-se também, que essas políticas de realocação motivaram a esperança aos futuros moradores da *Cidade de Deus*, de melhorias em suas vidas com a mudança para o conjunto. Entusiasmo que também tomou os moradores da *Xuxa* e de *Deus nos acuda*.

No caso específico do conjunto aqui estudado, embora esteja bem próximo do local de moradia anterior, o terreno da nova moradia está em uma área de características sociais e econômicas completamente diferentes. O local anterior de moradia era a ampliação, pode-se assim dizer, da ZEIS *Ilha do Destino*, pois na comunidade da *Xuxa* e de *Deus nos acuda* era

²⁵ Para mais resultados dessa pesquisa, pode-se consultar os seguintes produtos: MEYER, J.; HADDAD, E.; ZUQUIM, M. L.; AMORE, C. S.; BARBON, A. L.; SILVA, A. P.; TANAKA, R. M. H.; SANTOS, G. M. *Residential Real Estate Market in Paraísoópolis: What Has Changed in the Past Decade?* In: Seminario de Investigación sobre Políticas de Suelo y Desarrollo Urbano em América Latina, 2016, Cidade do México; MEYER, J.; HADDAD, E.; TANAKA, R. M. H.; SILVA, A. P.; BARON, A.; SANTOS, G. M. *Mercado imobiliário residencial em Paraísoópolis: o que mudou nos últimos dez anos?* In: II Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas: Anais do II UrbFavelas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016. v.4; SILVA, A. P. *Casa própria para quê? Um estudo dos condicionantes sociológicos das transações imobiliárias em Conjuntos Habitacionais de Interesse Social*. In: XXXI Congresso ALAS 2017, Montevideo; MEYER, J.; HADDAD, E.; ZUQUIM, M. L.; AMORE, C. S.; BARBON, A. L.; SILVA, A. P.; TANAKA, R. M. H.; SANTOS, G. M. *Mercado imobiliário na favela de Paraísoópolis: aproximando-se ao mercado formal*. In: III Prêmio Lares Abecip Secovi-SP: soluções para o mercado e crédito imobiliário. 1 ed. São Paulo: Abecip; Lares; Secovi, 2018, p. 1-286.

formada por filhos, netos ou ex-moradores da *Ilha do Destino*, e assim a solidariedade se fazia. Essa solidariedade não se constituía apenas entre os moradores de cada assentamento, mas também permeando todos eles.

A vizinhança rica reproduzia relações de favor, que se evidenciam na fala de Messias, quando relembra o “apoio” dos patrões da sua mãe para a construção da sua casa, e quando menciona as relações de afeto de seus ex-patrões com sua mãe quando vem à Recife, pois ela agora mora em São Paulo.

O local do conjunto está limitado pela Avenida Dom João IV, que cria um “fosso” (essa seria a melhor metáfora), já que entre as duas faixas passa um canal de braço de mangue que separa o conjunto e o bairro de Boa Viagem. Bairro que era sua moradia, o seu encontro com o mundo, ao qual pertenciam. Essas pessoas que nasceram, cresceram em Boa Viagem foram extirpadas do lugar que ajudaram a construir. As favelas existentes próximas ao conjunto: *Entra a Pulso*, em Boa Viagem, e *Coronel Fabriciano*, na Imbiribeira, sem as mesmas identidades e laços sociais, não reconhecem o conjunto Via Mangue III, tornando-o rota de fuga, esconderijo e local de aliciamento do crime organizado. Isso promove até situações de “estados de sítio”, e “toques de recolher” decretados por organizações criminosas no conjunto, deixando os moradores inseguros em suas próprias casas – o que não acontecia no local de moradia anterior, devido às “proximidades” ali estabelecidas.

Mas, como busquei demonstrar, a mudança para o conjunto também teve contribuições positivas, como ter um endereço oficial que levou ao crédito, pelo qual os moradores puderam adquirir eletrodomésticos, eletroeletrônicos e até automóveis. Contudo, o que foi positivo, também trouxe consequências negativas para a vida financeira do realocado, tais como a vinda das tarifas dos serviços públicos. Para esses problemas, faz-se necessário que o Estado aprimore as políticas públicas de habitação de maneira mais integrada com políticas de geração de emprego e renda, que torne possível a sustentabilidade econômica dos realocados com as despesas referentes aos serviços públicos, por exemplo. O caso estudado evidencia a necessidade de pensar a política de habitação como um todo, para além do *déficit* habitacional.

É válido observar que todos os entrevistados, à exceção da moradia de seu Agrício, um dia moraram em palafitas e/ou barracos de madeira. As histórias das construções das moradias se mesclam à história da vida de cada um e com a história da comunidade. É nesse entremeado de histórias que surge a identidade da pobreza, ou, como mencionado por Lewis (1961), surge

a *cultura da pobreza*, tão arraigada e tão rica em códigos. E onde quer eles estejam sua cultura se reproduz em muitos aspectos, baseada sobretudo na solidariedade. Sob esse ângulo, pode-se inferir que as formas mais igualitárias de ocupação urbana para essa população são aquelas espontâneas, geradas pelas demandas do uso cotidiano, em que a interação com o resto da cidade se faz por um tênue e momentâneo equilíbrio.

As políticas urbanas entendem a pobreza ainda como precariedade e uma “mancha” na paisagem. A pobreza causa impacto negativo à *cidade mercadoria* da imponente de edifícios residenciais de alta renda, dos edifícios comerciais envidraçados, das praças, das ruas e dos *shoppings*. Assim a administração pública toma como solução, ainda recorrente, invisibilizar a pobreza urbana.

Aqui pensou-se os avanços e limites da política habitacional com o objetivo de criar mecanismos para preservar não só a localização dos pobres em seus locais de origem, mas principalmente o seu modo de vida, que merece um olhar mais cuidadoso por parte do Estado na hora da formulação de suas políticas públicas. É necessário que a realocação esteja relacionada à continuidade de ações de proteção social.

No que diz respeito a questões técnicas, também são necessários aprimoramentos projetuais e de obras de infraestrutura. É necessário cada vez mais o reconhecimento e o envolvimento da esfera técnica com a vida cotidiana dos pobres urbanos, buscando incorporar as mudanças necessárias para o sucesso das políticas voltadas para esses grupos, proporcionando que permaneçam com a sua identidade, a solidariedade no conjunto e o novo entorno, dando condições à sua sobrevivência naquele novo local. Esse é o grande desafio.

A crise econômica mundial de 2008 intensificou ainda esse fenômeno de favelização. Após 2008, vários artigos²⁶ foram produzidos sobre essa temática em países do bloco europeu e também nos Estados Unidos. Estes locais passaram a se preocupar com o reaparecimento de

²⁶Seguem referências bibliográficas de alguns artigos acadêmicos abordando o reaparecimento dos assentamentos precários nos países desenvolvidos, bem como artigos sobre os novos rumos da política de habitação social nesses países: ADAMS, David. *The 'Wicked Problem' of Planning for Housing Development*. Housing Studies 26.6 (Sep 2011): 951-960; MARTIN, Jonathan. *The cost of the American dream: Low-income homeownership and metropolitan housing opportunity, 1990-2000*. ProQuest, Ann Arbor MI, 2012. AAI3485136; MORRISON, Nicky; BURGESS, Gemma. *Inclusionary housing policy in England: the impact of the downturn on the delivery of affordable housing through Section 106*. Journal of Housing and the Built Environment 29.3 (Sep 2014): 423-438; MULLINER, Emma; MALIENE, Vida. *Austerity and reform to affordable housing policy*. Journal of Housing and the Built Environment 28.2 (Jun 2013): 397-407.

assentamentos precários que há muito haviam sido erradicados em países ditos desenvolvidos e com novas opções de moradias aos pobres urbanos.

Não apenas os estudiosos se voltaram para as favelas e conjuntos habitacionais nessa última década, como também cineastas tomam o fenômeno como pano de fundo em seus trabalhos. O mais icônico com relação ao estudo aqui apresentado é o seriado inglês *Chewing Gum*, que retrata o dia a dia de uma jovem moradora de um dos inúmeros conjuntos habitacionais de tijolos aparentes espalhados pela Inglaterra. Embora seja uma comédia, a série relata todas as nuances da *cultura da pobreza* e os comportamentos consequentes dela. Logicamente há outras produções, tanto estrangeiras como brasileiras, que tratam do viés da pobreza e da relação entre esta e o mundo. Pode-se citar o filme indiano *Quem quer ser um milionário?* bem como o recente filme brasileiro *Aquarius*, que trata exatamente da tensão entre a pobreza, os moradores de classe média alta mais tradicionais do bairro, e os novos processos de incorporação imobiliária no bairro de Boa Viagem, que desfazem formas de sociabilidade vigentes, agudizando os conflitos.

Dentro desses costumes, os moradores fixam seu lugar na sociedade urbana, dividindo o desejo de uma vida melhor na cidade ou de retorno para o campo. A troca de favores, seja entre eles mesmos, seja com os moradores mais ricos do entorno imediato, possibilita e cria vínculos importantes que estão além da questão econômica. A *dádiva* de Mauss segue nas trocas do dia a dia, repassando o *mana*, criando vínculos que protegem a comunidade. A necessidade do pobre não é inserir-se na cidade formal. Em verdade, ele já está nela, e é obrigado a estar pela economia de mercado, estabelecendo com ela forte ligação para sua reprodução material. As contradições na produção capitalista da cidade estão na sua própria lógica, os pobres e suas formas culturais não são desvio, mas são componentes dessa lógica. A necessidade desse estrato social é ser reconhecido por sua cultura, suas necessidades e seus anseios. A incorporação de suas formas de vida nas políticas habitacionais poderá ao menos neutralizar visões idealizadas de cidade, e interromper os processos que os relegam à marginalidade.

ABRAMO, Pedro. *A Teoria Econômica da Favela: Quatro notas sobre a localização residencial dos pobres e o mercado Imobiliário informal*. In: A cidade da Informalidade: O desafio das cidades latino-americanas. Rio de Janeiro: Livraria Sette Letras / FAPERJ, 2003.

_____. *Cidade COM-FUSA*. In: ABRAMO, Pedro (Org.). Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras. Porto Alegre: Antac, 2009.

BONDUKI, Nabil; KOURY, Ana P. *Os pioneiros da habitação social*. Coleção em 3 volumes. São Paulo: Sesc, Edunesp, 2014.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *A Crise Financeira Global e Depois. Um Novo Capitalismo?* Novos Estudos CEBRAP (Impresso), v. 86, p. 51-72, 2010.

BRASIL. *Constituição federal de 1988*. 2.ed. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998

BUENO, Laura Machado de Mello. *Projeto e favela: metodologia para projetos de urbanização*. Tese de doutorado São Paulo: FAUUSP, 2000.

CAIXA (Brasil). *Minha Casa Minha Vida: Moradia para as famílias, Renda para os trabalhadores, Desenvolvimento para o Brasil*. Brasil: 2009.

CAILLÉ, Alain. *A antropologia do Dom: O terceiro paradigma*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CAMPOS, D. J. S. L. *A Via Mangue sob o olhar do ordenamento territorial urbano em Recife-PE* Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, V. 04, N. 02 Recife: 2015.

CARDOSO, A. L. Aragão, T. A. Araújo, F. S. *Habitação de interesse social: política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano*. Rio de Janeiro: XIV Encontro Nacional da ANPUR, 2011.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, Themis A. *Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil*. In CARDOSO, A. L. (Org.). O Programa Minha Casa Minha Vida e seus Efeitos Territoriais. 1. ed. RIO DE JANEIRO: Letra Capital, 2013. p. 17-65.

CASTRO, Ana Claudia Veiga de. *Um americano na metrópole [latino-americana]. Richard Morse e a história cultural urbana de São Paulo, 1947-1970*. Tese de doutorado São Paulo: FAUUSP, 2013.

CAVALCANTI, Helenilda; AVELINO, Emília *Dimensão teórica da exclusão/inclusão e diferentes padrões de medidas intra-urbanas. Recife seus recortes: naturais e inventados* In

CAVALCANTI, Helenilda; BRITTO LYRA, Maria Rejane; AVELINO, Emília (Orgs.) Mosaico Urbano do Recife. Exclusão Inclusão Socioambiental Recife: Editora Massangana, 2008.

CAVALCANTI, Mariana. *DO BARRACO À CASA - Tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada*, Revista brasileira de ciências sociais - vol. 24 nº 6970, Rio de Janeiro:2009.

CUNHA, Flávio S.; TORRES JR., Roberto D. *O Diálogo dos Clássicos - Divisão do Trabalho e Modernidade na Sociologia*. Belo Horizonte: editora C Arte, 2004

DOS SANTOS, Caroline Gonçalves. Políticas habitacionais para a baixa renda no Brasil populista e ditatorial: os processos decisórios de cima para baixo e a contribuição da cidade de Recife nessa discussão. In: URBANA, V.6, nº 8, jun.2014 - *Dossiê: Cidade e Habitação na América Latina*. São Paulo: CIEC/UNICAMP, 2014.

DURKHEIM, Émile. *Lições de Sociologia*. São Paulo: editora Martins Fontes, 2013.

FERREIRA DA SILVA, Mayara. *Algumas considerações sobre a reforma urbana Pereira Passos*. Revista urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana vol.11, Epub Oct 03, 2019. Curitiba: 2019

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (Brasil). *A liga social contra o Mocambo*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/liga-social-contra-o-mocambo>>. Acessado em: out. 2018.

GORELIK, Adrian. *A aldeia na cidade: ecos urbanos de um debate antropológico*. In LANNA, Ana Lúcia Duarte (org.). São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades. São Paulo: Alameda, 2011.

GUIMARÃES, Valkiria Maria de Souza; LIMA, Maria das Graças Freitas S. *Pina (Bairro, Recife)*. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar../index.php?option=com_content&id=1109%3Apina-bairro-recife> Acesso em: 29 de out. de 2017.

LACERDA, Norma; MELO, Júlia Morim. *Mercado imobiliário informal de habitação na Região Metropolitana do Recife*. In: ABRAMO, Pedro (Org.). Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras. Porto Alegre: Antac, 2009, p. 112-138.

LACERDA N. L. et al. *Mercado imobiliário de aluguel em áreas pobres: Normas de funcionamento e sentidos da informalidade*. In: LACERDA, N.; LEAL, S. M. R. (Orgs.). Novos

Padrões de Acumulação Urbana na Produção do Habitat. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

LACERDA, N. L. *Mercado imobiliário de aluguel em áreas pobres e a da teoria das Convenções*. Recife: Centro de Estudos da Conservação Integrada, 2011.

LA FARGE, Oliver. *Prólogo*. In LEWIS, Oscar. *Antropologia de la pobreza: cinco famílias*. tradução Emma Sánchez Ramírez. 24ª reimpressão (2010). México: FCE, 1961.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Introdução à Obra de Marcel Mauss*. In : MAUSS, Marcel; *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 1988.

LEWIS, Oscar. *Antropologia de la pobreza: cinco famílias*. Prol. Oliver La Farge, tradução Emma Sánchez Ramírez. 24ª reimpressão (2010). México: FCE, 1961.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Da Periferia ao centro: trajetórias de Pesquisa em antropologia Urbana*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

MORAES, Demóstenes. *Revisitando as ZEIS e o PREZEIS no Recife: entre o “reformismo” e o Direito à Cidade*. São Paulo: XVII Enanpur, 2017.

MARICATO, E. *Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação*. Cadernos Metrópole, p. 21-52. 1º sem.2009

_____. *Metrópoles desgovernadas. Estudos Avançados - Dossiê São Paulo*, Hoje, v. 25, p. 7-22, 2011. Disponível http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000100002

_____. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARQUES, P. A. X. *Na contramão da Via Mangue: artes e astúcias na reinvenção do cotidiano de ex-moradores das localidades “Xuxa” e “Deus nos Acuda” em Recife-PE*. Dissertação (Mestrado). Campina Grande: UFCG, 2014.

MACIVER, R. M. *The Rampart We Guard*. Nova York: The Macmillan Co., 1950.

MAUSS, Marcel; LÉVI-STRAUSS, Claude. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 1988.

MAUTNER, Yvonne Miriam Martha. *A periferia como fronteira de expansão do capital*. In: *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999.

MAYRINCK MELO, Vera L. de *O. A formação histórica das paisagens do rio Capibaribe na cidade do Recife*. In: COSTA, L. M. S. A. (org.) *Rios e paisagens urbanas em cidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley: Ed. PROURB, 2006.

MERTON, Robert King. *Sociologia: teoria e estatura*. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

MOCELLIM, Alan D. *A comunidade: da sociologia clássica à sociologia contemporânea*. In *PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, v. 17, n. 2, pp.105-125. São Paulo: 2011.

OBSERVATÓRIO DO RECIFE (Brasil). Disponível em: <<http://www.observatoriodorecife.org.br/tag/projeto-via-mangue/>>. Acessado em: 13 de fev. de 2018.

PONTUAL, VIRGÍNIA. *O urbanismo no Recife*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais nº 2 / novembro Rio de Janeiro: 1999.

PREFEITURA DO RECIFE (Brasil). Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/25/05/2011/obras-dos-habitacionais-1-e-2-da-mangue-em-estagio-avancado> Acessado em: 10 de fev. de 2018.

RECIFE. *Lei Ordinária nº 17226*. Prefeitura do Recife. Recife: 2006.

RECIFE. *Lei Municipal nº 16.113*. Prefeitura do Recife. Recife: 1995.

RECIFE. *Lei Municipal nº 16.176*. Revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo. Prefeitura do Recife. Recife: 1996.

RECIFE. *Decreto-Lei nº 11670*. Prefeitura do Recife. Recife:1980.

ROSA, Thaís. *Favelas, Periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias*. 33º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, MG: setembro 2009.

SHIMBO, Lucia Zanin. *Habitação social, Habitação de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro*. Tese de Doutorado. São Carlos: USP, 2010.

REYNALDO, Amélia; MAIA ALVES, Paulo Reynaldo. *ORIGEM DA EXPANSÃO DO RECIFE - Divisão do solo e configuração da trama urbana*. Barcelona: UPcommons, 2013.

ROCHA, Danielle de M. *Revisitando o PREZEIS: um instrumento de luta e resistência no embate entre o planejamento estratégico e o direito à cidade*. Regimes urbanos e governança metropolitana- Encontro Nacional da Rede Observatório das Metrópoles. Natal: UFRGN, 2017.

SILVA, Ariadne. P. *Mercado Imobiliário em áreas pobres do Recife: Um estudo das relações socioeconômicas à luz das teorias sobre o DOM*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2013.

SILVA, Luciana Helena da; BITOUN, Jan. *Espaço, história e política: atores e ações no bairro da Madalena*. Revista de Geografia UFPE–DCG/NAPA, v. 24, no 3, set/dez. Recife: UFPE, 2007.

SOUZA FILHO, Marinho Celestino de; BARBA, Clarides Henrich de. *Análise do Discurso: O que é? Como se faz? E para quê serve?* Gestão Universitária (Revista Eletrônica), vol.1, 2014.

THE CYTY FIX BRAZIL. *Beira-Rio das Graças é inovação na mobilidade urbana do Recife*. Disponível em: <http://urbana-pe.com.br/beira-rio-das-gracas-sera-a-primeira-via-parque-do-recife> - Site da URBANA-PE (acessado em 30 de julho de 2020)

VALLADARES, Lícia do Prado. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. 2. ed., Rio de Janeiro: J. Zahar, 1980

ZAOUAL, Hassan. *A nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global*. Rio de Janeiro: DP&A: Consulado da França: COPPE/UFRJ, 2006.

WEBER, Max. *Conceitos básicos de Sociologia*. São Paulo: Editora Moraes, 1987

A.CDRU entregue para os moradores dos conjuntos Via Mangue

PREFEITURA DO RECIFE Gabinete do Prefeito

CLÁUSULA QUARTA: Após a assinatura do presente contrato, o(a) CONCESSIONÁRIO(A) fruirá plenamente do apartamento descrito e caracterizado na Cláusula Primeira, para os fins ali estabelecidos, bem como responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel, inclusive taxa de condomínio, IPTU e despesas com o consumo de água e energia elétrica.

CLÁUSULA QUINTA: A concessão, ora convencionada, terá a duração de cinquenta anos, contada a partir da subscrição deste instrumento, consoante o estabelecido no art. 21, da Lei Municipal n.º 16.113/95.

PARÁGRAFO ÚNICO: A concessão será prorrogada, por igual período, desde que haja vontade das partes contratantes, manifestada em termo aditivo próprio, com a satisfação pelo(a) CONCESSIONÁRIO(A) de todos os requisitos legais para a contratação, inclusive quanto à condição de não possuidor ou proprietário de outro imóvel urbano ou rural, conforme dispõe o art. 25, da Lei Municipal n.º 16.113/95.

CLÁUSULA SEXTA: O(A) CONCESSIONÁRIO(A) obriga-se a exercer os direitos que lhe são conferidos neste instrumento jurídico de acordo com a normatização do uso e ocupação do solo prevista na Lei Municipal n.º 17.511/2005, na Lei Municipal n.º 16.176/96, na Lei Municipal n.º 16.292/97, e nas demais legislações urbano-ambientais vigentes.

CLÁUSULA SÉTIMA: Resolver-se-á de pleno direito esta concessão, antes do decurso do prazo previsto na Cláusula Quinta deste instrumento, quando o(a) CONCESSIONÁRIO(A):

- I. der ao imóvel concedido destinação diversa da estabelecida na Cláusula Segunda do presente contrato;
- II. der em locação, total ou parcial, o imóvel objeto desta contratação;
- III. transferir a terceiros, a qualquer título, o imóvel que lhe foi concedido, sem prévia e expressa autorização do CONCEDENTE;
- IV. descumprir qualquer cláusula do presente contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO: Na hipótese prevista no inciso III desta Cláusula Sétima, além da resolução contratual, a transferência do imóvel a terceiros, a qualquer título, sem prévia e expressa autorização do CONCEDENTE também acarretará a aplicação das seguintes penalidades ao(a) CONCESSIONÁRIO(A):

- a) multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor venal do imóvel, e
- b) impossibilidade de ser novamente beneficiado(a), a qualquer título, por programas habitacionais do CONCEDENTE durante o prazo de 10 (dez) anos.

CLÁUSULA OITAVA: Não importará em tácita alteração dos termos desta concessão o eventual atraso ou omissão do CONCEDENTE no exercício das faculdades que lhe são conferidas neste contrato, sobretudo no que diz respeito à resolução contratual prevista na Cláusula Sétima.

CLÁUSULA NONA: A presente concessão de direito real de uso transfere-se por sucessão legítima, cabendo ao CONCEDENTE inscrever a transferência no Registro Imobiliário competente.

CLÁUSULA DÉCIMA: Ficam fazendo parte deste contrato todas as normas jurídicas municipais referentes à concessão de direito real de uso, cujas disposições serão aplicadas a qualquer caso nele não previsto.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os imóveis, destinados à população de baixa renda, subsidiados pelo CONCEDENTE no desenvolvimento de sua Política Habitacional de Interesse Social, terão suas titularidades asseguradas prioritariamente às mulheres que tenham filhos sob sua guarda (nos termos da Lei Municipal n.º 17.226/2006).

Cais do Apolo, 925 – 9º Andar - Recife / Pernambuco – CEP 50030-903 - Fones – 81 – 3355.8117/ 8127 – FAX – 3355.8862

PREFEITURA DO RECIFE
Gabinete do Prefeito

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Delimita-se o foro da Cidade do Recife para resolver as questões decorrentes do presente instrumento jurídico.

E, por estarem justos e avençados, assinam este instrumento jurídico, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram, sendo, posteriormente, levado a registro no Cartório de Imóveis competente e 01 (uma) via destinada a arquivo no órgão competente da Prefeitura do Recife.

Recife, 29 de setembro de 2015.

GERALDO JULIO DE MELLO FILHO
Prefeito do Recife

VICTOR ALEXANDER ALMEIDA VIEIRA
Secretário de Infraestrutura e Serviços Urbanos

RICARDO DO NASCIMENTO CORREIA DE CARVALHO
Secretário de Assuntos Jurídicos

Luciano B. Gesteira
Delegação de Competência
Portaria nº 414 de 14.11.2013

MANOEL SEVERINO DIAS
Concessionário(a)

TESTEMUNHAS:

RG: 1.364.226 SSP-PE
CPF: 147.466.034-72

RG: 1050369 SSP-PE
CPF: 12701064-04

A. Roteiro para entrevista

Roteiro para entrevista

1 - Onde você nasceu? E em que ano?

2- Por que saiu de lá, e em que idade?

3- Em que lugares morou em Recife ou RMR antes de ir para *Deus nos Acuda* ou *Xuxa*? E por quê? E por quanto tempo ficou nesse local? O que lhe motivou a sair de lá? Para onde foi depois? Morava sozinho ou com a família? Que tipo de moradia você tinha? Era própria ou alugada? Como era sua relação com a vizinhança?

Obs.: Se for um local diferente de Deus nos acuda e da Xuxa as mesmas perguntas se repetem.

4- Por que você resolveu ir morar na *Xuxa* ou em *Deus nos acuda*?

- Quanto tempo morou lá?

- Foi sozinho(a) ou já foi com a família?

- Formou família lá?

- Que tipo de moradia você tinha?

- Era própria ou alugada?

- Como era sua relação com a vizinhança?

- Como foi sua vida nessa comunidade?

- Quantas pessoas se mudaram para a comunidade? Quantas se mudaram da comunidade?

5- Sobre atividade de trabalho:

- Em quê trabalhava quando morava na comunidade? E agora que mora no Via Mangue III, trabalha em quê? E por quê?

6- Sobre o processo de mudança:

6.1 - Como soube da realocação?

6.2 - Qual sua sensação quando soube desse processo?

6.3 - Houve alguma outra realocação antes da construção da Via Mangue? Se houve, para onde foram essas pessoas?

7- Sobre a moradia no conjunto:

7.1- Qual foi seu sentimento no dia em que chegou ao conjunto?

7.2- Qual foi seu sentimento diante da nova casa?

7.3 - Você fez melhorias na sua UH? Se não, por quê?

7.4 - É mais fácil viver aqui ou na comunidade?

7.5 - Quais são os aspectos positivos de morar no conjunto?

7.6 – Quais são os aspectos negativos?

7.6.1 - Sua vida melhorou?

7.6.2 - Economicamente?

7.6.3 - Socialmente?

8- Sobre a possibilidade de mudança:

8.1- Já pensou em se mudar do conjunto? Se sim ou não, por quê? Se você viesse a se mudar, para onde iria?

9- Para os que saíram e voltaram para o Via Mangue III:

9.1- Por que você saiu do Via Mangue III? Depois de quanto tempo de moradia?

9.2 - Por que você resolveu voltar? E depois de quanto tempo fora?

9.3 - Você comprou, alugou, coabita?